



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 37: - SEXTA-FEIRA, 45 DE UGVGO DTQ DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 291 a 294, de 2011.	38671
1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 39 e 40, de 2011.	38673
2 – ATA DA 166ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicação da Presidência	
Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão para homenagear os 86 anos de fundação do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, nos termos dos Requerimentos nºs 1.012 e 1.098, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores.	38675
2.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
2.2.3 – Fala da Presidência (Senadora Marta Suplicy)	
2.2.4 – Oradores	
Senador Cristovam Buarque.	38676
Senador Geovani Borges.	38678
Senador Sérgio Souza.	38679
Senadora Vanessa Grazziotin.	38680
Sr. Paulo Antônio Gomes Cardim (Reitor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo).	38682
Senador Wilson Santiago (art. 203, do Regimento Interno)	38683
Senador Cyro Miranda (art. 203, do Regimento Interno)	38684
2.2.5 – Suspensão da sessão às 15 horas e 6 minutos e reabertura às 15 horas e 11 minutos	
2.2.6 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2011, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque, que <i>dispõe sobre a alíquota e destinação dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos fluidos extraídos sob o regime de partilha ou sob o regime de concessão na área do pré-sal e em áreas ainda não contratadas e cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Educação Básica e Inovação – FUNPEI</i>	38685
Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon, que <i>altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que “dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal”, para instituir critérios para impugnação, filiação e escolha de agentes políticos dos Partidos</i>	38694
Projeto de Lei do Senado nº 596, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que <i>altera a Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, para autorizar a outorga de concessão de direito de uso de imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a entidades de assistência social</i>	38696
Projeto de Lei do Senado nº 597, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que <i>altera a incidência de Imposto de Exportação sobre petróleo e seus derivados e gás natural, de que trata o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, bem como determina que a União preste apoio financeiro aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal em montante equivalente ao que for arrecadado de tais exportações</i>	38698
2.2.7 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.174, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 6 a 13 de outubro próximo.	38700
Nº 1.175, de 2011, de iniciativa da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, “ Crack ” e outras Drogas, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Eduardo Amorim, no período de 30 de outubro a 6 de novembro próximo. .	38700
Nº 1.176, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Resolução nº 72, de 2010.	38715
Nº 1.177, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso à União da Juventude Socialista-UJS.	38715

Nº 1.178, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 255, de 2010; e 44, de 2009. ... 38715

Nº 1.179, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 27, 29 e 30 de setembro e 6, 17 e 18 de outubro, de 2011. 38715

Nº 1.180, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, solicitando autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 27 de setembro e 3, 6 e 18 de outubro, de 2011. 38716

Nº 1.181, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 27, 29 e 30 de setembro, e 6, 17 e 18 de outubro, de 2011. 38716

Nº 1.182, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 5 a 7 de outubro próximo. 38716

Nº 1.183, de 2011, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010. 38718

Nº 1.184, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, e do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010. 38718

2.2.8 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.592, de 2011, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave nas obras que menciona. 38718

2.2.9 – Comunicação

Da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB na Câmara dos Deputados, de desligamento do Deputado Domingos Neto da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. (Ofício nº 130/2011, de 20 do corrente) 38719

2.2.10 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009. (Ofício nº 5/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária) .. 38719

Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao Substitutivo do Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2009. (Ofício nº 173/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle) 38719

2.2.11 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 (nº 547/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de*

empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia vinte e cinco de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas..... 38720

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2011 (nº 1.339/2003, na Casa de origem, do Deputado Fábio Souto), que *altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recomposição ambiental das áreas de preservação permanente que especifica.* 38721

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2011 (nº 1.664/1999, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *proíbe a pesca amadora com rede, tarrafa e puçá em todo o território nacional, durante o período de três anos, para pescadores amadores e dá outras providências.....* 38722

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2011 (nº 2.123/2007, na Casa de origem, dos Deputados Edigar Mão Branca e Edson Duarte), que *dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.* 38723

Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2011 (nº 2.994/1997, na Casa de origem, do Deputado Jair Bolsonaro), que *proíbe, pelo prazo de cinco anos, a exportação de madeira não beneficiada oriunda de florestas nativas.....* 38724

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2011 (nº 5.194/2005, na Casa de origem, do Deputado Ronaldo Caiado), que *determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.....* 38725

Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011 (nº 5.759/2009, na Casa de origem, da Deputada Gorete Pereira), que *denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira o açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará.....* 38727

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011 (nº 5.982/2009, na Casa de origem, do Deputado Jair Bolsonaro), que *altera a redação do §1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências. ..* 38727

2.2.12 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 80 a 87, de 2011, lidos anteriormente. 38729

2.2.13 – Discursos do Expediente

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro do transcurso dos 27 anos da União da Juventude Socialista – UJS; e outro assunto. 38729

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Considerações sobre a questão das mudanças climáticas e

a necessidade de se monitorar e prevenir o aquecimento global.....	38730	compra de equipamentos eletrônicos para escolas públicas; e outro assunto.	38755
SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da inclusão da energia térmica no leilão de energia A-5, que deve ser realizado pelo Governo Federal no final do ano; e outros assuntos.....	38732	SENADORA ANA RITA – Considerações acerca da necessidade de investimentos em educação no Estado do Espírito Santo.	38756
2.2.14 – Comunicações da Presidência		SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários a respeito do pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas; e outros assuntos.	38757
Designação do Consultor Legislativo Tiago Ivo Odon, para compor a Comissão de Juristas destinada a elaborar o Anteprojeto de Código Penal.....	38734	SENADOR WALTER PINHEIRO – Análise da questão da exploração de petróleo e gás no Estado da Bahia; e outro assunto.	38761
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional, dia 27 do corrente, terça-feira, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 3, 6, 10 e 13, de 2011-CN.	38734	SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Solidariedade à Presidente Dilma Rousseff nos temas defendidos em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas; e outros assuntos.	38765
Designação da Senadora Marta Suplicy, como Relatora revisora do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 535, de 2011).	38734	2.4.2 – Apreciação de matérias	
Designação da Senadora Lúcia Vânia, como Relatora revisora do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 536, de 2011).	38734	Requerimentos nº 1.179, 1.180 e 1.181, de 2011, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Walter Pinheiro e Vital do Rêgo, respectivamente. Aprovados.	38768
Designação do Senador Cyro Miranda, como Relator revisor da Medida Provisória nº 537, de 2011.	38734	2.4.3 – Discursos (continuação)	
Designação do Senador Valdir Raupp, como Relator revisor da Medida Provisória nº 538, de 2011. .	38734	SENADOR ANIBAL DINIZ – Análise da evolução dos mecanismos de transparência em governos do Brasil e de outros países.	38768
2.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)		SENADOR PAULO BAUER – Sugestão de ampliação da pauta de exportações brasileiras com a União Européia, principalmente a carne de pato... ..	38773
SENADOR GEOVANI BORGES – Comentários sobre a reunião da bancada do Amapá com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.....	38734	2.4.4 – Apreciação de matéria	
SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro de reunião da Ministra Gleisi Hoffmann com representantes da Unicef no Brasil.....	38735	Requerimento nº 1.157, de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena. Aprovado , nos termos do Parecer 956, de 2011-CRE.	38775
2.2.16 – Apreciação de matéria		2.4.5 – Discursos (continuação)	
Requerimento nº 1.174, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy. Aprovado.	38737	SENADOR PEDRO SIMON – Comentários a respeito do discurso da Presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas; e outros assuntos.	38777
2.2.17 – Discursos do Expediente (continuação)		2.4.6 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Destaque para a clareza política do pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff, ontem, na abertura da Assembléia Geral da ONU; e outros assuntos.....	38737	SENADOR CIRO NOGUEIRA – Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 23/2011, que insere os <i>Tablets</i> , fabricados no Brasil, no Programa de Inclusão Digital.....	38784
2.3 – ORDEM DO DIA		SENADOR RENAN CALHEIROS – Considerações sobre o programa Bolsa Família e retomada à proposta de sua extensão aos moradores de rua.	38785
2.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.		SENADORA ANGELA PORTELA – Comentários acerca de estudo, divulgado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA), que apontou redução da desigualdade na distribuição de renda entre os brasileiros.	38785
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro de artigo publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo , em 17 do corrente, intitulado “Lambança político-industrial”.....	38787
2.4.1 – Discursos		SENADOR ALVARO DIAS – Registro de matérias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo , intitu-	
SENADOR ACIR GURGACZ – Considerações acerca da vocação do Estado de Rondônia para a pesca e a aquicultura.....	38744		
SENADOR PAULO PAIM – Destaque ao transcurso, ontem, do Dia Nacional de Luta em Defesa da Pessoa com Deficiência; e outros assuntos.	38745		
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Aplausos ao Governo Federal pela iniciativa da			

ladas “Gurgel pede prisão de 36 réus do mensalão” e “O mensalão”; e pelo jornal **Estado de S. Paulo**, intitulada “Procurador Geral libera Gushiken, mas pede condenação de réus do mensalão”, todas de 8 de julho do corrente..... 38788

SENADOR CYRO MIRANDA – Registro do artigo publicado pelo jornal **O Globo**, em 15 do corrente, de autoria do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, intitulado “Estamos, sim, atrasados para a Copa”..... 38791

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro do artigo de autoria do professor Marco Antônio Villa, intitulado “Dilma e seus governos”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em 3 de agosto do corrente..... 38792

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – EMENDAS À RECEITA E DE RENÚNCIA DE RECEITA

Nºs 1 a 4, apresentadas ao Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN. 38793

4 – ATOS ADMINISTRATIVOS

4.1 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Nºs 14 e 15, de 2011. 38799

4.2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 182, 183 e 185, de 2011. 38801

5 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 291, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 2-6-2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 292, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 2-7-2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2011(*)

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo Adicional, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal,

acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Protocolo acima citado está publicado no **DSF** de 12-7-2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 294, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Par-

cial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 6-8-2011.

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, publicada no **Diário Oficial da União** de 3 de agosto de 2011, que “*Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona, e dá outras providências*”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 22 de setembro de 2011.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 541, de 2 de agosto de 2011, publicada no **Diário Oficial da União** de 3 de agosto de 2011, que “*Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação, altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências*”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 22 de setembro de 2011.
– Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 166ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 22 de setembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Marta Suplicy
e dos Srs. Acir Gurgacz e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-
-se às 19 horas e 48 minutos)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

166ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/9/2011 07:22:06 até 22/9/2011 20:30:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLESIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUP LICY	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMN	AC	SÉRGIO PETEÇÃO	X	
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 67 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O período do Expediente da presente sessão será destinado a comemorar os 86 anos de fundação do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, nos termos dos **Requerimentos nºs 1.012 e 1.098, de 2011**, da minha autoria, do Senador Cristovam Buarque e de outros Senadores.

Convido para compor a Mesa desta sessão o Magnífico Reitor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Exm^o Sr. Professor Paulo Gomes Cardim. (*Palmas.*)

A Diretora Financeira do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Sr^a Maria Lúcia Gomes Cardim. (*Palmas.*)

A Diretora Administrativa do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Sr^a Priscila Gomes Cardim Avena. (*Palmas.*)

A Diretora de Planejamento do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Sr^a Patrícia Gomes Cardim Anastasi. (*Palmas.*)

Convido a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bom dia a todos os presentes, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que aqui se encontram, caros anunciados que estão aqui fazendo parte desta Mesa, quero falar da minha alegria de ter proposto essa sessão de homenagem porque temos o hábito de pensar no Brasil como um país no qual as instituições culturais nascem e morrem, consumidas, muitas vezes, por uma voracidade, um progresso selvagem, que eu acho que é próprio do desenvolvimento. São Paulo, especialmente, minha cidade, meu Estado, é uma cidade que costuma atropelar sem dó as marcas de seu passado, o que acho triste. A gente resiste bravamente, principalmente quando detém o poder na cidade, mas tem sido uma característica de muito menos ser preservado do que poderia ou deveria ter sido. Por isso, fico muito feliz de poder saudar um aniversário como este, de 86 anos do Centro Universitário Belas Artes.

Fundado por Pedro Augusto Gomes Cardim, em 23 de setembro de 1925, então sob o nome de “Academia de Belas Artes de São Paulo”, o Belas Artes já nasceu sob o signo da modernidade: estiveram presentes a sua fundação – e fiquei muito surpresa, achei muito bonito isso – Mário de Andrade e Menotti Del Picchia, líderes da Semana de Arte Moderna do

Teatro Municipal, ocorrida apenas três anos antes, e que foi um marco da virada no pensamento cultural brasileiro – de uma postura eurocêntrica, que era o que vivíamos até então, para a valorização do folclore e principalmente das manifestações artísticas populares, até então muito desprezadas.

Foi o Belas Artes que instituiu a primeira faculdade de Arquitetura da cidade.

E, para evidenciar a qualidade do trabalho ali realizado, é suficiente dizer, por exemplo, que Benedito Calixto Neto, autor do projeto da Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida do Norte, se formou em Arquitetura na Escola de Belas Artes.

Esse espírito de participação no debate das grandes questões nacionais, sobretudo nas Artes, mas também nas discussões sobre problemas sociais, continua a ser a marca do Belas Artes. Seguindo o disposto no inciso VII do art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o Belas Artes implementou seu programa de extensão universitária, um dos mais completos entre nossas instituições de ensino superior. Assim, a Universidade cria canais de integração, tanto das atividades de ensino quanto das de pesquisa, com as demandas da maioria da população.

Podemos dizer, portanto, que a formação do profissional cidadão e a afirmação social da universidade como espaço por excelência de produção de conhecimento, capaz de promover a superação das desigualdades sociais existentes, constituem as bases do Programa de Extensão Universitária do Belas Artes.

Os custos, naturalmente elevados, de um curso superior de qualidade são, em parte, cobertos por um grande número de convênios com associações profissionais da indústria da construção civil ou de materiais. Há convênios, por exemplo, com a Abal, que é a Associação Brasileira do Alumínio, com a Associação Brasileira de Construção Metálica, com a Associação Brasileira de Cimento Portland e com a Associação Brasileira de Distribuidores e Processadores de Vidros Planos (Abravidro) e esses convênios permitem a formação e a especialização dos estudantes nas técnicas que envolvem esses materiais.

E o Belas Artes mantém ainda convênios com associações profissionais, como a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, a Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal e sindicatos como o dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP) e o dos Professores e Funcionários Municipais da Cidade de São Paulo (APROFEM), que garantem descontos nos cursos livres, de graduação e de pós-graduação para esses professores.

É este o presente de um Centro Universitário que tem um passado solidamente estabelecido no panorama educacional da cidade, do Estado e do País, e

que se projeta para o futuro: um futuro que passa pela redução das desigualdades sociais, pelo investimento na capacidade humana de investir e de solucionar os problemas do dia a dia tanto dos nossos centros urbanos quanto da zona rural.

Eu saúdo, portanto, os 86 anos da fundação do Centro Universitário Belas Artes como um evento bastante relevante para a história da educação superior no nosso País, sobretudo pelo tipo de compromisso que tem com a sociedade e com o estudo e sem os preconceitos e vícios acadêmicos vigentes à época em que foi criado. Quer dizer, desde o momento de sua criação, deu um tom e um norte que foi o grande diferencial dessa instituição.

Por isso, fico feliz de estar aqui hoje homenageando os 86 anos do Belas Artes.

Parabéns!

Agora, para prosseguir a nossa sessão, vou dar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que acabou de chegar e também é requerente desta sessão de homenagem, mas, antes, quero mencionar também a presença do Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Sr. Roberto Dornas; do Presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Estado do Maranhão, o Sr. Raimundo Soares Figueiredo; e dos membros do corpo docente e discente do Centro Universitário Belas Artes, que também vieram nos prestigiar e homenagear o Centro, aqui no Senado, no dia de hoje.

Então, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Marta Suplicy, quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Magnífico Reitor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Ex^{mo} Sr. Professor Paulo Gomes Cardim; a Diretora Financeira do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Sr^a Maria Lúcia Gomes Cardim; a Diretora Administrativa, Sr^a Priscila Gomes Cardim Avena; e a Diretora de Planejamento, Sr^a Patrícia Gomes Cardim Anastasi.

Temos também aqui alguns convidados que eu gostaria de cumprimentar: o Chanceler da Universidade de Franca, o Professor Clóvis Eduardo Pinto Ludovice; o Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Sr. Roberto Dornas; o Presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Estado do Maranhão, Sr. Professor Raimundo Soares Figueiredo; e todas as senhoras e os senhores que são membros do corpo docente e discente do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Eu tenho muita satisfação de ter sido um dos signatários, junto com a Senadora Marta Suplicy, para

homenagear aqui uma instituição que já tem tanto tempo de vida, ou seja, uma instituição com todos esses quase 86 anos num país que tem menos de 200 anos de existência como nação é algo a ser celebrado. Oitenta e cinco anos, num país que não tem 200 anos. Se fosse na Grécia estaríamos comemorando mil anos.

Ao mesmo tempo, a comemoração de uma entidade voltada para as belas artes em um país que não tem tanta tradição de cultivar as artes em geral.

Nós somos um País que lamentavelmente, ao longo do tempo, temos sido muito entusiasmados cultuadores de alguns esportes, cultuadores de alguns bens de consumo, cultuadores que nós somos de praias, cultuadores até dessa coisa lúdica que compõe a maneira de ser do povo brasileiro. Mas não somos, por alguma razão do passado, cultuadores das artes e, portanto, das chamadas belas artes. Como também não somos cultuadores da cultura, da educação, do espírito no sentido intelectual. Algo houve no passado – se houvesse psicanálise social, iríamos descobrir – que fez com que nós déssemos valor ao tamanho e à cor do carro, à temperatura da cerveja, à limpeza do céu num dia de domingo na praia mais do que à riqueza de um bom curso universitário, de um bom ensino médio completo, de uma boa formação de ensino técnico e que déssemos importância à atividade cultural.

Na Grécia antiga, ser rico queria dizer ser culto. Na Idade Média, perdeu-se um pouco esse lado e passou a ser virtuoso, depois passou a ser ter muito ouro, no mercantilismo. A industrialização fez com que ser rico seja ter uma boa conta bancária, muito dinheiro no banco, um carro grande na garagem e uma casa grande para morar.

Vocês conseguiram, numa insistência de 86 quase, passar a ideia de que cultura é também parte do perfil de um povo rico. Por isso vale a pena a gente lembrar – porque estamos transmitindo a sessão ao vivo – para aqueles que não conhecem que a Academia de Belas Artes, como foi chamada no início, vem de 1925. Lembrar que o idealizador e fundador, Pedro Augusto Gomes Cardim, foi importante fomentador da vida cultural na capital paulista no início século XX.

Além da Academia, Pedro Cardim participou da criação do Teatro Municipal, da Academia Paulista de Letras e do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. É impressionante notar, assim, o interesse de Pedro Cardim por diferentes manifestações artístico-culturais: as artes plásticas, o teatro, a música, a literatura.

Para lembrar isso, basta uma citação importante dele: “Uma academia não é uma fábrica de produtos cerebrais morais ou artísticos, nem de aptidões e talentos. Uma academia é o centro cultivador das apti-

dões naturais, onde são desenvolvidas e se tornam aptas a frutificar”.

Por trás disso está a ideia da importância da educação. A academia já é uma entidade posterior àquilo que a educação começa a gerar. A academia pode fazer o produto, mas a gestação está na escola, lugar onde as pessoas nascem pela segunda vez, porque os outros animais nascem uma só vez: saindo de um ovo; saindo de um útero. Mas as pessoas humanas nascem, pelo menos, duas vezes: quando saem do útero da mãe e quando entram na escola. Aí há um novo nascimento. Podemos citar outros nascimentos ao longo da vida, mas esses são os dois fundamentais.

Ao dizer que a academia é um centro cultivador das aptidões naturais, onde são desenvolvidas e se tornam aptas para frutificar, o Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim estava dizendo, sem falar, da importância da educação.

Essa academia que ele criou, naquela época, 1925, foi inicialmente localizada na Praça da Luz, no mesmo prédio em que está a Pinacoteca do Estado. A Academia, aliás, foi responsável pela Pinacoteca, em seu início, durante sete anos.

Em 1928, ofereceu o primeiro curso de arquitetura de São Paulo, de forma não vinculada a um curso de engenharia, como era prática comum naquele tempo.

Não tive tempo de ver, mas tenho impressão de que deve ter sido o primeiro curso de arquitetura no Brasil. Não sei se foi ou não. O primeiro de São Paulo, não há dúvida, mas foi o primeiro que deu esse salto, retirando a arquitetura da prisão dos engenheiros – e fala aqui um engenheiro de formação.

Os arquitetos eram prisioneiros. A arquitetura libertou-os da tutela do cálculo. Permitiu que a imaginação fluísse muito mais livremente, antes de se submeter ao cálculo, em vez de já nascer submetida ao cálculo. Em vez de já nascer submetida ao cálculo.

Em 1932, foi rebatizada como Escola de Belas Artes. Nos anos 80, sua sede foi transferida para a Vila Mariana, onde está até hoje. E o nome mudou mais uma vez e passou a se chamar Faculdade de Belas Artes, sem perder o seu compromisso desde a origem.

Em 2002, a escola ganha seu nome atual, Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, mas seus professores, alunos e funcionários se referem, quase sempre, à instituição como, simplesmente, a Belas Artes, de tão forte que isso caracteriza a ideia da escola.

A evolução da Belas Artes como instituição de ensino é notável. Basta dizer que, ao longo dos seus 85 anos de existência, comemorados no ano passado, os cursos oferecidos evoluíram quantitativa e qualitativamente. Aos cursos oferecidos quando a escola fora fundada, que era pintura, escultura e gravura, hoje

reunidas no curso de artes visuais, somaram-se os cursos de arquitetura, **design** gráfico, **design** de produtos, **design** de interiores, publicidade e propaganda, rádio e TV, relações públicas, **design** de moda e relações internacionais.

Isso mostra como ela, ao longo dos seus 85 anos, foi capaz de permanecer jovem. Imaginem, há 85 anos, falar-se em **design** no sentido que a gente hoje usa. Absolutamente impossível. E, vamos falar com franqueza – aqui vejo professoras e professores universitários –, ela não ficou amarrada, como hoje a gente vê a instituição universitária, muitas vezes, à sua estrutura de departamento, em vez de perceber que há outras formas de pensar. As disciplinas universitárias, algumas delas, já transmitindo um ensino superado, obsoleto e sem capacidade de mergulhar nos pensamentos novos que estão surgindo fora da universidade e não dentro.

Vocês conseguiram atualizar-se. Não tiveram medo da palavra **design**, não tiveram medo das maneiras novas de fazer arte. A evolução da Belas Artes como instituição de ensino, portanto, é um exemplo para que as outras universidades do Brasil trabalhem.

Em 1929, a Belas Artes recebeu uma distinção importante: foi premiada pelo **Guia do Estudante** como a melhor instituição particular de ensino superior na categoria Artes & **Design**. O MEC qualificou a Belas Artes como a instituição que está acima dos referenciais de qualidade na sua área de atuação. Aos alunos da Belas Artes, hoje, são oferecidos laboratórios, oficinas, ateliês, estudos, galerias, espaço de exposição, auditórios, biblioteca, áreas de convivência, em suma, as melhores condições que fazem feliz quem visita o seu **campus**, quem visita suas instalações.

O corpo docente compõe-se hoje de mais de cinco mil alunos. Mais de 70% do corpo docente é formado por mestres e doutores, o que é um dos indicadores mais altos entre todas as instituições de ensino no Brasil. E, nos últimos três anos, mais de cinquenta pesquisas foram publicadas pelo programa de Iniciação Científica a cada ano.

A Belas Artes, em toda a sua evolução – e talvez graças a isso, teve essa evolução –, tem sido administrada pela família Cardim. Seu Reitor, Dr. Paulo Antônio Gomes Cardim, é um dos que tem feito essa modernização, atualização, esse **design** novo dessa instituição.

É com muito prazer que estou aqui, Senadora Marta. E lhe agradeço o privilégio de ter me trazido para esta homenagem. É com grande prazer que estou aqui para dizer que no, Brasil, apesar de todas as formas do passado que, de certa maneira, nos criaram uma cabeça que não dá tanto valor à cultura como

deveria, apesar disso, temos instituições deste porte, que é capaz de fazer com que tenhamos esperança de o Brasil ser não apenas, como hoje todos se orgulham, celeiro de alimentos do mundo, não apenas um grande exportador de soja e ferro, nem mesmo apenas aquilo que desejo, ser um grande centro industrial da produção do conhecimento, de bens de alta tecnologia, mas ser também aquilo que é a razão de ser de cada um de nós: sermos portadores das artes, sermos portadores de cultura, sermos portadores da espiritualidade que consiste em a gente achar belo o que é belo. E como dizia...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– A beleza é feita para ser roubada. Roubada de dentro de um bloco de mármore, roubada dos pigmentos das tintas, roubada do lápis que desenha um prédio bonito. A arte é feita para ser roubada. E vocês têm conseguido fazer esse belo roubo do mundo da matéria para o mundo das artes, criando beleza e formando pessoas, que são operários produtores da beleza.

Parabéns. E, como brasileiro, muito obrigado pelo o que vocês têm feito *(Palmas.)*.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque, pelas belíssimas palavras, pelo belo discurso.

Temos agora como oradores inscritos, mas não vi ainda no plenário, os Senadores Eduardo Suplicy, Marinor Brito, Cyro Miranda, Luiz Henrique e Vanessa. Mas vi que o Senador Geovani, que seria o terceiro, encontra-se presente.

Com a palavra o Senador Geovani Borges.

E aproveito para chamar ao plenário os Senadores mencionados. Já vi que a Senadora Vanessa encontra-se presente, mas vamos ouvir antes o Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Primeira Vice-Presidente do Senado Federal e signatária da presente homenagem, Exm^a Sr^a Marta Suplicy; Magnífico Reitor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Exm^o Sr. Professor Paulo Gomes Cardim; Diretora Financeira do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Sr^a Maria Lúcia Gomes Cardim; Diretora Administrativa do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Sr^a Priscila Gomes Cardim Avena; Diretora de Planejamento do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Sr^a Patrícia Gomes Cardim Anastasi; demais convidados; Chanceler da Universidade de Franca (Unifran), Exm^o Sr. Professor Clóvis Eduardo Pinto Ludovice; Presidente da Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, Sr. Roberto

Dornas; Presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Estado do Maranhão, Sr. Raimundo Soares Figueiredo; senhoras e senhores membros dos corpos docente e discente do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; Sr^a Presidente Marta Suplicy, o Amapá vem fazer uma homenagem a São Paulo por meio de sua pessoa, como primeira signatária desse requerimento. V. Ex^a sabe da grande admiração que tenho por sua atuação, por sua trajetória política, particularmente no que diz respeito a esta Casa, onde V. Ex^a é uma referência para todos nós. Senadora Marta Suplicy, participo dessa homenagem ao Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, uma iniciativa de V. Ex^a.

Sr^a Presidente, Senador Cristovam Buarque, que é um ex-Ministro da Educação, um homem ligado à educação, ex-governador do Distrito Federal, também uma das grandes referências desta Casa para nós. Em todas as solenidades dessa natureza, venho acompanhando a sua participação, dando grande contribuição para o País.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com indiscutível prazer que me associo à homenagem que esta Casa presta ao Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo pelo 86º aniversário de sua fundação.

Ao congratular-me com essa prestigiada instituição, nascida com o nome de Academia de Belas Artes – isso me chamou atenção – em 23 de setembro de 1925, faço-o também com a ilustre Senadora Marta Suplicy, o Senador Cristovam e demais signatários do Requerimento nº 1.012/2011, o qual proporcionou essa feliz iniciativa.

A dedicação às artes e à cultura, em nosso País, equivale quase sempre a um mecenato. Felizmente, Sr^a Presidenta, o Brasil tem pessoas assim, visionárias e abnegadas, como o fundador do Centro Universitário de Belas Artes, Pedro Augusto Gomes Cardim – está marcada agora, na minha memória, a família Cardim, devido o discurso – e os atuais dirigentes da instituição, que tem à frente o Reitor Paulo Augusto Gomes Cardim.

Senador Cristovam, o fundador Pedro Augusto, filho do artista português João Pedro Gomes Cardim – já se percebe que a vocação para as artes é hereditária – participou intensamente da vida cultural de São Paulo antes de fundar a academia. Entre outras atividades, envolveu-se com músicos, atores e escritores até criar a então Academia de Belas Artes, num contexto de renovação e efervescência cultural, ainda sob o impacto do Movimento Modernista e da Semana de Arte Moderna. Entre outros artistas e intelectuais, amigos de Pedro Cardim, a solenidade de fundação contou com a presença de Mário de Andrade e Menotti Del Picchia. Na pronúncia vocês me dão um desconto.

A história da instituição registra muitos fatos importantes, como o seu vínculo com a Pinacoteca do Estado de São Paulo, por cujo acervo foi responsável durante sete anos; ou a realização de eventos como o Salão Paulista, que teve a participação de Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Alfredo Volpi; ou, ainda, o pioneirismo na oferta do curso de Arquitetura, onde se formaram artistas do calibre de um Benedito Calixto.

Com o passar do tempo, a Academia se tornou a Faculdade de Belas Artes, quando inaugurou nova sede, na Vila Mariana, onde ainda se encontra, agora com a denominação Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo (Unicentro).

Hoje, Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, essa instituição mantém 11 cursos de graduação superior e cursos de pós-graduação numa sede com mais de 50 mil metros quadrados, onde os alunos têm à sua disposição os mais modernos laboratórios, oficinas, estúdios e salas especiais. Ali são ministrados cursos de Artes Visuais, História da Arte, Arquitetura e Urbanismo, Cinema, Vídeo e TV, Cenografia e Figurinos, Comunicação e Cultura de Moda, **Design** Gráfico, de Interiores, Moda e Produto, Relações Internacionais e muitos outros. Aqui fica uma referência para o Brasil. Acredito muito na visão da família Cardim.

Dando suporte aos estudantes, a entidade mantém uma biblioteca, aberta à comunidade, com acervo de mais de 100 mil exemplares, e o Museu de Belas Artes de São Paulo, com obras de grande importância, muitas delas testemunhando a história da instituição. Além disso, mantém uma galeria de artes visuais, a Galeria 13, também aberta ao público, exclusiva para acolher a produção dos seus estudantes.

Numa demonstração de responsabilidade social, a extensão universitária mantém projetos para jovens deficientes, a partir dos 14 anos, e promove atividades como ações de saúde, Biblioteca Cidadã e o Trote Solidário, que visa desestimular as práticas de trote violento, substituídas por ações de conscientização.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num País que luta com grandes dificuldades para manter suas instituições de ensino, é um raro prazer homenagear uma entidade como o Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, que completa amanhã, 23, nada menos que 86 anos de fundação.

Parabenizando seus dirigentes, professores, funcionários e alunos, quero reiterar meus votos de muitas e novas realizações a essa instituição que tanto orgulha os paulistanos, os brasileiros e os meus queridos amapaenses lá no Estado do Amapá.

Concluo, parabenizando a iniciativa da Senadora Marta Suplicy, do Senador Cristovam Buarque e de todos os seus signatários.

Parabéns pelo aniversário à família Cardim e a todo o seu corpo técnico.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Obrigada, Senador Geovani Borges, pelas belas palavras de enaltecimento da Belas Artes.

Vejo que o Senador Sérgio Souza está inscrito e vai trocar com a Senadora Vanessa Grazziotin.

Pois não. Com a palavra o Senador Sérgio. Antes, Senador, eu gostaria também de agradecer a presença do Chanceler da Universidade de Franca, Unifran, o Exm^o Sr. Prof. Clóvis Eduardo Pinto Ludovice e do Magnífico Reitor do UniCEUB, Exm^o Sr. Prof. Getúlio Américo Moreira Lopes.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin pela deferência, até porque, daqui a alguns minutos, tenho uma entrevista na TV Senado.

Sr^a 1^a Vice-Presidente do Senado Federal em exercício da Presidência, Senadora Marta Suplicy; Magnífico Reitor do Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, Exm^o Sr. Prof. Paulo Gomes Cardim; Diretora Financeira do Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, Sr^a Maria Lúcia Gomes Cardim; Diretora Administrativa do Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, Sr^a Priscila Gomes Cardim Avena; Diretora de Planejamento do Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, Sr^a Patrícia Gomes Cardim, demais convidados, Senadores e Senadoras presente, estamos reunidos em Plenário, hoje, para comemorar os 86 anos do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Fundado com o nome Academia de Belas Artes de São Paulo e mantido pela Fundação Escola de Belas Artes do Estado de São Paulo, a Febasp, integra o rol das instituições tradicionais que referenciam a identidade cultural paulista.

A Academia de Belas Artes surgiu em ano emblemático, 1925. Nesse período, São Paulo foi palco das primeiras contestações à República Velha e ao sistema político que aferrava o País ao domínio da tradição e do atraso.

Em 1924, em episódio central das revoltas tenentistas, os rebeldes dominaram a cidade por mais de 20 dias. Desbaratados pelas forças legalistas, encontraram-se com a Coluna Prestes no Sul do País, em 1925, dando início ao périplo belicoso que se estenderia até 1927.

O mundo das poderosas oligarquias que se revezavam no Poder, no esquema conhecido como Po-

lítica do Café com Leite, sofria os primeiros revezes que anunciavam à derrocada final, consagrada na Revolução de 30. Descortinava-se novo momento em nossa história, marcado pela participação política mais abrangente dos setores médios e populares. Ampliação da participação política também de gênero, pois despontavam mobilizações mais consequentes da luta pelos direitos políticos das mulheres, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz.

A década de 1920 registrou modificações intensas na fisionomia de São Paulo, que passou a assumir ares cosmopolitas, perdendo a atmosfera interiorana. A cidade respirava a modernidade, traduzida no fluxo contínuo de mercadorias e pessoas. Bairros surgiam e novos equipamentos públicos, como os bondes, somavam-se a realizações de vulto no domínio da arquitetura. O casario colonial dava lugar aos palacetes e às fábricas. Fluxos de imigração intensos acrescentavam idiomas desconhecidos à metrópole nascente, intensificando as trocas culturais e a formação de públicos para as experiências artísticas.

O Modernismo, principal movimento de arte moderna brasileira, com profundas ramificações na Literatura, nas Artes Plásticas, na Música e nas Artes Cênicas, repercutia, na área cultural, as contestações ao domínio da letargia e da tradição.

São Paulo estava no olho do furacão. A Academia de Belas Artes nasceu nesse ambiente de intensa efervescência política e cultural. O fundador da escola, Pedro Augusto Gomes Cardim, contou, nessa iniciativa, com o apoio de muitos intelectuais e artistas dos movimentos renovadores, como Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Antônio de Alcântara Machado e Amadeu Zani.

Esse era um período em que membros da elite paulista assumiam o papel de mecenas, patrocinando grandes empreendimentos artísticos. O Teatro Santana foi construído pelo Conde Álvares Penteado; o Teatro São José pertencia à família Prado e o Boa Vista foi obra dos Mesquita, proprietários do jornal **Estado de S. Paulo**. Impossível pensar a experiência do movimento modernista fora dos salões da aristocracia paulista.

Pedro Augusto Gomes Cardim, filho do músico e dramaturgo português João Pedro Gomes Cardim, cresceu em ambiente que respirava arte. Todavia, concluiu sua formação em Direito, na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Enveredando pelos caminhos da política, exerceu os cargos de Vereador e de Intendente de Obras de São Paulo, sendo responsável pelos primeiros esboços de planejamento urbano da cidade. Jornalista, colaborou em vários periódicos, como o **Correio Paulistano**, **A Gazeta** e

a **Província de São Paulo**. Também autor dramático, escreveu operetas, vaudevilles, sainetes, monólogos e comédias. Como teatrólogo, organizou e dirigiu uma das mais importantes companhias teatrais brasileiras de princípios do século XX, a Companhia Dramática de São Paulo.

Ativista cultural extremamente dinâmico, Cardim tomou parte do movimento de construção do Teatro Municipal de São Paulo, foi fundador da Academia Paulista de Letras e do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, primeira escola de arte dramática brasileira. A experiência com o Conservatório conduziu-o a pensar as associações entre o fazer artístico e sua dimensão pedagógica. Assim, refletia: “Em São Paulo, capital artística, não podia continuar faltando o estabelecimento de arte que servisse, a um só tempo, ao professorado especializado, ao virtuosismo e, com igual importância, à arte dramática”.

O ensino das artes como dimensão estrutural do fazer artístico constava, portanto, dos fundamentos da Academia de Belas Artes, como seu criador argüia: “Uma academia não é fábrica de produtos cerebrais, morais ou artísticos, nem de aptidões e talentos. É o centro cultivador das aptidões naturais, onde são desenvolvidas e se tornam aptas para frutificar”.

Em toda a sua história, a Belas Artes soube responder a esses desafios. Atualmente mantém duas unidades em São Paulo, onde oferece dez cursos de graduação e doze de Pós-Graduação **lato sensu**. A criação permanente permanece como referência central, não se deixando seduzir pelas tentações mercadológicas, mas conciliou a inovação e a arte como vetores da economia e da cultura. Preservou e potencializou os cursos tradicionais que construíram a sua reputação. Incorporou, porém, áreas com perfis mais associados à produção industrial, como **design** de modas, **design** de interiores, **design** gráfico, **design** de produto, publicidade, propaganda, rádio e TV.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal, portanto, não poderia perder a oportunidade de render homenagens a essa prestigiosa instituição que tanto honra a iniciativa privada e o ensino superior no Brasil.

Por isso, nobre Presidenta Marta Suplicy, quero parabenizá-la pela iniciativa de dedicar o expediente desta sessão a homenagear essa grande obra que é Belas Artes de São Paulo.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT –SP) – Obrigada Senador Sérgio Souza.

Com a palavra a Senadora Vanzessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão

da oradora.) – Muito obrigada Senadora Marta Suplicy, que dirige a bela sessão do dia hoje em homenagem ao Centro de Ensino Belas Artes e cumprimento V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy, assim como o Senador Cristovam e demais Senadores signatários do requerimento que propôs, sugeriu a realização desta sessão de homenagem.

Cumprimento o Exm^o Sr. Professor Paulo Gomes Cardim, Magnífico Reitor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; a Sr^a Maria Lúcia Cardim Avena, Diretora Financeira do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; assim como as Sr^{as} Priscila Gomes Cardim Avena e Patrícia Gomes Cardim Anastasi, respectivamente Diretoras Administrativa e de Planejamento do mesmo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Cumprimento também os ilustres convidados que estão entre nós: o Exm^o Sr. Professor Clóvis Eduardo Pinto Ludovice, Chanceler da Universidade de Franca (UNIFRAN); o Sr. Roberto Dornas, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; o Sr. Raimundo Soares Figueiredo, Presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Estado do Maranhão; e todos os companheiros e todas as companheiras que compõem o corpo docente e discente desse importante centro universitário de São Paulo.

Quero dizer, Sr^a Presidenta Marta Suplicy, às Senhoras e aos Senhores, ao Senador Cristovam Buarque, um dos Parlamentares brasileiros mais dedicados à educação, inicialmente, que gostaria de agradecer não apenas por esta Sessão de Homenagem a um centro educacional ligado às artes tão importante para o Brasil, mas por permitir que o Plenário deste Senado reflita por alguns minutos a mais acerca da questão da educação, da importância, da necessidade, da formação da nossa juventude, seja na área de tecnologia, seja nessa área tão importante ligada às artes.

Quando falamos em educação, falamos muito em Engenharia, falamos muitos nos setores ligados à saúde, às ciências exatas, mas falamos pouco da importância da educação na formação daqueles que, desenvolvendo a arte, ajudam a construir uma sociedade melhor.

O Centro de Belas Artes de São Paulo completa amanhã, Magnífico Reitor, 86 anos, uma data muito cara e importante para todas as senhoras e todos os senhores. Aqui estamos reverenciando uma entidade que, como disse, não é só voltada à educação, tema tão caro ao Senador Cristovam, à Senadora Marta, a todos nós, os Parlamentares brasileiros, mas também pela particularidade de tal entidade dedicar-se ao ensino das artes ou, para utilizar as palavras exatas com que ela define a sua missão, a “criar, produzir e difundir conhecimento por meio das artes, da cultura

e das ciências humanas e sociais, visando a formação humanística e despertando em seus alunos o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional nessas áreas”.

Como se vê, uma missão das mais nobres, das mais instigantes, das mais desafiadoras.

Missão delineada no já distante 23 de setembro de 1925, quando a São Paulo “de tijolos”, erguida pelo fortalecimento do comércio e da indústria, com decisiva participação do sangue imigrante, começava a conviver com a São Paulo “do concreto armado” para moldarem, juntas, os contornos de uma grande metrópole.

Ainda no século XIX, tinham sido criadas a Faculdade de Direito e a Escola Politécnica. Mais adiante, em 1912, fora criada a Faculdade de Medicina. Providenciava-se, assim, o suporte de formação técnica em nível superior necessário ao vigoroso desenvolvimento econômico que se podia antever.

Mas a cidade, Sr^a Presidente Marta, naqueles idos de 1925, também fervilhava no campo cultural. Três anos antes, a Semana de Arte Moderna de 1922, ainda que alvo de críticas, ainda que não muito bem compreendida, revolucionara a forma como se via e se fazia cultura em nosso País.

Nessas circunstâncias, avultou a visão de futuro de Pedro Augusto Gomes Cardim, um idealista que antes já se envolvera ativamente na criação, entre outras instituições, do Teatro Municipal, do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e da Academia Paulista de Letras.

Um visionário pragmático que, ao fundar a Academia de Belas Artes de São Paulo, manifestou a plena convicção, expressa em sua até hoje célebre frase, de que “uma academia não é fábrica de produtos cerebrais, morais ou artísticos, nem de aptidões e talentos, mas sim o centro cultivador das aptidões naturais, que nela são desenvolvidas e se tornam aptas para frutificar”.

Foi esse espírito, Sr^a Presidente, que Pedro Augusto Gomes Cardim levou para a instituição recém-criada. De modo que a abertura de seu primeiro curso – Artes, Pintura e Escultura – e logo a seguir, em 1928, a do segundo curso – Arquitetura – representaram muito mais do que a oferta de duas novas possibilidades de formação profissional, ainda que as duas, em si mesmas, de grande relevância.

Na verdade, senhoras e senhores, o empreendedorismo do fundador da Academia evidenciava – ao mesmo tempo em que estimulava – a consolidação de uma urbe cosmopolita, vanguardista, com uma vida cultural que extrapolava os limites do provinciano, rumo a um plano muito mais rico e universal.

É essa configuração de metrópole pujante que vem se afirmando ao longo dos últimos 86 anos, com

a importantíssima contribuição da entidade criada naquele dia 23 de setembro. Seja com a denominação original – Academia de Belas Artes de São Paulo –, seja com aquelas que vieram depois – Escola de Belas Artes de São Paulo, Faculdade de Belas Artes de São Paulo e, a partir de 2002, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo –, o papel desempenhado pela instituição foi sempre marcante, sempre fundamental.

E são essas quase nove décadas de história, Sr^a Presidente – ou seja, é todo o trabalho desenvolvido ao longo desse período por um sem número de cidadãos e cidadãos da mais valiosa cepa –, que permitem ao Centro Universitário Belas Artes de São Paulo oferecer, hoje, prestigiados cursos de graduação nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, **Design** de Interiores, **Design** de Moda, **Design** de Produto, **Design** Gráfico, Publicidade e Propaganda, Programa Especial de Formação de Docentes, Rádio e TV, Relações Públicas e Relações Internacionais.

Oferecer, também, quase duas dezenas de cursos de pós-graduação, em níveis de formação que vão de Arquitetura, Cidade e Sustentabilidade a Cinema, Vídeo e Fotografia; de Comunicação, Redes Sociais e Opinião Pública a **Design** Automotivo; de Direitos Humanos, Artes e Inclusão a Documentação, Preservação e Conservação do Patrimônio Arquitetônico Moderno.

E oferecer, ainda, cursos livres nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Artes, Comunicação e Cultura, **Design**, **Design** de Interiores, Maior Idade, Moda e Relações Internacionais.

Por tudo isso, Sr^s e Srs. Senadores – pelo passado grandioso, pelo presente exuberante e por um futuro que se anuncia extremamente promissor –, quero aqui manifestar o meu reconhecimento a todos aqueles que, na condição de dirigentes, funcionários, professores ou alunos, contribuíram e seguem contribuindo para a grandeza do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Sua atuação tem sido muito importante para o progresso do nosso País. E não só para o progresso, mas para um progresso mais bonito, mais alegre, mais colorido.

Senadora Marta, quero concluir minhas palavras dizendo exatamente o que V. Ex^a iniciou no seu pronunciamento.

Muitas são as instituições que nascem, mas muitas também são aquelas que morrem. Então, homenagear 86 anos de uma instituição de ensino tão importante não só para São Paulo, mas também para o Brasil – porque não são todos os Estados que têm a possibilidade de ter faculdades, instituições de ensino que se dediquem às artes. Porque um carro se faz muito com mecânica, mas se faz também com muita beleza, com o **design** que se desenvolve. E desen-

volver o Brasil nesse setor, o Brasil que é um País de tantos talentos, de tanta diversidade, é algo que todos devemos comemorar, e não apenas São Paulo, Estado representado tão bem pela Senadora Marta Suplicy, mas deve ser homenageado pelo Brasil inteiro.

Então, eu venho do Norte, venho do Amazonas também para render minhas homenagens a esta importante instituição de ensino.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin, que sempre tem belas palavras e às vezes muito instigantes também em diferentes assuntos neste Senado.

Mas, o que ficou muito forte, de todos os oradores Senadores que se pronunciaram, foi a exaltação mesmo da inovação, da beleza, dessa dedicação à criação de um mundo mais moderno e bonito do Belas Artes.

Vamos quebrar um pouquinho o protocolo, aliás, o Regimento da Casa – o que por vezes tem ocorrido –, dando a palavra ao Magnífico Reitor, Professor Paulo Gomes Cardim, para que ele também possa usar da palavra. Se preferir ir à tribuna, pois não.

Quero também anunciar a presença da Senadora Ana Amélia, o que muito nos honra neste momento.

O SR. PAULO ANTÔNIO GOMES CARDIM – Boa tarde.

Exm^a Sr^a 1^a Vice-Presidente do Senado Federal, Senadora Marta Suplicy, Exm^{os} Srs. Senadores, demais autoridades presentes, Professor Roberto Dornas, meu companheiro de longa data, na pessoa de quem cumprimento todos os empresários e educadores aqui presentes, senhores professores, senhores alunos, minhas senhoras e meus senhores, a notícia de que o Centro Universitário Belas Artes de São Paulo receberia homenagem nesta data, em sessão solene no plenário do Senado Federal, faz com que a comemoração dos 86 anos de fundação da nossa instituição transforme-se em uma celebração dupla. Primeiro, pela honra com que estamos sendo destacados nesta digna casa que representa os anseios do povo brasileiro.

Segundo, porque esta homenagem vem coroar um sonho, um sonho de seu fundador, Pedro Augusto Gomes Cardim que, em seu tempo, lá no início do século XX, pregava com toda a força de sua convicção a importância da educação em nosso País.

O sonho se transformou em dedicação, a dedicação se transformou em missão. Para Pedro Augusto, foi a missão de sua vida!

Na sua busca incessante pela valorização da arte e da cultura, quis ele proporcionar aos artistas de sua época espaços onde poderiam desenvolver suas habilidades, discutir suas ideias e transmitir então seus conhecimentos.

Ao reunir, naquele 23 de setembro de 1925, amigos e artistas como Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Benedito Calixto, Ulisses Paranhos, Theodoro Braga e tantos outros que iluminaram, com sua criatividade, emoção e técnica, aquele momento singular da história artística e cultural da nossa cidade de São Paulo, Pedro Augusto fez mais do que fundar a Academia de Belas Artes: ele deu o primeiro passo para a concretização de seu sonho, permitindo que essas inteligências fossem compartilhadas por todas as turmas de alunos que ali se formaram e vêm se formando até hoje no atual Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Ao longo desses 86 anos, superamos obstáculos, lutamos por valores herdados do nosso fundador, tivemos ousadia para inovar e, assim, fizemos com que a Academia crescesse.

Fomos pioneiros em muitas de nossas iniciativas.

Logo nos primeiros anos de sua existência, o entusiasmo do grupo que liderava a Academia fez nascer o curso de Arquitetura, o primeiro de São Paulo, no ano de 1928!

E, dessa escola, surgiram grandes nomes que deixaram sua marca na arquitetura paulista e brasileira, como Benedito Calixto de Jesus Neto, autor do projeto da Basílica de Nossa Senhora Aparecida em Aparecida do Norte.

Absorvido posteriormente pela Universidade de São Paulo, o curso passou por um período de afastamento, mas o nosso curso de Arquitetura e Urbanismo foi reinstalado em 1979, na então Faculdade de Belas Artes de São Paulo, após aprovação pelo MEC, Ministério da Educação, retomando então a sua marca, o seu diferencial, ou seja, o seu enfoque prioritário na valorização das artes, da estética e da beleza!

Nos dias de hoje, permanece vivo e vibrante, como um dos melhores cursos de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.

Oitenta e seis anos depois da fundação, continuamos proporcionando espaço para os estudantes amantes das artes, seja na área de Arquitetura e Urbanismo, seja nas Artes Visuais, seja nas habilitações do **Design**, da Comunicação Social e até na arte das Relações Internacionais, procurando sempre ter um olhar de vanguarda, ou seja, olhando para o futuro, como fez Pedro Augusto Gomes Cardim em 1925!

Eu poderia falar sobre a nossa instituição durante horas, afinal, são 86 anos de pioneirismo em muitas ações, das quais quero destacar apenas algumas mais recentes, como o curso de Pós-Graduação em Magistério para o Ensino Superior, investimento fundamental na formação dos nossos docentes e na sua consequência natural: “a excelência no ensino ministrado aos

nossos alunos!”; a interação com a comunidade, por meio da abertura do Museu Belas Artes de São Paulo, com acesso livre e gratuito ao público; o investimento permanente em nosso Centro Gestor de Informação – nossas Bibliotecas, primeiras na América Latina a receberem certificação de qualidade ISO 9001, em 2004, pela ABNT e Inmetro, e muito mais.

Nossos esforços transformam-se em conquistas.

Nossas salas têm sido palco de inúmeras palestras e seminários de grandes nomes nacionais e internacionais, atuantes nas áreas profissionais afins e, neste último ano, tivemos a satisfação de tomar ciência de que o MEC (Ministério da Educação) considerou o ensino na Belas Artes, Sr^a Senadora, acima dos referenciais de qualidade.

Neste momento solene, nesta digna Casa do Senado Federal, e diante da menção honrosa de que fomos dignos, quero registrar o compromisso de continuar trabalhando e lutando pela formação daqueles que um dia serão a prova irrefutável de que investir na educação é a melhor forma de construirmos o futuro do nosso País.

Tenho convicção de que esta comemoração deve ser compartilhada por todos, como uma conquista da educação brasileira e aproveito a oportunidade para agradecer aos excelentíssimos Senadores Marta Suplicy e Cristovam Buarque, respectivamente autora e coautor do Requerimento nº 1.012, de 2011, o qual possibilitou essa homenagem.

Que outros, a exemplo dos Srs. Senadores que também manifestaram seu apoio, valorizem o ensino para que possamos celebrar um país de cidadãos com acesso a uma educação de qualidade.

Muitíssimo obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Srs. Senadores Wilson Santiago e Cyro Miranda enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dicionário Aurélio encontramos várias definições para a Arte.

Muitos homens apresentaram, no decorrer dos anos, suas definições sobre como viam e entendiam o que é a arte.

Rui Barbosa dizia que “Não é possível estar dentro da civilização e fora da arte.”

Acredito que a homenagem que hoje fazemos ao Centro Universitário de Belas Artes é uma homenagem à Arte. Aquela que nos traz bem estar, e que

nos deixa a vontade de que fique para sempre, são pinturas, esculturas, e tantas outras manifestações...

O certo é que como dizia Albert Einstein na coisa mais bela que podemos experimentar é o mistério. Essa é a fonte de toda a arte e ciências verdadeiras." Este mistério é parte intrínseca dos meios acadêmicos.

A antiga Academia de Belas Artes, hoje Centro Universitário de Belas Artes, teve como fundadores o benemérito Pedro Cardim e alguns dos maiores artistas brasileiros, como Mário de Andrade e Menotti Del Picchia.

Lembremos que cursos que possibilitam o desenvolvimento da criatividade e expressão pessoal, que buscam um novo olhar para a realidade brasileira através do diálogo e troca de conhecimento, são imprescindíveis.

O Centro Universitário de Belas Artes é, sem dúvidas, um local onde brotam conhecimentos e idéias, sua pujança é reconhecida não só na cidade de São Paulo, mas em todo o Brasil.

Por esta razão nos últimos anos ocorreu o aumento do número de alunos vindos de todos os recantos do país.

O Brasil necessita de muitas outras instituições como esta, para que a realidade do povo brasileiro possa ser melhorada.

Por fim, acredito que todos devemos nos inspirar nas palavras de Gandhi quando disse que "A arte da vida consiste em fazer da vida uma obra de arte."

Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de parabenizar a Senadora Marta Suplicy e o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa de realizar esta sessão Solene em comemoração aos 86 anos de fundação da Academia de Belas Artes de São Paulo.

Homenagear a Academia de Belas Artes é reconhecer o trabalho de uma escola que, ao longo de décadas, abriga e incentiva um dos mais sublimes meios de expressão da cultura de um povo.

Não é tarefa fácil definir a arte, embora seja nítida a natureza artística de quem tem o dom da expressão, do traço, do risco ou da poesia.

A arte não precisa de apresentação porque se define por si mesma.

Impõe-se pela emoção estética que cria em cada um de nós.

Conquista pelo diálogo ímpar que se processa pelo olhar admirador.

Recordo-me aqui das palavras de uma artista goiana, Goiandira Ayres do Couto, que nos deixou recentemente.

Ela se notabilizou pela técnica singular e original de pintar quadros com a areia de Serra Dourada e tem telas de casarões antigos e paisagens de Vila Boa na ONU, em museus e em mãos de renomados colecionadores.

Dizia a artista: "Para mim, era simples: riscar o desenho na tela, passar a cola e salpicar a areia com os dedos."

De fato, para o artista que faz brotar o quadro, o inexplicável dom da arte parece simples, inerente à sua própria natureza.

Mas, para nós, nem sempre abrilhantados pelo dom artístico, é exatamente a complexidade e a singularidade da peça que lhe tornam arte.

E feliz é o país que pode contar com uma instituição do calibre e estatura da Academia de Belas Artes de São Paulo.

No nascedouro, a Academia de Belas Artes surge pela mão de Pedro Augusto, participante ativo da vida artística e cultural de São Paulo.

Ele esteve também ao lado de grandes nomes daquela segunda década do século XX, criadores do Teatro Municipal, do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, da Academia Paulista de Letras e da Companhia Dramática de São Paulo.

Mas o ideal desse filho do artista português João Pedro Gomes Cardim era o de criar, digamos assim, um templo para ensinar a arte, estabelecer o diálogo do aprendizado, compartilhar conhecimento.

Sem dúvida, é esse idealismo que vai tecendo os elos entre a Escola de Belas Artes e a própria história de São Paulo e também do Brasil.

Não quero me alongar muito, porque, diante do que já foi dito neste Plenário, minhas palavras tendem a cair na repetição.

Quero apenas, antes de encerrar, dizer da importância da Casa de Rui Barbosa realizar homenagens dessa natureza.

Homenagear o templo das Belas Artes reafirma a pluralidade do Senado Federal, sempre atento aos valores da cultura e da arte no Brasil.

Homenagear o Centro Universitário Belas Artes de São Paulo é renovar o ideal de seu fundador, que ensinava:

Uma Academia não é fábrica de produtos cerebrais, morais ou artísticos, nem de aptidões e talentos.

Uma academia é o centro cultivador das aptidões naturais, onde estas são desenvolvidas e se tornam aptas para frutificar."

Parabéns a todos os membros da Diretoria do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Parabéns aos artistas presentes nesta Sessão.

Parabéns à Senadora Marta Suplicy e ao Senador Cristovam Buarque pela iniciativa.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero agradecer as palavras do Reitor Paulo Gomes Cardim, agradecer também às personalidades que nos honraram com seu comparecimento e suspender a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 6 minutos; e é reaberta às 15 horas e 11 minutos, sob a Presidência da Srª. Senadora Marta Suplicy.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a sessão ordinária.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 594, DE 2011

Dispõe sobre a alíquota e destinação dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos fluidos extraídos sob o regime de partilha ou sob o regime de concessão na área do pré-sal e em áreas ainda não contratadas e cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Educação Básica e Inovação– FUNPEI.

O Congresso Nacional decreta:

SEÇÃO I

Do Objeto desta Lei

Art. 1º Esta Lei trata da destinação dos recursos arrecadados com a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos extraídos sob o regime de partilha ou sob o regime de concessão na área do pré-sal e em áreas ainda não contratadas e cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação (FUNPEI), que aplicará estes recursos na Educação Básica e na inovação tecnológica.

SEÇÃO II

Da Origem e do Uso dos Recursos do FUNPEI

Art. 2º Constituem recursos do FUNPEI:

- I – o produto da arrecadação dos **royalties** e da participação especial incidentes sobre a exploração de petróleo e gás natural e demais hidrocarbonetos fluidos, previstos no art. 45 da Lei nº 9.478, de 6

de agosto de 1997, decorrentes de exploração em regime de concessão em campos cujo contrato de exploração tenha sido assinado após a vigência desta Lei;

- II – o produto da arrecadação de **royalties** incidentes sobre a exploração de petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos fluidos, previstos no art. 42 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, decorrentes da exploração em regime de partilha e cujo contrato de exploração tenha sido assinado após a vigência desta Lei;
- III – o produto da arrecadação dos **royalties** e da participação especial incidentes sobre a exploração de petróleo e gás natural e demais hidrocarbonetos fluidos, previstos no art. 45 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, decorrentes de exploração em regime de concessão em campos que se localizam no Polígono Pré-Sal, definido no Anexo da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010;
- IV – o rendimento das aplicações financeiras realizadas com recursos do Fundo;
- V – outros recursos que lhe sejam destinados.

Art. 3º Os recursos do FUNPEI serão aplicados:

- I – na Educação Básica, conforme conceito estabelecido no art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- II – na inovação, conforme conceito estabelecido no art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
- III – na aquisição de ativos financeiros.

§ 1º Dos recursos sacados do FUNPEI, dois terços serão destinados à educação básica e um terço será destinado à inovação.

§ 2º Dos recursos destinados à Educação Básica:

- I – sessenta por cento serão distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados, sendo que o regulamento disporá sobre os valores a serem transferidos por aluno, tendo por base o coeficiente calculado a partir de Censos Escolares da Educação Básica;
- II – vinte por cento serão transferidos para as instituições de ensino em função do desempenho dos alunos auferidos em exames nacionais relacionados à Educação Básica, na forma do regulamento;
- III – vinte por cento serão transferidos para as instituições de ensino em função da evolução do desempenho dos alunos auferidos nos exames nacionais relacionados à Educação Básica utilizados no inciso II, na forma do regulamento;

§ 3º Os recursos distribuídos na forma do inciso II do § 2º poderão ser utilizados, conforme estabelecido no regulamento, para melhoria das instalações físicas,

para aquisição de equipamentos ou para concessão de benefícios pecuniários ao corpo docente da instituição de ensino beneficiada.

§ 4º Regulamento do Poder Executivo estabelecerá os critérios de aplicação dos recursos destinados à inovação tecnológica;

§ 5º Os ativos financeiros, exceto pelo disposto no § 6º, deverão ser constituídos por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

§ 6º O FUNPEI poderá comprar títulos de outros emissores desde que apresentem perfil de risco de crédito e rentabilidade igual ou superior aos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

§ 7º O disposto no § 6º não poderá exceder a vinte por cento (20%) do total aplicado.

§ 8º O regulamento definirá a forma de comparar os riscos de crédito, as taxas de juros, as maturidades e durações previstas no § 6º.

§ 9º Os gastos decorrentes do disposto no inciso I do *caput* não poderão ser considerados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para fins de cumprimento do art. 212 da Constituição Federal.

Art. 4º Comitê de Gestão Executiva e Financeira será criado para administrar o FUNPEI por ato do Poder Executivo.

§ 1º O Comitê referido no *caput* terá suas funções especificadas em regulamento.

§ 2º Na composição do Comitê está assegurada a participação do Ministro de Estado da Educação e Cultura, do Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º Aos membros do Comitê não cabem quaisquer tipos de proventos ou remuneração pelo exercício de suas funções.

SEÇÃO III

Da Acumulação do Patrimônio do FUNPEI

Art. 5º Para cada um dos entes federativos serão estipuladas, de maneira cumulativa, cotas de participação no FUNPEI com base nos critérios estabelecidos nos incisos I, II e III do § 2º e § 4º do art. 3º.

Art. 6º Durante os primeiros doze meses de funcionamento do FUNPEI, não haverá desembolsos destinados à Educação Básica e à inovação tecnológica, previstos nos incisos I e II do *caput* do art. 3º.

Art. 7º Do segundo ao nono ano de funcionamento do FUNPEI, os desembolsos com Educação Básica e inovação tecnológica obedecerão aos seguintes limites como proporção da variação do patrimônio do Fundo ocorrido no ano anterior:

- I – vinte por cento no segundo e terceiro anos;
- II – quarenta por cento no quarto e quinto anos;

III – sessenta por cento no sexto e sétimo anos;

IV – oitenta por cento no oitavo e nono anos;

Art. 8º A partir do décimo ano de funcionamento do FUNPEI, a soma dos gastos com Educação Básica e inovação tecnológica em cada ano poderá ser superior ao menor dos valores abaixo:

I – variação, em termos reais, do patrimônio do Fundo ocorrida no ano anterior;

II – variação média anual, em termos reais, do patrimônio do Fundo, tomando como base de cálculo os três anos anteriores.

§ 1º O regulamento definirá a forma de calcular a variação do patrimônio, em termos reais.

Art. 9º Os recursos investidos pelo FUNPEI poderão ser feitos em ativos no exterior objetivando políticas complementares de redução de volatilidade de preços macroeconômicos, incluindo taxa de câmbio, da economia brasileira.

Parágrafo único. Estes investimentos não poderão ultrapassar vinte por cento do montante de recursos do FUNPEI.

SEÇÃO IV

Do Redirecionamento dos Recursos Oriundos da Exploração do Petróleo e do Gás

Art. 10. Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 45 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997:

“Art. 45.
.....

§ 4º O disposto no § 3º não se aplica ao Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação (FUNPEI). (NR)”

Art. 11. Na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, acrescente-se o seguinte art. 47-A e dê-se a seguinte nova redação aos arts. 49 e 50:

“Art. 47-A Os **royalties** serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data do início da produção de petróleo, gás natural, ou demais hidrocarbonetos fluidos, em montante correspondente a quinze por cento da produção de petróleo, gás natural ou outro hidrocarboneto fluido para os campos cujo contrato de exploração foram assinados a partir da vigência da Lei que deu origem a este dispositivo.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos **royalties** estabelecido no *caput* deste ar-

tigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos **royalties** serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 3º A queima de gás em *flares*, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos **royalties** devidos.

§ 4º Os recursos dos **royalties** previstos no caput serão integralmente destinados ao Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação (FUNPEI)."

"Art. 48. A parcela do valor do royalty, previsto no contrato de concessão, para exploração fora do Polígono Pré-Sal, definido no Anexo da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º dos artigos 47 e 47-A, será distribuída segundo os critérios estipulados pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989." (NR)

"Art. 49. A parcela do valor do royalty, decorrente da exploração fora do Polígono do Pré-Sal, definido no Anexo da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição:

.....
§ 2º Órgão do Poder Executivo administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no caput deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República." (NR)

"Art. 49-A Os **royalties** arrecadados em decorrência da exploração no Polígono do Pré-Sal, definido no Anexo da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, serão integralmente destinados ao Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação (FUNPEI)."

"Art. 50

.....
§ 2º Os recursos da participação especial decorrentes da exploração fora do Polígono do Pré-Sal, definido no Anexo da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, em campos cujo contrato foi assinado antes da vigência da Lei que alterou este dispositivo serão distribuídos na seguinte proporção:

.....
§ 4º Os recursos da participação especial decorrente da exploração nas áreas localizadas no do Polígono do Pré-Sal, definido no Anexo da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, contratadas sob o regime de concessão, serão integralmente destinados ao Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação (FUNPEI).

§ 5º Os recursos da participação especial decorrentes de exploração em campos cujo contrato foi assinado após a vigência da Lei que deu origem a este dispositivo serão destinados ao Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação (FUNPEI)." (NR)

Art. 12. Introduzam-se os seguintes arts. 42-A, 42-B e 42-C na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010:

"Art. 42-A Os **royalties** de que tratam o art. 42 serão pagos mensalmente pelo contratado sob o regime de partilha de produção, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a quinze por cento da produção de petróleo, gás natural ou outro hidrocarboneto fluido.

§ 1º Os critérios para o cálculo do valor dos **royalties** serão estabelecidos em ato do Poder Executivo, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 2º A queima de gás em *flares*, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do contratado serão incluídas no volume total da produção a ser computada para o cálculo dos **royalties** devidos.

§ 3º É vedado, em qualquer hipótese, o ressarcimento dos **royalties**, bem como sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

“Art. 42-B A distribuição dos **royalties** devidos para contratos de exploração sob o regime de partilha de produção, quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres, terá a seguinte forma:

I – 61,25% (sessenta e um inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) aos Estados produtores;

II – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) aos Municípios produtores;

III – 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural, ou outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critério estabelecidos pela agência reguladora;

IV – 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias.”

“Art. 42-C Os **royalties** devidos para contratos de exploração sob o regime de partilha de produção, quando a lavra ocorrer no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, serão destinados ao Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação (FUNPEI).”

SEÇÃO V Disposições Finais

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto tem dois objetivos: elevar a alíquota dos **royalties** do petróleo, de 10% para 15%; e alterar o destino dos recursos oriundos da exploração de petróleo e gás natural, por meio da criação de um fundo destinado a financiar a Educação Básica e a inovação tecnológica: o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação (FUNPEI). Cabe aqui fazer um registro. A idéia original de criação de uma formação de poupança com recursos decorrentes dos **royalties**

do petróleo, antes mesmo da discussão sobre o pré-sal, é do ex-Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que chegou a apresentar um PLS em conjunto com o Senador Cristovam Buarque, um dos signatários desta proposição. Mais tarde, durante a apreciação dos projetos de lei que regularam a exploração do pré-sal, o PLS foi transformada em emenda, que foi rejeitada.

O aumento da alíquota dos **royalties** é importante para garantir maior receita governamental na extração do petróleo. No regime de concessão, o pagamento de participação especial ocorre somente em campos de alta produtividade. No regime de partilha, o governo ficará com parte do óleo que exceder os custos, mas a lei não garante nenhuma trava para os custos, de forma que a receita governamental pode ser ínfima. Destaque-se que é mais eficiente tributar o petróleo (o **royalty** é semelhante a um imposto sobre faturamento, ainda que do ponto de vista jurídico não seja um tributo), do que outras atividades, pois, no caso do petróleo, o produtor não dispõe de muitas opções para localização: a produção tem de ocorrer onde estão as jazidas. No caso de uma manufatura, em contraste, o produtor pode até mudar de país em busca de regimes tributários mais brandos.

Previstos no art. 20 da Constituição Federal, e regulamentados pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, os **royalties** e a participação especial decorrentes da produção desses combustíveis têm sido direcionados, em larga medida, aos Estados e Municípios produtores e aos Municípios de alguma forma associados à produção. À União e aos demais Estados e Municípios do País, têm sido destinado algo em torno de 35% dos **royalties**, cujo total foi de R\$ 9,9 bilhões em 2010, e de 50% dos recursos da participação especial, que atingiram R\$ 11,7 bilhões naquele ano. São valores que têm crescido exponencialmente em função de fatores como o aumento do preço do petróleo quanto da produção. Em 2000, o total dos **royalties** distribuídos foi de R\$1,9 bilhão, e, de participação especial, R\$ 1 bilhão. Nos próximos dez anos, com a provável entrada em operação da produção dos campos situados na chamada camada pré-sal, os pagamentos de **royalties** e participações especiais irão aumentar ainda mais.

É hora de nos anteciparmos e corrigirmos uma situação que, se hoje já é injusta, dentro de dez anos, com o aumento previsto da produção, tornar-se-á insustentável: trata-se da apropriação, por poucos entes federativos, da maior parte da receita advinda do petróleo, bem pertencente à União.

Os argumentos usualmente utilizados para justificar a transferência dos **royalties** para Estados e Municípios produtores tornam-se bastante tênues quando pensamos na exploração em alto mar. Em primeiro

lugar, diminui drasticamente a possibilidade de o município ou estado confrontante sofrer danos ecológicos com a extração do petróleo. À medida que a produção se distancia da costa, torna-se cada vez mais difícil associar os impactos da produção a determinado município, pois as correntes marinhas não obedecem à mesma lógica do IBGE ao definir os Municípios confrontantes. Adicionalmente, a produção em alto mar reduz a força do argumento de que a área ocupada para produção de petróleo impede o desenvolvimento de outras atividades econômicas no mesmo local.

Não cabe aqui discutir, embora seja importante registrar, o mau uso que diversos Municípios têm feito com os recursos dos **royalties**. Além de denúncias de corrupção, observa-se que vários Municípios beneficiados estão gastando os recursos com custeio de pessoal, com embelezamento de vias públicas ou outras despesas que, certamente, não garantirão um desenvolvimento auto-sustentável no futuro, quando cessar a extração desses recursos.

Independente de haver fortes argumentos recomendando melhor distribuição dos **royalties** do petróleo, não podemos ignorar que os estados e municípios produtores já se organizaram de forma a contar com essas receitas. Por isso, neste projeto de lei, não propomos alterar o que já foi contratado e está em plena produção. Somente os recursos advindos que campos a serem explorados serão objeto de nova destinação. Ou seja, reconhecemos o direito de municípios e estados produtores continuarem a receber **royalties** e participação especial sobre a produção que já vem recebendo.

Mas propomos uma destinação bem mais justa para os **royalties** decorrentes da produção em campos ainda não explorados. Mais especificamente, propomos a criação do Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Desenvolvimento da Educação Básica e da Inovação (FUNPEI). Esse Fundo irá alocar seus recursos no financiamento da Educação Básica e desenvolvimento da inovação tecnológica.

Investir em educação e inovação é a melhor opção para aplicar os recursos do petróleo. Todos sabemos que o petróleo é um recurso não renovável. Devemos ter a responsabilidade, portanto, de utilizar a renda que o petróleo nos proporciona para criar uma fonte permanente de riqueza. Como se sabe, a educação e inovação são a mola do desenvolvimento. A literatura especializada reconhece que o maciço investimento em educação básica foi um dos principais fatores, se não o mais importante, que permitiu o crescimento acelerado dos países do leste asiático. Há inúmeros estudos mostrando que, quanto mais alto o grau de instrução de uma sociedade, mais produtiva é sua mão-de-obra

e, conseqüentemente, mais altos são os salários e os rendimentos do trabalho.

Também não é nenhuma novidade que o Brasil apresenta um desempenho ruim em relação à educação básica e inovação. Em diversos indicadores, como escolaridade média, índices de evasão e repetência e desempenho de alunos em exames, estamos piores do que muitos de nossos vizinhos latino-americanos. A distância em relação aos países desenvolvidos, então, é ainda maior. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2009, do Ministério da Educação, mostrou que estamos avançando, mas a meta é alcançar o desempenho dos países desenvolvidos somente na década de 2020. No que diz respeito à inovação, indicadores como o número de patentes registradas também mostram o quanto estamos atrasados no desenvolvimento tecnológico.

É importante detalhar algumas características desse Fundo, para uma melhor compreensão de como ele poderá ser útil para atingir o objetivo proposto.

Em primeiro lugar, é um fundo que prevê acumulação de poupança. Assim, nos nove primeiros anos do FUNPEI, somente parte da variação do Fundo – inicialmente, 20%, até chegar a 80% a – poderá ser sacada.

Pretendemos, com essas medidas, construir um fundo suficientemente sólido, capaz de garantir um fluxo constante de recursos para a educação. Isso é essencial para o planejamento de políticas educacionais e evita o desperdício de escassos recursos públicos.

É importante lembrar que o preço do petróleo é extremamente volátil. Se, em vez de constituirmos um fundo, propuséssemos somente a transferência direta de recursos para a educação, o que ocorreria é que o orçamento para educação iria se tornar uma peça de ficção: dificilmente, em função da volatilidade dos preços, a receita esperada seria aquela planejada. Incurriríamos, dessa forma, no risco de iniciar projetos que seriam interrompidos, quando houvesse frustração de receita, ou de estimular gastos supérfluos, simplesmente para fazer uso de uma receita acima da prevista. Em qualquer caso, na ausência de um fundo, estaríamos estimulando o mau uso do dinheiro público.

Por fim, observem que, dos recursos destinados à educação, 60% serão transferidos em função do número de alunos, e os 40% restantes serão distribuídos conforme o desempenho da instituição de ensino. Entendemos ser necessário ir além do objetivo equalizador e premiar o desempenho.

Atualmente, o Ministério da Educação já dispõe de indicadores, como o IDEB, que permitem aferir a performance das escolas. É mais do que justo que recebam mais recursos aquelas instituições de ensino que venham apresentando bons resultados, ou que

venham progredindo sistemática e satisfatoriamente. Esses recursos poderão ser utilizados tanto para aquisição de equipamentos e melhoria dos prédios, como para aumentar a remuneração dos professores.

Diante do exposto, conto com o apoio de meus ilustres Pares para a aprovação desta importante matéria. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira** – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF).

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Art. 45. O contrato de concessão disporá sobre as seguintes participações governamentais, previstas no edital de licitação:

- I – bônus de assinatura;
- II – **royalties**;
- III – participação especial;
- IV – pagamento pela ocupação ou retenção de área.

§ 1º As participações governamentais constantes dos incisos II e IV serão obrigatórias.

§ 2º As receitas provenientes das participações governamentais definidas no caput, alocadas para órgãos da administração pública federal, de acordo com o disposto nesta Lei, serão mantidas na Conta Única do Governo Federal, enquanto não forem destinadas para as respectivas programações.

§ 3º O superávit financeiro dos órgãos da administração pública federal referidos no parágrafo anterior, apurado em balanço de cada exercício financeiro, será transferido ao Tesouro Nacional.

Art. 46. O bônus de assinatura terá seu valor mínimo estabelecido no edital e corresponderá ao pagamen-

to ofertado na proposta para obtenção da concessão, devendo ser pago no ato da assinatura do contrato.

Art. 47. Os **royalties** serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos **royalties** estabelecido no *caput* deste artigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos **royalties** serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 3º A queima de gás em *flares*, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos **royalties** devidos.

Art. 48. A parcela do valor do *royalty*, previsto no contrato de concessão, que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do artigo anterior, será distribuída segundo os critérios estipulados pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Art. 49. A parcela do valor do *royalty* que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição:

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos Municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias.

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia serão aplicados, no mínimo, 40% (quarenta por cento) em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e Nordeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no caput deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.

§ 3º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela dos **royalties** que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.

Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma partici-

pação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República.

§ 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os **royalties**, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

§ 2º Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção:

I – 40% (quarenta por cento) ao Ministério de Minas e Energia, sendo 70% (setenta por cento) para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de combustíveis fósseis, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º desta Lei, e pelo MME, 15% (quinze por cento) para o custeio dos estudos de planejamento da expansão do sistema energético e 15% (quinze por cento) para o financiamento de estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos no território nacional;

II – 10% (dez por cento) ao Ministério do Meio Ambiente, destinados, preferencialmente, ao desenvolvimento das seguintes atividades de gestão ambiental relacionadas à cadeia produtiva do petróleo, incluindo as consequências de sua utilização:

a) modelos e instrumentos de gestão, controle (fiscalização, monitoramento, licenciamento e instrumentos voluntários), planejamento e ordenamento do uso sustentável dos espaços e dos recursos naturais;

b) estudos e estratégias de conservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e recuperação de danos ambientais;

c) novas práticas e tecnologias menos poluentes e otimização de sistemas de controle de poluição, incluindo eficiência energética e ações consorciadas para o tratamento de resíduos e rejeitos oleosos e outras substâncias nocivas e perigosas;

d) definição de estratégias e estudos de monitoramento ambiental sistemático, agregando o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental específicos, na escala das bacias sedimentares;

e) sistemas de contingência que incluam prevenção, controle e combate e resposta à poluição por óleo;

f) mapeamento de áreas sensíveis a derramamentos de óleo nas águas jurisdicionais brasileiras;

g) estudos e projetos de prevenção de emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera, assim como para mitigação da mudança do clima e adaptação à mudança do clima e seus efeitos, considerando-se como mitigação a redução de emissão de gases de efeito estufa e o aumento da capacidade de remoção de carbono pelos sumidouros e, como adaptação as iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos

sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima;

h) estudos e projetos de prevenção, controle e remediação relacionados ao desmatamento e à poluição atmosférica;

i) iniciativas de fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

III – quarenta por cento para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV – dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

§ 4º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.

LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências

Art. 42. O regime de partilha de produção terá as seguintes receitas governamentais:

I – **royalties**; e

II – bônus de assinatura.

§ 1º Os **royalties** correspondem à compensação financeira pela exploração de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, vedada sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

§ 2º O bônus de assinatura não integra o custo em óleo, corresponde a valor fixo devido à União pelo contratado e será estabelecido pelo contrato de partilha de produção, devendo ser pago no ato de sua assinatura.

Art. 43. O contrato de partilha de produção, quando o bloco se localizar em terra, conterá cláusula de

terminando o pagamento, em moeda nacional, de participação equivalente a até 1% (um por cento) do valor da produção de petróleo ou gás natural aos proprietários da terra onde se localiza o bloco.

§ 1º A participação a que se refere o caput será distribuída na proporção da produção realizada nas propriedades regularmente demarcadas na superfície do bloco, vedada a sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

§ 2º O cálculo da participação de terceiro de que trata o **caput** será efetivado pela ANP.

Art. 49. Constituem recursos do FS:

I – parcela do valor do bônus de assinatura destinada ao FS pelos contratos de partilha de produção;

II – parcela dos **royalties** que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção, na forma do regulamento;

III – receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;

IV – os **royalties** e a participação especial das áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão destinados à administração direta da União, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo;

V – os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

VI – outros recursos destinados ao FS por lei.

§ 1º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 49.

§ 3º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela dos **royalties** que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.” (NR)

“Art. 50.

§ 4º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da

educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.” (NR)

§ 2º O cumprimento do disposto no § 1º deste artigo obedecerá a regra de transição, a critério do Poder Executivo, estabelecida na forma do regulamento.

Seção III

Da Política de Investimentos do Fundo Social

Art. 50. A política de investimentos do FS tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações e assegurar sua sustentabilidade econômica e financeira para o cumprimento das finalidades definidas nos arts. 47 e 48.

Parágrafo único. Os investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior, com a finalidade de mitigar a volatilidade de renda e de preços na economia nacional.

ANEXO

(Lei 12.351/2010)

POLÍGONO PRÉ-SAL		
COORDENADAS POLICÔNICA/SAD69/MC54		
Longitude (W)	Latitude (S)	Vértices
5828309.85	7131717.65	1
5929556.50	7221864.57	2
6051237.54	7283090.25	3
6267090.28	7318567.19	4
6435210.56	7528148.23	5
6424907.47	7588826.11	6
6474447.16	7641777.76	7
6549160.52	7502144.27	8
6502632.19	7429577.67	9
6152150.71	7019438.85	10
5836128.16	6995039.24	11
5828309.85	7131717.65	1

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II – educação superior.

LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

II – criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;

III – criador: pesquisador que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

IV – inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços;

V – Instituição Científica e Tecnológica – ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

VI – núcleo de inovação tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;

VII – instituição de apoio – fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das IFES e demais ICTs, registrada e credenciada nos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994;

VIII – pesquisador público: ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público que realize pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico; e

IX – inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Fe-

deral e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 595, DE 2011

(de autoria do Senador Pedro Simon)

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que “dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, para instituir critérios para impugnação, filiação e escolha de agentes políticos dos Partidos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que “dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, para instituir critérios para impugnação, filiação e escolha de agentes políticos dos Partidos.

Art. 2º Os artigos 4º, 15 e 16 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 1º. É direito do filiado, em situação regular perante o Partido, propor a impugnação

de candidatura a cargo eletivo ou público, mediante representação fundamentada onde se apontem os motivos capazes de tornar o interessado incompatível com a honra, a dignidade e o decoro do cargo, ou ainda em razão de prática de ato de improbidade administrativa, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 2º. Para os fins previstos no parágrafo anterior, será dada ampla divulgação dos nomes, com prazo nunca inferior a 15 (quinze) dias, cabendo à Comissão Executiva deliberar sobre a existência de indícios suficientes para instauração de sindicância. (NR)

Art. 15. O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre:

I –

Parágrafo único. As Convenções Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais reunir-se-ão, ordinariamente, para eleger, por maioria absoluta dos convencionais, os candidatos do Partido aos postos eletivos, os membros dos Diretórios, das Comissões de Ética e Disciplina e dos demais postulantes a cargos públicos, observado para os candidatos o disposto no artigo 16 desta Lei. (NR)

Art. 16. Só pode filiar-se a partido o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.

§ 1º. É vedada a filiação de cidadão que tenha sido condenado que seja ou que tenha sido réu em crimes de responsabilidade, de improbidade administrativa, contra administração pública, a ordem econômica e tributária, o sistema financeiro ou demais tipos criminais cuja pena seja maior ou igual a 4 (quatro anos).

§ 2º. São suspensos os direitos previstos em estatuto para os filiados que sejam réus nos crimes referidos no parágrafo anterior, até que se ultime o transitado em julgado do processo conclusivo pela não condenação. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O processo de redemocratização do País, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988, expressamente erigiu em objetivo fundamental da República, entre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (Art. 3º, inciso I da CF). Proclamou-se, ainda, o Estado de Direito Democrático como

princípio informador da organização sócio-política da Nação, explicitando-se, na esteira da tradição consagrada, que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. (Art. 1º, § único da CF).

Entre nós, a fonte de todo e qualquer poder legítimo reside na soberania popular, cuja manifestação primeira é o livre exercício do “sufrágio universal pelo voto direto e secreto com igual valor para todos”. (art. 14 da CF). No exercício do poder, estão os agentes públicos obrigados a utilizá-lo exclusivamente para realizar o bem comum, sendo proscrita qualquer outra finalidade. Este dever se impõe, com maior intensidade, àqueles que se encontram investidos de mandato popular. Não é por outra razão que o constituinte arrolou, entre as hipóteses ensejadoras de perda ou suspensão dos direitos políticos, a prática de “improbidade administrativa”, sendo esta, em alguns casos, qualificada como “crime de responsabilidade”.

Aos partidos políticos, instrumentos de capital importância no regime da democracia representativa, assegurou-se ampla liberdade de organização e funcionamento, respeitadas algumas limitações necessárias à preservação da ordem instituída, previstas na Lei Maior ou na chamada Lei Orgânica dos Partidos Políticos que ora pretendemos alterar.

Entendemos, em tal contexto, que as agremiações partidárias têm um compromisso com a sociedade e a própria democracia, no sentido de assegurar que os postulantes a cargo eletivo, nomeadamente aqueles que concorrem a disputas majoritárias, ostentem um passado probó e de ilibada reputação.

Ademais vivemos hoje sob um novo marco legal de critérios mais rígidos sobre a higidez moral e a reputação imaculada dos postulantes a cargos públicos, eletivos ou não. Este instrumento legal de grande impacto foi a aprovação da Lei da Ficha-Limpa – Lei Complementar nº 135/2010. Esta norma é e tem que ser o farol que guiará a construção e a afirmação de nossa democracia plena. É com esse espírito que transplanto os princípios éticos da Lei 135 para onde ela já deveria existir, qual seja: dentro das normas orgânicas internas dos Partidos Políticos.

O projeto que ora apresentamos tem por finalidade aprimorar o sistema político-partidário, indicando a conveniência do estabelecimento de mecanismos internos que possibilitem averiguar, previamente, a compatibilidade ética do postulante com os superiores interesses da moralidade pública.

Submetemos à consideração dos ilustres pares a presente iniciativa, na certeza de que o tema é de relevante interesse para os destinos da Nação.

Sala das Sessões, – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

Art. 4º Os filiados de um partido político têm iguais direitos e deveres.

Art. 15. O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre:

I – nome, denominação abreviada e o estabelecimento da sede na Capital Federal;

II – filiação e desligamento de seus membros;

III – direitos e deveres dos filiados;

IV – modo como se organiza e administra, com a definição de sua estrutura geral e identificação, composição e competências dos órgãos partidários nos níveis municipal, estadual e nacional, duração dos mandatos e processo de eleição dos seus membros;

V – fidelidade e disciplina partidárias, processo para apuração das infrações e aplicação das penalidades, assegurado amplo direito de defesa;

VI – condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas;

VII – finanças e contabilidade, estabelecendo, inclusive, normas que os habilitem a apurar as quantias que os seus candidatos possam despendar com a própria eleição, que fixem os limites das contribuições dos filiados e definam as diversas fontes de receita do partido, além daquelas previstas nesta Lei;

VIII – critérios de distribuição dos recursos do Fundo Partidário entre os órgãos de nível municipal, estadual e nacional que compõem o partido;

IX – procedimento de reforma do programa e do estatuto.

Art. 15-A. A responsabilidade, inclusive civil e trabalhista, cabe exclusivamente ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tiver dado causa ao não cumprimento da obrigação, à violação de direito, a dano a outrem ou a qualquer ato ilícito, excluída a solidariedade de outros órgãos de direção partidária.

CAPÍTULO IV

Da Filiação Partidária

Art. 16. Só pode filiar-se a partido o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de

cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 596, DE 2011

Altera a Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, para autorizar a outorga de concessão de direito de uso de imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a entidades de assistência social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. A outorga de concessão de direito de uso de imóveis do INSS somente será admitida para entidades de assistência social, sem fins lucrativos, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei que ora se pretende modificar dispõe sobre critérios especiais para alienação de imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Mediante esse instrumento legal, fica o INSS autorizado a proceder à alienação judiciária, mediante ato de autoridade competente, de bens imóveis de sua propriedade, considerados desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais, observadas as disposições legais. A mesma Lei, adiante, estabelece critérios de preferência para a aquisição desses imóveis, assim como os critérios para tanto.

A Lei, entretanto, e movida por propósitos saudáveis, como evitar o mal uso de bens públicos, veda, a qualquer título, a concessão de direito de uso de imóveis do INSS. Nesse passo, conquanto elaborada com nobres intenções, a norma legal entra em confronto com a realidade brasileira e as necessidades de nossa sociedade. É que a quantidade de imóveis desse ente público é bastante significativa, e os procedimentos para a sua alienação nem sempre ocorrem com a presteza necessária.

O resultado disso é que temos, de um lado, uma quantidade significativa de imóveis vazios, sem qualquer uso, durante anos; e, por outro lado, uma gama de instituições dedicadas a cuidar do próximo, como clubes da terceira idade e outras entidades sociais e assis-

tenciais que prestam relevantes serviços à sociedade brasileira, e que muito mais poderiam fazer, se contassem com os equipamentos necessários para tanto.

Em face dessa realidade, e para possibilitar ao Estado a opção de conceder o direito de uso de imóveis pertencentes ao INSS, quando tal concessão for do interesse público, submetemos aos eminentes colegas o presente projeto, que entendemos expressar o interesse público quanto a essa matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.702, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998

Conversão da MPv nº 1.707-4, de 1998
Regulamento

Dispõe sobre critérios especiais para alienação de imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República, adotou a Medida Provisória nº 1.707-4, de 1998, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS autorizado a proceder à alienação, mediante ato de autoridade competente, de bens imóveis de sua propriedade considerados desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais, observando-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

§ 1º Consideram-se vinculados às atividades operacionais da autarquia os imóveis residenciais destinados à ocupação por seus servidores ou dirigentes, e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais, não se lhes aplicando o disposto nesta Lei.

§ 2º Na alienação a que se refere este artigo, será observado, no que couber, o disposto no art. 24 da Lei nº 9.636, de 1998.

Art. 2º O INSS promoverá o cadastramento dos eventuais ocupantes dos imóveis a que se refere o caput do artigo anterior, para verificação das circunstâncias e origem de cada posse, cobrança de taxas de ocupação e atribuição de direito de preferência à aquisição dos imóveis, conforme o caso, repassando-lhes os custos correspondentes.

Art. 3º Nas alienações dos imóveis residenciais e rurais, será dada preferência a quem, comprovadamente, em 31 de dezembro de 1996, já ocupava o imó-

vel e esteja, até a data da formalização do respectivo instrumento, regularmente cadastrado e em dia com quaisquer obrigações junto ao INSS.

~~Parágrafo único. No exercício do direito de preferência de que trata este artigo, serão observadas, no que couber, as disposições dos §§ 1º a 4º do art. 13 da Lei nº 9.636, de 1998.~~

~~§ 1º No exercício do direito de preferência de que trata o caput, serão observadas, no que couber, as disposições dos §§ 1º a 4º do art. 13 da Lei nº 9.636, de 1998. (Incluído pela Medida Provisória nº 496, de 2010).~~

~~§ 2º Poderão adquirir os imóveis residenciais do INSS localizados no Distrito Federal, em condições de igualdade com o vencedor da licitação, os servidores detentores de termos de cessão de uso cujas ocupações iniciaram-se entre 1º de janeiro de 1997 e 22 de agosto de 2007, e que estejam em dia com as obrigações relativas à ocupação. (Incluído pela Medida Provisória nº 496, de 2010).~~

~~§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores ocupantes de boa-fé que detenham termo de cessão de uso em conformidade com os requisitos estabelecidos em atos normativos expedidos pelo INSS. (Incluído pela Medida Provisória nº 496, de 2010).~~

~~§ 4º Nas hipóteses deste artigo, o direito de preferência será estendido também ao servidor que, no momento da aposentadoria, ocupava o imóvel ou, em igual condição, ao cônjuge ou companheiro enviuvado que permaneça residindo no imóvel funcional. (Incluído pela Medida Provisória nº 496, de 2010).~~

§ 1º No exercício do direito de preferência de que trata o **caput**, serão observadas, no que couber, as disposições dos §§ 1º a 4º do art. 13 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998. (Incluído pela Lei nº 12.348, de 2010).

§ 2º Poderão adquirir os imóveis residenciais do INSS localizados no Distrito Federal, em condições de igualdade com o vencedor da licitação, os servidores detentores de termos de cessão de uso cujas ocupações iniciaram-se entre 1º de janeiro de 1997 e 22 de agosto de 2007, e que estejam em dia com as obrigações relativas à ocupação. (Incluído pela Lei nº 12.348, de 2010).

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores ocupantes de boa-fé que detenham termo de cessão de uso em conformidade com os requisitos estabelecidos em atos normativos expedidos pelo INSS. (Incluído pela Lei nº 12.348, de 2010).

§ 4º Nas hipóteses deste artigo, o direito de preferência será estendido também ao servidor que, no momento da aposentadoria, ocupava o imóvel ou, em igual condição, ao cônjuge ou companheiro enviuvado que permaneça residindo no imóvel funcional. (Incluído pela Lei nº 12.348, de 2010).

Art. 4º A venda dos imóveis de que trata o artigo anterior poderá ser realizada mediante parcelamento do preço, com o pagamento de entrada correspondente a no mínimo dez por cento do valor de aquisição e o restante em até cento e vinte prestações mensais e consecutivas, devidamente atualizadas, respeitando-se como valor mínimo de cada parcela a importância de R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 1º Os adquirentes dos imóveis poderão utilizar financiamentos concedidos por entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI ou de outras instituições ou linhas de crédito, inclusive entidades abertas ou fechadas de previdência privada, bem como os saldos de suas contas vinculadas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para pagamento, total ou parcial, do valor do imóvel, de acordo com a legislação de regência.

§ 2º Na alienação de imóveis localizados em área destinada a assentamentos de famílias de baixa renda, assim consideradas, para os fins desta Lei, as de renda global igual ou inferior a cinco salários mínimos mensais, observar-se-ão os critérios de habilitação fixados pelo INSS e o disposto no caput do art. 26 da Lei nº 9.636, de 1998, no que couber.

Art. 5º Os imóveis cedidos a Estados, Municípios ou ao Distrito Federal, ou suas entidades, poderão ser alienados aos interessados em regime semelhante ao disposto no **caput** do artigo anterior.

§ 1º Os cessionários de que trata o caput serão cientificados dos termos e das condições das vendas, devendo celebrar o respectivo instrumento de alienação até 31 de dezembro do ano seguinte ao da notificação.

§ 2º O acordo de parcelamento celebrado com Estados, Municípios ou com o Distrito Federal conterá cláusula em que estes autorizem a retenção do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e o repasse ao INSS do valor correspondente a cada prestação mensal, por ocasião do vencimento desta.

Art. 6º Os imóveis ocupados por órgãos da Administração Pública Federal, direta ou indireta, deverão ser objeto de cadastramento específico, a realizar-se no prazo de noventa dias, com a finalidade de composição dominial e possessória, mediante permuta, compra e venda ou locação.

Art. 7º Inexistindo manifestação de interesse na aquisição do imóvel, ou não sendo preenchidos os requisitos legais para o exercício de direito de preferência ou manutenção da ocupação, o ocupante será comunicado a desocupar o imóvel no prazo de noventa dias, findo o qual o INSS será imitado sumariamente em sua posse, ficando, ainda, o ocupante sujeito a cobrança,

a título de indenização, pelo período que o INSS seja privado da posse, da taxa de doze por cento do valor venal do imóvel ocupado, por ano ou fração, até sua efetiva e regular restituição, sem prejuízo das sanções e indenizações cabíveis.

Art. 8º Aos créditos apurados em decorrência do disposto nesta Lei aplica-se, no que couber, o disposto no art. 201 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, sendo passíveis, ainda, de inclusão no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN, nos termos da legislação.

§ 1º Aplicam-se aos créditos de que trata o **caput** os mesmos privilégios, condições e sanções, inclusive no que se refere à sua cobrança judicial, dos decorrentes de contribuições devidas ao INSS.

Art. 9º A inexistência de dívidas apuradas na forma desta Lei constitui condição necessária para que os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios possam receber as transferências dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Art. 10. Fica proibida a outorga, a qualquer título, de concessão de direito de uso de imóveis do INSS.

Art. 11. O INSS poderá promover a regularização da posse dos imóveis não passíveis de alienação nos termos desta Lei, mediante a celebração, em valores de mercado, de contratos de locação com os seus atuais ocupantes.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput aos imóveis operacionais de que trata o § 1º do art. 1º desta Lei.

Art. 12. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.707-3, de 28 de setembro de 1998.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 17 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 18-11-1998.

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 2011

Altera a incidência de Imposto de Exportação sobre petróleo e seus derivados e gás natural, de que trata o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, bem como determina que a União preste apoio

financeiro aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal em montante equivalente ao que for arrecadado de tais exportações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 3º-A:

“Art. 3º-A. A alíquota do imposto incidente sobre petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e sobre o gás natural, é de 30% (trinta por cento), facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou aumentá-la, para atender aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

§ 1º Em caso de redução, a alíquota constante do **caput** não poderá inferior a 10% (dez por cento)

§ 2º Em caso de elevação, a alíquota não poderá ser superior a cinco vezes o percentual fixado no **caput**. (NR)”

Art. 2º A União prestará apoio financeiro a todos os Municípios mediante repasse de montante de recursos equivalente a 50% (cinquenta por cento) do produto de sua arrecadação do Imposto sobre a Exportação que resulte da aplicação do disposto no art.3º-A, do Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, observado o seguinte:

- I – os recursos serão repassados segundo os mesmos critérios de rateio adotados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e serão observadas as demais condições para sua apuração e divulgação, inclusive distribuídos as cotas na mesma data de crédito e levando em conta a arrecadação do Imposto de Exportação realizada no mesmo período em que for arrecadado os Imposto de Renda e de Produtos Industrializados;
- II – será incluída dotação no orçamento de cada exercício financeiro para atender aos repasses de que trata este artigo, sob pena de crime de responsabilidade; e
- III – não será aplicada qualquer vinculação aos recursos transferidos na forma deste artigo, nem para fins de pagamento de dívida renegociada junto ao Tesouro Nacional.

Art. 3º A União prestará apoio financeiro a todos os Estados e ao Distrito Federal mediante repasse de montante de recursos equivalente a 50% (cinquenta por cento) do produto de sua arrecadação do Imposto sobre a Exportação que resulte da aplicação do disposto no art.3º-A, do Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, observado o seguinte:

- I – os recursos serão repassados segundo os mesmos critérios de rateio adotados pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e serão observadas as demais condições para sua apuração e divulgação, inclusive distribuídos as cotas na mesma data de crédito e levando em conta a arrecadação do Imposto de Exportação realizada no mesmo período em que for arrecadado o Imposto de Renda e de Produtos Industrializados;
- II – será incluída dotação no orçamento de cada exercício financeiro para atender aos repasses de que trata este artigo, sob pena de crime de responsabilidade; e
- III – não será aplicada qualquer vinculação aos recursos transferidos na forma deste artigo, nem para fins de pagamento de dívida renegociada junto ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo deste projeto de lei é destinar parcela da riqueza nacional gerada por recursos naturais e destinada ao exterior para fortalecer a federação brasileira. A proposta trata da incidência do imposto nacional sobre exportações de petróleo e seus derivados, fixando a alíquota em 30%, podendo ser reduzida a 10%. Para atender aos objetivos da política cambial e do comércio exterior, o projeto mantém a sistemática atual de permitir a elevação imposto para até cinco vezes o percentual fixado na lei (art. 3º do Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977). Estimamos que, com a alíquota de 10%, o imposto sobre as exportações de petróleo e derivados pode gerar de R\$ 4,02 bilhões a R\$ 5,7 bilhões por ano.

Ao mesmo tempo, a proposta cria uma transferência extraordinária e complementar do FPE e do FPM, que deverá ser composto por recursos equivalentes ao que a União vier a arrecadar com o imposto sobre exportação de óleo e gás, metade para cada fundo, e sem ferir a vedação constitucional para vincular a arrecadação originária do imposto. Portanto, é uma proposta que exige que os recursos naturais exportados passem a dar uma contribuição mínima à federação brasileira, beneficiando especialmente os governos das regiões menos desenvolvidas e de menor porte, os mais dependentes do FPE e do FPM.

De acordo com a Constituição Federal, o Imposto da União sobre Exportações não necessita atender ao princípio da anualidade tributária. Daí porque a aprovação desta proposição poderia trazer benefícios imediatos ao Brasil.

Atualmente, o imposto sobre exportações sobre petróleo e derivados tem alíquota zero. Em 2010, a exportações de petróleo e combustíveis atingiram US\$ 22,9 bilhões; até Junho de 2011, somaram US\$ 14,9 bilhões. Estimamos que, com a alíquota de 10%, o imposto sobre as exportações de petróleo e derivados pode gerar de R\$ 4,02 bilhões a R\$ 5,7 bilhões por ano, os quais poderiam ser destinados aos Estados não produtores de petróleo, nos mesmos critérios do FPE/FPM.

Como o petróleo é uma commodity, cujo preço é definido internacionalmente, esta tributação não seria questionada pela OMC.

As descobertas de petróleo na camada pré-sal representam uma grande conquista do povo brasileiro. A alteração no marco regulatório do petróleo, porém, pode mergulhar o Brasil numa indesejada guerra federativa. Considero que o pré-sal é nosso passaporte para o futuro, e não pode ser o pomo da discórdia. A aprovação deste projeto pode ajudar decisivamente a resolver o impasse federativo causado pelas questões dos **royalties**.

Em face dos benefícios políticos e econômicos decorrentes da cobrança do Imposto de Exportação sobre o petróleo, pedimos o apoio dos nobres Membros desta Casa para que esta iniciativa seja transformada em lei o mais rapidamente possível.

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias**, (PT-RJ).

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.578,
DE 11 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre o imposto sobre a exportação, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, Decreta:

Art. 1º O Imposto sobre a Exportação, para o estrangeiro, de produto nacional ou nacionalizado tem como fato gerador a saída deste do território nacional.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da expedição da Guia de Exportação ou documento equivalente.

§ 2º O Poder Executivo, mediante ato do Conselho Monetário Nacional relacionará os produtos sujeitos ao imposto. (Revogado pela Lei nº 9.019, de 30-3-1995)

§ 3º O Poder Executivo relacionará os produtos sujeitos ao imposto. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.716, de 26.11.1998)

Art. 2º A base de cálculo do imposto é o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao

tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência no mercado internacional, observadas as normas expedidas pelo Poder Executivo, mediante ato do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º A base de cálculo do imposto é o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência no mercado internacional, observadas as normas expedidas pelo Poder Executivo, mediante ato da CAMEX – Câmara de Comércio Exterior. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

§ 1º O preço à vista do produto, FOB ou posto na fronteira, é indicativo do preço normal.

~~§ 2º Quando o preço do produto for de difícil apuração ou for susceptível de oscilações bruscas no mercado internacional, o Poder Executivo, mediante ato do Conselho Monetário Nacional, fixará critérios específicos ou estabelecerá pauta de valor mínimo, para apuração de base de cálculo.~~

§ 2º Quando o preço do produto for de difícil apuração ou for susceptível de oscilações bruscas no mercado internacional, o Poder Executivo, mediante ato da CAMEX, fixará critérios específicos ou estabelecerá pauta de valor mínimo, para apuração de base de cálculo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

§ 3º Para efeito de determinação da base de cálculo do imposto, o preço de venda das mercadorias exportadas não poderá ser inferior ao seu custo de aquisição ou produção, acrescido dos impostos e das contribuições incidentes e de margem de lucro de quinze por cento sobre a soma dos custos, mais impostos e contribuições. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.716, de 26.11.1998)

Art. 3º A alíquota do imposto é de 10% (dez por cento), facultado ao Poder Executivo, mediante ato do Conselho Monetário Nacional, reduzi-la ou aumentá-la, para atender aos objetivos da política cambial e do comércio exterior. (vide Lei nº 9.362, de 13-12-1996)

Parágrafo único. Em caso de elevação, a alíquota do imposto não poderá ser superior a quatro vezes o valor fixado neste artigo.

Art. 3º A alíquota do imposto é de trinta por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou aumentá-la, para atender aos objetivos da política cambial e do comércio exterior. (Redação dada pela Lei nº 9.716, de 26-11-1998)

Parágrafo único. Em caso de elevação, a alíquota do imposto não poderá ser superior a cinco vezes o percentual fixado neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 9.716, de 26-11-1998)

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.174, DE 2011

Tendo sido designado pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, para representar esta Casa, na qualidade de observadora parlamentar dos trabalhos da 66ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA, requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da casa no período de 6 a 13 de outubro de 2011.

Outrossim comunico, nos termos do artigo 39, inciso I, do mesmo RISF, que estarei ausente do País no período de 6 a 13 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, – Senadora **Marta Suplicy**, PT – SP.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.175, DE 2011

OFÍCIO Nº 079/2011 – PRESIDÊNCIA/CASDEP

Brasília, 21 de setembro de 2011

Assunto: Autorização de realização de missão oficial no exterior.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na 16ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras drogas – CASDEP e na 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais foi aprovado o **Requerimento nº 14, de 2011-CASDEP/CAS**, decidindo pela realização de missão oficial entre os dias 30 de outubro a 6 de novembro do corrente nos países **Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal**, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, **crack** e outras drogas.

Encaminho anexos os seguintes documentos da Subcomissão CASDEP e da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) Requerimento nº 14, de 2011-CAS-DEP/CAS, fls. nº(s) 02
- b) Ata da 16ª Reunião da CASDEP, aprovada e assinada, fls. nº(s) 03
- c) Nota taquigráfica da 16ª Reunião da CASDEP (trecho da aprovação do referido Requerimento), fls. nº(s) 05
- d) Lista de Presença da 16ª Reunião da CASDEP, fls. nº(s) 09
- e) Resultado da 16ª Reunião da CAS-DEP, fls. nº(s) 11
- f) Ata da 31ª Reunião da CAS, fls. nº(s) 14
- g) Nota Taquigráfica da 31ª Reunião da CAS (trecho da aprovação do referido Requerimento), fls. nº(s) 16
- h) Lista de Presença da 31ª Reunião da CAS, fls. nº(s) 21
- i) Resultado da 31ª Reunião da CAS, fls. nº(s) 23
- j) Nota Taquigráfica da 33ª Reunião da CAS, realizada no dia 21 de setembro (aprovação da Ata da 31ª Reunião da CAS), fls. nº(s) 32

Nesse sentido, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito autorização para participação no referido evento dos Senadores *Wellington Dias*, *Waldemir Moka*, *Vanessa Grazziotin*, *Ana Amélia* e *Eduardo Amorim*.

Respeitosamente, – Senador **Wellington Dias**, Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **crack** e outras drogas – CASDEP, da Comissão de Assuntos Sociais.

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011 – CASDEP/CAS

Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras Drogas – Senadores *Wellington Dias*, *Vanessa Grazziotin*, *Waldemir Moka*, *Ana Amélia* e *Eduardo Amorim* – a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, **crack** e outras drogas.

Deverão ser realizadas visitas, *in loco*, a instituições que alcançaram êxito no enfrentamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como:

prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011. – **Wellington Dias**, Senador – PT – PI – **Vanessa Grazziotin**, Senadora – PCdoB – AM – **Waldemir Moka**, Senador – PMDB – MS – **Ana Amélia**, Senadora PP – RS – **Eduardo Amorim**, Senador – PSC – SE

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 16ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 10 HORAS NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL

Às dez horas e trinta e dois minutos, do dia vinte três de agosto de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Wellington Dias**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras Drogas, com a presença dos Senadores *Waldemir Moka* e *Eduardo Amorim* e das Senadoras *Ana Amélia* e *Vanessa Grazziotin*. O Presidente da Subcomissão registra a presença do Deputado Federal *José Stedile*. Havendo o número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião que é dada por aprovada. O Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** em cumprimento aos Requerimentos nºs 7 e 11, de 2011 – CASDEP, de autoria da Senadora **Ana Amélia** e Senador **Wellington Dias**, com o objetivo de Debater Ações Preventivas de Combate ao **Crack**, Álcool e outras Drogas. Oradores: *Ledir da Silva Porto*, Secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha, Espírito Santo; *Luiz Vicente da Cunha Pires*, Prefeito de Cachoeirinha, do Rio Grande do Sul; *Mano Changes*, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul. Justificaram ausência, *Everton Ramos*, do Projeto Vem Viver; *Francisco José Pereira de Lima*, “Preto Zezé”, Presidente Nacional da Central Única das Favelas – CUFA. **EX-TRAPAUTA – ITEM 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011 – CASDEP.** “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno, a realização de diligência ao Estado do Espírito Santo,

por esta Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras Drogas, para verificar in loco as atividades de Comunidades Terapêuticas, no próximo dia 2 de setembro”.

Autoria: Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – Não Terminativo -REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011 – CASDEP.** “Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras Drogas – Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim – a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, **crack** e outras drogas. Deverão ser realizadas visitas, in loco, a instituições que alcançaram êxito no enfrentamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.” **Autoria:** Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e Senador Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias**, Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e Outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e Outras Drogas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª reunião de 2011.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater ações preventivas de

combate ao **crack**, álcool e outras drogas, atendendo ao Requerimento nº 7, de autoria minha e da Senadora Ana Amélia, e ao Requerimento nº 11, de autoria da Senadora Ana Amélia, ambos de 2001, desta Comissão.

Convido à Mesa nossos ilustres convidados e oradores: Ledir da Silva Porto, Secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha, no Espírito Santo – bem-vindo; é um grande prazer –, Luiz Vicente da Cunha Pires, Prefeito de Cachoeirinha, Rio Grande do Sul – muito bem-vindo –, Mano Chances, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul – bem-vindo.

Eu queria convidar o José Stedile, nosso Deputado, para sentar aqui à frente. É um prazer muito grande contar com sua presença aqui, neste ato, juntamente com a Senadora Ana Amélia e outros convidados.

Justificaram ausência o Sr. Everton Ramos, do Projeto Vem Viver, e o Sr. Preto Zezé, Francisco José Pereira de Lima, Presidente da Central Única das Favelas.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos; a palavra será concedida às Senadoras e Senadores na ordem de inscrição, iniciando sempre pelo autor do requerimento; os interpelantes terão para suas respostas cerca de três minutos, assegurando igual prazo também para os Parlamentares.

Normalmente, temos a praxe de dar um tempo de 10 minutos para a apresentação, mas certamente concederemos o tempo necessário para a conclusão da apresentação. Inicialmente, passamos a palavra ao Ledir da Silva Porto para sua exposição.

Antes, porém, bem-vindos! Primeiro, agradeço a todos e todas a presença. Já estamos chegando à fase final de apresentarmos uma proposta que possa permitir ao Brasil ter um sistema integrado, uma rede de atenção, enfim, uma participação do setor público e do setor privado no problema.

Achamos muito importante essa iniciativa da Senadora Ana Amélia de que pudéssemos, nesta fase final, ouvir aqueles e aquelas que vivenciaram essa experiência e hoje são exemplos, inclusive, de dedicação nessa área.

Com a palavra o Sr. Ledir da Silva Porto.

O SR. LEDIR DA SILVA PORTO – Bom dia, Senador Wellington. Cumprimento toda a Casa aqui, a Mesa, a Presidência desta audiência. Quero cumprimentar também a Senadora Ana Amélia e todos participantes desta audiência.

Hoje, estou como Secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha. Já fui Secretário de Defesa Social e Segurança Pública do Município de Serra,

também no Espírito Santo, e também já tive o privilégio e oportunidade de exercer o cargo de vereador no Município de Viana. Todos os três Municípios na Grande Vitória, no Espírito Santo.

O tema é extremamente importante.

Eu não farei mais comentários sobre o tema, porque o tempo é curto. Eu vou me ater em falar sobre a minha experiência e da minha experiência também como gestor público no enfrentamento ao **crack**.

Eu tive a infelicidade de conhecer as drogas com 15 anos de idade e experimentei a primeira droga ilícita, um baseado de maconha, que me fez ser marginal, porque as drogas marginalizam. E a maioria absoluta de quem usa droga, a maioria, e não todos... Existem três tipos de usuários de drogas: o usuário casual, que usa e que é um número menor, principalmente das classes A e B, classe média, que faz uso de maconha e cocaína, como usuário. Não é dependente, se ele ficar sem, ele toca a vida dele.

Existe o dependente que é viciado, dependente, doente, que tem de ser tratado mesmo; e existe o dependente que usa em grande volume, que é compulsivo, que fica três ou quatro dias virando noite, usando drogas, principalmente cocaína e **crack**.

Eu tive a infelicidade de me tornar viciado em maconha e, depois, em cocaína e me envolvi com o mundo criminoso no Espírito Santo. Na última vez em que fui preso, fui preso em um assalto a banco na cidade de Viana, no Espírito Santo.

Depois de sair da prisão, tive a oportunidade de ir para uma comunidade terapêutica, o Projeto Reviver, do hoje Senador da República Magno Malta. Na época, ele era vereador em Cachoeiro do Itapemirim, em 94.

A comunidade terapêutica, a Casa Vem Viver, foi determinante para a minha vida. Eu tive a oportunidade de dar uma parada para refletir, porque quem está viciado em droga não para e nem pensa. Então, quando ele vai para uma comunidade terapêutica ele tem oportunidade e o privilégio de fazer uma reflexão. "Olha, por esse caminho que você foi só foi ruim. Tem uma oportunidade para você viver sem drogas e ter uma vida livre, feliz de uma outra forma".

Como resposta, posso dizer que tem, sim. No último caso, a internação compulsória, já se é necessário, em alguns casos, nós já fizemos também dentro do Município de Vila Velha, mas, dentro dessa lógica de um técnico, de um juiz determinando, e não de qualquer forma.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, deixe-me fazer um comentário rápido, porque estão me chamando para relatar um projeto na Comissão de Educação.

Sobre a sua primeira pergunta: quando a que a gente deve baixar a atenção? Nunca. Quem tem câncer tem de ficar vigilante o resto da vida. Um homem que tem um câncer de próstata, ele tem que ficar vigilante antes e principalmente depois. Uma mulher que tem um câncer de mama precisa ser vigilante antes e, principalmente, depois.

Então, a droga cria uma memória. Assim como temos a memória cognitiva, do conhecimento, coisa e tal, tenho toda a convicção de que há uma memória criada ali com aquela passagem dela por toda aquela cadeia neurológica. Então, é preciso ser vigilante sim, e, para se combater isso, fornecer as condições necessárias e dignas, para que ele, ao retornar ao ambiente de convívio social, familiar, dele, não tenha nenhum atrativo. Ao contrário, que ele crie resistências, para que ele não volte a ativar essa memória, que foi criada, essa memória, fisiológica.

É o mesmo caso da dor. Como especialista em dor, sei que ela cronicada pela repetição, pelo grau de estímulos, dos vários neurônios, ao longo da sua vida.

Então, nunca devemos baixar a vigilância, nem depois de seis meses, um ano, nunca, porque ele é um propenso candidato a retornar, porque, afinal de contas, fisiologicamente, já houve ali algum tipo de memória.

Como foi dito aqui, a referência paterna e materna, enfim, familiar é fundamental, para que se evite tudo isso.

Mas parabéns mais uma vez. Muito obrigado pelo que aprendi aqui. Perdoe-me, Sr. Presidente, por ter interrompido, mas estão me chamando para relatar um projeto na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok. Vou só ouvir aqui o meu querido Luiz Pires.

O SR. LUIZ PIRES – Rapidamente, a questão do tempo é filosófica: um período para desintoxicação; outro para retomada de vida; e um terceiro período, nove meses, a ressocialização.

No momento em que estamos trazendo os médicos para dentro do processo de comunidades terapêuticas, cabe ao avaliador psiquiatra a necessidade de um termo maior ou não. Lógico, o Governo tem que trabalhar com um limite. Os seis meses, para mim, seriam suficientes para trabalhar todos os estágios.

Também quero reafirmar a questão da ressocialização. É importante. Não basta fazer o compulsório de 30 dias. Sai do compulsório, vou para o processo de comunidade terapêutica, fico lá por 180 dias e, após isso, aquela pessoa deixa de ser atingida pelo Estado. Se não continuar com espaços onde possa ter acompanhamento da família, reinserção no trabalho, na sua vida profissional, provavelmente todo esse trabalho será colocado fora.

A questão do compulsório. Penso que com o **crack** está necessário, só que, se trabalharmos só o compulsório, também vai ser um investimento colocado fora. Ele tem que fazer essa primeira abordagem para trabalhar a desintoxicação imediata, porque a compulsão do **crack** é muito forte. Depois, precisa ser encaminhado para encaminhamentos periódicos, dentro de comunidades terapêuticas, ou para os próprios CAPSED.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos aqui a presença dos nossos convidados e Senadores.

Queria aqui colocar em votação a proposta de atendermos ao convite do Espírito Santo, acertando em seguida o detalhamento, para o dia 2 de setembro. Vamos fazer aqui um contato com a Senadora Ana Rita, que é de lá, e com os outros Senadores do Espírito Santo, Ferraço e Magno Malta, para organizarmos essa agenda. Cuidarei aqui, na Comissão, de ver com os demais membros quem pode participar lá desse momento.

Outro é deixar aprovado também para a segunda quinzena de setembro, a ser acertada a data, consultando as embaixadas da Suécia, Holanda e Portugal, para que possamos fazer uma agenda. Pelo que ouvi dos Parlamentares, eles acham que é passível

em torno de dois dias para cada país, para organizarmos uma boa agenda. Temos que ver também o tempo dos deslocamentos para a gente conhecer essa experiência.

Agora estou querendo oficializar pela Comissão ao Ministro Gilberto Carvalho a marcação da agenda para a gente acertar o detalhamento da conferência nacional, junto com ela a presença da Drª Paulina, que é a outra coordenadora desta área e que estará nos acompanhando.

Então, em votação. (Pausa.)

Aprovado esses requerimentos verbais.

Agradeço aqui a presença e devo dizer que, no dia a dia, qualquer nova ideia, experiência, enfim, sintam-se também contemplados para apresentar.

Pedi para o Mano Sanches escolher algum desses poemas que recebeu e já passou para a equipe – vamos tirar cópias e lhe devolver os originais – para quem sabe na publicação ou em algum evento que tenha, porque gostei muito dessa ideia, dessa experiência. Parabéns! Que Deus abençoe vocês.

Encerrados os trabalhos.

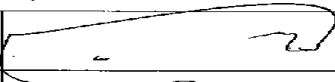

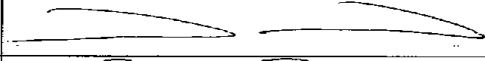
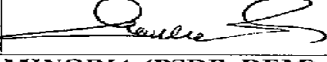
Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, “CRACK” E OUTRAS DROGAS

16ª REUNIÃO – CASDEP,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA DIA 23 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 10 HORAS

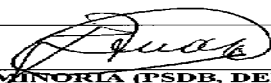
PRESIDÊNCIA: Senador(a) Wellington Dias

SENADORES TITULARES	PARTIDO	ASSINATURA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
WELLINGTON DIAS	PT	
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
WALDEMIR MOKA	PMDB	
ANA AMELIA	PP	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)		
VAGO		

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS

16ª REUNIÃO – CASDEP,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA DIA 23 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 10 HORAS

PRESIDÊNCIA: Senador(a) Wellington Dias

SENADORES SUPLENTE	PARTIDO	ASSINATURA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
1- ÂNGELA PORTELA	PT	
2- CRISTOVAM BUARQUE	PDT	
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
1- PAULO DAVIM	PV	
2 - EDUARDO AMORIM	PSC	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)		
1 - CÍCERO LUCENA	PSDB	

Atualizada em 03/08/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

54ª LEGISLATURA

Em 23 de agosto de 2011
(terça-feira)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS

16ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 23 de agosto de 2011, terça-feira, às 10 horas, Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

RESULTADO

PAUTA CASDEP: 23-8-2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REALIZADA

Assunto: Audiência Pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao **crack**, álcool e outras drogas.

Requerimentos nºs 7 e 11, de 2011 – CASDEP

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Wellington Dias (RAS nº 7) e Senadora Ana Amélia (RAS nº 11)

AÇÕES PREVENTIVAS DE COMBATE AO CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

ORADORES PARTICIPANTES

LEDIR DA SILVA PORTO
Secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha – ES

LUIZ VICENTE DA CUNHA PIRES
Prefeito de Cachoeirinha – RS

MANO CHANGES
Deputado Estadual do Rio Grande do Sul

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

EVERTON RAMOS
Projeto Vem Viver

FRANCISCO JOSÉ PEREIRA DE LIMA – “Preto Zezé”
Presidente Nacional da Central Única das Favelas – CUFA

EXTRAPAUTA

ITEM 1

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011 – CASDEP

“Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno, a realização de diligência ao Estado do Espírito Santo, por esta Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de

Álcool, **Crack** e outras Drogas, para verificar **in loco** as atividades de Comunidades Terapêuticas, no próximo dia 2 de setembro”.

Autoria: Senador Wellington Dias

Resultado: Aprovado

ITEM 2

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011 – CASDEP

“Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras Drogas – Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim – a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, **crack** e outras drogas.

Deverão ser realizadas visitas, **in loco**, a instituições que alcançaram êxito no enfrentamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.”

Autoria: Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim

Resultado: Aprovado

SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLA- TURA, REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL

Às nove horas e sete minutos, do dia quinze de setembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Clésio Andrade, Cyro Miranda e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença da Senhora Ione Andrade Goulart Luis Carlos. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da

leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destinada à realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010 que “altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências”, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: Salomão Rodrigues Filho, Psiquiatra, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás – CREMEGO, e representante do 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM, Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti; Marcelo Ferreira Caixeta, Psiquiatra, especialista em dependência química; Vladimir de Andrade Stempliuk, Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD), representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça (SENAD/MJ), Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte; Maria Cristina Hoffmann, Assistente Técnica da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde – DAPES/SAS/MS. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CASDEP/CAS.** *Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras Drogas – Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim – a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, **crack** e outras drogas. Deverão ser realizadas visitas, **in loco**, a instituições que alcançaram êxito no enfrentamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.* **Autoria:** Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim. **Resultado:** Aprovado. Às nove horas e dez minutos assume a Presidência a Senadora Ana Amélia. Usam da palavra os Senadores Demóstenes Torres e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calhão, Secretária da Comissão, a presente Ata que,

lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião desta Comissão.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PLS nº 111, de 2010, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de drogas e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011, de iniciativa da valorosa Senadora Ana Amélia.

Convido os nossos ilustres convidados, que são o Sr. Salomão Rodrigues Filho, psiquiatra, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás; o Sr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

V. Sãs estão convidados a fazer parte da Mesa.

Convido o Sr. Marcelo Ferreira Caixeta, psiquiatra especialista em dependência química; convido o Sr. Vladimir de Andrade, Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad); convido a Srª Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte a fazerem parte da Mesa; e convido também a Srª Maria Cristina Hoffmann, Assistente Técnica da Área de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do RISF, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra as Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes de tudo, eu gostaria de registrar a visita ilustre do meu prezado amigo – se me permite assim chamá-lo Prefeito da cidade de Rondonópolis, Dr. José Carlos do Pátio, que nos honra com sua presença aqui, acompanhado de Vereadores, especialmente do Vere-

ador Fulô, que é amigo – se me permite falar assim, na intimidade grande companheiro nosso da cidade de Rondonópolis, e dos demais participantes da sua comitiva.

Quero também, com a devida vênia, respeito, amizade e consideração, convidar a Senadora Ana Amélia para presidir esta audiência pública, tendo em vista que eu tenho outros compromissos assumidos, porque a gestão precisa ter esse fortalecimento de ampliar sua rede e uma responsabilidade partilhada nas três instâncias do Governo.

Essa é uma questão muito importante, mas essa rede é composta de diferentes equipamentos. O que se fala é que, hoje, pela política atual, a internação em hospital psiquiátrico não é o grande centro da questão da atenção. Ela não centraliza o tratamento em hospital psiquiátrico.

Hoje temos diferentes abordagens e a política nacional reconhecida internacionalmente e serve como modelo para outros países. Reconhecida pela UPS publicamente. Que equipamentos? Só para esclarecer.

Temos leitos em hospitais gerais, temos leitos para tratamento específico de álcool e droga com remuneração maior do que a de leitos normalmente. Há estudos de parceria para compor com outras instituições realmente. Há a proposta de uma unidade que chama UAT, que é uma unidade de atenção que também prevê leitos de acompanhamento e há os leitos de acompanhamento.

Parece uma coisa muito simplista falar simplesmente dos CAPS. Os CAPS sozinhos não farão e não darão conta. Eles integram uma rede muito mais ampla. E, para passar a informação, o CAPS-AD do GHC foi cadastrado...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – GHC É o Hospital Conceição de que esta falando.

A SRA. MARIA CRISTINA CORREA HOFFMANN – Em 2004 ele foi habilitado e o CAPS 2 que também tem foi habilitado em 2009 e há também o CAPS-I que é específico para a população infantil que ainda não foi habilitado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dra Maria Cristina.

Queria agradecer a presença do Deputado Luiz Carlos Heinze e também do Prefeito da cidade de Glorinha, no Rio Grande do Sul, Renato Raupp Ribeiro, do Vereador Delmir Maciel que participam também desta audiência pública que foi requerida por mim que sou Relatora dessa importante matéria, o que se viu pelo debate acalorado em torno do tema.

A realização da audiência pública para instruir o PLS nº 111, de 2010, de autoria do Senador Demóstenes Torres que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2003 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de

drogas e a sua substituição por tratamento especializado e dá outras providências.

Esse foi meu requerimento e, antes, de encerrar a sessão, queria, extrapauta, fazer a leitura de um requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

“Requeremos, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a realização da Missão Oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras drogas – Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim Inglaterra, Holanda Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e colher subsídios para a formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, **crack** e outras drogas.

Deverão ser realizadas visitas localmente a instituições que alcançaram êxito no enfrentamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.

Gostaria que o Senador Wellington Dias faça a...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, quero dizer da importância dessa agenda pelo que vimos aqui.

Trabalharemos, pelo que a Subcomissão apresentou, quatro distintas experiências. Uma experiência que, em relação ao usuário, vamos dizer assim num termo de povo, mais dura, mais exigente, que é a da Suécia; outra que é outro extremo, que a mais aberta que é a da Holanda e duas diferentes, mas são mais intermediárias que são a da Inglaterra e de Portugal.

Quero agradecer o trabalho da Comissão e ressaltar o trabalho do Ministério das Relações Exteriores que está tratando com as embaixadas, com os governos desses países uma agenda que nos permita fazer essas visitas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Poderiam ir também aos Estados Unidos. Acho que à Holanda é bom porque está refluindo nessa posição liberal que tinha e é bom ver a experiência da Holanda.

Nos Estados Unidos há uma experiência também de redução de criminalidade com uma política mais rigorosa. A lei é local, mas talvez visitar Nova Iorque, Chicago onde há leis distintas, modelos distintos, mas rigorosamente mais rígidos. A Inglaterra também é um bom modelo porque está retroagindo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) —É semelhante hoje aos Estados Unidos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A sugestão que faço à Comissão, se pudesse, porque se veriam mesmo os modelos existentes, diferentemente no mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Coloco em votação a proposta do Senador Demóstenes de incluir também os Estados Unidos nessa missão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na verdade, como são quatro países, para não ficar uma coisa muito alongada, sugiro que se faça em separado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Os quatro países são próximos e se pode fazer a Inglaterra por último. Há um voo que chega a Nova Iorque rapidamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Da minha parte, não há problema.

Querida ouvir também a nossa Presidente.

A SR. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Acho que é interessante e vou colocar em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada a proposta e a inclusão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu, como não irei, torço pela missão ser comandada pela nossa grande Senadora Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu sou apenas a Relatora do seu projeto de lei. Sou a Vice-Presidente, o Presidente é o Senador Wellington Dias, desta Subcomissão, a CASDEP.

Está lido e aprovado, incluindo a sugestão do Senador Demóstenes Torres.

Querida renovar, em nome da Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo Senador Jayme Campos, que me delegou a missão de conduzir os trabalhos nesta manhã em função de ser a Relatora e requerente da matéria relacionada ao projeto do Senador Demóstenes Torres, a presença do Dr. Salomão Rodrigues Filho, Psiquiatra, Presidente do Conselho Regional de Goiás (CRM/GO), representante e 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM); do Dr. Marcelo Ferreira Caixeta, Psiquiatra especialista em dependência química; Dr. Vladimir Stempliuk, Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça, representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça (Senad), Drª Paulina do Carmo Duarte; e da Drª Maria Cristina Correa Hoffmann, Assistente Técnica da Área de Saúde Mental do Ministério da Saúde (SAS/MS).

Querida também agradecer a presença da Prefeita de Itacurubi. É Goiás?

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Não, Rio Grande do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ah, desculpa, é que foi um médico psiquiatra de Goiás que disse. Existem muitas cidades com o mesmo nome, como Porto Alegre no Rio Grande do Sul e Porto Alegre em outros Estados. Quero agradecer então a presença também da Prefeita de Itacurubi, Ione Goulart, e do Secretário João Carlos Rigon, que participaram desta audiência pública.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso é prova da admiração de Goiás pelo Rio Grande do Sul.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A recíproca é verdadeira, Senador Demóstenes Torres, também aqui o Piauí presente.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

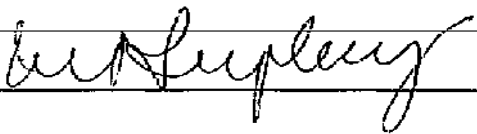
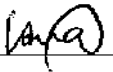
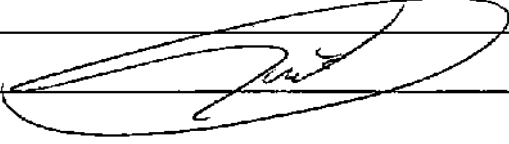
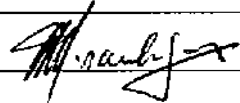
31ª REUNIÃO – CAS (EXTRAORDINÁRIA), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS.

PRESIDÊNCIA: Senador(a) Jayme Campos

SENADORES TITULARES	PARTIDO	ASSINATURA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRE)		
PAULO PAIM	PT	
ÂNGELA PORTELA	PT	
HUMBERTO COSTA	PT	
WELLINGTON DIAS	PT	
VICENTINHO ALVES	PR	
JOÃO DURVAL	PDT	
RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	
VANESSA GRAZZIOTIN	PC do B	
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
WALDEMIR MOKA	PMDB	
PAULO DAVIM	PV	
ROMERO JUCÁ	PMDB	
CASILDO MALDANER	PMDB	
RICARDO FERRAÇO	PMDB	
EDUARDO AMORIM	PSC	
ANA AMÉLIA	PP	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)		
CÍCERO LUCENA	PSDB	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	
VAGO		
JAYME CAMPOS	DEM	
PTB		
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

31ª REUNIÃO – CAS (EXTRAORDINÁRIA), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS.

SENADORES SUPLENTE	PARTIDO	ASSINATURA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
EDUARDO SUPLICY	PT	
MARTA SUPLICY	PT	
VAGO		
ANA RITA	PT	
LINDBERGH FARIAS	PT	
CLÉSIO ANDRADE	PR	
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	
LÍDICE DA MATA	PSB	
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	
PEDRO SIMON	PMDB	
LOBÃO FILHO	PMDB	
EDUARDO BRAGA	PMDB	
ROBERTO REQUIÃO	PMDB	
SÉRGIO PETECÃO	PMN	
BENEDITO DE LIRA	PP	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)		
AÉCIO NEVES	PSDB	
CYRO MIRANDA	PSDB	
PAULO BAUER	PSDB	
MARIA DO CARMO ALVES	DEM	
PTB		
ARMANDO MONTEIRO	PTB	
GIM ARGELLO	PTB	

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 15 de setembro de 2011
(quinta-feira)**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

31ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 15 de setembro de 2011, quinta-feira, às 9 horas, Sala Florestan Fernandes, Plenário 9, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo Senado Federal.

RESULTADO**PAUTA CAS: 15-9-2011
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA****AUDIÊNCIA PÚBLICA
REALIZADA**

PARA INSTRUIR O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2010

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres **Relatoria:** Senadora Ana Amélia

Observação: Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 28, de 2011–CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia.

ORADORES PARTICIPANTES**SALOMÃO RODRIGUES FILHO**

Psiquiatra, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás – CREMEGO, e representante do 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina CFM, Emmanuel Fortes Silveira Calvanti.

MARCELO FERREIRA CAIXETA Psiquiatra, especialista em dependência química

VLADIMIR DE ANDRADE STEPLIUK

Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD), re-

presentante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça (SENAD/MJ), Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte.

MARIA CRISTINA HOFFMANN

Assistente Técnica da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde – DAPES/SAS/MS

EXTRAPAUTA**ITEM 1****– Não Terminativo –****REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011 – CASDEP/CAS**

“Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras Drogas – Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim – a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, **crack** e outras drogas.

Deverão ser realizadas visitas, **in loco**, a instituições que alcançaram êxito no enfrentamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.”

Autoria: Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim

Resultado: Aprovado

SECRETARIA DE COMISSÕES**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

ATA DA 17ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS DUAS HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos, do dia quinze de setembro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Wellington Dias**, reúne-se a

Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras Drogas, com a presença do Senador Waldemir Moka e da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo o número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião que é dada por aprovada. O Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se à discussão preliminar do Relatório desta Subcomissão. O Senhor Presidente registra que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, na 31ª Reunião realizada hoje, às nove horas, o Requerimento nº 14, de 2011-CASDEP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcília Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias**, Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack** e outras drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª reunião de 2011.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão preliminar do relatório desta Subcomissão.

Como é de conhecimento de V. Ex^{as}, foi deliberado pela Comissão de Assuntos Sociais o Requerimento nº 14, de 2011-CASDEP, aprovado por esta Subcomissão em reunião realizada dia 23 de agosto de 2011, e também pela Comissão de Assuntos Sociais.

Passo a ler o seu inteiro teor para discutir detalhes sobre o assunto com V. Ex^{as}.

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CASDEP

*“Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, **Crack***

*e outras Drogas – Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim – a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, **crack** e outras drogas.*

*Deverão ser realizadas visitas, **in loco**, a instituições que alcançaram êxito no enfrentamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico e psicológico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.”*

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Então, esta é a Ata e este é o requerimento.

Eu devo apenas informar aqui que, da conversa tida com os Senadores, estamos fazendo a opção de organizar, junto com o Ministério de Relações Exteriores, junto com as embaixadas e com a Comissão de Assuntos Sociais, essa agenda de viagem entre os dias 29 e 30 de outubro, a depender dos horários possíveis de voo, com o retorno previsto para o final de semana do dia 6 ou 7 novembro, ou seja, aproximadamente uma semana, e, aí, há que, obviamente, adaptar aos horários de voo.

A proposta é que se possa fazer um roteiro, fazendo primeiro a Suécia, em seguida, a Holanda; depois, Inglaterra e Portugal. E o objetivo, além dos aqui citados, é examinarmos quatro distintas experiências de países que já têm um plano em andamento ou com redução, ou com impedimento do crescimento no número de usuários de drogas e na dependência química no país.

Então, consultados os Senadores, este foi o melhor calendário encontrado.

Por isso, não havendo outras sugestões, fica aprovado este cronograma para que a equipe da Comissão possa, a partir daí, organizar toda a agenda. E vamos trabalhar com a Direção da Casa as condições para que tenhamos, inclusive, a presença de um consultor que possa acompanhar os trabalhos da Comissão.

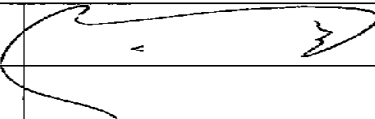
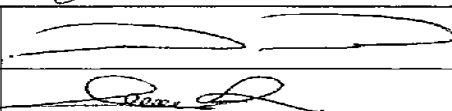
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos. Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS

17ª REUNIÃO – CASDEP,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14H30

PRESIDÊNCIA: Senador(a) Wellington Dias

SENADORES TITULARES	PARTIDO	ASSINATURA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
WELLINGTON DIAS	PT	
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
WALDEMIR MOKA	PMDB	
ANA AMELIA	PP	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)		
VAGO		

Atualizada em 03/08/2011

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS

17ª REUNIÃO – CASDEP,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14H30

PRESIDÊNCIA: Senador(a) Wellington Dias

SENADORES SUPLENTE	PARTIDO	ASSINATURA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
1- ÂNGELA PORTELA	PT	
2- CRISTOVAM BUARQUE	PDT	
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
1- PAULO DAVIM	PV	
2 - EDUARDO AMORIM	PSC	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)		
1 - CÍCERO LUCENA	PSDB	

Atualizada em 03/08/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 15 de setembro de 2011
(quinta-feira)**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS
SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE
ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS**

17ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 15 de setembro de 2011, quinta-feira, às 14h30, Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

RESULTADO**PAUTA CASDEP: 15-9-2011****REALIZADA****DISCUSSÃO PRELIMINAR DO RELATÓRIO DA
SUBCOMISSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 31ª e 32ª reuniões desta Comissão.

Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 9 da nossa pauta previamente já divulgada e, após a deliberação, iniciaremos a cerimônia de aposição de retrato da Governadora, ex-Senadora, Rosalba Ciarlini, na galeria de ex-Presidentes desta Comissão.

Gostaria de fazer um pequeno comentário e, sobretudo, também aqui ler convite do Ministério da Saúde, particularmente do Conselho Nacional de Saúde. Exmo Sr, o Conselho Nacional de Saúde realizará

o Seminário Internacional Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde, no período de 7 a 8 de novembro de 2011, em Brasília – DF, conforme programação preliminar anexa. Informamos que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal poderá se fazer presente, indicando um representante. Para tanto, faz-se necessário efetivar a inscrição por meio do preenchimento da ficha disponível no **link** – que passarei às mãos dos Srs. e Sr^{as} Senadoras até o dia 20 de setembro de 2011, na certeza de contarmos com a presença dessa Comissão para contribuir com os trabalhos.

Agradecemos respeitosamente.

Rosângela Fernandes Camapum – Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde.

Em anexo, irá também toda a programação aqui elaborada.

Solicito à Secretária, Dr^a Dulcília, que, se possível, mande providenciar uma cópia para distribuírmos a todos os membros desta Comissão, até porque, se eventualmente um, dois ou três quiserem comparecer, não haverá nenhum impedimento, tendo em vista que basta fazer a inscrição. Todavia, a Comissão, de forma democrática, escolherá alguém como representante, diante do interesse dos seus membros.

Comunico, antes de mais nada, que teremos hoje a visita honrosa e prazerosa, uma vez mais, da Senadora Rosalba, que virá aqui para aposição do seu quadro. Tendo em vista a deliberação desta Comissão sobre o Projeto de Resolução nº 4, de 2003, em reunião realizada em 31-8-2011, esta Presidência propõe aos membros o envio da matéria à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 138, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, tornando sem efeito o requerimento anteriormente aprovado.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2011

Nos termos do art. 101, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o **PRS – Projeto de Resolução do Senado, nº 72 de 2010** seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Justificação

Tendo em vista a relevância da matéria em questão pede-se que seja apreciada pela CCJ onde será argüida conforme prevê o citado artigo:

Art. 101. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para plenário;

Esse é o motivo pelo qual apresentamos este Requerimento.

Sala das Sessões, – Senador **Ricardo Ferraço**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.177, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, a União da Juventude Socialista – UJS, pelos seus 27 anos comemorado no dia 22 de Setembro de 2011, bem como seja encaminhado o referido voto ao jovem André Pereira Tokarski, Presidente Nacional da UJS, no seguinte endereço: Rua Treze de Maio, número 1016, Bairro Bela Vista, São Paulo-SP, no CEP 01327000, São Paulo – SP.

Justificação

A União da Juventude Socialista (UJS) é uma entidade **brasileira** de caráter **socialista** com sede em **São Paulo**. Foi fundada em **22 de setembro de 1984**, e neste mês de setembro comemora 27 anos de existência, enquanto os partidos políticos de orientação **so-**

cialista e comunista ainda eram proibidos pelo **regime militar**.

A UJS é organizada em núcleos, direções municipais, direções estaduais e a direção nacional. Esta entidade tem direção estadual organizada em todas as Unidades da Federação. É conhecida por possuir trabalho de base no Movimento Estudantil, e de ser a maior força política do mesmo.

Existem datas na história de uma Organização que são marcantes e os 27 anos são uma delas. Não existe no Brasil uma experiência de entidade política juvenil, com as características da UJS, que tenha sido tão longa e tão exitosa. Por isso, há muito que comemorar.

Parabéns a UJS por contribuírem nas lutas populares e por tornar essa sociedade mais justa e igualitária.

Sala das Sessões, 22 de Setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Graziotin**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.178, DE 2011

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010, com o Projeto de Lei do Senado 44, de 2009, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2011. – Senador **Gim Argello** (PTB/DF).

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.179, DE 2011**Requerimento de licença autorizada.**

Requeiro, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela

Resolução nº 37, de 1995, seja considerada licença autorizada, quando estarei ausente dos trabalhos da Casa participando em várias cidades do País, dos Seminários Regionais para “Discussão das Propostas de Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período 2012-2015”, conforme dispõem o § 2º do art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. Estes seminários serão realizados nas seguintes datas: 27/9, 29/9, 30/9, 6/10, 17/10 e 18/10.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2011. – Senador **Acir Gurgacz**, PDT/RO.

REQUERIMENTO Nº 1.180, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam justificadas minhas ausências nos trabalhos da Casa, no dia 27 de setembro, bem como nos dias 3, 6 e 18 de outubro do corrente, em face dos Seminários Regionais para a discussão das Propostas do Orçamento da União para 2012 (PLOA 2012) e do Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PLPPA 2012-2015), do qual sou relator.

Sala das Sessões, – Senador **Walter Pinheiro**.

REQUERIMENTO Nº 1.181, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada licença autorizada, quando estarei ausente dos trabalhos da Casa participando em várias cidades do País dos Seminários Regionais para “Discussão das Propostas de Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período 2012-2015”, conforme dispõe o § 2º do art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. Estes seminários serão realizados nas seguintes datas: 27/8, 29/9, 30/9, 6/10, 17/10 e 18/10.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2011. – Senador **Vital do Rêgo**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.182, DE 2011

OF. 422-11/SF.GAB-MM

Brasília, 21 de setembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente;

A Câmara dos Deputados da República Argentina estará promovendo a realização de um seminário intitulado “O avanço do consumo de drogas na Argentina”, a ser realizado em 6 de outubro próximo, naquela casa de leis, na cidade de Buenos Aires, para o qual fui convidado a participar na condição de palestrante sobre o assunto, através da Senhora Deputada Cinthia Hotton, organizadora do evento, conforme cópia anexa.

Dessa forma, venho a Vossa Excelência nos termos do artigo 40 do Regimento Interno autorização para participar daquele encontro, levando em consideração que o tema diz respeito à preocupação que une os dois países em seu combate e prevenção.

Ressalto ainda, que uma vez deferido, a presente solicitação, seja também autorizada minha ausência dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 7 de outubro de 2011.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração. – Senador **Magno Malta**.

AFEPA/COCIT/DAM I/PARL BRAS ARGT

Ofício nº 65

Brasília, 31 de agosto de 2011

Senhor Senador,

Encaminho, para conhecimento de Vossa Excelência, cópia de convite recebido pela Embaixada em Buenos Aires, de autoria da deputada argentina Cynthia Hotton, referente a seminário intitulado “O avanço do consumo de drogas na Argentina: o debate no Congresso”, a ser realizado em 6 de outubro próximo na Câmara de Deputados da República Argentina.

2. Muito agradeceria informar-me acerca do interesse de Vossa Excelência em atender ao evento.

3. Permaneço, juntamente com minha assessoria, à disposição de Vossa Excelência.

Cordialmente, – **Sérgio França Danese**, Embaixador Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

H. Cámara de Diputados de la Nación

BUENOS AIRES, 23 DE AGOSTO DE 2011

SEÑOR
MAGNO MALTA
SENADOR FEDERAL
CÁMARA DE SENADORES DE BRASIL
S / D

DE MI MAYOR CONSIDERACIÓN:

Tengo el agrado de dirigirme a Ud., a fin de poner en su conocimiento que el día jueves 6 de octubre del corriente año, tendrá lugar el seminario "El avance del consumo de drogas en Argentina: El debate en el Congreso". El mismo se realizará en la Honorable Cámara de Diputados de la Nación, en la Ciudad de Buenos Aires, República Argentina.

En nuestro país se están tratando varios Proyectos de Ley que propician la despenalización y, lamentablemente, no existe un debate amplio que permita a los legisladores contar con la suficiente y objetiva información.

Considero que se trata de un asunto muy importante, que requiere un profundo análisis. Por ello, decidí organizar un evento no partidario donde puedan exponer referentes de la medicina, de la justicia, de la sociedad y de la política. También estoy respondiendo al reclamo de organizaciones de padres y familiares de víctimas de las drogas, de diferentes provincias argentinas, cuya voz no es escuchada ni atendida.

En este sentido, estimaría de gran valor que Ud. pudiese acompañarnos y nos honrara con sus conocimientos, trayectoria y experiencia. Sería un honor poder contar con sus preciadas palabras. Me pongo a su disposición para cualquier consulta que pudiese tener.

Quedando a la espera de su atenta respuesta, aprovecho la oportunidad para reiterarle las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.



Cynthia Hottón, Diputada Nacional
República Argentina
hottonc@ diputados.gob.ar
Tel: (54-11) 6310-7612

Brasília, 22 de setembro de 2011

OF. 422-11/SF.GAB-MM

Origem: Senador Magno Malta.

Assunto: solicita autorizar sua participação no seminário "O avanço do consumo de drogas na Argentina", a ser realizado na cidade de Buenos Aires, no dia 6 de outubro de 2011

Encaminho a Vossa Senhoria o expediente em epígrafe, para conhecimento e instrução da matéria,

mediante o qual Excelentíssimo Senhor Senador Magno Malta solicita autorizar sua participação no seminário "O avanço do consumo de drogas na Argentina", a ser realizado na cidade de Buenos Aires, no dia 6 de outubro de 2011. – **Sérgio Penna**, Chefe de Gabinete.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será

encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.183, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, que “define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto”, seja submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além das Comissões constantes no despacho inicial.

Justificação

O Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, de iniciativa da Senadora Maria do Carmo Alves, conforme seu art. 1º revela, dispõe sobre a participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Para tanto, estabelece uma cota mínima de 40% dos assentos nos Conselhos de Administração das empresas públicas e sociedades de economia mista destinados a serem preenchidos por mulheres.

A matéria, no entanto, foi direcionada às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, nesta última em decisão terminativa. Sucede que, a nosso ver, o projeto deve ser discutido também na Comissão de Assuntos Sociais, dada sua enorme abrangência nas relações sociais de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho, especialmente no tocante à administração das grandes empresas nacionais.

Diante disso, e de acordo com o art. 100, inc. I e IV, do Regimento Interno, compete à Comissão de Assuntos Sociais, dentre outras atribuições, opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho e assuntos correlatos. Trata-se, sem dúvida, de uma matéria regimentalmente afeta a essa Comissão permanente.

Requer-se, portanto, a inclusão da referida Comissão entre aquelas destinadas a apreciar a presente matéria.

Sala das Sessões, – Senadora **Lúcia Vânia**, (PSDB-GO).

REQUERIMENTO Nº 1.184, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 383/2011, que “Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia Elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura”, com o Projeto de Lei da Câmara nº 42/2010 que “Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarificação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária”, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, de setembro de 2011. – Senador **Cyro Miranda**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, da Presidência do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 1.592-GP/TCU, de 2011**, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave nas obras que menciona.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 23 de setembro do corrente.

O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 1.592 – GP/TCU

Brasília, 21 de setembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no **caput** do art. 99 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO 2011), informo a Vossa Excelência que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo TCU no presente exercício, foram constatados indícios de irregularidade grave nas seguintes obras:

- Obras de Esgotamento Sanitário em Jauru/MT (TC-007.121/2011-3).
- Obras de Esgotamento Sanitário em Pilar/AL (TC-011.661/2011-9);
- (PAC) Obras de Abastecimento de Água em Augusto Corrêa/PA (TC-010.740/2011-2);
- (PAC) Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte/BR-163/PA – divisa MT/PA – Santarém (TC-015.532/2011-9);

- (PAC) BR-448/RS – Implantação e Pavimentação (TC-008.945/2011-0);
- (PAC) BR 317/AM – Boca do Acre – Divisa AM/AC (TC-011.652/2011-0);
- (PAC) Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife (PE) (TC-007.318/2011-1).

Os relatórios de auditoria dos mencionados empreendimentos encontram-se, desde já, disponíveis no site deste Tribunal (www.tcu.gov.br). O acesso às informações será permitido apenas para os usuários portadores de senha, conforme procedido no exercício passado.

Para tanto, informo que a operacionalização do processo de concessão ou atualização de senhas poderá ser realizada pelo contato da área de informática do Congresso Nacional com a Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Setic) deste Tribunal e que a referida página será atualizada de forma a conter as deliberações que vierem a ser proferidas em decorrência das auditorias.

Esclareço ainda que a presente comunicação se dá nos termos da LDO 2011, e que, por ocasião do envio das informações previstas no art. 93, inciso II, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO 2012), este Tribunal confirmará, ao Congresso Nacional, a classificação do indício de irregularidade de acordo com o que estabelece o art. 91, § 9º, do mesmo diploma legal.

Por fim, registro que esta Corte de Contas encontra-se à disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente, – **Augusto Nardes**, Vice-Presidente, na Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica o desligamento do Deputado Domingos Neto, como suplente, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, conforme **Ofício nº 130, de 2011**, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. B/130/11

Brasília, 20 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a saída do Deputado Domingos Neto (PSB – CE), da vaga de suplente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Respeitosamente, – Deputado **Glauber Braga**, Vice-Líder do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 5, de 2011**, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009.

É o seguinte o ofício:

Of – PRES nº 5/2011 – CRA

Brasília, 22 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou, emenda nº 1 – CRA (substitutivo), em 22 de setembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009 que “Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal”, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurcacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência ao **Ofício nº 5, de 2011**, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 173, de 2011**, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, comunicando a aprovação de **Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2009** (que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2009).

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 173/2011 – CMA

Brasília, 20 de setembro de 2011

Assunto: Prazo de emendas em turno suplementar – PLC nº 147, DE 2009

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, na 36ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada hoje, de acordo com o art. 282, § 2º combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, foi comunicada a abertura de prazo – até o final da discussão em turno suplementar na próxima reunião ordinária da Comissão – para apresentação de emendas ao Substitutivo

oferecido, em 7 de julho do corrente, ao Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2009, conforme ata da reunião e respectiva nota taquigráfica anexas.

Atenciosamente, – Senador **Rodrigo Rolembert**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência ao ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011

(Nº 547/2003, na Casa de origem,
do Deputado Reginaldo Lopes)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica obrigada a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a informar ao produtor de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior à entrega.

Parágrafo único. A não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 547, DE 2003

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informar ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia cinco de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente chamado de produção excedente, entre os períodos das águas

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica obrigada a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a informar ao produtor

de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia cinco de cada mês.

§ 1º A não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

Art. 2º Fica proibido a diferenciação de preço do litro de leite entre os fornecedores (produtor de leite) de uma mesma empresa.

§ 1º A prática de diferenciação de preços entre fornecedores (produtor de leite) acarretará em indenização a parte prejudicada, devida a prática discriminatória.

Art. 3º Fica proibida a prática de cotas de excedente.

§ 1º A média anual de produção não poderá ser instrumento de desvalorização da produção excedente no período das águas.

§ 2º A empresa de beneficiamento e comércio de laticínios será a responsável pelo planejamento do aumento de produção leiteira, não o produtor leiteiro.

§ 3º A prática de desvalorização da produção excedente no período de safra permitirá ao produtor leiteiro a pleitear indenização e multas de responsabilidade da empresa de beneficiamento e comércio de laticínios.

Justificação

A fixação de preços hoje praticada é o mais flagrante ato de desrespeito ao produtor rural, que o coloca de joelhos frente ao poder de manobra das empresas de beneficiamento e comércio de laticínios.

O desrespeito é tão escancarado que até a regra básica da negociação entre fornecedor e comprador, onde o fornecedor aplica sua política de preços e aí se negocia algo em relação ao pedido, fica o produtor refém da política estabelecida pelos compradores. O leite é o único produto que, pasmem, o vendedor só fica sabendo o preço depois de quarenta e cinco dias, em média, do produto vendido.

O homem do campo sempre assumiu e assume todos os riscos de seu negócio, desde intercorrências administrativas até os fenômenos adversos da natureza. Se ele assume o risco do período de vacas magras, também deve colher os benefícios do período das vacas gordas.

O tempo urge para a regulamentação da relação comercial entre esta categoria que, a todo instante, vê a possibilidades de ampliação de sua produção, a geração de mais e melhores empregos serem subtraídas dada a falta de regulamentação digna deste processo comercial, que chega a discriminar os produtores rurais, classificando uns de primeira e outros de segunda categoria, ministrando valores diferenciados entre os grandes e os pequenos produtores

numa mesma empresa de beneficiamento e comercialização de laticínios.

A produção leiteira é responsável por grande parte dos empregos gerados no campo, e esses produtores devem ser protegidos pela lei, para que possam continuar a produzir, tanto o grande produtor como o pequeno.

Nobres pares, acredito que com esta proposição estaremos caminhando rumo a uma melhor justiça social no campo.

Sala das Sessões, 27 de março de 2003. – Deputado **Reginaldo Lopes**.

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2011

(Nº 1.339/2003, na Casa de origem, do Deputado Fabio Souto)

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recomposição ambiental das áreas de preservação permanente que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 22

§ 4º Pelo menos 10% (dez por cento) dos recursos destinados às despesas previstas no inciso I do **caput** devem ser aplicados em ações voltadas à recomposição ambiental de áreas de preservação permanente localizadas no entorno de nascentes e reservatórios e ao longo de cursos d’água.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.339, DE 2003

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recuperação das áreas de preservação permanente que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que “institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 22.

“§ 4º Pelo menos 10% (dez por cento) dos recursos destinados às despesas previstas no inciso I devem ser aplicados em ações voltadas ao reflorestamento e a outras medidas com vistas à recuperação de áreas de preservação permanente localizadas no entorno de nascentes e reservatórios, e ao longo de cursos d’água. (AC)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor contados 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

Justificação

O projeto de lei ora apresentado traz um aperfeiçoamento extremamente relevante na Lei dos Recursos Hídricos. Pretende-se assegurar a aplicação permanente de uma parcela dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, prevista pela Lei nº 9.433/97 e atualmente em fase de início de implementação, em ações voltadas ao reflorestamento e a outras medidas com vistas à recuperação de áreas de preservação permanente (APP) localizadas no entorno de nascentes e reservatórios, e ao longo de cursos d’água.

Sugiro que se adote para tanto um percentual mínimo de dez por cento dos recursos destinados ao financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos. Com isso, impõe-se outro ajuste importante na referida lei, qual seja, os próprios planos diretores que orientam o gerenciamento de recursos hídricos passam a ter que tratar da questão da recuperação das APP.

A legislação que regula o tema APP, basicamente o Código Florestal (Lei nº 4.771/65), baseia-se apenas em medidas de comando e controle, e tem apresentado problemas graves de ineficácia. A inovação aqui proposta altera essa lógica e procura garantir meios para que as APP sejam mantidas, de fato, preservadas.

Diante da importância do tema tratado pelo projeto de lei, conto, desde já, com o pleno apoio de meus ilustres Pares para seu aperfeiçoamento e aprovação por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2003. – Deputado **Fabio Souto**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição

Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

I – no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II – no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2º Os valores previstos no **caput** deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

§ 3º (VETADO)

Art. 23. (VETADO)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2011

(Nº 1.664/1999, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci)

Proíbe a pesca amadora com rede, tarrafa e puçá em todo o território nacional, durante o período de 3 (três) anos, para pescadores amadores e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a pesca amadora, com qualquer tipo de rede, tarrafa e puçá em todo o território nacional, durante o período de 3 (três) anos, a contar da data da publicação desta Lei.

§ 1º Não será alcançado pelo disposto neste artigo o pescador artesanal que tira o seu sustento e o de sua família desta atividade, ressalvados os períodos de suspensão total de pesca por órgão competente.

§ 2º Ato de órgão competente do Poder Executivo federal poderá ampliar o prazo previsto no **caput** deste artigo.

Art. 2º Os infratores desta Lei terão suas redes, tarrafas ou puçás e todo o material de pesca apreendidos definitivamente.

Art. 3º Em caso de reincidência, além da apreensão definitiva de todo o material de pesca, os infratores serão multados pelas autoridades responsáveis.

Parágrafo único. A multa de que trata este artigo será única para cada infrator no valor de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.664, DE 1999

Proíbe a pesca com rede em todo o território nacional, durante o período de três anos, para pescadores amadores e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a pesca com qualquer tipo de rede, em todo o território nacional, por pescadores amadores, durante o período de três anos, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 2º Os infratores desta lei, terão suas redes e todo o material de pesca apreendidos definitivamente.

Art. 3º Em caso de reincidência, além da apreensão definitiva de todo o material de pesca, os infratores serão multados pelas autoridades responsáveis.

Parágrafo único. A multa de que trata o art. 3º será única para cada infrator, no valor correspondente a 100 UFIRs, cada um.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Por não sobreviverem da pesca, os amadores e esportistas não têm necessidade de pescar grandes quantidades de peixes. Diante disso, não há nenhum motivo para utilização indiscriminada de redes, como vem acontecendo atualmente, gerando prejuízos ao povoamento dos rios em todo o país.

Esta medida, apesar de branda, pretende colaborar para a proteção do ciclo do peixe, do nascimento, desenvolvimento até a idade de abate, como forma de conscientizar e orientar.

A mesma preocupação não cabe com relação aos pescadores profissionais, já que devem ter a conscientização natural, pela própria necessidade de preservação e do povoamento.

Constata-se que a preocupação em não causar danos à natureza não existe na maioria dos pescadores amadores, por isso, esta proposta visa inibir a pesca predatória com redes utilizadas fora de época e de tamanhos inadequados.

De atitude em atitude, por mais singela que seja, estaremos colaborando decisivamente para a preservação da vida e do nosso futuro.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1999. – Deputado **Enio Bacci** – PDT/RS.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2011

(Nº 2.123/2007, na Casa de origem, dos Deputados Edigar Mão Branca e Edson Duarte)

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida a atividade de vaqueiro como profissão.

Art. 2º Considera-se vaqueiro o profissional apto a realizar práticas relacionadas ao trato, manejo e condução de espécies animais do tipo bovino, bubalino, equino, muar, caprino e ovino.

Art. 3º Constituem atribuições do vaqueiro:

- I – realizar tratamentos culturais em forrageiras, pastos e outras plantações para ração animal;
- II – alimentar os animais sob seus cuidados;
- III – realizar ordenha;
- IV – cuidar da saúde dos animais sob sua responsabilidade;
- V – auxiliar nos cuidados necessários para a reprodução das espécies, sob a orientação de veterinários e técnicos qualificados;
- VI – treinar e preparar animais para eventos culturais e esportivos, garantindo que não sejam submetidos a atos de violência;
- VII – efetuar manutenção nas instalações dos animais sob seus cuidados.

Art. 4º A contratação pelos serviços de vaqueiro de responsabilidade do administrador, proprietário ou não, do estabelecimento agropecuário de exploração de animais de grande e médio porte, de pecuária de leite, de corte e de criação.

Parágrafo único. O contrato de prestação de serviços ou de emprego a que se refere o **caput** deste artigo preverá, obrigatoriamente, seguro de vida de acidentes em favor do vaqueiro, compreendendo indenizações por morte ou invalidez permanente e ressarcimento de todas as despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ou doenças profissionais que vier a sofrer no interstício de sua jornada laboral, independentemente da duração da eventual interna-

ção, dos medicamentos e das terapias que assim se fizerem necessárias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.123, DE 2007

Dispõe sobre a atividade de Vaqueiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida a profissão de vaqueiro em todo território nacional.

Art. 2º Considera-se vaqueiro:

- I – O profissional que faz o trato, o manejo e a condução de espécies animais como bovinos, bubalinos, equinos, muares, caprinos e ovinos.
- II – O profissional que presta consultoria técnica relacionada a questões de meio ambiente rural, eventos associados aos animais, trato e manejo de espécies animais indicadas no inciso I deste artigo.

Art. 3º Para efeitos desta lei define-se “trato e manejo animal” como os cuidados que o vaqueiro deve ter para com as espécies sob sua responsabilidade, garantindo que eles não sejam submetidos a atos de violência e que recebam alimentação adequada e atendimento à saúde quando necessário.

Art. 4º O vaqueiro responsável pela condução dos animais deve garantir a boa saúde desses animais ao longo de trajetos estabelecidos pelo próprio ou pelo contratante.

Art. 5º A denominação “Vaqueiro” é reservada aos profissionais qualificados para compreender, tomar decisões e propor soluções sobre os problemas de trato, manejo e condução das espécies animais citadas no artigo primeiro desta lei, bem como ao estabelecido no art. 1º desta lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O semi-árido brasileiro, em sua amplitude trágica e cruel, tem exigido do sertanejo um esforço imenso para se adaptar e sobreviver à região. A natureza cruel fez surgir o trabalhador especialista em tocar o gado em meio à caatinga, com sua raridade de água e sua flora espinhenta. É o vaqueiro – o tocador de gado, o homem que conhece o sertão, o que corre atrás da novilha em meio aos mandacarus e xiques-xiques, pega o boi pelo laço, entoa o aboio em meio às noites enluaradas.

O vaqueiro nordestino, porém, é apenas um jeito de se fazer vaqueiro. Na realidade, o vaqueiro está por todos os recantos deste país. Porque onde há gado, é preciso alguém que toque esse gado, buscando pas-

tos e lagoas para que o rebanho não passe fome ou sede. Vaqueiros há nas Minas Gerais, na Amazônia, Sul e Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste. Nos campos, pantanais, cerrados, caatinga, no litoral,...

No Nordeste a figura do vaqueiro se destaca muito provavelmente por conta de sua indumentária. Eis uma descrição peculiar dessa figura obtida em <http://www.terrabrasileira.net/folclore/regioes/7tipos/vacanod.html>:

No Nordeste o vaqueiro trabalha com o boi, vive em função do boi, veste roupa feita com o couro do boi. A vestia do vaqueiro, de couro, resiste aos espinhos da caatinga, é a sua couraça, a sua armadura.

O couro, em geral, é curtido por processos primitivos, ficando com uma cor de ferrugem, flexível, macio. Tiram, geralmente, todos os pelos. O gibão é o paletó, de couro de vaqueta. Enfeitado com pespontos. Fechado com cordões de couro.

O para-peito, como o nome indica, protege o peito. Uma alça que passa pelo pescoço o segura. A perneira é uma perna de calça que cobre o pé até a virilha. As perneiras ficam presas na cintura. São duas pernas de calças soltas, deixando o corpo livre para cavalgar.

As luvas cobrem as costas das mãos e deixam os dedos livres.

Nos pés as alpergatas simples ou complicadas como as dos cangaceiros.

Às vezes usam botinas, um sapato fechado E na cabeça o chapéu, que protege o vaqueiro do sol e dos golpes. Na sua copa às vezes bebem água ou comem. O jaleco parece um bolero, feito de couro de carneiro. É usado geralmente em festas. O jaleco tem duas frentes: uma para o frio da noite, onde conservam a lã e a outra de couro liso para o calor do dia.

Este personagem que trabalha tão de acordo com os humores do meio ambiente, seja no pantanal ou na caatinga, não tem sua profissão regulamentada. Trata-se de uma cruel lacuna na legislação brasileira; aqui se revela a insensibilidade da nação para com estes trabalhadores.

O objetivo desse projeto, portanto, é resgatar uma dívida da nação para com estas pessoas que em todo Brasil desempenham sua atividade com afinco e competência. Queremos proporcionar aos vaqueiros o reconhecimento e a regulamentação da profissão, obtendo um registro que o possibilitará responder pelo exercício da profissão.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2007. – Deputado Edigar Mão Branca – Deputado Edson Duarte.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2011

(Nº 2.994/1997, na Casa de Origem, do Deputado Jair Bolsonaro)

Proíbe, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a exportação de madeira não beneficiada oriunda de florestas nativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação desta Lei, a exportação de madeira não beneficiada, oriunda de florestas nativas.

Parágrafo único. Entende-se por beneficiamento, para os efeitos desta Lei, a transformação de toros em vigas, pranchões, tábuas, lâminas e outras formas econômicas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.994, DE 1997

Proíbe, pelo prazo de cinco anos, a exportação de madeira não beneficiada oriunda de floresta nativa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida pelo prazo de cinco anos a contar da data de publicação desta lei, a exportação de madeira não beneficiada, oriunda de florestas nativas.

Parágrafo único. Entende-se por beneficiamento, para os efeitos desta Lei a transformação de toros em vigas, pranchões, tábuas, lâminas e outras formas econômicas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As florestas tropicais do sudeste asiático são, ainda hoje, a principal fonte de madeiras tropicais para o mercado internacional. Estas florestas, entretanto, estão caminhando para o esgotamento.

A floresta amazônica é a última grande reserva de madeira tropical do Planeta. As empresas que controlam o mercado internacional desse recurso, especialmente aquelas sediadas na China, Malásia e Coreia, já começaram a transferir suas operações para a região.

Sabe-se que apenas a empresa malaia WTK já comprou 1,2 milhão de hectares às margens do rio Carauari, no Amazonas. Há pelo menos três companhias asiáticas com sedes já instaladas em Manaus, companhias estas que vem adquirindo serranas na região.

A exploração de madeira na Amazônia brasileira é conduzida hoje de forma absolutamente precatória.

Estudo recente do Fundo Mundial para a Natureza mostra que, no sistema dominante de exploração florestal praticado na região, a cada árvore extraída outras 27 com valor comercial são destruídas e, no processamento, se perde até 50% da matéria prima aproveitável. O País não demonstrou, até agora, capacidade para obrigar as empresas que operam na Amazônia a conduzirem suas atividades de forma sustentável, salvo algumas experiências isoladas.

Com o massivo ingresso do capital internacional destinado à exploração florestal na região as perspectivas sociais, econômicas e ambientais são sombrias. A comprovada incapacidade do governo para controlar a atividade aliada à conhecida forma de exploração predatória adotada pelas empresas asiáticas nas suas regiões de origem prometem uma devastação sem precedentes da floresta amazônica.

O Brasil poderá ver-se na situação hoje vivida pela Guiana. Lá a produção de toras quintuplicou nos últimos cinco anos, mas o retorno financeiro ao País em 1995 não chegou a inacreditáveis um milhão de dólares. Uma cifra insignificante se comparada com o faturamento de uma única empresa asiática que transformou as árvores da Guiana em compensado e recebeu 30 milhões de dólares com exportações. Em cinco anos, os grupos asiáticos se tornaram proprietários de 17% das florestas da Guiana. Para enfrentar essa ameaça, aquele País decretou uma moratória de três anos na exploração florestal até a criação de uma sólida política ambiental.

O Brasil precisa se preparar adequadamente para controlar o acesso das empresas estrangeiras às suas florestas. Não se pode permitir que poderosos grupos econômicos internacionais se apropriem e dilapidem nossos recursos naturais, com graves prejuízos para as gerações presentes e futuras. O País precisa de tempo e recursos para elaborar uma legislação adequada e organizar uma fiscalização eficiente, capaz de garantir a extração bem planejada produtiva e sustentável. cremos que o primeiro passo nesse sentido é uma moratória de cinco anos na exportação de madeira nativa não beneficiada.

Sala das Sessões, 16 de abril de 1997. – Deputado **Jair Bolsonaro**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2011

(Nº 5.194/2005, na Casa de origem, do Deputado Ronaldo Caiado)

Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivos tornar mais transparentes as transações e aumentar a concorrência no mercado de bovinos de corte.

Art. 2º Ficam os frigoríficos com registro junto ao órgão federal de inspeção e fiscalização higiênico-sanitária de produtos de origem animal obrigados a fornecer ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA as informações que seguem, sem prejuízo de outras que o regulamento especificar:

- I – as condições de pagamento e o preço da arroba, ou do quilo do animal vivo, de cada lote de bovinos adquirido, discriminados por sexo e idade, segundo a condição de rastreado ou não rastreado;
- II – o peso médio dos animais do lote, discriminados por sexo e idade, com distinção entre rastreados e não rastreados;
- III – o número de animais do lote, discriminados por sexo e idade, com distinção entre rastreados e não rastreados;
- IV – a data da transação;
- V – o nome, o endereço e o CPF, ou o CNPJ, do vendedor.

Parágrafo único. As informações serão fornecidas em até 5 (cinco) dias úteis após o abate, por meio eletrônico ou em formulário próprio, de papel, assinado pelo comprador.

Art. 3º As informações serão mantidas em sigilo, podendo o MAPA divulgar dados agregados e análises realizadas com base nas informações recebidas, desde que seja impossível identificar os informantes por meio das informações publicadas.

Parágrafo único. O sigilo das informações só poderá ser quebrado mediante autorização escrita dos compradores e vendedores.

Art. 4º Na hipótese de descumprimento do disposto no art. 2º desta Lei, o frigorífico será notificado para que preste as informações no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de cancelamento do registro do

estabelecimento perante o órgão federal de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.194, DE 2005

Determina que frigoríficos com registro no Serviço de inspeção Federal (SIF) informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem por objetivos tornar mais transparentes as transações e aumentar a concorrência no mercado de bovinos de corte.

Art. 2º Ficam os frigoríficos com registro junto ao órgão federal de inspeção e fiscalização higiênico-sanitária de produtos de origem animal obrigados a fornecer ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) as informações que se seguem, sem prejuízo de outras que o regulamento especificar:

- I – as condições de pagamento e o preço da arroba, ou do quilo do animal vivo, de cada lote de bovinos adquirido, discriminados por sexo e idade, segundo a condição de rastreado ou não rastreado;
- II – o peso médio dos animais do lote, discriminados por sexo e idade, com distinção entre rastreados e não rastreados;
- III – o número de animais do lote, discriminados por sexo e idade, com distinção entre rastreados e não rastreados;
- IV – a data da transação;
- V – a nome, endereço e CPF, ou CNPJ, do vendedor.

Parágrafo único. As informações serão fornecidas diariamente, por meio eletrônico e em formulário próprio, de papel, assinado pelo comprador e pelo vendedor.

Art. 3º As informações serão mantidas em sigilo, podendo o MAPA divulgar dados agregados e análises realizadas com base nas informações recebidas, desde que seja impossível identificar os informantes por meio das informações publicadas.

Parágrafo único. O sigilo das informações só poderá ser quebrado mediante autorização escrita dos informantes.

Art. 4º O MAPA realizará e, periodicamente, dará a público estudos, análises e projeções a respeito do mercado de bovinos de corte.

Art. 5º A não observância do que determine esta lei implicará o cancelamento do registro do es-

tabelecimento junto ao órgão federal de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, na forma do regulamento.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

O mercado de boi gordo é notoriamente imperfeito, instável e marcado por ciclos e por flutuações estacionais bem definidas. Além disso, a informalidade que caracteriza boa parte da economia brasileira (e que é estimulada pela elevadíssima carga tributária) também está presente neste mercado. Essas circunstâncias são funestas para o desenvolvimento da pecuária bovina de corte.

Da informalidade resultam a falta de transparência do funcionamento do mercado, além da evasão fiscal. Quando combinada à atomização e dispersão geográfica dos pecuaristas, ao oligopsônio da indústria processadora de carne, aos altos custos de transporte de animais vivos, diferenciação de alíquotas de impostos (a chamada “guerra fiscal”) e aos problemas de sanidade animal ainda não totalmente controlada, a informalidade cria um campo propício à manipulação de informações e à exploração dos segmentos financeira e economicamente mais fracos – os pecuaristas – por aqueles mais bem situados na cadeia produtiva, a indústria.

Por outro lado, a pecuária de corte tem um enorme peso específico no agronegócio brasileiro, na geração de divisas, na criação de empregos e na geração de receitas tributárias. Por isso, é inconcebível que o Poder Público se omita diante de situações que, claramente, conspiram contra o desenvolvimento deste importante segmento de nossa economia rural. Ações devem envolver a revisão da legislação tributária, a organização dos produtores, a defesa e inspeção sanitária animal e a revisão da regulação do setor, entre outras. O extenso programa, todavia, deve começar pelas ações mais simples e de efeitos imediatos: o aumento da transparência das relações comerciais.

A transparência contribui para o melhor funcionamento de qualquer mercado e é vital para um mercado com as características daquele do boi gordo. É, também, a arma mais eficaz que se conhece contra a especulação. Ao estabelecer que frigoríficos informem suas transações diariamente ao MAPA, o projeto irá gerar um banco de informações de mercado, que deverá ser colocado à disposição dos agentes econômicos e de toda a sociedade, praticamente em tempo real, negando-se aos especu-

ladores a possibilidade de disseminarem boatos e informações infundadas.

Isto posto, faço apelo candente aos Nobres Pares para que apóiem o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2005. – Deputado **Ronaldo Caiado**.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2011

(Nº 5.759/2009, na Casa de origem, da Deputada Gorete Pereira)

Denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira o açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará, passa a denominar-se Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.759, DE 2009

Denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira, o Açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Ceará, passa a denominar-se Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A ideia desta iniciativa surgiu durante diálogo com o ex-deputado federal e atualmente Prefeito de Maracanaú, Roberto Pessoa, para homenagearmos o eminente conterrâneo Francisco Diógenes Nogueira.

Natural de Jaguaribe, Diógenes Nogueira formou-se em Agronomia. Fez mestrado na Universidade de Boulder, nos Estados Unidos, além de diversos cursos no exterior.

Ingressou na política na década de 40, quando ocupou pela primeira vez a prefeitura municipal de Jaguaribe. Em 1954, exerceu novamente o mandato de prefeito daquela cidade. Por muitos anos representou os interesses da região jaguaribana, seu berço natal.

Foi deputado estadual por cinco mandatos, entre 1959 e 1986. Elegeram-se pela primeira vez em 1958, sendo reeleito, alternadamente, em 1962, 1974, 1978 e 1982. Diógenes Nogueira exerceu ainda o cargo de secretário de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará em 1962.

Sua atuação parlamentar foi marcada por ações em prol do desenvolvimento da agricultura. Durante doze anos, presidiu a Comissão de Economia e Agricultura da Assembleia. Em 1980, presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que levantou o custo de insumos sobre a pecuária leiteira no Nordeste.

Concomitantemente às atividades políticas, destacou-se pelo interesse e pelos estudos relacionados à agricultura cearense, contribuindo para superação das dificuldades e problemas do setor. Por essas razões é que propomos esta homenagem póstuma ao líder político e ilustre cearense Francisco Diógenes Nogueira.

Com esse propósito, oferecemos à apreciação dos nobres Pares o presente projeto de lei e contamos com o apoio de todos para a rápida aprovação e transformação em norma legal.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2009. – Deputada **Gorete Pereira**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2011

(Nº 5.982/2009, na Casa de origem, do Deputado Jair Bolsonaro)

Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do **caput** deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade

em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V, VI e VII.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.982, DE 2009

Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do **caput** deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V, VI e VII. (NR)

..... ”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Estado, no combate às ações de criminosos, mantém diversos servidores distribuídos em carreiras profissionais.

Com o intuito de propiciar melhores condições de segurança pessoal a esses servidores, o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) estabeleceu normas especiais para a concessão de porte de armas, quando fora de serviço, aos integrantes de determinadas categorias, tais como membros das Forças Armadas, policiais federais, rodoviários federais, ferroviários federais, civis e militares e bombeiros militares e policiais do Poder Legislativo Federal.

Entretanto, por lamentável omissão, ficaram excluídos dessa proteção legal os agentes e guardas prisionais e guardas portuárias.

Ora, todos sabem o ambiente e risco que tais agentes enfrentam no dia a dia, não sendo coerente dar-lhes tratamento diferenciado nessa matéria.

Em razão desses motivos, conto com o apoio de meus pares para a rápida aprovação desse justo projeto.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2009. – Deputado **Jair Bolsonaro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

.....
Art. 6º proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos do **caput** do art. 144 da Constituição Federal.

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei;

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço. (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004)

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal.

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X – integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do **caput** deste artigo terão direito de portar arma

de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

.....
(*Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, os **Projetos de Lei da Câmara nºs 80 a 87, de 2011**, serão apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidente, gostaria de pedir a minha inscrição para falar no período de comunicações inadiáveis.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. A senhora está inscrita.
Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu estou inscrita como oradora para a tarde. Se não houver condições de falar, eu fico como comunicação inadiável, depois da Senadora Vanessa. Gostaria que V. Exª me inscrevesse.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos ver. Não estiver nenhum dos presentes, não tem nenhum problema.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O.k. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, Senadora Vanessa, por cinco minutos, como comunicação inadiável.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidenta, Senadora Marta.

Eu gostaria, Srª Presidenta, de fazer um registro pela passagem dos 27 anos da União da Juventude Socialista – UJS, que completa hoje, dia 22 de setembro, 27 anos.

A UJS é uma entidade brasileira de caráter socialista, fundada em 22 de setembro do ano de 1984,

enquanto os partidos políticos de orientação socialista e comunista eram proibidos pelo regime militar.

A UJS, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é organizada em núcleos, direções municipais e estaduais e direção nacional. Essa entidade tem direção estadual organizada em todas as unidades da Federação. É conhecida por desenvolver um trabalho de base no movimento estudantil e por ser a maior força política do mesmo.

Quero aqui, neste momento, enviar um abraço a todos os membros da União da Juventude Socialista, cumprimentando todos por intermédio do Presidente da UJS do meu Estado, o Amazonas, o jovem Bruno da Costa Correa, e do Presidente Nacional da UJS, André Pereira Tokarski. E o faço em nome de todos os jovens que iniciaram a sua militância exatamente no movimento juvenil. Eu iniciei assim, militando num movimento juvenil, e faço política até hoje, porque sou daquelas que entendem que a política faz parte do nosso cotidiano, do nosso dia a dia e orienta, absolutamente, todas as decisões que interferem no dia a dia da vida não só do País, mas de todos os cidadãos e de todas as cidadãs brasileiras.

O segundo registro que faço, Srª Presidente, é que no dia de amanhã, dia 23, também se comemora o Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças – é também um momento de grandes mobilizações em alguns países do continente latino-americano –, com o objetivo de conscientizar a população para o problema das mulheres e crianças, que representam 90% das vítimas. Ou seja, quando falamos sobre tráfico de pessoas e crianças e sobre exploração sexual, estamos falando de um conjunto composto 90% por mulheres.

Aqui nesta Casa, Srª Presidente, lembro neste momento, instalamos, no dia 27 de abril do corrente ano, a Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar do tráfico nacional e internacional de pessoas, a primeira CPI desta Legislatura, atendendo a requerimento da Senadora Marinor Brito, e para a qual fui eleita Presidente, tendo como Relatora desta importante Comissão Parlamentar de Inquérito a própria Senadora Marinor.

Já temos seis meses de trabalho. Nossa Comissão Parlamentar de Inquérito já prorrogou seus trabalhos. Nesses seis meses, Senadora Marta, contabilizamos inúmeras atividades na CPI, entre elas a realização de audiências públicas aqui em Brasília, com membros do Governo Federal, representantes de governos de vários Estados brasileiros, de organizações não governamentais. Também já fizemos audiências em algumas cidades, entre as quais Manaus, Belém, Salvador e Rio de Janeiro, e realizaremos, em breve – a senhora deverá a participar conosco, conforme acertado –,

algumas atividades no Estado de São Paulo, porque sua capital, por ser a maior cidade brasileira, concentra várias atividades relacionadas ao tráfico de pessoas, Senador Marta.

Costumo dizer – falo nestes últimos segundos de que disponho – que o crime do tráfico de pessoas, no Brasil, é, sem dúvida nenhuma, um dos crimes mais invisíveis, porque não é tratado perfeitamente pela legislação.

Se a CPI instalada no Senado der conta de propor uma mudança na legislação e fazer com que ela ocorra rapidamente, já estaremos prestando um grande serviço à sociedade brasileira, a vítimas não só da exploração sexual, mas do tráfico. A legislação brasileira classifica como tráfico somente aquele para fins de exploração sexual, e percebemos que o tráfico tem objetivos que vão além da exploração sexual. Pessoas são traficadas com o objetivo de desenvolver trabalho forçado, trabalho escravo; pessoas são traficadas para extração de órgãos; pessoas são traficadas com o objetivo de terem os seus órgãos extraídos; pessoas são traficadas, como foi o caso que vimos – chocante – na Bahia, para que filhos seus pudessem ser retirados do convívio do lar e serem adotados de forma ilegal.

Quero dizer que, no dia de amanhã, certamente, manifestações ocorrerão no Brasil e em nosso continente, em todos os lugares, no sentido de enfrentar, da melhor forma, esses crimes que atingem diretamente as pessoas, qual seja, a exploração sexual e o tráfico de pessoas.

Era o que eu tinha a dizer, Senadora Marta. Desde já, dizemos que estamos muito envolvidos na preparação das próximas audiências e diligências em alguns Estados, entre os quais, já citei, São Paulo, mas também o Estado de Goiás, que tem, infelizmente, muitos casos relativos a essa matéria.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin. Realmente, é algo bastante sério. Hoje de manhã, ouvi, na Comissão de Direitos Humanos, uma exposição bastante forte da real situação do tráfico de crianças e mulheres, principalmente, e também para um dos assuntos que V. Ex^a não mencionou, que é o trabalho doméstico. Quantas jovens, crianças mesmo, de 8, 12 anos, são levadas para serem “criadas” por uma família, mas, na verdade, são criadas como empregadas daquela família, o que é também mais uma forma de exploração.

Então, é um assunto extremamente relevante, nesta Casa, que V. Ex^a e a Senadora Marinor têm levado à frente. Iremos participar da audiência pública.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa, nesta tarde, para tratar de um assunto de importância vital para a população mundial. Refiro-me especificamente às mudanças climáticas e a necessidade de monitorar e prevenir o aquecimento global.

No âmbito do Poder Legislativo federal, desde o ano de 2009, a Resolução nº 4, de 31 de dezembro de 2008, do Congresso Nacional, cumpre à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Neste ano, no dia 31 de agosto passado, instalamos a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas. E, na ocasião, tive o prazer, Senadora Ana Amélia, de ser escolhido Presidente dessa Comissão. Momento em que escolhemos também o Deputado Alfredo Sirkis como vice-presidente. Na data de ontem, escolhemos o Deputado Márcio Macedo como relator.

O tema é da maior importância, Sr^a Presidente, para todo o Planeta. Trata-se imperioso redobramos os nossos esforços para que, ao final dos trabalhos, possamos apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira um relatório digno de conhecimento. E assim o faremos.

Desde a instalação da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, já realizamos duas audiências públicas. Na primeira delas, ouvimos o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores. Na oportunidade, S. Ex^a fez uma retrospectiva histórica da questão das mudanças climáticas no âmbito da diplomacia internacional. E também apresentou o posicionamento e as expectativas brasileiras em relação ao futuro das negociações globais sobre o clima.

Foi muito gratificante para todos nós membros da Comissão constatar o protagonismo do Brasil ao longo de todas as tratativas envolvendo as mudanças climáticas no cenário internacional, desde o Protocolo de Kyoto celebrado na COP 3.

E mais, saber que, recentemente, nas últimas edições da Conferência das Partes, a participação brasileira ganhou ainda mais destaque. Inclusive no pronunciamento, de ontem, da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, colocou a sua preocupação com referência a esse tema, citando a Conferência de Durban, que vai acontecer este ano. O que não deixa de ser um ato preparatório

para o Rio+20, que acontecerá no primeiro semestre do ano que vem.

E o Brasil tem sido o grande responsável nas articulações e vem ganhando cada vez mais destaque, desde a COP 11, em Montreal, temos buscado juntos aos demais países participantes um acordo consensual que estabeleça metas e responsabilidades de cada nação no combate ao aquecimento global. Não se trata de missão simples, visto que é necessária a unanimidade dos membros. Ou seja, se um dos países que sentarem para essa convenção não for signatário do acordo não teremos um protocolo de consenso passível de ser levado ao fim.

Havia grande expectativa na COP 15, realizada em Copenhague no ano de 2009, porém, mesmo com a atuação destacada da delegação brasileira em busca de um acordo final, não foi possível concluí-lo. No evento seguinte, em Cancún, houve avanços, mas ainda não é factível vislumbrar um consenso sobre o assunto. Em ambos os casos é forçoso reconhecer que a crise econômica internacional contribuiu de forma definitiva para a manutenção das divergências.

Teremos ainda este ano a COP 17, que será realizada entre os meses de novembro e dezembro na cidade de Durban, na África do Sul, onde está prevista a avaliação do cumprimento das metas assinadas em Cancún.

Se possível, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas far-se-á presente e procurará contribuir para que sigamos avançando em direção a uma solução, no que diz respeito ao aquecimento global e às mudanças climáticas.

Em verdade, independentemente de assinaturas de protocolos ou tratados, o mais importante no momento são as ações efetivas que os países promovam no combate ao aquecimento global.

No caso brasileiro é certo que ainda temos desafios a superar, porém somos uma nação que já evoluiu bastante ao apresentar suas metas ao mundo, desde Copenhague. E fomos além, internalizamos nossas metas em nosso ordenamento jurídico com a aprovação, pelo Congresso, da Política Nacional de Mudanças Climáticas. Ações como essas nos credenciam para continuar participando com altivez e firmeza das principais mesas de negociação. Certamente por isso somos o negociador do G77 no âmbito das mitigações e também o negociador em nome do G77 na segunda parte do Protocolo de Kyoto.

Ontem, Sr^{as} e Srs Senadores, realizamos uma segunda audiência pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, com a finalidade de discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Mudanças do Clima, Senadora

Ana Amélia, e para tratar dos resultados do segundo inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa, conforme disposto na Lei 12.187, de 2009, que instituiu a Política Nacional de Mudanças do Clima; e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido como IPCC.

Para tanto, ouvimos o Dr. José Antônio Marengo Orsini, Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ouvimos também o Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente. Mais uma vez, fomos brindados com exposições de altíssimo nível que demonstraram o comprometimento do Brasil com esse assunto.

Também gostaria de anunciar a aprovação de requerimento para que o Presidente da Agência Nacional de Águas fale na Comissão. Além disso, aprovamos a realização de uma audiência pública na cidade de Foz do Iguaçu. Tenho convicção de que será uma oportunidade ímpar de discutirmos o assunto sob vários pontos, em especial sobre o impacto das mudanças climáticas na produção de energia hidrelétrica; e esse encontro vai acontecer na cidade de Foz do Iguaçu, no interior da usina de Itaipu.

Enfim, Sr^{as} e Srs Senadores, como já foi dito, embora tenhamos pouco tempo até o final do ano, tenho certeza de que a Comissão Mista de Mudanças Climáticas trabalhará de forma incansável para atender as suas responsabilidades.

Cuidar do meio ambiente é preocupar-se com o futuro; controlar as emissões de gases de efeito estufa é essencial. O futuro este que nos apresenta desafios claros em pelo menos duas frentes: a demanda crescente por energia e por alimentos, Senadora Ana Amélia.

Temos que ter a capacidade de gerar mais energia e produzir mais alimentos de forma equilibrada, sem impactar negativamente no aquecimento global, até porque as consequências de um aumento nas temperaturas mundiais são imprevisíveis até para a produção agrícola e para a geração de energia.

É possível que alterações climáticas desloquem as culturas agropecuárias para outras localidades no Brasil e no mundo. É possível que o aquecimento da Terra impacte a energia hidroelétrica, a partir da mudança no regime das águas.

Enfim, há toda uma série de possibilidades...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Enfim, há toda uma série de possibilidades desastrosas para o futuro da população mundial se não tivermos a

capacidade de tomarmos medidas agora para evitá-las no futuro, Senador Geovani Borges.

É fundamental que, além de tratarmos das consequências, como, por exemplo, as recentes catástrofes ocorridas na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, ou no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, ou no Japão, no início deste ano e o que ocorre nesta semana, estejamos atentos e atuantes para tratar das causas.

Fiquem todos certos de que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas atuará, dentro das suas possibilidades, nesse sentido.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Sérgio Souza.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, em permuta com o Senador Pedro Taques.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse como segundo orador para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. V. Ex^a será o próximo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Presidente Marta Suplicy, Senadoras, Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, volto ao mesmo tema que já ocupou a minha atenção nesta tribuna nesta semana que diz respeito a uma questão crucial, abordada há pouco pelo Senador Sérgio Souza, nas questões de produção de energia de maneira sustentável.

A Portaria nº 498, deste ano, do Ministério de Minas e Energia, que estabelece a realização do leilão de Energia A-5 para a contratação da energia que será utilizada no ano de 2016, não prevê a contratação de projetos de energia termoeletrica a partir do insumo carvão mineral, o que vai gerar grandes prejuízos a toda a indústria carbonífera de geração de energia térmica na Região Sul do País, em maior escala, evidentemente, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, e também em escala relevante no Estado vizinho de Santa Catarina.

Estou retornando a esse assunto, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque não me parece que o Governo Federal esteja dando a devida atenção e importância à relevância desse tema, tendo em vista que a realização do leilão se aproxima; será no dia 20 de dezembro.

Se esse leilão se realizar sem a contratação da energia térmica, o Sul do Brasil enfrentará dois graves problemas. O primeiro dele diz respeito à suficiência energética do Rio Grande do Sul. Hoje, o nosso Estado importa 65% da energia elétrica. Portanto, a energia termoeletrica tem um caráter fundamental, para que essa dependência de outros Estados não aumente e crie riscos no abastecimento e na oferta de energia para o setor produtivo.

O segundo problema se relaciona à viabilidade econômica de uma das regiões econômica e socialmente mais carentes do sul do país, que é a região carbonífera. A economia dessa região está baseada na extração do carvão mineral e na produção de energia termoeletrica.

Como 6,5 mil toneladas mensais de carvão são destinadas mensalmente pelos mineiros para a usina, 150 trabalhadores do setor correm o risco de ficar sem emprego, por causa da não realização desse leilão. Há, ainda, o risco do desemprego para cerca de 300 funcionários e suas famílias que trabalham na Usina Termoeletrica da CGTEE de São Jerônimo, a mais antiga em funcionamento no Brasil, e que terá de ser fechada, caso não consiga vender a sua energia no leilão.

Além dos empregos diretos, a cadeia produtiva da energia termoeletrica gera 1.800 empregos indiretos na região, que também estão sob risco. Isso sem mencionar a inviabilização de sete novos projetos de usinas de geração de energia, que atualmente, estariam aptos a participar do referido leilão.

Tais investimentos, se realizados, injetarão R\$7,5 bilhões nos Estados do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as últimas notícias, que me foram trazidas pelos prefeitos da região Marcelo Schreinert, mais conhecido como o Pata, de São Jerônimo, meu correligionário, e Miguel Almeida, de Minas do Leão, dão conta de que a pré-condição da ANEEL para a realização do leilão de compra de energia termoeletrica é a adequação das usinas a uma série de critérios ambientais que necessitam de um prazo de três anos para serem atendidos.

O problema é que, se o leilão de compra de energia termoeletrica não for realizado, as usinas instaladas no sul do país, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, não terão sequer condições de permanecer em funcionamento, quanto mais de promover reformas que atendam às necessidades ambientais.

Por isso, é de fundamental importância que o leilão de compra dessa energia seja realizado, para que as usinas possam se adequar às exigências do mercado dentro do prazo estipulado.

Faço esse pedido também em homenagem ao nosso colega Casildo Maldaner, que está internado no Hospital das Forças Armadas, no INCOR, que se recupera de um problema cardiológico. Em homenagem a ele, também faço esse pedido em nome do Estado de Casildo Maldaner, Santa Catarina, faço-o também em nome do Senador Luiz Henrique da Silveira e do Senador Paulo Bauer e, claro, dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul.

O Brasil é reconhecido mundialmente pela produção de energia limpa e esse é o principal argumento dos que defendem a extinção da produção de energia termelétrica. No entanto, apenas 2,3% da energia brasileira têm origem térmica. Já no contexto mundial, o carvão é responsável, Senador Geovani Borges, por 41% da geração de energia – 41%. No Brasil apenas 2,3%, porque a maior parte é energia gerada pela produção, pelas nossas reservas hídricas, ou seja, as hidrelétricas.

Já estamos muito à frente de outros países no quesito energia limpa e renovável e precisamos ponderar a importância que esses 2,3% exercem sobre a sustentabilidade econômica da região carbonífera do Estado do Rio Grande do Sul.

O sustento de milhares de famílias está em jogo no Leilão A-5.

Gostaria, para encerrar, de utilizar também as palavras do Dr. Rex Nazaré Alves, Diretor de Tecnologia da FAPERS, ex-presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, ex-governador brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica e professor emérito do Instituto Militar de Engenharia (IME), que esteve debatendo a questão do panorama energético internacional, segunda-feira, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Disse ele: “Energia é um assunto muito sério, e não podemos descartar nenhum modelo de produção energética”, sobretudo quando se defende a diversificação da nossa matriz energética, hoje concentrada na produção de hidrelétrica. Sobre esse aspecto, gostaria de mencionar o fato relevante de que nesse momento em que as linhas de transmissão de Itaipu estão em manutenção, elas estão sendo abastecidas a pleno pela produção da energia térmica produzida a partir do carvão mineral, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Para terminar, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Presidente, quero que a Mesa do Senado registre nos **Anais** o artigo de autoria do Líder do meu partido, Francisco Dornelles, publicado na edição do dia 17 de setembro, no jornal **O Globo**, do Rio de Janeiro, com o sugestivo título **O Curandeiro e a CPMF**. Vou apenas ler a abertura e também o final deste artigo em função do tempo regimental de que disponho nesta tribuna.

No interior de Minas Gerais, nos anos 40, existia um curandeiro nas mãos de quem ninguém falecia de tuberculose. Médicos de Belo Horizonte deslocaram-se para o interior do Estado perguntando ao curandeiro que medida ele adotava para ninguém morrer de tuberculose em suas mãos. O curandeiro respondeu: “Quando vejo que vai morrer, eu mudo o nome da doença.”

Mais ou menos é isso que está acontecendo agora com a criação ou recriação de uma contribuição cumulativa, no caso a CPMF.

Em decorrência desses princípios, contribuição de natureza cumulativa, independentemente do nome que lhe for dado, não pode ser criada por lei complementar, mas somente através de emenda constitucional, como, aliás, ocorreu nos casos em que a CPMF foi criada, recriada e prorrogada, nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula.
(...)

Foi no bojo dessas mudanças que foi criada a CPMF. A CPMF tem o encanto da facilidade da cobrança. Mas é uma incidência retrógrada, regressiva, cumulativa, que recai sobre o consumo, o investimento, as exportações, que estimula a desintermediação bancária e que indiretamente alcança pessoas de mais baixa renda. É uma incidência tão rejeitada que até hoje nenhum governo concordou em retirar dela o nome de “provisória”.

O importante no momento, entretanto, é que aqueles que desejam criar uma contribuição de natureza cumulativa, com qualquer propósito ou nome que lhe for dada, considerem o fato de que ela não pode ser criada por lei complementar, mas somente por emenda constitucional.

Em homenagem ao nosso grande Líder Francisco Dornelles, requeiro a transcrição deste artigo publicado no jornal **O Globo**, com esse título tão sugestivo: **O Curandeiro e a CPMF**.

Quero ainda dizer que estamos aqui nesta Casa esperando a votação da Emenda nº 39, já aprovada pela Câmara Federal, o que foi um grande avanço. Não se trata de criar mecanismos de financiamento para a saúde pública. Afinal, basta lembrar que hoje 100% dos Municípios do meu Estado aplicam, na média, 22% de sua receita em saúde. Portanto, muito mais do que 0s 15%. Isso sem aumentar o novo imposto.

Portanto, basta uma decisão política, e há condições sim. O meu Estado tem dificuldades, Sr^a Presi-

denta, Marta Suplicy, porque há muitos governos. Não aplica sequer o que é determinado pela Lei, de 12%. O Rio Grande do Sul é pouco mais de 6%. De qualquer modo mais gestão de qualidade seria o suficiente evitando aumentar impostos e aprovando aqui nesta Casa também a regulamentação da Emenda nº 29;

Muito obrigada, Srª Presidenta.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

O Globo

O CURANDEIRO E A CPMF

No interior de Minas Gerais, nos anos 40, existia um curandeiro nas mãos de quem ninguém falecia de tuberculose. Médicos de Belo Horizonte deslocaram-se para o interior do Estado perguntando ao curandeiro que medida ele adotava para ninguém morrer de tuberculose em suas mãos. O curandeiro respondeu: “Quando vejo que vai morrer, eu mudo o nome da doença.”

Propostas, no momento estão aparecendo no sentido de ser criada uma contribuição cumulativa, tendo como fato gerador a movimentação financeira e cuja base de cálculo é o valor dessa movimentação. Mas, como existe uma reação muito forte da sociedade contra a CPMF, os seus criadores, seguindo a lição do mencionado curandeiro, deseja batizá-lo com o nome de Contribuição Social para a saúde (CSS). O que caracteriza o imposto ou a contribuição não é o nome, mas o fato gerador e a base de cálculo.

O artigo 154, inciso I e o artigo 195, § 4º, da Constituição, permitem que a União crie, por lei complementar, outros impostos e contribuições, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador e base de cálculo próprios de outros impostos e contribuições nela previstos. Em decorrência desses princípios, contribuição de natureza cumulativa, independentemente do nome que lhe for dado, não pode ser criada por lei complementar, mas somente através de emenda constitucional, como, aliás, ocorreu nos casos em que a CPMF foi criada, recriada e prorrogada, nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula.

Até o ano de 1998, 80% da arrecadação da União provinham de dois impostos – o Imposto de Renda e o IPI, imposto seletivo e não cumulativo –, que atendiam a todas as regras de uma boa incidência. O capítulo da Constituição dedicado à seguridade social abriu caminho para que a União, reduzindo o peso dos impostos cuja receita era compartilhada com estados e

municípios, criasse uma série de contribuições, a maior parte delas de natureza regressiva e cumulativa, que hoje propiciam uma arrecadação maior que aquela derivada dos impostos.

Foi no bojo dessas mudanças que foi criada a CPMF. A CPMF tem o encanto da facilidade da cobrança. Mas é uma incidência retrógrada, regressiva, cumulativa, que recai sobre o consumo, o investimento, as exportações, que estimula a desintermediação bancária e que indiretamente alcança pessoas de mais baixa renda. É uma incidência tão rejeitada que até hoje nenhum governo concordou em retirar dela o nome de “provisória”.

O importante no momento, entretanto, é que aqueles que desejam criar uma contribuição de natureza cumulativa, com qualquer propósito ou nome que lhe for dada, considerem o fato de que ela não pode ser criada por lei complementar, mas somente por emenda constitucional.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

V. Exª será atendida de acordo com o Regimento.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Consultor Legislativo Tiago Ivo Odon, para compor a Comissão de Juristas destinada a elaborar o Anteprojeto do Código Penal.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica as Srªs e aos Srs. Parlamentares que está convocada a sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 27 de setembro do corrente, terça-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a apreciação das seguintes matérias:

Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 3, 6, 10 e 13, de 2011.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa Relatores revisores das Medidas Provisórias as seguintes Senadoras e Senadores:

Marta Suplicy, da **Medida Provisória nº 535, de 2011** (Projeto de lei de Conversão nº 24, de 2011);

Lúcia Vânia, da **Medida Provisória nº 536, de 2011** (Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2011);

Cyro Miranda, da **Medida Provisória nº 537, de 2011**; e

Valdir Raupp, da **Medida Provisória nº 538, de 2011.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Geovani Borges, como comunicação inadiável, seguida como oradora inscrita, Senadora Lídice da Mata.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do ora-

dor.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, amanhã é dia do fenômeno do equinócio em Macapá. O evento se dá quando o sol passa de um hemisfério para o outro e se dará a partir das 6 horas e 3 minutos. Já tem toda uma programação. Há toda uma questão turística tradicional no Estado do Amapá.

Não será visível, mas o saudoso físico Marco Mendes Rangel dizia que dá para ver tudo um dia antes e um dia depois. É o nosso equinócio da primavera, mas ela tem abertura na data de hoje.

Eu queria registrar esse momento tão importante, pois todos que passam, naquele momento, por ali, recebem explicações a respeito desse ponto turístico e desse fenômeno do equinócio.

Srª Presidenta Marta Suplicy, motivo-me a vir a esta tribuna, nesta tarde, pois não tive condições de comparecer a uma reunião da bancada com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, onde foram tratados assuntos muito importantes. Fui informado pela própria bancada que, no encontro com a bancada parlamentar, em Brasília, os nossos servidores remanescentes do Território Federal, incluídos na lista dos 1.050, que não apresentarem defesas condizentes – isso é uma boa notícia, porque terão a oportunidade de apresentar defesa – serão excluídos em definitivo da folha de pagamento da União.

O encontro ocorreu anteontem, no Gabinete da Ministra Miriam Belchior. Além da situação dos 1.050 servidores, a conversa da Ministra com os nossos colegas de bancada, Deputados Federais e Senadores amapaenses, tratou do plano de saúde dos servidores militares e civis, gratificação para professores, Plano Collor, os 992, o reajuste para militares e integrantes do Corpo de Bombeiros e repasse de terras da União para o Estado, que é uma antiga bandeira de luta.

Agora, no caso específico dos 1.050, a Ministra do Planejamento disse que não teria como desobedecer ao Tribunal de Contas da União, que determinou a retirada imediata da folha da União de 992 listados entre os 1.050. Contudo – isso é muito importante para os nossos funcionários – a nossa Ministra Miriam Belchior garantiu que será dado o amplo direito de defesa aos servidores em questão, para que eles comprovem vínculos legais com o Governo Federal.

É uma antiga luta, de mais de 20 anos. Essa situação no nosso querido Estado, ex-território, nos preocupa muito. São pais de família que, de repente, podem ficar de fora do quadro, o que seria uma situação extremamente delicada.

Quero parabenizar a nossa querida Deputada Dalva Figueiredo, o Deputado Bala, e todos que movimentaram isso – peço desculpas ao Deputado Bala,

que me ligou, a pedido da Deputada Dalva Figueiredo. A audiência reacende as esperanças. Vamos preparar as defesas. A luta continua em defesa dos interesses dos nossos funcionários, dos nossos 1050.

Quero agradecer à Mesa por essa comunicação inadiável que eu tinha de prestar nesta tarde da tribuna.

Concluo o meu pronunciamento, procurando cumprir o meu tempo de acordo com o Regimento.

Muito obrigado, Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Geovani Borges.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, como oradora inscrita.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia de ontem, pela manhã, estive no gabinete da Ministra Gleisi Hoffmann, com os representantes do Unicef no Brasil, em uma audiência que solicitamos justamente para que pudéssemos analisar e avaliar o pacto da infância no semiárido, uma ação proposta pelo Unicef ao Governo do Brasil, que ocorre na articulação dos diversos níveis de Governo, de diversos Ministérios. Cerca de onze Ministérios integram essa ação e articulam ações do Governo Federal, do Governo do Estado e do Governo Municipal, principalmente com a adesão dos Estados brasileiros.

A ideia de fazer um pacto pela infância no semiárido veio justamente dos indicadores sociais, que, nessa região do País, é dos piores. Em 95 dos Municípios do Semiárido, a taxa de mortalidade infantil é superior à média nacional. Os bebês morrem, muitas vezes, por causas simples que poderiam ser evitadas.

Quase a metade dos meninos e meninas (42%) não tem acesso à rede geral de água, poço ou nascente; os alunos demoram onze anos para concluir o ensino fundamental, em vez dos nove anos esperados.

Por um lado, é uma realidade de pobreza, é a região mais pobre do nosso País, por outro lado, é uma região também de grande diversidade, onde convivem brancos, negros, indígenas, pessoas com e sem deficiência. Encontram-se ali 81% das comunidades quilombolas do Brasil. É uma região que guarda em si grande potencial natural, cultural e humano, além da criatividade e da força do povo, capazes de tornar a região desenvolvida e sustentável. As tecnologias alternativas e iniciativas inovadoras demonstram que não é só a pobreza que marca a região.

Por conta disso, o pacto foi lançado com a adesão integral do Presidente Lula, que sempre participou das reuniões onde, com os governadores, eram

premiados os prefeitos que alcançavam os objetivos definidos pelo Pacto da Infância.

O pacto, que foi deliberado em uma reunião do Fórum dos Governadores, em 2007, o Presidente Lula convidou os onze governadores do semiárido e os onze Ministros de Estado, mais de 54 organizações da sociedade civil, do setor privado, parlamentares e organismos internacionais e fez com que o pacto pudesse ser assumido por todos para melhorar – o objetivo do pacto é claro – as condições de vida das crianças e adolescentes da região.

Os governadores incluíram o tema da infância na pauta do Fórum dos Governadores do Nordeste, que ocorre sempre, assumindo compromissos com 14 indicadores relacionados aos direitos da infância. Esses indicadores foram acordados pelo Unicef e pelos Governadores, passando o Unicef a ter a função de monitorar o alcance desses indicadores.

Os indicadores escolhidos, claro, estão diretamente ligados aos oito objetivos de desenvolvimento do milênio e representam o esforço do Brasil na área da infância para alcançar os novos desafios do milênio.

Ao longo desse tempo, o que nós podemos dar como resultado desse trabalho – já vou finalizar – é que todos os onze Estados do Nordeste melhoraram em pelo menos dez dos indicadores pactuados. Em seis indicadores, todos os Estados melhoraram. O semiárido melhorou em 12 dos 14 indicadores, exceto a incidência da Aids até 17 anos e mortes até 19 anos por causa externa.

Em nove dos 14 indicadores a evolução média dos Estados do pacto foi maior do que no resto do País. Em nove dos 14 indicadores a distância entre Estados diminuiu, demonstrando que a evolução foi de todos, do conjunto dos Estados do semiárido nordestino. Portanto, Senador José Pimentel, que naquilo que diz respeito ao combate à pobreza e à proteção da criança e adolescente, nós não vamos permitir essas diferenciações inter-regionais tão gritantes, já que a economia hoje ainda nos obriga a conviver com diferenças inter-regionais em nossos Estados.

Pois não.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senadora Lídice da Mata, eu quero parabenizar V. Ex^a pelo tema que traz a esta tribuna para refletir o trabalho que é necessário ser feito por toda sociedade brasileira, pelas instituições públicas, pelo pacto federativo na defesa da infância, da adolescência e da família. V. Ex^a, que é da Bahia, eu que sou do Estado do Ceará, do nosso Nordeste, nós sabemos o quanto atinge as nossas famílias a falta de políticas públicas cada vez mais consistentes, principalmente referentes à erradicação da miséria. Dos 16,2 milhões que são identi-

ficadas abaixo da linha de miséria, ou seja, com renda mensal inferior a R\$70,00, mais de 50% deles, ou seja, 59% se encontram na nossa região. Quando se estratifica na nossa região esse público, é constituído principalmente de meninos, de meninas e de mães que assumem toda a família em face da ausência do homem, da ausência do pai. V. Ex^a sempre trabalhou essa agenda, inicialmente na Bahia e agora no Congresso Nacional. Então, ninguém melhor para ser a representante desse setor, uma excelente representante, e nós, homens, devemos nos juntar a V. Ex^a para que, amanhã, possamos dizer: essa chaga saiu da agenda brasileira. Parabéns pelo pronunciamento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada, Senador José Pimentel.

Esse pronunciamento é justamente para registrar as conquistas que obtivemos através do Pacto da Infância, articulado pelo Presidente Lula e os Governadores do Nordeste, com o apoio do Unicef.

A nossa audiência com a Presidente Dilma, com a Ministra Gleisi, tratava justamente de fazer com que a Presidente Dilma abraçasse novamente esse pacto, renovando o Pacto pela Infância no nordeste e, desta feita, estendendo-o para o resto do Brasil, pegando as áreas de miséria e também as regiões que têm grande importância, como é o caso da região amazônica e dos grandes centros urbanos que ainda têm grande polo de miséria e de pobreza, onde nossas crianças estão sem uma proteção maior.

Justamente pelo estímulo da frase da Presidente Dilma, que disse que “um país deve ser avaliado pela forma como trata suas crianças” que nós saímos felizes daquele encontro. A Ministra Gleisi Hoffmann acordou conosco a retomada do Pacto da Infância, desta vez organizado justamente com a participação da Presidente Dilma, dentro do Programa Brasil sem Miséria, buscando interagir novamente com essa região mais sofrida do nordeste brasileiro e também adotando ações e medidas para que possamos integrar a luta e a rede social em defesa das crianças e dos adolescentes do nosso País.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Lídice da Mata, a Sra. Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Lídice da Mata, pelo pronunciamento.

Passo a palavra agora, ao Senador José Pimentel, que permutou com o Senador Geovani Borges.

Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, vou colocar em votação o **Requerimento nº 1.174, de 2011**, da Senadora Marta Suplicy, que solicita licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 6 a 13 de outubro, a fim de participar como observadora parlamentar dos trabalhos da 66^a Assembléia-Geral das nações Unidas em Nova York, Estados Unidos da América.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Acir Gurgacz, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero começar registrando a qualidade, o conteúdo e, acima de tudo, a clareza política do pronunciamento da nossa Presidenta Dilma junto à sessão da ONU.

Ali, a nossa Presidenta, que foi aplaudida várias vezes de pé, com a sua coragem de mulher, com a sua coragem de gestora de trazer para o debate político internacional um conjunto de itens que estão na agenda política da maioria dos países, mas que os organismos internacionais normalmente não querem enfrentar, ela deixava claro, no seu pronunciamento, que a grave crise econômica por que passa o mundo, em especial os países mais ricos e mais desenvolvidos, é uma crise, antes de tudo, econômica, mas também de governança e com destaque todo especial para a coordenação política, deixando claro que o grupo dos sete países mais ricos do mundo, que hoje se encontram envolvidos nessa grave crise, ele, sozinho, não tem mais condições políticas para resolver e dar conta dessa grave crise econômica que repercute na economia internacional, em especial nos países mais desenvolvidos.

Essa crise, como todos nós temos clareza, aprofunda-se no ano de 2008, a partir da dificuldade de alguns países de financiar os seus próprios bancos privados e eles honrarem os seus compromissos. Aquelas dívidas privadas, lá no ano de 2008, transformaram-se em dívida soberana, porque os bancos não conseguiam mais ter liquidez para honrar os seus compromissos. E essa dívida, que era privada, que se transformou em dívida soberana, em dívida pública, em 2011, repercute em cima de várias economias. A própria economia norte-americana tem, hoje, mais de 14 milhões de homens e mulheres jovens trabalhadores desempregados, quase 10% da sua mão de obra economicamente ativa.

Se nós vamos para o Mercado Comum Europeu, ali já se fala em algo em torno de 44 milhões de pes-

soas desempregadas no Mercado Comum Europeu, seja em Portugal, na Espanha, na Itália, principalmente na Grécia e em outras economias do Mercado Comum Europeu.

Se nós temos um olhar mais geral no Velho Mundo, já se chega a 205 milhões de desempregados, pessoas que, ontem, tinham o seu trabalho, tinham o seu emprego, mas, em face de enfrentar a crise com o mesmo olhar do Fundo Monetário Internacional, das velhas práticas econômicas, das velhas alternativas políticas, têm sido levadas a uma desesperança internacional.

E o pronunciamento da nossa Presidenta Dilma traz exatamente um conforto, um ânimo, e apresenta uma série de saídas como forma de enfrentar esse novo momento. Diz ela:

Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções.

Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É – permitam-me dizer – por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias.

Uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade.

O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise – a do desemprego – se amplia.

Portanto, a nossa Presidenta, no seu pronunciamento, traz um conjunto de informações, um conjunto de alternativas para que o mundo possa superar esse grave momento econômico, que, se nós não tivermos a atenção necessária, pode-se transformar em crises políticas.

Estamos assistindo a muitas manifestações de trabalhadores, indo às ruas para manter o direito sagrado do trabalho, da manutenção da sua família e, acima de tudo, o direito à alimentação, o direito à moradia, o direito a sua qualidade de vida.

E, aqui no Brasil, nós não somos uma ilha. Já assistimos a parte desse processo em 2008. Em 2008, quando o governo do Presidente Lula, juntamente com o apoio da sociedade brasileira e, principalmente, do Congresso Nacional, resolveu enfrentar a crise com outro olhar, os setores conservadores, aqueles que têm a mesma visão, a mesma política desses países que hoje estão em extrema dificuldade, diziam que as políticas traçadas pelo Brasil não tinham consistência, não tinham possibilidade de dar certo.

Hoje todos nós olhamos para 2008 e nos orgulhamos da ousadia, da perspicácia, da compreensão política do melhor e do maior Presidente de toda a nossa história, com o apoio do Presidente Sarney, que também foi Presidente da República até a década de 90, e com o apoio de outras lideranças de larga experiência para que pudéssemos enfrentar a crise com um outro olhar. E aquela maneira de fazer nos permitiu entrar na crise já com um período bastante atrasado no sentido dos seus efeitos e nos permitiu também sair da crise com muito mais antecedência. E é isso que a nossa Presidenta Dilma está fazendo, está tomando.

Já no início de agosto, ela lançava o programa Brasil Maior, um conjunto de ações voltadas para a inovação, para a tecnologia, para a proteção do mercado nacional, em especial dos setores mais vulneráveis, como é o setor têxtil, o setor calçadista, o setor de tecnologia da informação, o setor de moveleiros. E ali tomou uma série de medidas para fortalecer esses segmentos, manter a empregabilidade e também garantir a sua proteção para com o mercado internacional, que tem uma competição desigual. Também resolveu abrir um conjunto de linhas de crédito, créditos diferenciados, bem abaixo da prática do mercado, exatamente para poder enfrentar essa realidade.

Mandou para o Congresso Nacional um conjunto de medidas, seja através de medidas provisórias, projetos de lei, projetos de lei complementar, como é a Lei da Micro e da Pequena Empresa, que a Câmara já votou por unanimidade, encontra-se aqui no Senado, e o nosso Presidente José Sarney tem recebido vários setores da sociedade para construir consensos que nos permitam também votar aquela matéria, que é de fundamental importância para as micros e pequenas empresas que precisam enfrentar essa crise econômica internacional.

Por isso, Sr. Presidente, a sociedade brasileira tem clareza do papel do Congresso Nacional. E V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional, tem acolhido as diversas visões para poder construir consensos e a partir dali torná-los realidade.

Mais recentemente foi lançado um programa de proteção ao setor de veículos da indústria automobilís-

tica nacional. Esse processo, esse conjunto de medidas aqui tomadas tem como finalidade proteger o mercado nacional, principalmente daquelas empresas que geram emprego em seus países, como a China, a Coreia, entre outros, trazem para cá seus produtos e exploram o mercado nacional, desempregam o povo brasileiro e, acima de tudo, levam o nosso patrimônio, a nossa riqueza.

Essas medidas de proteção à indústria brasileira fazem parte do programa Brasil Maior, do programa Crescer, para o empreendedor individual, faz parte desse conjunto de ações que estamos tomando para proteger nosso mercado, para gerar emprego no Brasil, para manter a nossa indústria e, acima de tudo, permitir que o Brasil continue crescendo, pelo menos 5% a cada ano, no planejamento do Plano Plurianual, até 2015. Que esse crescimento possa levar, até 2022, até 2030, o Brasil, que hoje é a sétima potência econômica do Planeta, a continuar se desenvolvendo, crescendo e, acima de tudo, gerando emprego.

Por isso, Presidente José Sarney, o Senador Federal é uma das Casas fundamentais nesse debate, para ajudar, para aprimorar a nossa economia, para que, no dia de amanhã, nossas famílias, nossos empresários, nossos trabalhadores possam dizer: as instituições brasileiras estão funcionando e, na hora da crise, têm unidade para construir as alternativas, as saídas que todos nós reclamamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 66ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK/EUA

21-9-2011 às 11h20

Nova York-EUA, 21 de setembro de 2011

Senhor presidente da Assembleia Geral, Nassir Abdulaziz Al-Nasser,

Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e senhores,

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta

tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

Senhor Presidente,

O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações.

Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.

Agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras.

Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções.

Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É – permitam-me dizer – por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias.

Uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade.

O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise – a do desemprego – se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo – 44 milhões na Europa, 14 milhões

nos Estados Unidos. É vital combater essa praga e impedir que se alastre para outras regiões do Planeta.

Nós, mulheres, sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

Senhor Presidente,

É significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos.

Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda.

Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.

O mundo se defronta com uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política.

Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais, como o G-20, o Fundo Monetário, o Banco Mundial e outros organismos. A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica.

As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso.

Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais.

Está claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar políticas coordenadas de estímulo às economias extremamente debilitadas pela crise. Os países emergentes podem ajudar.

Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global.

Urge aprofundar a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade. É preciso impor controles à guerra cambial, com a adoção de regimes de câmbio flutuante. Trata-se, senhoras e senhores, de impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias excessivamente expansionistas como pelo artifício do câmbio fixo.

A reforma das instituições financeiras multilaterais deve, sem sombra de dúvida, prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade, de maneira espúria e fraudulenta.

Senhor Presidente,

O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento.

Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência à crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica.

Há pelo menos três anos, senhor Presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global.

Temos insistido na interrelação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.

É assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guiné-Bissau. Na liderança da Minustah temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.

Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento, em matéria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate à pobreza e à fome.

Senhor Presidente,

Desde o final de 2010 assistimos a uma sucessão de manifestações populares, que se convencionou denominar “Primavera Árabe”. O Brasil é pátria de

adoção de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.

É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo.

Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas.

Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento.

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

Senhor Presidente,

A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.

O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea, um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de

paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.

No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.

O autoritarismo, a xenofobia, a miséria, a pena capital, a discriminação, todos são algozes dos direitos humanos. Há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram.

Senhor Presidente,

Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano.

Mas lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título.

O reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.

Venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia, como deve ser.

Senhor Presidente,

O Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas. Para tanto, é preciso que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem.

Apresentamos uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009. Esperamos poder avançar, já na reunião de Durban, apoiando os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012.

Teremos a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem. Juntamente com o secretário-geral Ban Ki-moon, reitero aqui o convi-

te para que todos os chefes de Estado e de Governo compareçam.

Senhor Presidente e minhas companheiras mulheres de todo mundo,

O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza, e que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros.

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumprimos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Senhor Presidente,

Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Muito obrigada.

Durante o discurso do Sr. José Pimentel, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

A pauta está trancada, uma vez que estamos com algumas medidas provisórias para votação, e, sendo evidente a falta de número no plenário, deixo de submeter as outras matérias à deliberação da Casa.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 535, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2011, que *institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006; e dá outras providências.*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 536, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que *dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral* (proveniente da Medida Provisória nº 536, de 2011).

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 537, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 537, de 2011, que abre crédito

extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de quinhentos milhões de reais, para os fins que especifica.

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 538, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 538, de 2011, que *autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea g do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010; e dá outras providências.*

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011) Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR *(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fau-*

na e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

12

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

13

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

14

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Graziotin, que solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduard Suplicy.

15

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.068, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2009) com os Projetos de Lei do Senado nº 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; 150 de 2009; e 106, de 2011, por regularem matérias correlatas (normas sobre alimentos).

16

REQUERIMENTO Nº 1.133, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.133, de 2011, do Senador Eduardo Braga, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nº 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; e 448, de 2011, por regularem matérias correlatas (**royalties** de petróleo).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, orador inscrito após a Ordem do Dia. *(Pausa.)*

Perdão, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, pessoas que nos acompanham através da TV Senado, meus amigos de Rondônia que nos acompanham, pescadores das colônias de pescadores do Vale do

Guaporé, do Mamoré, os pescadores do rio Madeira, Da região da Calama, em Porto Velho, de Cerejeiras, de Costa Marques, de Surpresa, de Guarajá-Mirim, é um prazer conversar sobre este assunto tão importante para todos nos rondonienses.

Esta semana está sendo muito produtiva para a pesca brasileira. Talvez seja a influência da lua, como costumam se orientar os pescadores. Mas o fato é que venho a esta tribuna para trazer boas notícias para o setor da pesca, não somente a pesca do nosso Estado de Rondônia, mas para toda a pesca brasileira.

Na quarta-feira, estivemos em audiência como Ministro da Pesca e Aquicultura, o Ministro Luiz Sérgio, juntamente com os nossos pescadores, aquicultores, sindicalistas, e demais Parlamentares da Bancada Federal de Rondônia. O nosso Deputado Padre Tom, esteve conosco, o Senador Valdir Raupp não pôde estar, mas mandou representante para reivindicar mais atenção para o setor pesqueiro em nosso Estado de Rondônia,

Esteve conosco o Presidente da Federação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Rondônia, nosso colega Hélio Braga, que se faz presente aqui na tribuna. Cumprimento o Hélio e agradeço sua presença aqui conosco, sempre ativo nas questões dos nossos pescadores do Estado de Rondônia e nos dá a honra da sua presença. A Presidente da Colônia dos Pescadores de Porto Velho, a pedetista Marina Gomes, não esteve presente, mas acompanhou todo o trabalho, todos os assuntos que foram discutidos e debatidos nesta semana.

O Estado de Rondônia, além da forte vocação para a agricultura e pecuária, é o Estado natural da pesca, pois conta com rios caudalosos e extremamente piscosos, além reunir condições favoráveis para o desenvolvimento da piscicultura. Só precisa de mais atenção do Poder Público para que possa desenvolver uma política específica do Governo, tanto o governo do Estado quanto o Governo Federal, para que possamos avançar na produção do pescado no nosso Estado de Rondônia.

Rondônia produz atualmente 12 mil toneladas de pescado/ano. É o terceiro em quantidade de peixes capturados dos rios amazônicos, ficando atrás do Pará e do Amazonas, e o primeiro na produção de peixe em cativeiro. A especialidade da piscicultura em Rondônia é a produção do tambaqui e do tucunaré e avançando muito para a produção de pirarucu, também, em cativeiro, que, além de ser vendido em todas as feiras livres e supermercados do Estado, também abastece os mercados de Manaus e até do Belém do Pará.

É uma produção ainda pequena, mas com um potencial enorme de crescimento. Se levarmos em conta os projetos que estão sendo desenvolvidos pelo governo do Estado, com o apoio das usinas hidrelé-

tricas, para o aproveitamento do lago das barragens, Rondônia poderá saltar de uma produção de 12 mil toneladas/ano para 800 mil toneladas/ano, assumindo sua capacidade de produção máxima e o topo do *ranking* nacional na produção do pescado em cativeiro.

Na audiência com o Ministro Luiz Sérgio, solicitamos mais agilidade em viabilizar os recursos necessários para as obras de construção e melhorias dos terminais pesqueiros de Porto Velho, na bacia do rio Madeira, e Rolim de Moura, na bacia do rio Guaporé, além de recursos para a conclusão de uma fábrica de gelo em Ariquemes, na bacia do rio Jamari, bem como para outros projetos, equipamentos e obras de infraestrutura para o setor pesqueiro no Estado de Rondônia, como a entrega de escavadeiras, para que os Municípios possam ampliar os açudes em nosso Estado. Essas escavadeiras fazem parte do orçamento, através de uma emenda de bancada feita pela bancada de Rondônia no orçamento deste ano.

O Ministro Luiz Sérgio se comprometeu conosco em viabilizar com urgência os recursos e projetos para Rondônia e marcou, inclusive, a data para a entrega de maquinários para os piscicultores. Ele estará, juntamente com a Presidenta Dilma Rousseff, no dia 8 de outubro, no Município de Cacoal, ocasião em que será inaugurado o Hospital Regional de Cacoal.

Outra notícia boa para o setor da pesca é que hoje, na sessão deliberativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, aprovamos dois projetos que vão beneficiar diretamente todo o setor pesqueiro. Um deles é uma antiga reivindicação do setor. Trata-se do projeto de Lei 423, de 2009, que equipara a pesca à atividade agropecuária. O projeto é de autoria do Senador e atual Ministro da Previdência, Garibaldi Alves.

Com a aprovação deste projeto, estamos estendendo vários benefícios e programas governamentais que são oferecidos atualmente aos agricultores familiares, ao setor pesqueiro, que esteve representado hoje na Comissão pelo presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe), Sr. Fernando Ferreira, que nos deu a honra de sua presença e acompanhou toda a votação e a discussão sobre o tema na Comissão de Agricultura, hoje pela manhã.

Aprovamos também o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, relatado pelo Senador Waldemir Moka, que estende o benefício do seguro-defeso aos catadores de caranguejo. Creio que esses benefícios irão melhorar e muito a qualidade de vida dos pescadores e extrativistas de caranguejos, que, assim como os agricultores, são fundamentais para a produção de alimentos para o Brasil e o mundo.

Esse é um setor que tem muito a desenvolver e a avançar. O pescado brasileiro, em especial no nosso Estado de Rondônia, tem um caminho grande a percorrer. Com o apoio que estão tendo agora do Governador

Confúcio Moura e da nossa Presidenta Dilma, não tenho dúvidas de que esse setor vai desenvolver-se no País inteiro, em especial no Estado de Rondônia.

Amanhã, estaremos em Vilhena com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em nosso ciclo de debates, e discutiremos a reforma do Código Florestal Brasileiro. Estaremos lá, juntamente com a sociedade organizada daquele Município, da grande região de Vilhena, colhendo informações, sugestões, que traremos aos nossos Relatores, Luiz Henrique e Jorge Viana, para que ambos possam estudar a viabilidade das demandas dos agricultores daquela região. Convido mais uma vez aquelas pessoas que queiram participar. Poderão fazê-lo amanhã, juntamente conosco, na Câmara Municipal de Vilhena, em Rondônia. Poderão levar suas reivindicações, seus questionamentos, para que possamos debater esse assunto que é o mais importante da pauta de hoje, na Comissão de Agricultura.

Eram esses os assuntos, Sr. Presidente.

Tenho também outro cumprimento a fazer. Cumprimento o Dr. Edson Alliot, um médico de Ji-Paraná, que, juntamente com os professores da Unir e os jovens Demolay, fizeram um trabalho muito importante. Fizeram um abaixo-assinado em toda a cidade de Ji-Paraná e região, colheram 25 mil e 500 assinaturas, para que seja ampliada a UNIR no Município de Ji-Paraná, ampliado o *campus* da Unir, para que haja melhoramentos no *campus* e para o aumento do número de cursos. Portanto, nós o trouxemos para Brasília

Já estamos fazendo as reivindicações e questionamentos necessários para que possamos atender esse pedido dos nossos estudantes, dos alunos e professores de Ji-Paraná e região, no sentido de ampliar o nosso *campus* da Unir, no nosso Município de Ji-Paraná.

Portanto, Sr. Presidente José Sarney, é um prazer falar com V. Ex^a presidindo o nosso Senado. E eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, eu queria primeiro destacar que ontem foi o Dia Nacional de Luta em Defesa da Pessoa com Deficiência. Nesse dia nacional, tivemos atos, passeatas, debates – eu diria – em todos os Estados.

Essa lei, de 21 de setembro, início da primavera, é uma lei de nossa autoria que apresentei no Congresso, a pedido dos movimentos das pessoas com deficiência, e que foi sancionada pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, lembro essa data pela sua importância, pela importância da sensibilidade, pela impor-

tância da vida de em torno de 28 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência.

Ontem, o Senado mais uma vez marcou essa data. Tivemos duas audiências, uma pela manhã, na Comissão de Educação, onde o Senador Cyro Miranda provocou esse debate – estive ali com ele durante toda a manhã – e outra à tarde. Aquela terminou às 12 horas e 45 minutos e às 13 horas iniciamos outro debate sobre o mesmo tema na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que se estendeu por toda tarde.

Confesso que ontem não almocei, porque não deu tempo, Senador Acir que preside a sessão, mas foi um momento para mim muito gostoso, muito bonito, e terminamos com a participação de uma delegação de surdos que apresentaram uma série de reivindicações que nos comprometemos a encaminhar para a Ministra de Direitos, a Ex-Deputada Federal, agora Ministra, Maria do Rosário e agora também para a Presidenta Dilma.

Lá foi anunciado, pelos representantes das respectivas pastas do Governo que tratam do tema, que, no dia 28 de setembro ou 29, a Presidenta Dilma apresentará ao País um plano, uma chamada política nacional em defesa das pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, fazendo esse registro, quero também destacar que hoje, pela manhã, tivemos outra audiência pública na Comissão de Direitos Humanos que aprofundou o debate sobre a importância da CPI que cuida, trabalha, combate o trabalho escravo, o sequestro de homens e de mulheres que são levados de um país para o outro ou mesmo dentro do País, inclusive usando órgãos de pessoas, chamado transplante ilegal em que pessoas morrem, a violência sexual contra a criança e o adolescente.

Foi uma agenda que se estendeu por toda manhã e teve um final muito bonito, Senador Cristovam, quando o Jair Meneguelli, que foi meu companheiro do movimento sindical – fundamos a primeira central no Brasil, ele foi eleito Presidente e eu Secretário-Geral, depois, surgiram outras centrais, e registro, com muito respeito, que tenho relação com todas elas – apresentou um clipe muito bonito em defesa das crianças e dos adolescentes e contra a exploração sexual. Envolve artistas de todo o Brasil, tanto cantores, como artistas das novelas e filmes que gratuitamente fizeram esse belo clipe, saudando o amor, a paz, a alegria, a solidariedade, a não-violência em defesa das nossas crianças e adolescentes.

Quero, de público, agradecer ao Jair Meneguelli que hoje é Presidente do SESI, que deixou inteiramente à disposição da Câmara e do Senado para que esse clipe seja colocado na grade e divulgado, se necessário for, diariamente.

Não vou citar o nome de um artista, porque eu deixaria outros fora. Eu diria que os artistas de mais renome, de mais prestígio perante a opinião pública, estão ali, e não cobraram um centavo, segundo me disse o Presidente Jair Meneguelli, para fazer aquele clipe em defesa das nossas crianças e adolescentes e contra a exploração sexual.

Senador Pimentel, é uma alegria receber agora o seu aparte – saiba que eu torci, e torci mesmo, embora não falei – agora V. Ex^a como líder do Governo no Congresso. É com satisfação que recebo o aparte de V. Ex^a.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Obrigado, Senador Paim. Quero registrar o trabalho que o SESI desenvolve, em Fortaleza, no sentido de integrar e resgatar meninos e meninas que estavam na prostituição infantil. Esse programa foi desenvolvido pelo Presidente do SESI, o nosso amigo comum Jair Meneguelli, nosso Deputado de ontem e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores. Esse programa se inicia ali por volta de 2005, 2006, e hoje está consolidado. É um conjunto de meninos e meninas que são qualificados, são formados para trabalhar na rede hoteleira, nos restaurantes, nas pousadas. E 90% desses meninos, quando saem desse grupo de trabalho que é feito pelo SESI, pelo Sistema S, têm emprego garantido. Eu diria que aquela experiência, na nossa cidade de Fortaleza, que, na década de oitenta, década de noventa, era objeto de muitas CPIs da prostituição infantil, encontra outro caminho e tem no SESI um grande parceiro. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. Quero, se me permite complementar – achei muito interessante – lembrar do meu tempo de SENAI, e o Meneguelli fortaleceu isso. Cada menino e menina ganha R\$500 ainda, uma bolsa de R\$500. Achei muito interessante o projeto.

Enfim, quero, antes de concluir, cumprimentar todos os membros, como o Senador Cristovam, que faz parte da CPI do Tráfico de Mulheres também, seja nacional ou internacional. Foi um belo evento, no qual a Comissão de Direitos Humanos se sentiu prestigiada, porque hoje é o Dia Internacional de Combate ao Tráfico, seja de mulheres, crianças e adolescentes e contra a exploração sexual.

Mas, Sr. Presidente, quero ainda registrar que recebi das mãos do Deputado gaúcho Raul Carrion, do PCdoB, e também do Sr. Vicente Raupp, membro do Comitê gaúcho e que é diretor da Petrobras, um manifesto aos Senadores e Senadoras do Comitê Gaúcho, em defesa do pré-sal. É um belo manifesto assinado por todos os Deputados do Rio Grande do Sul, com o apoio do Governador Tarso Genro, que aponta na linha daquilo que é a vontade, eu entendo, desta Casa, de construirmos um grande entendimento em

cima da linha: o petróleo é nosso. Se é nosso, é de todos os brasileiros.

Eu queria que este manifesto que está aqui, em duas páginas, Sr. Presidente, ficasse nos Anais da Casa. O manifesto fala dos avanços, do instrumento para fortalecer o pacto federativo, do petróleo para todos nós, fala que é imperativa uma decisão desta Casa. O apelo que eles fazem, Senador Pimentel e Senador Romero Jucá, aos líderes é pelo entendimento, que haja um acordo, que se evite votar o veto. Até porque todos nós temos uma visão, e eu também tenho: eu não acredito em derrubada de veto secreto, mas, neste caso, sou obrigado a dizer que acredito. Neste caso, se o veto for apreciado, ele cai. E os Estados que se sentem – digamos – perdedores nesse movimento já disseram que vão entrar com uma ação no Supremo. Então vai continuar uma guerra sem fim. O melhor caminho é o entendimento e esse manifesto vai nessa linha. Ele pede que haja aqui no Senado, a Casa do entendimento, do bom senso, que a gente construa o entendimento em cima do pré-sal.

Senador Romero Jucá, gostaria de um aparte sobre esse tema?

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PMDB – RR) – Sim, mas o Senador Pimentel levantou o microfone primeiro e por uma questão de... Senador Paim, apenas para registrar que – o Senador Pimentel também faz parte desse esforço – os líderes e vários parlamentares estão envolvidos exatamente em buscar um caminho. Provavelmente esse caminho não será o caminho do consenso, é difícil se criar um consenso sobre essa matéria. Mas temos que procurar construir um projeto que tenha um mínimo de razoabilidade, que cada lado perca um pouco. É claro que é difícil aos Estados confrontantes aceitarem qualquer perda, é uma bandeira política e a gente entende o contexto político que estão vivendo os seus representantes aqui, o clima de pressão, o clima de cobrança e o tipo de postura que eles têm que ter. Mas estamos fazendo um esforço grande, exatamente para construir uma alternativa que possa ser votada antes do dia 5 pelo Plenário do Senado. É por isso que o Presidente Sarney, hoje, já indicou os quatro Relatores das quatro medidas provisórias que estão trancando a pauta – e mantive contato com as lideranças partidárias –, para que possamos votar essas medidas provisórias nas próximas terça-feira e quarta-feira, para que possamos abrir a pauta e ter a condição de votar uma alternativa que, talvez, contemple a grande maioria. Queremos que os Estados confrontantes sejam atendidos, queremos que os Estados não produtores tenham sua parcela, porque é importante que essa riqueza nacional seja partilhada. E o Governo Federal está debruçado sobre essa questão, exatamente buscando uma fórmula que possa fazer esse equilíbrio. O Governo já avançou bastante,

o Governo abriu mão de 30% para 20% da remuneração de **royalties**, exatamente para que os Estados não produtores pudessem receber essa diferença. E, agora, estamos debruçados sobre a participação especial, exatamente tentando construir uma alternativa de participação especial que retire da União e dos Estados produtores confrontantes e possa remunerar os Estados não produtores. Então, acredito na política – é por isso que faço política –, acredito no entendimento, acredito que é possível se encontrarem convergências e, portanto, acredito que a semana que vem será decisiva e que teremos condição de encontrar uma saída para a grande maioria. É claro que alguns marcarão sua posição política, volto a dizer, e temos de compreender isso. Esta é uma conjuntura complexa, mas é possível que tenhamos uma opção para avançar nesse tema e para votar. Votar o veto é a parte incontroversa. O veto cairia, mas seria judicializado. E é um processo que não tem data para se resolver. Todos perderão, os Estados produtores, os Estados não produtores, principalmente, porque hoje nada recebem. A manutenção na Justiça do **status quo** privilegia os Estados produtores e penaliza os Estados não produtores. Então, essa não é uma decisão que interessa a nós, Estados não produtores. O meu Estado de Roraima precisa receber.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o caso do Rio Grande também.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PMDB – RR) – Precisam receber o Estado do Rio Grande do Sul; o Estado do Ceará, do Senador Pimentel; o Espírito Santo, da Senadora Ana Rita, que tem participado dos debates e que defende o Estado do Espírito Santo, que é um Estado confrontante e que não pode ter prejuízos também de forma que inviabilize o Estado, e temos de entender isso. Então, é um assunto complexo, mas estamos debruçados sobre ele e estamos tratando isso com grandeza política. E é importante dizer: a Presidenta Dilma, o Governo Federal já demonstrou que quer abrir mão de receita, já botou na mesa uma proposta e, portanto, deu um exemplo, e esse exemplo, agora, precisa ser ampliado. É preciso e conquistar a solução que todos nós almejamos. Quero parabenizá-lo pela ponderação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Romero Jucá! Há uma concordância de minha parte com a sua fala.

Ouçõ o Senador Pimentel e, em seguida, o Senador Cristovam.

Esse é um tema que, de fato, interessa a todo o País. Até abro mão de grande parte do meu pronunciamento para ouvir a opinião de V. Ex^{as}.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Então, vou pedir um pouco mais de tempo ao nosso Presidente Acir, que sempre foi tolerante. Essa matéria diz respeito a um grande projeto nacional que interessa a

todo Brasil. E, a exemplo do nosso Senador Romero Jucá, também entendo que o veto não deve ir a voto, até porque a ampla maioria da Câmara e do Senado já votou essa matéria. Estamos evitando levar a voto o veto, porque ele não é o melhor caminho. Eu diria que essa é exatamente uma incapacidade política nossa de construir uma saída. O manifesto que V. Ex^a, Senador Paim, termina de ler, vai neste sentido: de que a gente construa uma saída política.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – E essa proposta, que está sendo discutida e construída, assegura ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, no mínimo, o que eles já receberam no ano de 2010. Ou seja, eles partem desse patamar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dali para frente.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – A partir daí, eles entram na partilha igual aos outros Estados-Membros da Federação e aos outros Municípios brasileiros. Portanto, a construção vai nesse sentido. Como muito bem o Senador Romero Jucá já fez referência, a União está reduzindo um terço de sua participação no resultado dos **royalties** para criar esse Fundo Nacional para atender aos Estados não confrontantes. É bom lembrar que, desde a definição do terreno de marinha, tudo o que existe a partir dali pertence à União, e a exploração do petróleo está a mais de 200km da costa. Portanto, pertence à União toda essa riqueza que está na plataforma. O que queremos é exatamente aquilo que, ontem, era uma receita mínima, que, hoje, é significativa e que, no ano de 2020, deverá ser superior a R\$100 bilhões. A arrecadação de **royalties** no Brasil deve ser compartilhada com toda a sociedade brasileira. Portanto, mais uma vez, parabéns pelo pronunciamento!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço o aparte a V. Ex^a. Repito: há uma concordância do meu ponto de vista e do ponto de vista do manifesto que li tanto com a análise que o Senador Pimentel faz, como com a que fez o Senador Romero Jucá.

Ouçõ o Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, vou juntar as duas partes de sua fala. Junto a primeira parte, sobre trabalho infantil, sobre prostituição infantil, sobre escravidão, com a segunda, sobre o pré-sal e os **royalties**. Quanto desses **royalties** – a gente está discutindo para qual Estado e qual Município eles vão e o que vai para a União – vai ajudar a acabar com o trabalho infantil? Quanto disso vai acabar com a escravidão, que ainda existe no Brasil? Quanto disso vai acabar com a prostituição infantil? Temo que nada. O pior é que isso pode agravar essas questões, porque o excesso de dinheiro termina levando a uma

degradação social quando não é bem aplicado. E aí, Senador Jucá, acho que o debate está sendo feito de forma prisioneira do presente. Estamos discutindo – e foi isso que a gente ouviu – o quanto recebe a União e o quanto recebem os Estados. Eu quero saber o quanto recebe a geração atual e o quanto vai receber a geração futura. O petróleo acaba, gente! Por favor, não se esqueça de que o petróleo acaba! E não temos o direito de repetir aqui o que fizemos com o ouro. O Brasil produziu, em 100 anos, mil toneladas de ouro. Alguém sabe onde está esse ouro, Senador Acir? Vou dizer: está nas indústrias inglesas. O ouro saía daqui e ia para Lisboa; de Lisboa, ia comprar produtos na Inglaterra. Portugal ficou mais pobre depois do ouro, mas ficou com igrejas douradas e com muito dinheiro para a corte portuguesa usufruir de luxo. Mas Portugal ficou mais pobre. Excesso de dinheiro, às vezes, empobrece, quando ele acaba. Dinheiro permanente não empobrece, mas dinheiro temporário, depois de gasto, empobrece, e se cria uma coisa que alguns chamam até de doença dos países produtores de petróleo. São países viciados num recurso que vai se acabar, e eles só fazem comprar, eles não se desenvolvem. Imaginem, Senador Paim e Senador Jucá, se aquelas mil toneladas de ouro tivessem sido colocadas num fundo, gerando rentabilidade, e se, nesses duzentos anos – são mais de cem anos desde então –, tivessem sido aplicadas para criar uma indústria inovadora em Portugal e tivessem sido usadas para educar as populações portuguesa e brasileira! Como estariam Brasil e Portugal, hoje? Muito melhores, muito melhores! Temo que o debate seja: quanto cada Governador vai pegar para gastar dinheiro o mais rapidamente possível? Felizmente, não há ainda esse dinheiro, Senador Acir. Sabe por quê? Se houvesse esse dinheiro, haveria doze estádios com ar-condicionado. Ainda bem que não há ainda esse dinheiro! Depois, ia deixar de pagar a energia do ar-condicionado quando o ouro acabasse. Hoje, dei entrada num projeto, com o Senador Aloysio Nunes, que tenta aproveitar a experiência do que foi o desastre de produzirmos ouro e não ficarmos com nada, sem romper nenhum contrato atual, sem tocar nos **royalties** atuais dos Governadores e dos Municípios. Depois, os **royalties**, Senador Jucá, iriam para um fundo permanente. Então, a gente garantiria a perenidade do petróleo. Esse fundo geraria uma rentabilidade, que seria toda aplicada na educação, na ciência e na tecnologia. Com isso, a gente consegue duas coisas: a perenidade e a transformação brasileira. Por que a gente não discute isso, Senador Jucá? Vamos discutir essa proposta, que não mexe com os contratos atuais e que não toca nos **royalties** de hoje. Mas essa nova riqueza nós não vamos torrar, por favor! Como distribuir esse dinheiro? Proporcionalmente ao número de crianças na escola. Um Estado em que há

muita criança – o Rio de Janeiro é um deles – precisa de mais dinheiro, para construir um Brasil melhor por meio das crianças, que são crianças brasileiras. Rondônia e Distrito Federal são pequenos. Não devemos receber tanto, porque aqui há poucas crianças na escola, proporcionalmente ao restante do Brasil. A ideia é a de que 60% vão para a educação de base e de que o resto vá para ciência e tecnologia, para universidades, para centros de produção, para financiamento a indústrias inovadoras. Isso permitiria acabar com o trabalho infantil; isso permitiria acabar com a prostituição infantil. Para mim, o fundamental não é quem vai receber, mas como vamos usar o dinheiro do petróleo. Ontem, quando o Senador Lindbergh falou, eu lhe disse: “Senador, eu defendo 100% para o Rio se o senhor garantir que tudo vai para a educação e inovação, porque aí sei que vai ficar bom para o Brasil também, já que o Rio de Janeiro é um Estado brasileiro”. Insisto, Senador Jucá e Senador Pimentel: vamos debater essa proposta de fazer um fundo que dê perenidade ao petróleo, que acabará em 30 anos, 40 anos. E que esse fundo seja usado de forma transformadora, para fazer o Brasil que a gente quer no futuro, o Brasil que deixe de ser produtor de algo natural e passe a ser produtor de algo intelectual, que é a grande energia! A energia que não acaba é a intelectual. Aliás, toda energia vem da atividade intelectual. Esse petróleo é uma lama enterrada no fundo do mar. Graças à educação e à engenharia, descobriu-se que há petróleo, descobriu-se como retirá-lo, como transportá-lo, como refiná-lo e como utilizá-lo sob a forma de energia. É a energia da inteligência que vai fazer com que um país seja ou não avançado, moderno, justo. Não vamos desperdiçar! Não dá para acusarmos os reis de Portugal do desperdício do ouro, porque, naquela época, não havia experiência anterior. Mas seremos culpados do desperdício quando o petróleo acabar – e não será preciso 200 anos, mas somente 50 anos –, deixando para trás prostituição, desperdício, prédios caros que, depois, nem vamos ter como manter. Esse é o aparte que eu queria fazer, juntando as suas duas preocupações. Vamos usar esse dinheiro de uma maneira que ele permaneça aqui e nunca acabe, porque o petróleo acaba, como o ouro acabou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Cristovam, no seu aparte, defende, com muita consistência, a importância do pré-sal para a educação, ciência e tecnologia.

Sr. Presidente, eu ainda precisaria fazer mais dois registros, se V. Ex^a me permitisse, devido aos apartes. Esse vai ser muito rápido.

Senador Simon, aproveitando sua presença no plenário, quero dizer que foi com muita satisfação – o Senador Pimentel havia, inclusive, conversado com V. Ex^a – que, hoje pela manhã – a Senadora Ana Rita estava lá –, como não foi possível criarmos uma Subcomissão, como propôs o Senador Simon, para discutirmos a questão da impunidade e da corrupção, como ele sempre tem dito, fortalecendo a Presidenta Dilma, decidimos, então – já havia quatro Comissões criadas –, criar um grupo de trabalho na Comissão de Direitos Humanos. Tomei a liberdade, como Presidente, de indicar a coordenação para o Senador Simon.

Eu gostaria muito de receber o aparte do Senador Simon, com a tolerância do nosso Presidente, sobre esse tema da criação, hoje pela manhã, de um grupo do qual S. Ex^a vai ser o Presidente, vai ser o coordenador, vai ser o Relator. Naturalmente, vamos estar juntos lá, não é, Senador Pimentel, Senadora Ana Rita, Senador Cristovam, Senador Romero Jucá? Enfim, lá estarão todos os Senadores presentes.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Felicitto V. Ex^a, porque acho que a decisão tomada hoje por determinação de V. Ex^a, acatada por toda Comissão, foi realmente muito importante. Solicitei a formação de uma Subcomissão para criar um espaço. Falava-se em pedir à Mesa que indicasse uma Comissão, e achei que esse não era o caminho. Pensei que o caminho era exatamente a Comissão presidida por V. Ex^a. Mas V. Ex^a foi além e tem razão. O assunto é tão significativo, que não é uma questão para Subcomissão, é uma questão para a própria Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está vinculada à Comissão.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Então, o assunto vai ser dirigido à Comissão vinculada a V. Ex^a, que teve a gentileza de me pedir para, em nome de V. Ex^a, fazer a coordenação. Temos um trabalho muito importante, muito significativo. Temos de ir com jeito. Já houve momentos aqui de grande euforia. Chegou a ser formada uma Subcomissão da Comissão de Justiça, da qual fui Presidente. Veja quem fazia parte dessa Comissão: o Presidente da República, o Presidente do Supremo, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Ministro da Justiça, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Tribunal de Contas. Mas isso não deu em nada. Durante um ano e meio, nós nos reunimos duas vezes por mês, debatendo. E eram pessoas que estavam diretamente ligadas à questão. Acharmos que poderíamos fazer algo, com a mais boa vontade do mundo, mas não deu em nada. De outra vez, fez sucesso no mundo inteiro a ação na Itália do grupo dos procuradores, que, realmente, fez uma ação espetacular!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Era a Operação Mãos Limpas.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Era a Operação Mãos Limpas. Nós os trouxemos aqui. Eles vieram para cá e ficaram quinze dias aqui. Fizemos reuniões as mais variadas. Eles andaram pelo Brasil. Não deu em nada. Então, temos de ter a sensibilidade de entender que não será uma Comissão, não seremos nós, Senadores, não será um movimento que saia de uma hora para outra que irá resolver isso. Mas estou muito otimista hoje, quando vejo, de um lado... Desculpe-me, mas vou ter de prorrogar um pouquinho o meu aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por mim, o senhor tem todo o tempo que a Presidência lhe conceder, e sei que o Presidente lhe vai conceder esse tempo.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – A Presidência da República está tomando essa posição, que o Brasil respeita. Não há crítica alguma ao Lula, nem ao Fernando Henrique, nem aos governos anteriores. É como dizem as escrituras: “Cada momento é o seu momento”. E, agora, houve um momento para isso, quando a Presidente resolveu iniciar – e tem condições para isto – um trabalho em termos da ética, da seriedade e da governabilidade. Então, surge, por todos os lados, essa mobilização a favor de que isso continue. Principalmente, essas redes populares da Internet estão fazendo uma revolução no mundo. Já derrubaram três governos no Oriente Médio e estão realmente movimentando. Se, lá atrás, botamos milhões de jovens em praça pública pelas Diretas Já, pela anistia, pelo *impeachment*, imaginem agora o podem fazer essas redes populares! Então, nosso trabalho é fazer esse diálogo. Entidades espetaculares, como a OAB, a CNBB e a ABI, estão à frente desse trabalho. E há outras entidades. É impressionante! Na reunião que fizemos, presidida por V. Ex^a, havia mais de quarenta entidades representativas da sociedade, entidades de magistrados, de procuradores, de advogados, de empresários, que estão fazendo esse movimento. Então, o que V. Ex^a instala hoje é apenas uma coordenação da nossa parte, da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para colaborarmos com elas. Agradeço a V. Ex^a pelo trabalho e procurarei ser digno da indicação de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, faremos um grande trabalho juntos, Senador Simon, Senador José Aníbal e outros Senadores que acompanham este debate.

Senador Simon, quero também cumprimentar a TV Senado pelo programa Assunto de Estado, que está fazendo na Casa, convocando os Senadores de todos os Estados não só para um debate do Estado, mas também para um debate nacional. Estivemos,

nesta semana, eu e a Senadora Ana Amélia, em debate muito produtivo, que faço questão de registrar nos Anais da Casa. Quero dizer também que, no fim do programa, propusemos – e foi aceito – que houvesse um debate, envolvendo os Senadores, sobre política de Estados com viés econômico, ambiental e social. Isso foi aceito, e haverá esses debates também aqui, no Congresso Nacional.

Quero ainda, Sr. Presidente, fazer o registro do Movimento Médico, que aconteceu ontem, em Brasília, em relação aos planos de saúde privados. Os dados que eles me passaram são assustadores. Os médicos sofrem pressão para não aceitar certos exames e para não dar consultas e ainda recebem um valor irrisório por uma consulta médica. Por algumas consultas, eles recebem somente R\$15,00.

Por isso, quero aqui deixar registrada toda a minha solidariedade aos médicos, pela forma como estão reagindo, exigindo que os planos de saúde tenham mais qualidade e paguem um salário decente para esses profissionais.

Por fim, Sr. Presidente, quero comentar o pronunciamento que faço, na linha da defesa da educação e dos professores, em relação à violência nas escolas. Tenho recebido documentos de diversos professores que dizem que eles não sabem mais o que fazer, devido à agressão que estão sofrendo nas próprias escolas. Um professor diz: “A escola é um lugar importante para conduzir ao processo educativo e, por isso, tem de ser um lugar de combata à violência”. A escola não pode ser um espaço de violência, como está acontecendo hoje, entre os alunos e, inclusive, um espaço de pressão sobre os professores.

Outra parte de uma carta diz: “O respeito à liberdade, o apreço à tolerância e a superação de todas as formas de violência, internas e externas à escola, na perspectiva da construção de uma cultura de paz”.

Nesse sentido, Sr. Presidente, apresentei dois projetos. O de nº 178, de 2009, já foi aprovado no Senado e está na Câmara dos Deputados. O outro projeto eu o apresentei no início de 2010 e também foi aprovado no Senado e está na Câmara.

Vou concluir, Sr. Presidente. Neste último minuto que me falta, faço um apelo para que a Câmara aprove esses dois projetos, que, no fundo, visam a uma cultura de paz nas escolas. Protegem os alunos? Protegem-nos, mas protegem também os professores da agressão que estão sofrendo neste momento.

Concluo, dizendo que, na segunda-feira, na Comissão de Direitos Humanos, haverá um debate sobre o Fundo de Participação dos Estados, já que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, até o final de 2012, se o Congresso não decidir, o Supremo decidirá.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância a V. Ex^a e peço que considere, na íntegra, meus pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os médicos fizeram ontem, 21 de setembro, uma paralisação nacional em protesto contra as operadoras de planos de saúde em relação ao reajuste do pagamento das consultas e por melhores condições de trabalho.

É importante esclarecer que apenas o atendimento de casos de urgência e emergência estão sendo realizados.

Os planos de saúde pagam, em média, R\$40,00 por atendimento. O mais baixo valor encontrado pelas entidades médicas é R\$ 15, e o maior, R\$80,00. A categoria defende mínimo de R\$ 60.

Segundo os médicos, nos últimos anos, os planos de saúde foram reajustados em cerca de 150%, enquanto a remuneração médica não chegou a subir 50%.

Os profissionais reclamam da interferência das empresas no trabalho médico, como forçar a alta de pacientes internados em unidades intensivas de tratamento e recusar a autorização determinados exames.

A estimativa da Comissão Nacional de Saúde Suplementar é de que o protesto esteja atingindo de 25 a 35 milhões de pessoas.

Lembro que no mês de abril, os médicos já realizaram uma paralisação nacional. Algumas empresas atenderam o pleito...

No entanto, outras operadoras ainda não se manifestaram, ou apresentaram propostas insatisfatórias.

Sr. Presidente, várias vezes eu critiquei aqui desta tribuna os planos de saúde e defendi o Sistema Único de Saúde (SUS).

Os planos já viraram piada nacional, quem paga às operadoras tem que entrar na fila para ter direito ao atendimento.

Quer dizer, mais uma vez no Brasil, a corda arrebenta no lado mais fraco, ou seja, o usuário, o consumidor.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente gostaria de saudar e parabenizar a TV Senado pela iniciativa de levar ao ar um espaço para que as bancadas discutam assuntos e problemas dos seus Estados.

Nesta semana, participei ao lado dos Senadores Pedro Simon e Ana Amélia do programa Assunto de

Estado, transmitido ao vivo também pela Rádio Senado e com cobertura da Agência Senado.

Da mesma forma deixo meu carinho especial aos profissionais desses necessários veículos de comunicação.

Durante uma hora e trinta minutos tivemos, vamos dizer, uma boa conversa inclusive, respondendo a perguntas da população, não só do Rio Grande do Sul, mas, como também de outras regiões, que foram feitas via 0800, e-mail e twitter.

Foram muitos os temas, mas eu destaco aqui a construção da segunda ponte do Guaíba, reformas no aeroporto Salgado Filho, aumento das linhas do metro, rodovia do Parque, BR 116, agricultura familiar, agro-negocio, relações com o Mercosul, guerra fiscal entre os estados, convenção-quadro e produção de tabaco, carvão como matriz energética, potencial hidroviário e ferroviário, pólo naval de Rio Grande, **royalties** do pré-sal, pacto federativo.

Quero dizer que não param de chegar ao meu gabinete mensagens elogiando os três senadores pela participação, bem como este novo espaço de debate que surge no Senado.

Sr. Presidente, ao final do nosso encontro sugeri a produção do Assunto de Estado que realize outro programa, agora com enfoque nas questões sociais do Rio Grande do Sul.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi do Deputado gaúcho Raul Carrion e do Sr. Vicente Rauber, membros do Comitê Gaúcho Defesa do Pré-Sal esse “Manifesto aos Senadores e Deputados”, que tenho aqui em mãos, sobre a importância da apreciação com urgência do veto ao Artigo 64 da Lei 12.351/10.

Esse manifesto do comitê contou com a participação de mais de 40 entidades representativas da sociedade civil gaúcha e apoio da Assembléia Legislativa do RGS.

O artigo citado estabelece regime de Partilha para o Pré-Sal e cria o Fundo Social.

O Comitê Gaúcho em Defesa do Pré-Sal propõe, por outro lado, aperfeiçoamentos à legislação aprovada.

Vou me deter um pouco nas observações que constam do documento e peço que ele seja publicado nos **Anais** desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COMITÊ GAÚCHO EM DEFESA DO PRÉ-SAL

Manifesto aos Senadores e Deputados

1 - INTRODUÇÃO

O COMITÊ GAÚCHO EM DEFESA DO PRÉ-SAL, contando com a participação de mais de 40 Entidades Representativas da sociedade civil gaúcha e apoio da Assembleia Legislativa do RGS, vem de público **MANIFESTAR** aos nossos representantes **SENADORES** e **DEPUTADOS FEDERAIS** a **importância da apreciação com urgência do veto ao Art. 64** da Lei 12 351/10 (que estabelece regime de Partilha para o Pré-Sal e cria o Fundo Social), e **propor concomitante aperfeiçoamentos à legislação aprovada**.

Hoje temos um novo marco regulatório para a exploração e produção de petróleo do PRÉ-SAL com significativas conquistas sobre a situação anterior. No entanto, graves distorções foram introduzidas no Congresso ao projeto original do Executivo, como o estabelecimento do ressarcimento em petróleo ao Consórcio Explorador do valor dos royalties pagos, e a manutenção da não equanimidade de sua distribuição entre os Entes Federados, que não constava do projeto original.

2 - IMPORTANTES AVANÇOS

Nesse momento podemos comemorar relevantes conquistas obtidas e que necessitam ser defendidas para garantir sua efetiva e total implantação. Entre as mais essenciais destacamos:

(1) **RÉGIME DE PARTILHA**, que possibilita que uma quantidade maior da riqueza produzida no PRÉ-SAL fique de propriedade da União decorrente de sua parcela do petróleo lucro (petróleo e demais hidrocarbonetos da União, deduzidos o petróleo custo, o lucro da empresa ou consórcio explorador e os royalties);

(2) **Criação do FUNDO SOCIAL (FS)**, de natureza contábil e financeira, com o objetivo de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, com investimentos em programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento, e para a regulação do fluxo financeiro auferido com a venda do petróleo lucro da União, em especial a educação, a cultura, o esporte, a saúde pública a ciência e tecnologia, o meio ambiente e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas."

(3) **Reconhecimento e valorização da PETROBRAS**, designando-a como **única operadora** de toda a província do PRÉ-SAL e demais áreas estratégicas, tomando-a mais robusta com a maior capitalização já feita no planeta - 5 bilhões de barris de petróleo a serem extraídos pela mesma;

(4) **Defesa do CONTEÚDO NACIONAL** mínimo no que for necessário para a exploração desse petróleo, visando o desenvolvimento do país, com a geração de renda e postos qualificados de trabalho, e para evitar que a nossa economia fique dependente da venda de petróleo;

(5) **Criação da PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA** - para a administração dos Contratos de Partilha de Produção, fiscalizar a apropriação do "petróleo custo" e gerenciar a venda do "petróleo lucro" da União, garantindo assim o interesse público no negócio;

(6) **FORTALECIMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE**, a quem caberá decidir quais áreas serão leiloadas para exploração e onde a PETROBRAS atuará de forma exclusiva, bem como o ritmo de exploração do PRÉ-SAL, de modo a não dilapidar a riqueza e manter sua produção subordinada ao interesse do Desenvolvimento Sustentado do País.

3 - O PAGAMENTO DOS ROYALTIES DEVE SER EM PETRÓLEO E DEMAIS HIDROCARBONETOS

Essa riqueza petrolífera possui um grande valor estratégico no mercado internacional, pois é a principal fonte de energia, que move a Sociedade Moderna, devido ao seu poder **alavancador na produção de novas riquezas com maior valor agregado e na geração de empregos**, e não o seu equivalente financeiro em moeda sem lastro. Esse enorme poder geopolítico propiciou o desenvolvimento e ainda sustenta as economias dos países industrializados, que não o tem ou o mantêm guardado como reserva, sendo, pois, excessivamente dependente dela.

Daí entendermos que os royalties decorrentes dessa exploração devem ser pagos à União exclusivamente em petróleo físico, sem qualquer ressarcimento/compensação ao Contratado, evitando danosa isenção tributária e ainda no bem mais cobiçado no planeta. Essa apropriação da riqueza física pela União conferirá ao Brasil um maior poder geopolítico nas negociações internacionais para gerar os recursos a serem distribuídos conforme legislação específica.

4 - ROYALTIES - INSTRUMENTO PARA FORTALECER O PACTO FEDERATIVO

Os Projetos de Lei do novo marco regulatório encaminhados ao Congresso Nacional omitiram propositalmente qualquer nova definição para a distribuição dos royalties, para que este debate, que atinge apenas 10% da produção, não obscurecesse o do aproveitamento do restante exclusivamente para o benefício do Brasil.

Em virtude de modificações introduzidas no Congresso isso acabou não ocorrendo, e a grande discussão acabou focando essencialmente a distribuição dos royalties, com os seguintes aspectos fundamentais:

- O mérito da emenda "Ibsen/Simon", cujo debate mostra que a riqueza geradora dos royalties,

constitucionalmente de propriedade da União, é de toda a nação e, como tal, deve beneficiar todos os Entes Federados;

- A atual distribuição dos royalties foi implantada em substituição ao ICMS que os estados e municípios (por repasse) recebiam em decorrência da produção de petróleo, estando incorporado em seus orçamentos plurianuais (por leis legítimas) os respectivos valores;

- É necessário reconhecer o óbvio impacto decorrente da exploração, produção e da movimentação do petróleo e demais hidrocarbonetos nos municípios onde ocorrem, a necessidade de mitigação dos impactos ambientais, e condições para a segurança desta riqueza, não somente através da Marinha, como por todo o Ministério da Defesa;

- É imprescindível que a pesquisa nacional seja contemplada com parcela desses royalties como sustentáculo do Desenvolvimento Nacional Sustentado.

Assim, é importante chegar-se a uma distribuição mais equânime dos royalties de modo a beneficiar toda a população brasileira, num fortalecimento do Pacto Federativo, procurando-se, nessa nova realidade que se avizinha, uma transição para um modelo mais justo de distribuição dos benefícios da riqueza.

5 - É IMPERATIVO

5.1 - A irrestrita defesa das relevantes conquistas obtidas com o Novo Marco Regulatório para o PRÉ-SAL, e, de forma especial, reafirmamos a importância da PETROBRAS como Empresa Estatal e única EMPRESA OPERADORA para sua exploração, seja pela sua competência ao descobrir essa riqueza para o País, seja pelos seus conhecimentos em exploração e produção em águas profundas, bem como pelo seu compromisso estratégico com o Desenvolvimento do País e com todos seus acionistas.

5.2 - O pagamento dos royalties pela(s) empresa(s) contratada(s) exclusivamente em produto físico (petróleo e demais hidrocarbonetos), aumentando a apropriação pelos Entes Federados do petróleo produzido, vedando qualquer forma de restituição ou compensação aos Contratados, conforme estabelece o vetado Art. 64 par.3º da citada Lei 12 351/10.

5.3 - Tornar insubsistentes os Art. 2º/I, 10º/III d, 15º/V e 29º/V, também da citada Lei 12 351/10, do Regime de Partilha, que estabelecem a "apropriação pelo Contratado do volume da produção correspondente aos royalties devidos".

5.4 - Estabelecimento de um novo modelo para distribuição mais equânime dos royalties do petróleo do pré-sal, que seja votado conjunta e combinadamente com a apreciação ao veto ao Art. 64, e que contemple:

5.4.1 - Uma parcela para distribuição equânime entre todos os Entes Federados, conforme os critérios do FPE - Fundo de Participação dos Estados e do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, atualmente em atualização no Congresso;

5.4.2 - Uma parcela que compense os impactos ambientais gerados nas regiões produtoras e/ou atingidas pela movimentação do petróleo, gás e derivados;

5.4.3 - Uma parcela destinada a órgãos da administração direta da União, especialmente os Ministérios de Ciência e Tecnologia, da Defesa e de Minas e Energia e para mitigação de impactos ambientais;

5.4.4 - A definição de uma sistemática de transição para evitar que os Estados e Municípios ditos produtores não tenham perdas de sua receita proveniente dos royalties, inclusive reconsiderando critérios de isenções e alocação de outros tributos.

5.5 - Ampliação da representação da sociedade civil organizada do CNPE - Conselho Nacional de Política Energética, bem como no CDFS - Conselho Deliberativo do Fundo Social, para aumentar a adequação das condições para que a exploração da riqueza do Pré-Sal vise exclusivamente o Desenvolvimento Sustentado do País para melhoria de Qualidade de Vida dos brasileiros;

5.6 - Vedar constitucionalmente a utilização da riqueza oriunda do Pré-Sal para cobertura das despesas correntes de todos os Entes Federados, e obrigando que ela seja aplicada no Desenvolvimento Sustentado Regional visando a fixação e melhoria da Qualidade de Vida de sua população.

Porto Alegre, 24 agosto de 2011.

Entidades do Comitê Gaúcho de Defesa do Pré-Sal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, quero abordar um tema cada vez mais presente no mundo escolar e preocupante também: a violência sofrida pelo professor por parte de seus alunos!

Os professores são vítimas cada vez mais frequentes de ameaças e agressões verbais, como também de agressões físicas.

Tomo como argumento a esta minha proposição, um estudo realizado pela Doutora em Educação Tânia Maria Scuro Mendes e pela aluna Juliana Mousquer Torres que traça um quadro preocupante da educação no Brasil, ou seja, quando é abordada a questão da violência sofrida pelos educadores, as escolas limitam-se a solicitar a presença dos pais ou responsáveis dos alunos agressores e efetivar registro de advertência,

Devido a isso, os professores não se sentem seguros em relação às condições ambientais e psicológicas nos seus contextos de trabalho;

Também não se consideram amparados pela legislação educacional quando se vêem vítimas de agressões praticadas por alunos;

E assim, os professores gostariam de poder contar com leis que os amparassem no que tange a essa situação.

Existe uma assimetria dentro de nosso ordenamento jurídico no que tange a relação professor aluno, pois de um lado, as crianças e os adolescentes bem protegidos, através do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (art. 53, II e art. 245) e, do outro lado, os educadores encontram-se desamparados legalmente.

Mesmo que, o Estatuto conceba o menor como ser em desenvolvimento psicológico, cognitivo e cultural, merecedor de proteção prioritária por parte do Estado e das instituições sociais (art. 4º do ECA). Ele, ao mesmo tempo, ignora a natureza social desse processo: a garantia do desenvolvimento adequado do menor como ator social também demanda o respeito aos atores que fornecem tais meios.

Com isso, os alunos intimidam e praticam violência contra os professores, fazendo uso de sua posição social privilegiada.

Sr. Presidente, a relação entre o professor e o aluno, em sua essência desigual, faz com que seja indispensável por parte dele, como educador, o conhecimento da legislação já em vigor, bem como propor sugestões que acompanhem as mudanças que hoje aparecem rapidamente em todas as atividades profissionais.

Pois, ele deve estar atento em seu campo de atuação e respeitar sim os direitos dos alunos, mas não se submeter aos abusos dos mesmos, de modo que se torne refém deles.

E, com isso, resgatar o que pode parecer perdido, mas que a escola deve se esforçar para manter

cada vez mais presente: a cidadania, o respeito, a confiança entre o professor e o aluno em prol de um aprendizado responsável, fortalecido e que vise o desenvolvimento do país.

Esse cenário que desafia o poder público e a sociedade, fez com que eu voltasse a falar do Projeto de Lei, de minha autoria, nº 191 de 2009, que estabelece procedimentos de socialização e prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para o professor, encontra-se na Comissão de Direitos Humanos.

Em abril deste ano, foi realizada uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, cujo debate foi sobre a violência nas escolas, especificamente contra os professores.

Entre vários debatedores, especialistas na área de educação e representantes dos professores e alunos, um ponto me chamou atenção: quando se falou que “a escola é um lugar importante por conduzir ao processo educativo e por isso, tem de ser um lugar que combata a violência.

Então, deve-se tentar ver o problema das escolas e da violência não como um problema de paredes ou de muros ou de portões ou de detectores de metais para dividir a escola da sociedade.

Vamos tentar ver também a escola como aquele foco privilegiado em que podemos começar a combater efetivamente a violência, seja a violência nas escolas ou fora delas, na sociedade, porque as duas não são claramente separadas, mas são aspectos de um mesmo problema.”

Então, quando falo em escola e violência dentro dela, deve-se sentir envolvido o professor e o aluno e a comunidade como um todo.

Todos somos responsáveis na tentativa de unir esforços para erradicar de vez esta violência, em um ambiente preparado para educar e transformar as crianças e jovens em cidadãos de respeito, éticos, com espírito humano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, outra questão que cabe abordar, antes de finalizar meu pronunciamento, é o Projeto que altera alguns artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para fortalecer a cultura de paz nas escolas e comunidades adjacentes.

“O respeito a liberdade, apreço a tolerância e superação de todas as formas de violência, internas e externas à escola, na perspectiva da construção de uma cultura de paz” é o que proponho no PLS 178 de 2009 que aprovado aqui nesta casa tramita agora na Câmara dos Deputados, sob o nº PL 7157/2010.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Paim.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu peço vênha a V. Ex^a, porque eu vou ter de me retirar para uma reunião, mas eu quero fazer um breve registro em nome da Liderança do Governo. Serei rápido e peço a autorização de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um registro que considero extremamente importante a respeito da ação que o Ministério da Educação está empreendendo para adquirir equipamentos eletrônicos, lousa eletrônica e leitor em Braille para as escolas públicas.

O Ministro Fernando Haddad, com a equipe técnica do Ministério da Educação, já definiu e determinou um processo de licitação para que se comprem lousas eletrônicas para equipar as escolas públicas do nosso País.

Eu tive a oportunidade de conhecer o sistema, e, sem dúvida nenhuma, é um sistema muito avançado,

que muda a feição da aula normal, com quadro negro e giz, Senador Pimentel.

Sem dúvida nenhuma, é uma tecnologia avançada, que vai dar um outro padrão de qualidade, que tanto temos discutido e que o Senador Cristovam debate tanto aqui.

Então, eu gostaria de fazer este registro, de aplaudir essa ação do Governo Federal e de dizer que eu já estou encaminhando aos prefeitos de Roraima e ao governador essas informações. Coloco o meu gabinete à disposição, para que as prefeituras, principalmente as que têm menos condições, possam contatar o Governo do Estado, para que saibam de que forma Roraima pode habilitar-se para receber essas lousas eletrônicas.

Eu gostaria de fazer este registro, gostaria de aplaudir o Ministro Fernando Haddad e dizer que é um avanço que espero chegue a Roraima e a todos os estados da Federação.

Peço a transcrição da matéria “Novo modelo de compras economiza recursos e permite mais investimentos nas escolas públicas”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Novo modelo de compras economiza recursos e permite mais investimento nas escolas públicas

por Secom em 15/09/2011 20:37hs

Em dois anos, R\$ 866 milhões foram economizados na compra de equipamentos para escolas

O orçamento do Ministério da Educação (MEC) passou de R\$ 19 bilhões em 2003 para R\$ 62 bilhões em 2010, com um empenho em tornar o uso dos recursos mais eficiente. O modelo de aquisições adotado pelo MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) possibilitou economia de R\$ 866 milhões de recursos públicos em dois anos. O resultado das compras também beneficia estados e municípios, que podem adquirir os produtos por meio da adesão aos pregões eletrônicos de registro de preços feitos pela FNDE. Esse método tem sido adotado para a compra de uma gama variada de produtos, de uniformes e bicicletas escolares a computadores, livros e laboratórios do programa e-Tec, que oferece ensino técnico a distância.

O poder de compra em escala do Estado é usado para diminuir o preço e influencia a política industrial. O MEC compra para quase 60 milhões de pessoas: 50 milhões de alunos da escola básica, mais de seis milhões na educação superior e cerca de quatro milhões de profissionais de educação.

Modelo – O modelo de compras da área educacional se baseia na medição dos indicadores da rede de educação pública. Após analisar esses dados, são traçados os critérios de atendimento dessa rede. O planejamento das compras é, então, debatido em audiências públicas, para melhor especificação dos produtos. Em seguida é feito um estudo do mercado fornecedor para a definição do formato do pregão. “Além da uniformidade dos procedimentos, da padronização dos produtos e serviços, da racionalização dos processos e da redução dos custos operacionais, o modelo permite ganho em função da economia de escala, controle mais eficiente dos gastos, transparência e celeridade”, explica o secretário executivo do MEC, José Henrique Paim.

Equipamentos tecnológicos incluirão lousa eletrônica e leitor em braille

Uma das novidades tecnológicas que o MEC planeja levar às escolas de todo o Brasil é a lousa eletrônica – composta de uma caneta e um receptor, que devem ser acoplados ao projetor Proinfo (equipamento com computador e projetor ofertado pelo MEC aos estados e municípios). A lousa permite ao professor trabalhar os conteúdos disponíveis em uma parede ou quadro rígido, sem a necessidade de manuseio do teclado ou do computador. O sistema permite maior interatividade com os conteúdos, além de uso da ferramenta como quadro digital. O equipamento está em processo de licitação para compra no FNDE.

Outra novidade é um protótipo de um leitor em braille, que permitirá que alunos com deficiência visual escrevam e ao mesmo tempo ouçam o que escrevem. A ferramenta tem uma câmera digital que captura as imagens de um livro ou jornal, por exemplo, e transforma a imagem em texto em braille, gerando o áudio correspondente. Por meio de um visor, o professor poderá acompanhar o trabalho do estudante. O protótipo, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), está em fase de testes e deve estar pronto em seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – No meu pronunciamento, eu fiz referência a vários trechos do pronunciamento da Sr^a Presidenta Dilma na Abertura do Debate Geral da 66^a Assembleia-Geral das Nações Unidas, mas me esqueci de pedir que fosse registrado nos Anais da Casa. Estou aqui requerendo a sua transcrição, na íntegra, nos Anais do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador José Pimentel. V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Com a palavra agora a Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo.

V. Ex^a terá vinte minutos para usar da palavra, Sr^a Senadora.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aqui fazer uma saudação ao senhor, que está presidindo esta sessão na tarde de hoje. Quero também saudar os colegas senadores e senadoras, os ouvintes e telespectadores da Rádio e da TV Senado e todas aquelas pessoas que estão presentes. Boa-tarde a todos e a todas!

Nos últimos anos, meu Estado do Espírito Santo tem apresentado taxas elevadas de crescimento, acima inclusive da média nacional. Crescimento que se refletiu na arrecadação de tributos, em especial por parte do Governo do Estado e, inclusive, na distribuição de renda. Trata-se de um crescimento que se deve em boa medida aos bons momentos do País neste período, em especial suas atividades relacionadas ao comércio exterior.

Essa prosperidade possibilitou ao Estado do Espírito Santo a realização de um conjunto de investimentos importantes e significativos; porém, mais uma vez, o modelo não foi suficientemente capaz de desenvolver e distribuir seus benefícios para toda a sociedade. Digo isso, Sr. Presidente, pois vários indicadores sociais não foram superados. Somos um dos estados onde, infelizmente, mais ocorrem assassinatos de mulheres e de jovens. Nosso sistema público de saúde ainda não conseguiu atingir o nível minimamente aceitável de atendimento e tratamento da população e, na educação, os últimos resultados do Exame Nacional de

Ensino Médio colocam o Estado do Espírito Santo na última colocação entre os estados do País.

Os resultados do Enem apontam 31 escolas públicas do Espírito Santo entre as 100 escolas do País com as notas mais baixas. Os dados mostraram, também, que, entre as 10 escolas com pior desempenho, cinco são capixabas. Esse é um dado muito triste, lamentável.

Os resultados, sem sombra de dúvidas, revelam que faltou, por parte, com certeza, de sucessivos governos anteriores, sensibilidade e real compromisso para investir na educação pública.

Mesmo considerando os questionamentos e necessidades de aperfeiçoamento do ENEM, os seus resultados apontam, no mínimo, cenários preocupantes.

As escolas com piores avaliações no Estado do Espírito Santo são justamente as escolas estaduais. Na verdade, o Estado ou ente da Federação que mais se beneficiou do crescimento econômico e de arrecadação, conforme me referi aqui no início do discurso e esse é um dado que nos preocupa muito.

Por isso, quero aqui afirmar que apenas haverá desenvolvimento em nosso País se houver, de fato, investimento maciço na educação pública.

Considero, fundamental que nos debrucemos sobre essa triste realidade, realidade que, diga-se de passagem, não é somente do Espírito Santo, mas de boa parcela das escolas públicas brasileiras, que vivem, em termos de estrutura física, na maioria das vezes, de forma precária.

É preciso avançar para superar essa realidade. E, para a educação brasileira e capixaba avançarem, repito, é necessário mais investimento e com maior qualidade. É preciso assumir com firmeza papel de coordenação das políticas públicas, criar instrumentos que permitam atuar com mais qualidade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, há muito ainda que se fazer e melhorar tanto por parte de governos – federal, estaduais, municipais –, como por parte de toda a sociedade, que precisa se unir e formar um grande pacto em nome da educação pública de qualidade.

Para isso, é necessário que todos, em especial os governos, nos debrucemos sobre a implantação de projetos político-pedagógicos para as escolas e que eles sejam, efetivamente, democráticos e participativos, dando voz e vez aos sujeitos e aos autores que constroem a escola pública no cotidiano dos estados e também dos municípios.

Precisamos implementar um modelo de gestão, de ensino e de escola pautado em princípios democráticos em que a participação seja, de fato, a regra; em que a escolha dos dirigentes seja estimulada como

mecanismo de legitimação daqueles que dirigem as escolas; em que o coletivo, que constrói o cotidiano das escolas, seja considerado como sujeito efetivo da construção deste que é um dos maiores desafios do País: a busca da qualidade do ensino público.

Mais recursos, gestão democrática, piso salarial profissional nacional, condições de trabalho, salário, carreira e formação são fundamentais para se ter educação pública no patamar exigido pela sociedade. Esses são, Sr. Presidente, compromissos que temos de efetivar cotidianamente, exigindo que cada um de nós reafirme compromissos, na busca permanente da valorização dos trabalhadores em educação, das escolas e da qualidade social, como requer a educação pública.

Srs. Senadores e Sr^a Senadora aqui presente, não poderia encerrar o meu pronunciamento, sem citar que, no governo do Presidente Lula e agora no Governo da Presidenta Dilma, estamos registrando um crescente investimento na educação.

Foi no governo do Presidente Lula que evoluímos de um investimento de 3,9% do PIB em educação, no ano de 2005, para 4,6% do que o País produz de riquezas, em 2009.

E quero aqui, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade também para fazer um registro. Hoje à tarde, estivemos em audiência com o nosso Ministro da Educação, Fernando Haddad, para conversarmos sobre várias questões. Na nossa conversa, ele citou que, há seis anos, o orçamento destinado para a União era de R\$17 bilhões e que hoje o orçamento que chegou a esta Casa, para o próximo período, está estimado em R\$80 bilhões. Olhem a diferença em relação há seis anos e agora, uma diferença bastante expressiva: de R\$17 bilhões para R\$80 bilhões na área de educação. Isso é muito bom, pois mostra que o nosso Governo está comprometido com a educação pública. São visíveis, pois, os avanços, mas precisamos, com certeza, avançar cada vez mais.

Desejo que a nossa educação possa ser valorizada cada vez mais por todos os entes da Federação: os municípios, os estados e a União.

Era isso, Sr. Presidente, que gostaria de dizer neste momento.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Ana Rita, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, sempre focando a questão da educação. Precisamos realmente que não só o Governo Federal, mas os estaduais e os municipais, como V. Ex^a bem colocou, invistam em conjunto, para que os nossos jovens tenham uma condição de aprendi-

zado cada vez melhor. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

V. Ex^a terá vinte minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que um tema hoje importante para se fazer referência é o discurso de ontem da Presidenta Dilma na Assembleia Geral das Nações Unidas.

A imprensa inteira, aparentemente de muitos lugares, tem falado da importância de uma mulher, pela primeira vez, abrir a Assembleia Anual das Nações Unidas. Claro que isso é um marco importante, sem dúvida alguma. Mas, para mim, muito mais importante do que isso foi o conteúdo da sua fala. Foi o conteúdo da sua fala que merece a nossa referência hoje aqui.

A Presidenta Dilma, talvez pela primeira vez, do alto da sua posição de Presidente do Brasil, fez um desafio às outras nações, deu um puxão de orelha até nos dirigentes dos outros países. A Presidenta Dilma, em primeiro lugar, tomou a posição corretíssima de pedir o reconhecimento da Palestina como estado independente com cadeira nas Nações Unidas. Posição de independência que nem sempre a gente vê na história da política externa brasileira.

Mas, sobretudo, o que me chamou mais a atenção positivamente ao seu discurso, que teve muitos pontos importantes, foi a maneira como ela chamou a atenção dos chefes de estado e de governo do mundo, dizendo que a maneira como vocês estão procurando resolver a crise que o mundo enfrenta não vai levar à solução para a crise.

A sensação que tenho, Senador Acir, quando vejo as reuniões dos chefes de estado, a cada dois três meses, a cada semana, discutindo taxa de juros, taxa de câmbio, taxa de desemprego, é a de que eles estão perdidos. A sensação é a de que eles estão comprando tempo. Já que não resolvem a crise, vão ganhando tempo. É como quem está no navio sem bússola, e aí fica dando voltas para ver se aparece uma estrela que guie, ou para ver se a tempestade para. Não há uma posição clara de tirar o barco, a Terra inteira, o Planeta, a economia mundial, a economia global, de marchar para fora da tempestade, para fora da crise; e não há essa aparência, porque estão todos prisioneiros do mesmo sistema, não são capazes de ver mais adiante, e aí não conseguem sair da crise. A crise não é apenas de taxa de juros, não é apenas de falência de bancos. É de um sistema que para produzir mais precisa de

banco financiar mais. E os bancos financiam mais do que podem. Mas se os bancos pararem de financiar a indústria não dinamiza.

Discutem gastos públicos. O problema é que os gastos públicos se esgotaram na sua possibilidade. Mas se reduzir os gastos públicos a demanda diminui e o bem-estar diminui, porque nós nos acostumamos com uma sociedade de bem-estar social, sobretudo nos países europeus. Não sabem para onde ir. E a saída tem que ser com uma lógica diferente. Em crises grandes, não se encontra respostas se ficarmos prisioneiros das mesmas perguntas.

As perguntas são outras. Por exemplo, a pergunta é se precisa realmente ou não crescer o Produto Interno Bruto, ou se no lugar disso é importante aumentar o bem-estar da sociedade. A pergunta é se o bem-estar aumenta quando a gente tem mais consumo ou quando a gente tem mais tempo livre. A pergunta é: nós melhoramos quando produzimos mais bens privados ou quando aumentamos a oferta nos bens públicos?

Essas perguntas não fazem. E não fazem por uma razão. Porque eles estão discutindo uma crise global, mas eles são políticos locais, como nós aqui. Eles estão discutindo o mundo, mas eles estão olhando para o voto que eles vão ter no seu país. O discurso do Presidente Obama ontem foi claro: foi um discurso de candidato a Presidente dos Estados Unidos, não foi a fala de um estadista querendo encontrar um novo rumo para o mundo.

A Presidenta Dilma, direta ou indiretamente, disse isso. Ela disse que nós, os que dirigimos as coisas, porque somos políticos, estamos perdidos. E isso faz aumentar minha admiração pela Presidenta Dilma. Não porque foi a primeira mulher a falar na abertura. A isso foram as circunstâncias que a levaram, até porque quem abre a Assembleia das Nações Unidas é sempre o Presidente do Brasil.

De certa maneira, o fato de que pela primeira vez tivemos uma mulher abrindo prova que o Brasil está atrasado, porque se fosse a Argentina que abrisse, nós já teríamos tido há mais tempo. Lá, desde os anos 70, teve mulher. Se fosse a Nicarágua, já teríamos tido uma Presidente da Nicarágua. Se fosse do Panamá, se fosse do Chile, só para falar da América Latina. O importante não é ter sido a primeira mulher a abrir, o importante é o que essa mulher disse para o mundo ouvir. E é preciso tirar o chapéu para isso.

Mas, se é preciso tirar o chapéu, Senadora Ana Amélia, para o que ela falou lá, também é preciso usar o chapéu para cobrar dela aqui dentro. E eu acho que ela está pensando muito na mesma lógica. Por isso, eu

insisto em dizer que a economia está bem, mas não vai bem se olharmos a longo prazo.

E um exemplo disso, aproveitando o gancho, é essa questão dos *royalties*. Nós estamos discutindo prisioneiros do presente. Nós estamos discutindo quanto cada Estado vai receber, e não para onde cada Estado vai dirigir esse dinheiro. O fundamental dessa riqueza que a natureza deu ao Brasil não é quanto vamos repartir entre os Estados brasileiros, mas é como vamos usar para construir o novo Brasil. Ao usar esse dinheiro para construir o mesmo Brasil, vamos perder o petróleo, porque ele vai acabar deixando os mesmos problemas. Apenas esburacado, porque o petróleo foi retirado e queimado.

Há pouco, eu falava aqui, num aparte ao Senador Paim, que o Brasil produziu mil toneladas de ouro. E ninguém sabe para onde esse ouro foi. A não ser quando se percebe, estudando a história, que esse ouro foi todo para financiar a Revolução Industrial, na Inglaterra. Nada ficou no Brasil, salvo uns poucos altares; nada ficou em Lisboa, salvo alguns altares e algumas peças de museu que eles compraram com a finalidade de manter o luxo da corte portuguesa. Quatro, cinco, seis, não sei quantos reis Portugal teve naquele período, em cem anos em que nós exploramos ouro aqui e esses reis não souberam usar o dinheiro, Senador Rollemberg. Perdeu-se, evaporou o ouro, como vai evaporar o petróleo brasileiro.

Só tem um jeito de esse petróleo não evaporar: é ele ser queimado como material, mas deixar aqui, permanentemente, o resultado da renda que ele cria. Como estão discutindo aí, o petróleo evapora e a riqueza dele também.

A proposta que eu e o Senador Aloysio Nunes apresentamos há pouco, Senador – e começo pedindo o seu apoio, já falei com o senhor ontem, Senador Rollemberg –, é de que, no lugar de esse dinheiro ser gasto, ele será colocado num fundo, e nós vamos usar a rentabilidade do fundo. Com isso, a gente dá perenidade ao petróleo. O petróleo é queimado, mas vira real, esse real fica numa conta e é aplicada essa conta. A rentabilidade será permanente. Sempre vamos ter essa rentabilidade, um pouco maior, um pouco menor, conforme o ano, mas vamos ter.

E a outra coisa que nós estamos apresentando é que esse dinheiro que sairá da rentabilidade de uma riqueza permanente, perene, que durará depois que o petróleo acabar, esse dinheiro será usado na educação, ciência e tecnologia, para inovar a economia brasileira. Então, além de perene o dinheiro, será transformador o seu uso.

Essa é a proposta que eu tinha apresentado aqui junto com o Senador Tasso Jereissati, no ano passado, e que não surtiu efeito. Não foi nem discutida nem aceita pelo Relator. Eu espero que seja aceita desta vez. Demos entrada hoje, estamos conversando, estamos enviando uma carta a cada Senador explicando os detalhes, e eu espero que a gente possa pelo menos debater. E aí eu queria pedir que fosse debatida na Comissão de Mudanças Climáticas – onde se discute mudanças climáticas tem a ver com petróleo –; na Comissão de Educação, já que, segundo a proposta, é para lá o dinheiro; na Comissão de Ciência e Tecnologia; obviamente, na CCJ, para ver se é constitucional; na de Infraestrutura; e na Comissão de Economia.

Não vale a pena apressar a aprovação. E aí se disserem: “Mas o dinheiro está sem saber como vai ser distribuído”, façamos rapidamente a distribuição dos atuais *royalties* dos poços que aí estão e discutamos um pouco mais os *royalties* que virão dos poços do pré-sal.

Vou ler aqui, daqui a pouco, ainda dá tempo, os pontos fundamentais disso.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Antes, quero passar a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Cristovam, quero cumprimentar V. Ex^a e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, dois grandes Senadores, e cumprimentar, mais uma vez, a preocupação de V. Ex^a com educação e com inovação tecnológica. Preocupo-me muito com o debate sobre a distribuição dos *royalties* e as participações especiais, debate que está crescendo na Casa em função da possibilidade da apreciação do veto presidencial ao projeto aprovado no ano passado pelo Congresso Nacional. É claro e é legítimo que os Estados trabalham muito na perspectiva de aumentar sua parcela de recursos oriundos do pré-sal. Preocupa-me muito porque entendo que parte significativa desses recursos deve ser utilizada de forma estratégica, como propõe V. Ex^a. Esse é um patrimônio de toda a população brasileira, não apenas desta geração. Temos de nos preocupar com as futuras gerações e temos de utilizar essa riqueza para fazer uma mudança de patamar qualitativo no desenvolvimento nacional. V. Ex^a vai ter oportunidade de explicitar um pouco mais o seu projeto. Eu gostaria de saber no que ele difere, essencialmente, do projeto que criou o Fundo Social, no pré-sal – tive a honra de ser Presidente da Comissão Especial na Câmara dos Deputados na ocasião –, que prevê exatamente que a

parcela, o lucro da exploração do petróleo do pré-sal pelo novo sistema aprovado pelo Congresso Nacional irá para esse Fundo Social, que teria esse objetivo. Esses recursos ficariam aplicados e seria utilizado o resultado das aplicações, apenas com um espectro de utilização mais amplo do que aquele a que V. Ex^a está se referindo, como educação, ciência, tecnologia e inovação, já que também prevê a aplicação em saúde, meio ambiente e outras atividades. O que considero importante neste debate – e quero saldar V. Ex^a e o Senador Aloysio Nunes Ferreira – é a preocupação com a utilização estratégica dos recursos do pré-sal. Nós não podemos utilizá-los como custeio da máquina, não podemos desperdiçar esse dinheiro, nós temos de utilizá-lo de forma estratégica. Com relação a educação, quando educamos toda uma geração, damos um salto qualitativo, que vai se reproduzir por muitas gerações. Portanto, receba meus cumprimentos. Vou debater e analisar esse projeto com muita profundidade, mas quero aqui já cumprimentar V. Ex^a e o Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo objetivo do projeto e pelo foco que dão à discussão de distribuição dos *royalties* e das participações especiais do petróleo do pré-sal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Agradeço a pergunta, Senador, e até gostaria que mantivesse o microfone elevado, para a gente poder ter um diálogo e esclarecer alguns pontos, se o Presidente, permitir.

Creio que uma diferença é que o Fundo Social previsto na lei anterior é para uma parte dos *royalties*. Se não me engano, metade dos *royalties*. O resto vai ser gasto diretamente.

Segundo, como o senhor já falou, é que haverá uma dispersão desses recursos do Fundo em diversas finalidades, todas importantes, mas nenhuma transformadora.

Quer ver uma coisa? Tem algo mais importante para nós hoje do que a saúde? Não tem. Mas a saúde nos mantém vivos, não transforma o País. É preciso ter dinheiro para a saúde, mas não do petróleo. O dinheiro da saúde tem que sair do Orçamento, agora com a Emenda 29, por exemplo, aprovada. Segundo, tenho a impressão que houve um veto a um dos itens do Fundo Social, que concentrava os recursos na educação de base, não é isso? Isso é muito grave. É muito grave que o Presidente Lula tenha vetado aquele item do Fundo Social que comprometia uma parcela considerável para a educação de base. Esse veto é um absurdo que foi cometido.

Essas são as mudanças principais. Além disso, tenho a impressão de que, como estava, dava margem a ser ou não gasto só a rentabilidade. Nós aqui esta-

mos amarrando que só a rentabilidade será gasta. Por exemplo, no primeiro ano em que houver esse fluxo de *royalties* será gasto zero. Zero. Vamos segurar esse dinheiro. Entre o segundo e o terceiro ano, podemos pagar 20% apenas. Dos quarto e quinto anos, 40%, Senador Rollemberg. A gente vincula em cada ano quanto por cento? De seis a sete, 60%. Só depois de dez anos é que se gastaria a totalidade da rentabilidade. Então, a rentabilidade seria reaplicada no Fundo, ampliando esse Fundo.

Mas para esclarecer isso peço licença ao Presidente para ler o mais rápido possível quatorze pontos que explicam bem a nossa proposta:

Objetivo: direcionamento dos recursos dos *royalties* e participação especial obtidos na exploração de petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos fluidos.

Regime: envolve recursos extraídos sob os regimes de partilha e de concessão.

Não há quebra de contratos: somente envolve, nossa proposta, áreas ainda não contratadas (somente afetará campos explorados após a assinatura desta lei).

Fundo específico: cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Educação Básica e Inovação.

Nenhuma perda de arrecadação: nenhum ente federativo (Estados produtores ou não produtores, municípios produtores ou não produtores ou União) terá perda em relação à arrecadação que ele teve em 2010. Todos ganharão daqui para frente.

Origem dos recursos do fundo: *royalties* e participação especial nos regimes de concessão e partilhas em áreas ainda não contratadas mais os rendimentos das aplicações financeiras realizadas com recursos do Fundo.

Montante a ser aportado no Fundo: ninguém pode saber exatamente quanto será, ninguém sabe qual vai ser o preço do petróleo, ninguém sabe realmente quanto vai ser a diferença entre o que se recebe de receita e o custo da produção, mas calculamos que, em 2020, poderá haver R\$40 bilhões no Fundo.

Aplicação dos recursos: educação básica receberia dois terços e inovação tecnológica um terço.

Critério de destinação – esse também é outra novidade, Senador Rodrigo –: 60% dos recursos serão destinados proporcionalmente ao número de alunos que aquela cidade e Estado tem na escola – aí vai conforme o número de crianças –; 20% conforme o desempenho dos alunos; e 20% conforme a evolução do desempenho do aluno de um ano para o outro. Então, nós amarramos a destinação para: conforme o número de crianças, conforme a melhora na qualidade da escola de um ano para outro e conforme o nível que já tem.

Ativos financeiros do Fundo: títulos do Tesouro Nacional ou até 20% com títulos privados com perfil de risco de crédito e rentabilidade igual ou superior aos títulos do Tesouro Nacional. O que é isso? É que vamos usar esse dinheiro para comprar títulos do Tesouro, porque isso é que tem uma rentabilidade segura, em 80%; 20% podemos aplicar no mercado, mas aplicar com rigor. Como é que a gente vai fazer esse rigor?

Gestão do Fundo. Quem vai gerir? Um ato do Poder Executivo criará um comitê específico para administrar o Fundo. Qual é a composição? Ministros da Fazenda, Planejamento, Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse grupo, obviamente, com o conjunto de grandes consultores e especialistas, é que decidirá a aplicação.

Gastos são complementares: não substituem os gastos em educação básica já determinados pela Constituição Federal. Isso não serve para fazer com que se cumpra o artigo da Constituição que determina quanto Estado, União e municípios gastam.

Formação da poupança: aqui vem outra diferença do Fundo Social. Como já disse, no primeiro ano, não se gasta nada, reaplica-se para aumentar o Fundo; no segundo e terceiro anos, aplica-se apenas 20%, 80% volta para compor o Fundo; no quarto e quinto, aplica-se 40%, e o resto volta para o Fundo; no sexto e no sétimo, 60%; oitavo e nono, 80%; só depois do décimo ano é que se pode utilizar 100% da rentabilidade gerada. Esse é um fundo conservador, que amplia o valor que o petróleo tem, ao invés de desfazer o valor que o petróleo tem.

Finalmente, função de fundo soberano: os recursos poderão ser feitos em ativo no exterior, objetivando políticas complementares de redução de volatilidade de preços macroeconômicos, incluindo taxa de câmbio da economia brasileira, mas não podem ultrapassar 20% do montante dos recursos essas aplicações no exterior.

Esse é o resumo, Senador, e a justificativa, que espero que mereça atenção desta vez, mais do que no ano passado, em que simplesmente não foi considerado. Para isso, quero fazer um apelo ao senhor, como Presidente da Mesa: que esse projeto passe pela Comissão de Ciência e Tecnologia, que passe pela Comissão de Educação, que passe pela Comissão de Meio Ambiente ou que juntemos todas elas num grande debate, mas que não fique apenas na Comissão de Infraestrutura, na Comissão de Economia e na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu peguei o gancho, Senador Walter, do grande discurso da Presidenta Dilma, ontem, nas Nações Unidas, que está sendo reconhecido por ser o primeiro discurso de uma mulher abrindo. E isso para mim é

menos importante do que o conteúdo desse grande, belo e firme discurso dela, cobrando das lideranças mundiais uma mudança na lógica como o problema mundial enfrentado. E estou tentando aqui trazer uma nova lógica em que o recurso não é gasto da maneira como ele sai, ele fica perene no Fundo e é aplicado de uma forma transformadora na ciência e na tecnologia.

Essa era a minha fala, Senador, mas creio que o Senador Rodrigo, até a meu pedido, quer fazer alguma complementação.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Cristovam Buarque, serei o próximo orador após a intervenção do Senador Walter Pinheiro, mas vou, muito rapidamente, fazer alguns comentários. Mais uma vez, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que a ideia de V. Ex^a foi a que motivou, à época, a criação do Fundo Social.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Porque, efetivamente, pelo sistema de partilha adotado a partir do pré-sal, toda a parte referente ao Estado brasileiro, à União, o óleo lucro, assim chamado, será destinado ao Fundo Social, com o objetivo de ser aplicado e os seus rendimentos serem utilizados. Apenas, ao longo da discussão, até por questões conjunturais, importantes também, mas conjunturais, como a questão da saúde e outros temas, o recurso ficou, digamos, diluído para diversas atividades. O Senado aprovou que 50% fossem para a educação e uma parcela, um percentual, salvo engano uma emenda de V. Ex^a para a educação básica...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Oitenta por cento.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – E isso foi vetado. Mas é importante ressaltar que, no bojo da discussão do veto presidencial a esse projeto, isso retornará. O veto presidencial sobre isso também será apreciado pelo Congresso Nacional. Mas V. Ex^a retoma o espírito original do Fundo Social, que era o de aproveitar estrategicamente os recursos da exploração do petróleo do pré-sal, especialmente para educação, ciência, tecnologia e inovação. V. Ex^a está de parabéns e nós vamos debater esse projeto com muito interesse, tenha certeza disso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, apenas um minuto para concluir, agradecendo ao Senador Rodrigo Rollemberg a lembrança de fatos. Quando foi aprovado isso, foi até comemorado na mídia, e todos como uma vitória minha e da UNE, que também brigava por isso, e de outros aqui.

Não há dúvida de que eu fiquei satisfeito diante do pior, que era não ter isso, só que eu não me contentei com aquela vitória, que foi uma vitória pequenininha e que o veto do Presidente apequenou ainda mais, porque a parte que ia para a educação, se nós não concentrarmos na educação de base, vai toda para a universidade, e sem fins inovativos, necessariamente.

Então, eu retomo agora para tentar recuperar a pequena vitória que a gente teve, fazendo dessa uma vitória maior para o Brasil. Se não fizermos isso, não vão nos perdoar, daqui a 50 anos – não vamos precisar esperar 200 –, termos desperdiçado esse grande recurso que a natureza outra vez nos deu, como deu o ouro, 150 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque, pelo seu pronunciamento. Pode contar com nosso apoio também para essa questão. Realmente, é um anseio da sociedade brasileira o investimento no ensino público. Dessa forma, teremos recursos, para que isso aconteça de forma gradativa e perene, para que nossos jovens tenham acesso a um ensino de qualidade, principalmente o ensino básico. É preciso que nossas crianças fiquem, em tempo integral, na escola. Essa é uma discussão ampla no PDT, uma bandeira antiga do PDT e de V. Ex^a também. Entendo que está aí a grande oportunidade para que o Brasil possa colocar nossas crianças em tempo integral na escola.

Portanto, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, principalmente pelo seu projeto de lei. Com certeza, V. Ex^a terá nosso apoio e nosso empenho, para que isso possa se tornar realidade no Brasil.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade não é uma questão de ordem, é um pedido a V. Ex^a para que acate este nosso pronunciamento, os dois registros que deixo aqui nesta tarde, em rápidos minutos.

Primeiro, a partir do sinal vermelho que foi dado na Bahia para a questão da exploração de petróleo – nós estamos discutindo **royalties**. A negativa por parte do Ibama, Sr. Presidente, em relação a um berço importante, que é a Bahia, ou seja, o berço da descoberta do petróleo no Brasil. Essa tentativa de exploração de uma reserva, cujo processo já se arrasta há quase oito anos, por uma empresa americana chamada El Paso Óleo e Gás, o Ibama negou esse pedido de exploração. Estamos aqui também fazendo um apelo ao

Ibama, respeitando, acho que o Ibama tem agido de forma correta, preocupado, a comissão de avaliação e licença entendeu pela proximidade da costa que poderia haver um eventual vazamento.

Então, estou solicitando que o Ibama repense essa questão, principalmente, Sr. Presidente, levando em consideração que esse momento coincide com o debate que estamos fazendo na Casa, de distribuição de *royalties*, a nova distribuição da participação especial, a utilização desses recursos para ciência e tecnologia, para a saúde, como tenho defendido.

A Bahia, Sr. Presidente, tem 1.695 postos produtores de petróleo. Desse total, 98,6% estão sendo explorados pela Petrobras, e 1,4% por produtores independentes. O Estado é a quinta maior produção de petróleo do Brasil. Portanto, seria importante que tivéssemos outro olhar sobre a exploração desse gás na Bahia e a oportunidade de a gente continuar extraíndo esse óleo precioso, mas também fazendo esse debate da vinculação da aplicação dos recursos para a saúde, ciência e tecnologia.

E o outro registro que queria deixar hoje à tarde aqui também, Sr. Presidente, é que, no dia de ontem, na Bahia, onde convivemos com um problema sério de trabalho escravo, ontem, a Secretaria do Trabalho lançou um importante desafio e, no dia de hoje, nesta quinta-feira, pela manhã, o Governador sancionou, durante a abertura da 3ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente, em Salvador, a lei que prevê a captação de recurso para o combate à exploração de mão de obra, principalmente, a partir do outro Estado. Penso que é uma lei importante de promoção ao trabalho decente que foi aprovada recentemente pela nossa Assembleia Legislativa.

É um evento de caráter internacional, tanto é que a OIT, Organização Internacional do Trabalho estava presente e é fundamental para que possamos combater toda e qualquer forma de trabalho degradante e escravo, que não tenha esse selo de trabalho decente.

Então, mais uma vez, a Bahia dá um passo significativo; nosso Governador, enquanto Ministro do Trabalho, participou dessa frente no mundo inteiro, em busca de consolidar um trabalho decente, sanciona no dia de hoje essa importante lei durante a abertura dessa conferência que se realiza na Cidade de Salvador, mas que compreende todo o Estado da Bahia.

Eram esses dois pronunciamentos que eu gostaria de deixar aqui, nesta tarde, Sr. Presidente, e pedir a V. Exª que autorizasse a devida publicação e a divulgação, assim como também pudesse constar nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR WALTER PINHEIRO.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta quinta-feira (22), o Governador Jaques Wagner sancionou, durante a abertura da III Conferência Estadual do Emprego e Trabalho Decente, em Salvador, a lei que prevê a captação de recursos para o combate a exploração de mão-de-obra no Estado.

A lei estadual de promoção do trabalho decente foi aprovada recentemente pela Assembleia Legislativa. A lei prevê a captação de recursos para o combate ao trabalho escravo e todas as formas de exploração de mão-de-obra no Estado.

Participaram do evento também representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na América Latina e Caribe, Elizabeth Tinoco, e no Brasil, Lais Abramo, o secretário estadual do Trabalho e Esporte, Nilton Vasconcelos, entre outras autoridades.

A Conferência, realizada em parceria com várias entidades representativas de trabalhadores, empregadores e a sociedade civil organizada, discute temas importantes e atuais, como geração de emprego, com igualdade de oportunidades e tratamento; erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil; e o fortalecimento do diálogo social, como instrumento de governabilidade democrática.

Promovida pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), a conferência prossegue até esta sexta-feira (23), abrindo o ciclo das conferências estaduais no país, que termina, em maio de 2012, com a I Conferência Nacional, em Brasília.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, berço da descoberta de petróleo no país, a Bahia viu-se na semana passada proibida pelo IBAMA de explorar uma reserva no Campo de Pinaúna, situado na plataforma continental, a 11 quilômetros da ilha de Boipeba, no sul do Estado.

A tentativa de exploração dessa reserva se arrasta há quase oito anos, quando a empresa americana El Paso Óleo e Gás do Brasil iniciou o seu processo de licenciamento ambiental para explorar petróleo e gás nas águas rasas de Pinaúna.

Para se contrapor ao empreendimento, o IBAMA apontou a falta de viabilidade ambiental para a exploração do campo.

Essa decisão foi tomada ainda que a empresa tenha modificado seu projeto original, aumentando a

distância da costa e diminuindo o número de poços e perfurações.

O IBAMA negou a concessão da licença ambiental embora reconhecendo que as modificações efetuadas pela empresa representaram avanços.

De acordo com o órgão, elas ainda são insuficientes para compatibilizar a produção de petróleo com a sensibilidade ambiental na região, conforme o relatório que embasou a rejeição da licença.

A Comissão de Avaliação e Aprovação de Licenças Ambientais do IBAMA entendeu que pela proximidade da costa, um eventual vazamento de óleo poderia não ser contido a tempo, já que em oito horas o óleo chegaria à praia, arrasando pelo caminho corais e manguezais.

Por outro lado, a região, próxima a Morro de São Paulo, também tem uma fauna marinha que só existe ali e tartarugas marinhas ameaçadas de extinção. E a exploração causaria impactos graves a esse bioma.

A negativa do IBAMA em conceder a licença ambiental a esse empreendimento ocorre em um momento delicado para a economia nacional, que começa a sentir os efeitos da crise econômica que se abate sobre a Europa e os Estados Unidos.

Ela também coincide com a discussão que está sendo travada no país para o estabelecimento de novas regras para a distribuição dos royalties oriundos da exploração de petróleo, de forma a permitir aos Estados não produtores o acesso a parcela desses recursos.

Diante desse quadro, tanto externo quanto interno, a reclamar maiores investimentos para manter o funcionamento da economia em níveis capazes de sustentar o crescimento, o emprego e a geração de renda para sustentar o mercado interno, entendemos que este não é o melhor momento para breçar novos empreendimentos.

Portanto, com todo o respeito às decisões do IBAMA e aos seus cuidados com a preservação ambiental achamos que a negação pura e simples da licença ambiental para a exploração do Campo de Pinaúna foi uma medida extrema e sobre a qual cabe uma reflexão.

Na medida em que o próprio IBAMA reconhece que a empresa tomou medidas para atenuar os impactos ambientais da sua operação, ainda que não suficientes, entendemos que o momento seria de ampliar o diálogo em busca de um consenso no qual se mantenha a atividade econômica e a preservação ambiental.

Se existe tecnologia de ponta disponível no mundo para minimizar o impacto ambiental da retirada do petróleo, achamos que a empresa deve ser estimulada a buscar essa tecnologia de forma a viabilizar ambientalmente o seu empreendimento.

Parceira da Petrobras em outros empreendimentos, a El Paso retiraria do mar 15 mil barris diários de petróleo quando atingisse o pico de suas operações no Campo de Piraúna. O potencial desse campo é de 7,5 milhões de metros de petróleo, ou 0,7% das reservas brasileiras, excluído o pré-sal.

Outro fato a considerar é que a El Paso ganhou a concessão para explorar a área no ano de 2000, quando a Agência Nacional do Petróleo (ANP) ainda não era obrigada a consultar a área ambiental do governo sobre a fragilidade ou não do local a ser licitado.

Embora com poucas chances do IBAMA alterar sua decisão, esse fato dá à empresa o direito de entrar com um recurso administrativo contra a negativa da licença.

Poderá, também, pedir ao governo brasileiro ressarcimento por ter concedido uma área para fazer uma exploração para a qual não obteve autorização do próprio governo.

Hoje, na Bahia, existem 1.695 poços produtores de petróleo. Deste total, 98,6% estão sendo explorados pela Petrobras e 1,4% por produtoras independentes.

O Estado responde pela quinta maior produção de petróleo do país, ficando atrás do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Em terra, e sob a concessão de empresas brasileiras independentes, a Bahia possui 15 campos produtores no Recôncavo Baiano. Isso tem consolidado o segmento de micro e pequenas empresas que atuam na cadeia de petróleo, gás e energia.

Tanto a ANP quanto a Petrobras continuam investindo milhões de reais em pesquisas de novas bacias de petróleo e gás na Bahia. Na Bacia do Jequitinhonha há indícios de existência de petróleo na camada pré-sal.

Todo esse esforço de investimentos não justifica o abandono de campos pré-identificados e com possibilidade real e já medida de produção, como é o caso de Pinaúna.

Diante disso, só nos cabe fazer desata tribuna um apelo ao IBAMA e até mesmo à própria empresa para que voltem à mesa de negociações envidando todos os esforços para possibilitar a exploração do petróleo de Pinaúna com todas as garantias ambientais.

Não somente a Bahia, mas todo o país, neste momento de incertezas econômicas e grandes demandas energéticas, torcem por um entendimento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR WALTER PINHEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Sinal vermelho para petróleo na Bahia

Ibama nega licença para exploração da El Paso. Imbróglcio já durava 8 anos

Catarina Alencastro

catarina.alencastro@bsb.oglobo.com.br

• **BRASÍLIA.** O Ibama negou licença para a exploração de petróleo no Brasil, o que não acontecia há seis anos. Terminou na noite de quinta-feira um imbróglcio que se arrastou durante quase oito anos, quando a empresa americana El Paso Óleo e Gás do Brasil deu início ao processo de licenciamento ambiental para explorar petróleo e gás em águas rasas no Campo de Pinaúna, a 11 km da Ilha de Boipeba, no sul da Bahia. Segundo o Ibama, não há viabilidade ambiental para que o empreendimento aconteça, ainda que a empresa tenha modificado seu projeto original, afastando-o da costa e diminuindo o número de poços e perfurações.

"As modificações efetuadas em relação ao projeto original representaram avanços, mas são claramente insuficientes para compatibilizar a produção de petróleo com a sensibilidade ambiental na região.", diz o relatório que embasou a rejeição da licença.

A Comissão de Avaliação e Aprovação de Licenças Ambientais do Ibama entendeu que por estar a tal proximidade da costa, um potencial vazamento de óleo poderia não ser contido a tempo, já que em oito horas o óleo chegaria à praia, arrasando pelo caminho corais e manguezais. Por outro lado, a região, próxima a Morro de São Paulo, também tem uma fauna marinha que só existe ali e tartarugas marinhas ameaçadas de extinção. E a exploração causaria impactos graves a esse bioma. Além de não apresentar medidas mitigatórias suficientes, o Ibama avaliou que a empresa não explorou a tecnologia de ponta disponível no mundo para minimizar o impacto.

— Nós estimulamos a empresa a melhorar o projeto, ela fez um esforço, mas, mesmo assim, consideramos insuficiente. A empresa não trouxe a melhor tecnologia possível e o empreendimento não é viável ambientalmente — explicou Cristiano Vilarde, coordenador geral de Petróleo e Gás da diretoria de Licenciamento do Ibama.

A empresa é parceira da Petrobras em vários empreendimentos, mas tocava este, cujo potencial era de extrair 7,5 milhões de m de petróleo e gás (0,7% das reservas brasileiras, tirando o pré-sal), sozinha. No pico da exploração, a empresa retiraria do mar 15 mil barris diários de petróleo.

Empresa venceu concessão em 2000, quando regra era outra

A El Paso ganhou a concessão para explorar a área no ano de 2000, quando a Agência Nacional do Petróleo (ANP) ainda não era obrigada a consultar a área ambiental do governo sobre a fragilidade ou não do local a ser licitado. A empresa pode entrar com um recurso administrativo contra a negativa da licença, mas dificilmente receberá um parecer diferente do Ibama. Outra ação que a El Paso pode tomar é pedir ao governo brasileiro ressarcimento por ter concedido uma área para fazer uma exploração para a qual não obteve autorização do próprio governo.

A última licença para exploração de petróleo negada pelo Ibama ocorreu em junho de 2005, quando a empresa Newfield do Brasil teve de desistir de operar na Bacia do Espírito Santo. ■

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Pinheiro, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg, PSB, Distrito Federal.

V. Ex^a tem vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar as Sr^{as} e os Srs. Senadores, os telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Presidenta Dilma Rousseff pelo corajoso e brilhante discurso realizado, ontem, por ocasião da abertura do encontro da Conferência da Organização das Nações Unidas.

Nossa Presidenta foi muito enfática na defesa dos direitos humanos, ela que tem uma trajetória de luta contra as arbitrariedades, contra a ditadura, que sofreu as violências da ditadura, e manifestou uma posição que, sem dúvida alguma, é uma posição amplamente majoritária da população brasileira em defesa dos direitos humanos.

Quero saudá-la também pela colocação corajosa quando disse que o grande problema da humanidade, que enfrentamos neste momento, não é a falta de dinheiro, não é a falta de recursos, mas a falta de clareza e de projetos que mudem o paradigma de nosso desenvolvimento.

Nós não podemos conviver com a realidade em que parte da população, parte da humanidade esbanja padrões de consumo enquanto uma parcela muito significativa da população mundial não tem acesso a bens básicos como água de boa qualidade, como alimentos suficientes para manter-se com dignidade, com segurança alimentar. Portanto, também é um chamamento à reflexão o que o Brasil faz, com muita coragem, por meio da Presidenta Dilma.

E convidando os países do mundo todo a se engajarem e a valorizarem sua participação na Rio+20, uma Conferência de Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada no ano que vem, em junho, na cidade do Rio de Janeiro, que tem como duas questões básicas para o debate a extinção da pobreza, a implantação da economia verde com foco na extinção da pobreza no mundo e a criação também de instrumento de governança internacional que permita o combate à miséria, o combate à pobreza.

Também quero me solidarizar com a Presidenta Dilma no que se refere à defesa da criação do Estado Palestino. Não tenho dúvidas de que para garantir tranqüilidade, garantir uma paz duradoura no Oriente

Médio, nós só conseguiremos com a garantia do Estado Palestino, para que o povo palestino possa viver e ter reconhecido os seus direitos e a participação também da Palestina na ONU. Eu considero que merece registro e aplausos a participação da Presidenta Dilma na abertura da Conferência da Organização das Nações Unidas.

Mas quero registrar também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que 21 de setembro, data próxima ao equinócio da primavera, com todo seu simbolismo de renascimento e de florescimento, comemoramos o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Tenho estado sempre próximo dessa luta e não poderia deixar passar essa oportunidade sem uma referência, mesmo que breve. Não é tão simples caracterizar quantitativamente o problema da deficiência. Os números podem variar significativamente, dependendo dos critérios que se adotam, como, por exemplo, o limiar a partir do qual se considera que uma pessoa efetivamente seja portadora de uma deficiência. De todo modo, temos algumas indicações importantes.

Segundo o censo de 2000, cerca de 24,6 milhões de pessoas – ou seja, 14,5% da população brasileira – apresentavam algum tipo de deficiência. Estimativas da Organização Mundial de Saúde, realizadas entre 2002 e 2004, apontam que cerca de 15% da população mundial – ou seja, algo em torno de um bilhão de pessoas – porta alguma deficiência moderada ou severa, com aproximadamente 3% manifestando deficiência severa.

Infelizmente, essas deficiências constituem ainda uma significativa barreira para a plena inclusão dessas pessoas. No Brasil, ainda segundo os dados do censo de 2000, do total de mais de 24 milhões de pessoas com deficiência, apenas aproximadamente 9 milhões estavam trabalhando, o que representa uma taxa de ocupação menor do que a verificada no total da população.

Defasagens semelhantes encontramos, por exemplo, no que se refere a taxa de escolarização e a instrução. Entre crianças de 7 a 14 anos de idade, portadoras de deficiência, encontrávamos uma taxa de escolarização de 88,6%, seis pontos abaixo da taxa total para crianças dessa faixa etária, que era de 94,5%. Entre as pessoas sem instrução ou com menos de 3 anos de estudo, a proporção de pessoas com deficiência chegava a 32,9%. À medida que aumenta o nível de instrução, essa proporção cai: entre as pessoas com mais de 11 anos de estudo, encontrávamos apenas 10% de pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em 2008, quando o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Or-

ganização das Nações Unidas, tive a oportunidade de fazer parte da comissão da Câmara dos Deputados que analisou o tema. Essa participação ativa no processo que culminou com a ratificação da Convenção, que, dessa forma, passou a integrar o sistema jurídico nacional com força de norma constitucional, foi efetivamente uma ocasião de grande aprendizagem para mim, desde cedo envolvido na luta pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

A ratificação da Convenção, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, foi, sem dúvida nenhuma, um marco para a luta contra a exclusão e pela igualdade em nosso País. Tenho orgulho de ter tido a oportunidade de tomar parte ativa naquele momento. Quero registrar que muito ainda precisamos fazer.

Ainda ontem, Sr. Presidente, tivemos uma grande manifestação, da qual não tive oportunidade de participar pessoalmente, porque estava acompanhando os debates e a votação do Código Florestal na Comissão de Constituição e Justiça. Ontem, houve uma grande mobilização de surdos de Brasília, buscando audiência com o Governador Agnelo. Acabaram sendo recebidos pelo Secretário Paulo Tadeu, quando fizeram inúmeras reivindicações ao governo do Distrito Federal, especialmente a retomada da Central de Libras, recentemente desativada.

A Central de Libras é um grande instrumento de inclusão social das pessoas com deficiência, especialmente dos surdos, porque faz com que, ao acionar a Central de Libras, o surdo tenha à sua disposição um intérprete de libras, que pode acompanhá-lo num banco, pode acompanhá-lo num hospital, pode acompanhá-lo num determinado compromisso, podendo fazer essa comunicação entre os surdos e os não-surdos. Naquela ocasião, o conjunto de entidades representativas dos surdos no Distrito Federal, apresentou uma reivindicação ao Governador do Distrito Federal para que o GDF implemente um centro de convivência dos surdos no Distrito Federal com psicólogos, com assistentes sociais, com advogados, um local em que tenhamos uma Central de Libras com um grande número de intérpretes de libras para atender ao grande número de surdos existentes no Distrito Federal, mas também um local para a formação, para a realização de curso de libras para servidores públicos, para familiares de surdos, promovendo a inclusão social.

Quero aqui cumprimentar a liderança nesse processo, o Sr. Sueide Miranda Leite, diretor do ICEP, uma instituição que desenvolve uma experiência muito interessante de qualificação profissional de pessoas com deficiência, demonstrando a minha confiança de que o Governador do Distrito Federal, de que o Governo do Distrito Federal será sensível a essa reivindicação

dos surdos, até por que esse foi um compromisso assumido durante a campanha pelo Governador Agnelo Queiroz. Então, quero manifestar a minha confiança de que o Governo do Distrito Federal implementará esse centro de convivência a partir dessa reivindicação dos surdos do Distrito Federal.

E, por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar a realização de um seminário realizado hoje, no Interlegis, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, a partir de um requerimento meu, que discute estratégias para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação na região Centro-Oeste.

Nós estamos numa das regiões que mais crescem no País, uma região extremamente dinâmica, mas que tem ainda sua economia muito focada na produção de *commodities*, com uma produção de baixo valor agregado. E nós temos uma grande oportunidade, por meio de investimentos em ciência, tecnologia e inovação, de agregar conhecimento à nossa produção e, agregando conhecimento, agregar valor.

Quero registrar que aprovei um requerimento para realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia para que possamos debater com profundidade uma proposta encaminhada ao Senado e à Câmara dos Deputados, encaminhada aos dois Presidentes das duas Casas, encaminhada aos dois Presidentes das Comissões de Ciência e Tecnologia, pelo Fórum de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, pelo Fórum de Presidentes de Fundações de Apoio à Pesquisa, com o apoio da Academia Brasileira de Ciências, da SBPC, com o apoio da Andifes, para que o Congresso Nacional aprecie e aprove um Código da Ciência. Nós estamos avaliando neste momento o Código Florestal e entendo que devemos tratar como prioridade a aprovação de um Código da Ciência, que crie um ambiente de inovação em nosso País, que crie um ambiente que estimule a inovação, que facilite os processos nas universidades, nos institutos de pesquisa, o sistema de compras, que foque muito mais nos resultados das pesquisas do que na formalidade dos processos, que facilite a contratação de pessoal especializado para sustentar as pesquisas no nosso País, que garanta um sistema de compras públicas que possa desenvolver determinados setores estratégicos para o País. Portanto, são da maior importância esse aprofundamento e essa apreciação desse projeto de código da ciência e tecnologia.

Registro que na nossa pauta, na pauta de inovação tecnológica da região Centro-Oeste, há três grandes objetivos. Um deles é a implementação de parques tecnológicos na nossa região. Aqui, no Distrito Federal, temos dois grandes projetos de parques tecnológicos:

o Parque Tecnológico Capital Digital, de tecnologia da informação, e o parque tecnológico de biotecnologia. Nós temos aqui cinco centros da Embrapa; nós temos a Universidade de Brasília, com grande experiência na área de biotecnologia; nós temos a Fiocruz funcionando no Distrito Federal, com apoio, com recursos apoiados pela Bancada do Distrito Federal; nós também temos a Universidade Católica, também com ampla tradição. Portanto, temos todas as condições de termos aqui um grande parque tecnológico de biotecnologia, inclusive para utilizar, com inteligência, com sabedoria e com sustentabilidade, toda a biodiversidade do nosso País, especialmente do nosso cerrado, transformando essa biodiversidade em riqueza e em benefícios para o conjunto da população brasileira.

Mas, além da questão dos parques tecnológicos, precisamos garantir um grande programa de incubadoras de empresas de base tecnológica no nosso País. É fundamental que as nossas universidades, os nossos institutos de pesquisa estejam preparados, efetivamente, para isso, e sejam grandes espaços de incubação de empresas de base tecnológica, que recebem aquele primeiro apoio ali e, depois, conseguem caminhar com suas próprias pernas, criando um ambiente de empreendedorismo no nosso País, criando grandes oportunidades, empregos qualificados, enfim, melhorando substancialmente a qualidade do desenvolvimento nacional.

Finalmente, também defendo que o Centro-Oeste se organize para ter um grande programa de extensão tecnológica voltado para as micro e pequenas empresas, aproveitando toda a rede de FETIs, de universidades, de institutos de pesquisa, da Embrapa, para que todas as nossas atividades de micro, pequeno e médio empresários possam ganhar aportes tecnológicos, possam garantir soluções tecnológicas aos problemas que se apresentem e que irão garantir maior competitividade às indústrias, ao setor produtivo da região Centro-Oeste, ao mesmo tempo também garantindo grande dinamismo às nossas universidades, aos nossos institutos de pesquisa.

Portanto, parques tecnológicos, incubadoras de empresas e um grande programa de extensão tecnológica voltado para as micro e pequenas empresas são projetos fundamentais para garantir o desenvolvimento qualificado da região Centro-Oeste.

É importante ressaltar que na lei que criou e que regulamenta os Fundos Setoriais, que são os fundos que financiam o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação no nosso País, por essa lei, 30% dos recursos devem ser investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exatamente com o objetivo de descentralizar o desenvolvimento científico e tec-

nológico nacional, hoje muito concentrado em São Paulo, nas regiões Sudeste e Sul. Do ponto de vista estratégico, é importante que descentralizemos o desenvolvimento científico e tecnológico em nosso País.

Embora a lei garanta a utilização de 30% desses recursos às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o fato é que, muitas vezes, por falta de prioridade dos governos estaduais, por falta até de uma visão mais arrojada das nossas universidades, dos nossos institutos de pesquisa, o Centro-Oeste não tem utilizado todos os programas ofertados pela Finep, pelo CNPq e, com isso, nós perdemos a oportunidade de buscar e garantir recursos que estimulem a inovação na região Centro-Oeste.

No Distrito Federal mesmo, nós vivemos praticamente um apagão no que se refere à ciência, tecnologia e inovação. Todo o escândalo que aconteceu no Distrito Federal, a crise política de que foi vítima o Distrito Federal afetou também o desenvolvimento científico e tecnológico.

A cidade está buscando recuperar-se. Hoje temos, na gestão na Secretaria de Ciência e Tecnologia, à frente da Fundação de Apoio à Pesquisa o Prof. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, um professor da Universidade de Brasília extremamente qualificado. E tanto o Secretário Gastão Ramos quanto o presidente da FAP, que sabem da importância estratégica da ciência, tecnologia e inovação, estão procurando articular-se com os demais Estados da região Centro-Oeste, procurando articular-se com a Finep e com o CNPq para que o Distrito Federal possa voltar a participar desses programas, a buscar esses recursos e a investir mais fortemente em ciência, tecnologia e inovação.

Portanto, eu quero cumprimentar todos os participantes do seminário que aconteceu hoje no Interlegis, dizendo que ele abre um marco, digamos assim, um divisor de águas, no sentido de que o Centro-Oeste começa a despertar. E fizemos questão de realizar esse seminário no Senado Federal pela importância de sensibilizar a classe política, para que tenhamos uma grande convergência, uma grande mobilização em torno da defesa de mais recursos, de recursos significativos regulares para investimento em ciência, tecnologia e inovação em nossa região Centro-Oeste e em todo o Brasil.

Agradeço, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Rodrigo Rollemberg, pelo seu pronunciamento e também pela condução à frente da Comissão de Meio Ambiente, que discute com muita responsabilidade a reforma do Código Florestal brasileiro.

V. Ex^a tem tido um papel importante no sentido de termos uma convergência, para que possamos aprovar esse Código Florestal brasileiro sem aquele cabo de força, uma disputa, Senadora Ana Amélia, com relação à agricultura e ao ambientalismo. Ou seja, nós todos precisamos de um Código Florestal que seja bom para a população brasileira.

Meus cumprimentos, Senador Rodrigo Rollemberg, mais uma vez.

Antes de passar a palavra ao Senador Anibal Diniz, do nosso querido Estado do Acre, vizinho do Estado de Rondônia, temos uma votação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação os **Requerimentos nºs 1.179, 1.180 e 1.181, de 2011**, um de minha autoria e os outros de autoria do Senador Walter Pinheiro e do Senador Vital do Rêgo, respectivamente, que solicitam licença, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de participarem dos seminários regionais aprovados pela Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização, para discussão das propostas de Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, conforme dispõe o § 2º do art. 29 da Resolução nº 01, de 2006, alterada pela nº 03, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Em votação o **Requerimento nº 1.179, de 2011**.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o **Requerimento nº 1.180, de 2011**, do Senador Walter Pinheiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o **Requerimento nº 1.181, de 2011**, do Senador Vital do Rêgo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Serão cumpridas as deliberações do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Abílio Diniz, do PT do Acre. *(Pausa.)*

Anibal Diniz. Desculpe-me, Senador!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de chegar lá um dia!

Sr. Presidente Acir Gurgacz, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, em primeiro lugar, eu gostaria de informar aos Prefeitos, às instituições, ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas do Estado do Acre que ficou agendada pela Comissão Mista de Orçamento do Senado Federal a realização do semi-

nário para o dia 6 de outubro, uma quinta-feira, no auditório da Assembleia Legislativa do Acre, às 16 horas. Vai estar a Bancada Federal do Acre, Deputados, Senadores e mais os integrantes da Comissão Mista de Orçamento, da qual faço parte. Vamos discutir e fazer o seminário sobre o Plano Plurianual e também sobre a Lei Orçamentária para 2012, lembrando sempre que o Plano Plurianual é para o período de 2012 a 2015. E também vamos discutir sobre a Lei Orçamentária de 2012. Vai estar presente o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Vital do Rêgo. O Senador Acir Gurgacz, que preside esta sessão, também vai estar presente conosco, dando-nos a honra de uma visita ao Acre – ele também faz parte de uma das relatorias –, e o Senador Walter Pinheiro, que é o Relator do Plano Plurianual. Então, ficam já todos avisados. Vamos continuar mandando os ofícios da Comissão Mista de Orçamento para todas as instituições.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, distinto público da TV Senado e da Rádio Senado que tanto nos honra com sua audiência, nesta semana, em Nova York, a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Barack Obama lançaram uma iniciativa multilateral que deverá mudar a forma de como os governos se relacionam com as sociedades civis. Trata-se da parceria por um governo aberto, a qual pretende introduzir, no plano internacional, metas concretas e amplas de transparência para todos os países que aderirem a essa relevante parceria.

É uma iniciativa necessária, que, se bem-sucedida, deverá contribuir para consolidar autênticas democracias em todo o mundo e tornar a ordem internacional mais justa e transparente.

Com efeito, a transparência aproxima o Estado da sociedade civil, permite o controle cidadão das políticas, confere legitimidade aos atos do governo e fundamenta, em última instância, o exercício do poder por parte dos representantes do povo.

Entretanto, a transparência só pode ser efetivamente exercida se ao cidadão é assegurado o direito à informação; e o direito à informação só existe de fato quando estão disponibilizados à cidadania mecanismos acessíveis para a obtenção de documentos públicos. É por isso que a parceria por um governo aberto coloca ênfase decisiva na necessidade de que os governos que se pretendam realmente transparentes à população tenham leis claras e abrangentes que facilitem o acesso às informações públicas, inclusive daquelas que não são mais sigilosas ou que não podem ser mais sigilosas.

Ressalte-se que, há algumas décadas, as principais democracias do mundo vêm implantando legislações para garantir e facilitar o acesso à informação

aos seus cidadãos. Essas leis determinam regras estritas para a implantação de sigilo temporário de informações realmente essenciais à segurança do Estado, estipulam mecanismos amplos para que o cidadão tenha livre acesso à informação que não seja mais sigilosa, inclusive mediante o uso massivo da *Internet*, impõem processos sistemáticos de revisão do sigilo de documentos, possibilitam a retirada automática de sigilo por decurso de prazo e asseguram ao cidadão comum o recurso à via judiciária para contestar o sigilo de informações.

Nas principais democracias do mundo, a tendência geral hoje é a divulgação ampla e facilitada das informações. O sigilo é exceção temporária, bem justificada e sujeita à revisão periódica. Nesses países, Sr. Presidente, a transparência não é apenas passiva; é também ativa. O direito do cidadão à informação tem como contrapartida o dever do Estado de fornecê-la.

Dessa forma, há um processo internacional em prol da transparência que vem sendo consubstanciado nessas leis, conhecidas normalmente como **Freedom of Information Acts** (Leis de Liberdade de Informação), as quais se baseiam no entendimento de que as informações produzidas pelos governos, sigilosas ou não, são financiadas com dinheiro público e, portanto, pertencem aos cidadãos pagadores de impostos.

Nos Estados Unidos, país que preza como poucos a liberdade de informação, foi elaborada, já em 1966, o **Freedom of Information Act**, que é a lei de liberdade de informação americana, mais conhecido como **Foia**. Essa lei, além de determinar o livre acesso à maior parte das informações produzidas pelo Executivo, permite que cidadãos comuns contestem na Justiça a classificação de documentos por parte de agências governamentais norte-americanas. Mas foi na administração do ex-Presidente Bill Clinton que o processo de transparência ganhou maior impulso. Clinton elaborou e implantou o *Electronic Foia* (*Efoia*), que é o processo de liberdade de informação via Internet, lei que aprimorou o *Foia* e que obrigou as agências de governo norte-americanas a disponibilizarem na Internet informações sigilosas desclassificadas. Desse modo, qualquer cidadão norte-americano ou não pode, hoje em dia, acessar livremente documentos que eram anticamente sigilosos.

Além do **Efoia**, a administração Bill Clinton também elaborou e implantou outra importante norma jurídica destinada à ampliação da transparência. Refiro-me à Ordem Executiva nº 12.958, de 14 de outubro de 1995, que normatiza com clareza a classificação de documentos sigilosos.

A citada norma dispunha, entre outras coisas, sobre os limites da classificação, o que é de extrema relevância para balizar o arbítrio das autoridades que têm poder para atribuir sigilo às informações. De acordo com a regulamentação norte-americana, a classificação de informações não pode ser feita para, entre outros motivos: 1) encobrir violação da lei, ineficiência ou erro administrativo; 2) prevenir embaraço às autoridades ou às agências governamentais; 3) prevenir ou atrasar a revelação de informação que não represente ameaça concreta à segurança nacional.

Além disso, a norma norte-americana obriga as agências a implantarem programas relativos à desclassificação de informações, de forma a se evitar que os indivíduos que questionem o sigilo de documentos sofram represálias.

Essas duas normas jurídicas do governo Clinton tornaram mais fácil a obtenção de informações e contribuíram significativamente para a causa da transparência na administração pública. No entanto, tal lei ainda continha brechas que permitiam, em casos excepcionais, a manutenção do sigilo por tempo indeterminado.

Ora, a mais recente norma norte-americana sobre o assunto, a Ordem Executiva nº 13.526, que substituiu a Ordem Executiva nº 12.958, assinada por Barack Obama em dezembro de 2009, sepultou de vez essa possibilidade. De fato, a nova norma proíbe taxativamente que quaisquer informações possam permanecer sigilosas por prazo indefinido. O prazo máximo, previsto em casos absolutamente excepcionais, é de 75 anos. Saliente-se que tais casos só podem contemplar informações relativas à fabricação de armas de destruição em massa e à identidade de fontes de informações sigilosas.

O mesmo processo ocorrido no EUA também ocorreu, com ritmos e intensidades diferentes, em outros países, como Canadá e Reino Unido. No Canadá, foi implantado, em 1983, o **Acess to Information Act**, medida legal semelhante ao *Foia*, dos EUA, que permite que cidadãos possam obter registros, documentos e informações governamentais, sigilosas ou não, no prazo de 15 dias. No Reino Unido, também foi implantado, recentemente, em 2005, e após muitas resistências, o **Foia Act**, similar à lei norte-americana e canadense.

Também países como Noruega, Dinamarca, Suécia, França, Itália, Bélgica, Holanda, Portugal, Espanha e Eslovênia têm leis semelhantes, inspiradas, em alguns casos, na experiência pioneira dos Estados Unidos. No caso da Dinamarca e da Suécia, no entanto, as primeiras normas sobre o assunto datam do século XVIII. Do século XVIII são as primeiras normas da Dinamarca e

da Suécia no que diz respeito à liberdade de informação governamental.

Mesmo na América Latina, nações como México e Chile também têm legislações mais avançadas que a nossa a esse respeito. A lei mexicana, aprovada em 2002, proíbe, por exemplo, que informações relativas às violações de direitos humanos possam ser mantidas de forma sigilosa.

Muito bem, Sr^a Senadora e Srs. Senadores, quais as características gerais destas leis?

Em primeiro lugar, elas consagram o princípio da transparência e a ideia de que a informação pertence ao cidadão. A ampla divulgação é a regra. O sigilo é que é a exceção. Em segundo lugar, embora todas elas determinem exceções baseadas na segurança nacional, tais exceções são realmente exceções que têm, em geral, prazo de validade determinado. Ademais, elas são continuamente revistas. Em terceiro, elas permitem a contestação da classificação na justiça. Em quarto, elas criam programas de desclassificação sistemática e automática das informações sigilosas. Em quinto, elas estabelecem a primazia dos direitos humanos fundamentais e do direito à informação sobre o sigilo dos documentos.

Pois bem, Sr. Presidente, no Brasil, já temos projeto de lei que, em consonância com essa tendência mundial, que está dentro desse ritmo, dita regras liberalizantes, mas equilibradas, para garantir o direito à informação previsto na Constituição Federal. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, atualmente em tramitação no Senado, que foi aprovado em três comissões e que se encontra em discussão, atualmente, na Comissão de Relações Exteriores, em que pese tenha sido votado aqui um requerimento de urgência para a sua votação em plenário.

O PLC nº 41 impõe a divulgação das informações desclassificadas pela Internet, a revisão ativa do sigilo de documentos, a criação de um órgão composto por representantes dos Três Poderes para decidirem em última instância sobre a classificação de documentos sigilosos – que seria a Comissão Mista de Reavaliação de Informações – e o acesso facilitado às informações ao cidadão comum. Ademais, o PLC nº 41 acaba com o injustificável sigilo eterno de documentos, tal como já aconteceu nos Estados Unidos, e impede que, em processos relativos aos direitos humanos, o sigilo possa servir de desculpa para a negação de informações.

Não obstante esses avanços, na Comissão de Relações Exteriores desta Casa, o PLC nº 41 vem sendo objeto de críticas, e algumas delas não muito afinadas com a verdadeira intenção do projeto. Com efeito, o substitutivo apresentado pelo Relator, que é o Sena-

dor Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que fez um substitutivo bem fundamentado e fruto, sem dúvida, de esforço intelectual notável, introduz, no nosso entendimento, alguns retrocessos no que diz respeito aos avanços previstos no texto do PLC nº 41, de 2010.

De fato, esse substitutivo, que se encontra em discussão na Comissão de Relações Exteriores e por apresentar essas incongruências tem um voto em separado, defendido por alguns Senadores, está um pouco na contramão daquele princípio que está na tendência internacional de transparência, de maior facilidade de informação.

O relator introduziu, entre outras questões, algumas modificações sobre as quais vale a pena refletir de maneira aprofundada por todos os Senadores que estão participando diretamente da Comissão de Relações Exteriores e que certamente vão também poder contribuir aqui, no plenário, quando o assunto entrar em pauta – aliás, já está em pauta. Quando entrar em discussão neste plenário.

O substitutivo proposto pelo Senador Collor retira a obrigatoriedade da divulgação das informações desclassificadas pela rede mundial de computadores – art. 7º e art. 9º. Agora, prevê-se apenas a possibilidade de que isso ocorra. A alegação do relator de que a obrigatoriedade da divulgação das informações provocaria um novo *Wikileaks*, em referência à recente disseminação ilegal de informações secretas pela Internet, não nos parece razoável. O PLC prevê que somente informações já legalmente disponibilizadas ao público serão divulgadas pela Internet. Ou seja, apenas aquelas informações já desclassificadas e que estariam disponibilizadas ao público. Lembramos que a lei do *Efoia*, aprovada por Clinton em 1995, também tornou obrigatória, nos Estados Unidos, a divulgação das informações desclassificadas pela rede mundial de computadores.

O substitutivo também suprime o § 3º do art. 10, que, no texto original, vedava a apresentação de exigências relativas aos motivos determinantes do pedido de informação. Ora, se a informação já está legalmente disponível ao público, não há por que se fazer exigências sobre os motivos do pedido. A simples identificação do cidadão basta. Se a informação já é de domínio público, por que a pessoa tem que justificar a razão pela qual ela quer a informação?

A legislação da Finlândia e a dos Estados Unidos, por exemplo, funcionam dessa maneira. Resta perguntar: se a autoridade considerar que os motivos alegados são insuficientes, ela poderá negar a informação que o cidadão tem direito de receber?

Outro aspecto proposto no substitutivo: ele suprime o recurso à Controladoria-Geral da União e à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, quando se trata de informações relativas às Forças Armadas. Agora tal recurso pode ser apresentado, em última instância, apenas ao Ministro da Defesa. Também suprime a desclassificação automática de informações, no caso de documentos ultrassecretos e daqueles de outras classificações que contenham informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Assim, tais informações só poderão ser divulgadas após autorização prévia de autoridade, mesmo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ... que o prazo do sigilo já tenha se esgotado.

Ora, se as autoridades não se pronunciarem no prazo estipulado em lei sobre os documentos e informações cujo prazo de sigilo esteja vencendo, tais informações têm de ser disponibilizadas. Não permitir a desclassificação automática significa, na prática, submeter a disponibilização das informações a um trâmite burocrático ao sabor dos interesses das autoridades de plantão. Muitas informações poderão continuar secretas, mesmo ao arrepio da lei, porque a decisão burocrática sobre a sua desclassificação não foi realizada por quaisquer motivos. Dizer que a desclassificação automática vai provocar uma avalanche de informações a serem disponibilizadas e que os órgãos públicos não terão condições de fazer as avaliações necessárias também não nos parece razoável, até mesmo porque o número de documentos que contêm informações ultrassecretas não é grande.

Nos Estados Unidos, país no qual existe a desclassificação automática, em face de eventual omissão dos órgãos públicos sobre a prorrogação de prazos, não há vazamentos indevidos e muito menos *Wikileaks* oficiais.

A burocracia brasileira tem de se adaptar à cultura da transparência e revisar periodicamente os documentos sigilosos sob a sua guarda. A transparência do Estado tem de ser ativa.

Observe-se, por último, que o projeto original do Poder Executivo também previa a desclassificação automática de informações.

Uma vez a comissão tripartite, composta pelo Legislativo, pelo Judiciário e pelo Executivo, não tendo dado as informações e feita a desclassificação, ela passaria, depois de um tempo, a ser automaticamente desclassificada, inclusive para informações secretas e ultrassecretas.

O substitutivo também permite o sigilo indefinido ou eterno para documentos classificados como ultras-

secretos ou de outras classificações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, para os quais não haverá limite de prorrogação.

Isso está no § 2º do art. 21 do substitutivo.

Com tal dispositivo, quaisquer informações terão prazo de sigilo indefinido, a depender da decisão monocrática de autoridades. Este é um dos pontos mais polêmicos do substitutivo apresentado. A alegação de que todas as legislações das grandes democracias modernas prevêm o sigilo eterno é uma alegação frágil. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Ordem Executiva nº 13.526, assinada pelo Presidente Barak Obama em dezembro de 2009, proíbe de forma taxativa o sigilo eterno de quaisquer informações. Permite-se, agora, um prazo máximo de 75 anos para pouquíssimas informações extremamente sensíveis, como as relativas a detalhes sobre construção de armas de destruição em massa. Entretanto, o texto do substitutivo permite a prorrogação por prazo indefinido do sigilo de quaisquer informações que, sob o discernimento monocrático de autoridades, seja essencial à segurança da sociedade e do Estado. Ora, com tal redação muito abrangente e genérica a imprescindível transparência da administração pública brasileira poderia ficar comprometida. Discordamos desse argumento utilizado pelo relator para justificar o sigilo eterno, de que o tempo dos Estados é distinto do tempo dos homens. Embora, obviamente, o tempo do Estado seja diferente do tempo dos homens, tomados individualmente, numa democracia o tempo do Estado tem de ser submetido ao tempo da cidadania.

Ademais, duvidamos que, face à mutabilidade dos cenários mundial e nacional, existam informações que tenham de ficar protegidas indefinidamente ou por um período muito longo. Há apenas 25 anos, Argentina e Brasil só pensavam no quadro restrito das confrontações e dos cenários de guerra. Hoje, no entanto, tais países estão unidos num projeto estratégico comum, que é o Mercosul. Diga-se de passagem, o próprio Itamaraty manifestou opinião de que os antigos documentos secretos sob seu resguardo, como os relativos à Guerra do Paraguai, ou mesmo os relativos à revolução acreana, à incorporação do Acre ao Brasil, poderiam ser divulgados, sem comprometer as relações internacionais do Brasil.

E, depois, temos sigilo estabelecido por 25 anos e uma avaliação por mais 25 anos. Cinquenta anos é tempo suficiente para assegurar que a realidade possa vir à luz sem causar nenhum transtorno a qualquer nação.

O Substitutivo também introduz ressalva no art. 21 do projeto, permitindo que possam ser negadas informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. De fato, a nova redação permite recusa, quando o sigilo da informação “for im-

prescindível à segurança da sociedade e do Estado". Com isso, documentos que seriam necessários às investigações relativas a violações de direitos humanos poderão ser recusados, sob a desculpa da proteção de sigilo. Evidentemente, tal texto, se aprovado, poderia afetar gravemente a Comissão da Verdade, bem como quaisquer outras instâncias que se dispusessem a apurar violações de direitos humanos pretéritas ou atuais. Trata-se, neste caso, de retrocesso fundamental, não apenas em relação ao PLC nº 41 que veio da Câmara, mas também em relação ao texto original do projeto apresentado pelo Poder Executivo.

O Substitutivo também retira as prerrogativas decisórias da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, transformando-a em instância meramente consultiva.

Assim sendo, o texto do Substitutivo representa, de fato, grande retrocesso, inclusive quando o comparamos com o texto do projeto original do Poder Executivo, que é bem mais avançado.

Além dos argumentos já expostos, gostaríamos de aduzir que discordamos de vários outros pontos do parecer.

Em primeiro lugar, discordamos quando trata da categoria da confidencialidade. Discordamos do relator quando afirma que a extinção da categoria do sigilo "confidencial" poderia criar embaraços para o Brasil em razão que alguns acordos internacionais firmados pelo País, que preveem cláusula de confidencialidade.

Ora, inicialmente é preciso considerar que todos os países têm normas diferenciadas sobre a proteção do seu sigilo. Se a harmonização das normas internas sobre o tema fosse pré-condição para a assinatura de atos internacionais, não haveria acordos em muitas áreas sensíveis. Na realidade, o que acontece normalmente é que tais acordos preveem que o sigilo seja tratado consoante as normas internas dos signatários. Eventuais diferenças são harmonizadas mediante ajustes complementares. Assim, como as informações geradas por alguns acordos internacionais devem ter prazo de sigilo de dez anos (o equivalente ao prazo "confidencial" na atual normativa brasileira), elas poderão ser reclassificadas como secretas ou reservadas, a depender das negociações entabuladas com a outra parte confrontante. Não há nenhum problema quanto a isso.

O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá as normas e recomendações constantes desses instrumentos. Isso está previsto no art. 36 do PLC nº 41.

Lembramos também que a atual norma norte-americana sobre o tema tem, como proposto

no PLC nº 41 e no projeto original do Poder Executivo, apenas três categorias de assuntos sigilosos.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu quero manifestar aqui o total interesse de que nós aprofundemos essa discussão, tanto na Comissão de Relações Exteriores quanto aqui no plenário do Senado Federal, manifestando, de antemão, que é preciso que o Brasil esteja antenado com esse momento vivido pelos países mais avançados do mundo.

O Brasil é hoje uma nação respeitada no mundo. E o é por vários motivos: o País retomou o crescimento, distribuiu renda, vem eliminando progressivamente a pobreza extrema, assumiu compromissos voluntários e substanciais sobre meio ambiente e dinamizou sobremaneira o seu papel no cenário mundial. Mas talvez o motivo principal seja o fato de que Brasil está fazendo tudo isso em vigência plena das instituições democráticas. De fato, ao contrário dos outros BRICS, o Brasil tem uma democracia jovem e pujante. Isso faz muita diferença.

Mas essa democracia pode e deve ser aperfeiçoada. Essa democracia pode e deve ser oxigenada pela transparência. Só assim nos consolidaremos como um grande país. Só assim nos conheceremos melhor e teremos condições de sermos melhores.

Vamos, então, discutir aprofundadamente o PLC nº 41 e, de preferência, aprová-lo para que o Brasil seja mais transparente e mais fortalecido na sua democracia.

Quero encerrar, Sr. Presidente, fazendo um agradecimento especial ao Senador Suplicy, ao Senador Walter Pinheiro, ao Senador Lindbergh Farias, ao Senador Jorge Viana, todos signatários do voto em contrário que estamos apresentando na Comissão de Relações Exteriores.

E queremos anunciar aqui o Senador Pedro Simon, que está se manifestando também em favor do PLC nº 41. Hoje tivemos uma manifestação firme do Senador Aloysio Nunes, que também trabalhou diretamente na sua construção quando Deputado Federal e fará a sua defesa também aqui no Senado. De tal maneira, que é um trabalho a muitas mãos no sentido de fazer com que o povo brasileiro, que respira democracia, tenha maior acesso à informação e possa passar a sua história a limpo, de forma totalmente transparente, para que a gente se conheça melhor e para que a gente possa verdadeiramente dizer que somos uma democracia que faz diferente e que é respeitada no mundo porque tem atos públicos de Estado completamente transparentes e respeitados pela sociedade.

Era isso, Sr. Presidente. Tenho certeza de que este assunto nos trará à tribuna outras vezes e vamos aprofundar a discussão com a participação de muitos outros Senadores.

Muito obrigado e peço desculpas pelo excesso de tempo que o assunto acabou requerendo.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Anibal Diniz! Parabéns pelo seu pronunciamento! Pode ter a certeza de que nós todos vamos acompanhá-lo nessa caminhada pela transparência absoluta de todos os fatos.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Paulo Bauer e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras presentes à sessão e também presentes nos gabinetes do Senado Federal e que acompanham os pronunciamentos através do sistema de comunicação interna da Casa, prezados senhores e senhoras que assistem a esta sessão, nós trouxemos para esta oportunidade um assunto que, sem dúvida nenhuma, difere bastante daquele que o eminente Senador Aníbal Diniz acaba de apresentar e que certamente merecerá as atenções desta Casa e os debates entre todos os seus integrantes, já que é um assunto polêmico, um assunto que precisa ter solução e encaminhamento, porque trata da vida nacional, trata da história do Brasil, trata das questões da nossa segurança e também dos nossos segredos.

Certamente, Senador Pedro Simon, V. Ex^a, que vai me suceder depois que eu encerrar meu pronunciamento, vai achar bastante curioso o assunto que eu trago para o conhecimento da Casa e para o conhecimento do Governo. Eu venho aqui falar de patos, e não é da Lagoa dos Patos, nem tampouco é dos patos que nós conhecemos como aves que estão presentes em várias regiões do Brasil. Eu venho falar dessa ave como um elemento da nossa economia, como uma das coisas que precisam chamar a atenção do nosso Governo, do Governo brasileiro, tendo em vista as oportunidades que eu consigo identificar no mercado internacional e que certamente vão beneficiar ainda mais as exportações brasileiras, a nossa atividade econômica, os empregos em nosso País e, por que não dizer, até o conhecimento e o reconhecimento internacional para a qualidade dos nossos produtos, principalmente dos nossos produtos agropecuários.

Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, a imprensa divulgou recentemente que as exportações e as importações brasileiras bateram recorde histórico, fazendo com que nossa balança comercial acumulasse um saldo positivo de quase US\$20 bilhões no período de janeiro a agosto deste ano. O superávit será 71% maior

do que o ocorrido em 2010 se mantivermos esse mesmo ritmo em nosso comércio exterior até o final do ano.

Considero esses dados de extrema importância, Sr. Presidente, para elucidar o dinamismo do comércio exterior brasileiro, que cresce de significado a cada dia, na medida em que promovemos a integração com o Mercosul e também com a União Europeia, dinamizando ainda mais as nossas exportações.

Nesse particular, convém lembrar que as negociações com a União Europeia estavam paralisadas desde 2004, e foram retomadas no final do ano passado, no final de 2010. A ideia é formar uma área de livre comércio entre os dois blocos econômicos, que contará com mais de 700 milhões de consumidores. Embora haja muitos pontos de convergência, o principal nó que temos de desatar é, sem dúvida, a questão agrícola – a abertura dos mercados europeus aos produtos brasileiros, sobretudo a carne. Os europeus sabem da competitividade do nosso agronegócio e, por cautela, fazem muitas restrições à integração desse setor. Aliás, como sabemos, essa questão dos produtos agrícolas também é um dos pontos nodais das negociações mantidas no âmbito da OMC, responsável pela suspensão da rodada de Doha.

Contudo, Sr. Presidente, como bem sabe Vossa Excelência, os interesses não são apenas comerciais. As ligações históricas – culturais e políticas – entre os países do Mercosul e da União Europeia são inquestionáveis. Por isso, até ousar dizer que, para nós, é muito mais natural promover um processo de integração com a Europa do que com os Estados Unidos ou o Canadá, por exemplo.

Até agora já foram cinco rodadas de negociações. A próxima está marcada para Montevidéu, no Uruguai, e deverá ocorrer entre os dias 7 e 11 de novembro próximo, portanto, daqui a poucos dias. A expectativa é de que o acordo seja fechado até o ano que vem.

É nesse sentido que faço uso da palavra neste momento, Senhoras e Senhores Senadores, para trazer ao Governo, e também a esta Casa, a sugestão de ampliarmos a nossa pauta de negociações com a União Europeia, diversificando nossos produtos, diversificando a pauta de produtos exportáveis. Em vez de ficarmos tentando aumentar nossas exportações de frango, de carne bovina e suína, produtos já tradicionais, por que não tentamos aumentar as exportações de outras mercadorias, como, por exemplo, a carne de pato?

Pode soar um tanto exótico falar de exportações de carne de pato, porque os brasileiros não são acostumados, Senador Pedro Simon, a comer esse tipo de ave: enquanto na Europa a média de consumo dessa carne é de 1 kg por habitante/ano, no Brasil esse consumo é de apenas 15g por habitante/ano. Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer aqui alguns dados que demons-

tram que esse segmento pode agregar oportunidades importantes para o aumento de nossas exportações.

De acordo com a União Brasileira de Avicultura, no primeiro trimestre deste ano, de 2011 portanto, as exportações brasileiras de carne de aves, aí considerados frango, peru, pato, ganso e outras, totalizaram 964 mil toneladas, com crescimento de 8,3%, correspondendo a uma receita próxima de US\$2 bilhões ou 24,3% superior na comparação com o mesmo período de 2010.

Desse quantitativo, a carne de pato foi responsável por apenas 368 toneladas, o que representou uma redução de mais de 70% em relação ao período de janeiro a março de 2010 – isso significa que perdemos uma fatia expressiva de nossas exportações da carne de pato em relação a 2010 – um mercado que precisamos recuperar! As principais regiões de destino das nossas exportações foram Ásia, África e Oriente Médio. Como os três maiores compradores, destacaram-se o Japão, Hong Kong e os Emirados Árabes Unidos.

O que eu gostaria de destacar a V. Ex^{as} é que esses números não refletem, de forma alguma, o potencial de exportações que possuímos para a carne de pato. Somos o principal exportador mundial de produtos do agronegócio para a União Europeia. Entretanto, a carne de pato brasileira, embora não conte com nenhuma barreira sanitária à exportação, não tem o benefício de acesso ao mercado comunitário sem isenção de alíquotas tarifárias estabelecidas para a carne de frango e, tampouco, esta incluída no pedido de cota do Mercosul, que, atualmente, estamos negociando com a União Europeia.

Essa é uma situação preocupante, Senador Cristovam Buarque. Estamos deixando uma excelente oportunidade de negócios cair, mais uma vez, nas mãos dos chineses!

Sim, porque a China, além de ter aumentado sua produção de carne de pato de 1,9 milhão de toneladas para 2,8 milhões de toneladas, entre 2000 e 2009, é a maior exportadora e importadora de carne de pato da Ásia e, segundo os especialistas, deve se tornar mais ativa nas exportações, sobretudo na carne de pato cozida. Para isso, já possui três fábricas licenciadas para vender à União Europeia, com capacidade de produção de 30 mil toneladas/ano. Essa quantidade vai praticamente triplicar o tamanho do mercado europeu para a carne de pato cozida, ou seja, para a carne da China.

Vale a pena mencionar, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que o volume do comércio mundial de carne de pato equivale a 130 mil toneladas/ano. Desse total, a Europa responde por mais de 50%, e importa muito, porque sua produção não tem crescido suficientemente para atender a demanda – desde o ano 2000, cresceu apenas 1,7% ao ano. Os maiores produtores do Velho Continente são a França, a Alemanha e a

Hungria, e só esses três países representam 80% do total da produção da Europa.

Fiz questão de trazer esses dados à tribuna para mostrar ao Governo e a V. Ex^{as}, nobres colegas, a importância de incluirmos uma cota para a carne de pato na proposta do Mercosul a ser novamente apresentada na próxima rodada de negociações entre o Mercosul e a União Europeia. Essa rodada será realizada, como já disse, entre os dias 7 e 11 de novembro próximo em Montevideu. Essa cota poderia, por exemplo, ser de 20 mil toneladas/ano, número perfeitamente factível dentro de nossa realidade produtiva.

Se conseguirmos aprovar esse item, o Brasil poderá exportar carne de pato com isenção de alíquotas comunitárias de importação da ordem de €513 por tonelada, para o pato inteiro congelado, e de €1,283 mil por tonelada, para cortes de pato sem osso.

Ressalto ainda – e isto é importante dizer – que o meu Estado, o Estado de Santa Catarina, será particularmente beneficiado por essa medida – e obviamente que essa é uma das principais motivações que me fazem trazer este assunto ao conhecimento dos senhores. Hoje, as exportações de carne de pato para a União Europeia já rendem ao Estado de Santa Catarina o equivalente a US\$210 milhões por ano. Se conseguirmos o benefício da cota comunitária, teremos um aumento de quase US\$32 milhões, o que é bastante significativo dentro da nossa realidade, permitindo mais dinamismo ao setor, com maior geração de emprego e renda para o nosso povo, para a minha gente de Santa Catarina inclusive.

Faço, portanto, um apelo à Presidente Dilma Rousseff para que determine a inclusão desse item na pauta de negociações do Mercosul com a União Europeia, pois temos muito a ganhar, e nada a perder. Que o Senado da República possa também se mobilizar nesse sentido, defendendo os interesses nacionais na garantia de mercados para nossos produtos para que, mais uma vez, não percamos a concorrência para os chineses. Santa Catarina e o Brasil com certeza vão agradecer.

Eu também informo a V. Ex^{as} que estou encaminhando, como membro do Parlasul, uma proposta de recomendação a ser submetida ao Plenário do Parlasul, que se reunirá em breve em Montevideu e do qual muitos Senadores e Deputados Federais brasileiros participam, para que lá, efetivamente, o assunto seja tratado no âmbito do Mercosul. A iniciativa que eu peço aqui da Presidente Dilma Rousseff é no sentido de que os interlocutores do Brasil no Mercosul levanten e apresentem o assunto para ser debatido com os interlocutores da União Europeia. Mas, mesmo assim, eu não deixarei de apresentar o assunto ao Parlasul, para que ele se transforme num assunto de ordem política, num assunto prioritário e que vai beneficiar

não só o Brasil, não só Santa Catarina, mas, inclusive, os demais países que integram o nosso bloco do Mercosul, que certamente também desejam, e podem, participar desse mercado europeu, que, como eu disse no meu pronunciamento, não enfrenta barreiras sanitárias, que muitas vezes dificultam a exportação de produtos e, principalmente, de carne brasileira para aquele continente.

Agradecendo a atenção e a audiência de todos e de V. Ex^{as}, deixo aqui registrado que espero, sinceramente, ter contribuído para que o meu Governo, para que o Governo do meu País, faça mais um ato, promova mais uma ação para que o Brasil cresça, para que as exportações brasileiras se façam ainda maiores e para que a gente consiga competir, num campo em que estamos efetivamente qualificados, com os grandes países que hoje fazem duras disputas comerciais no campo do comércio internacional com o Brasil.

Muito obrigado.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Um aparte, Senador.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Cristovam. Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Muito curto, só para dizer que vejo na sua fala uma defesa não apenas de um setor agroindustrial, não apenas do seu Estado, mas da economia brasileira inteira. Fico feliz de vê-lo defender que há necessidade de políticas. Que tenhamos a coragem de tomar as medidas necessárias para proteger a economia brasileira. O senhor está mostrando ser não apenas um bom representante do seu Estado, mas também um bom representante da República brasileira.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Acolho, com muito prazer, a manifestação de V. Ex^a.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Bauer, pela defesa que faz do seu Estado e da economia, numa visão nacional!

Vou passar a palavra ao Senador Pedro Simon, mas antes tenho de ler um ofício.

O Senador Cícero Lucena apresentou o **Requerimento nº 1.157, de 2011**, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para representar o Senado Federal na sessão de nº 107 do Conselho da Organização Internacional do Café (OIC), no período de 26 a 30 de setembro do corrente ano, a realizar-se em Londres, Reino Unido. A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nesse sentido, nos termos do § 4º do art. 140 do Regimento Interno, encontra-se sobre a mesa parecer favorável oferecido à matéria pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o parecer:

PARECER Nº 956, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.157, de 2011, do Senador Cícero Lucena, que “Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal na 107ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café – OIC, na cidade de Londres, Reino Unido, conforme programação em anexo. Comunica ainda que estará ausente do País no período de 26 a 30 de setembro de 2011.”

Relator: Senador **Sérgio Souza**

I – Relatório

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 1.157, de 2011, do Senador Cícero Lucena, que “Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal na 107ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café – OIC, na cidade de Londres, Reino Unido, conforme programação em anexo. Comunica ainda que estará ausente do País no período de 26 a 30 de setembro de 2011.”

O Requerimento do Senador Paulo Davim se faz acompanhar do Ofício nº 447/2011/SPA-E-MAPA, do Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Manoel Vicente Fernandes Bertone, convidando o Senador Cícero Lucena para compor a Delegação do Brasil.

II – Análise

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40”.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada – 26 a 30 de setembro de 2011. Sua Excelência, o Senador Cícero Lucena, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

III – Voto

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.157, de 2011.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2011.
– Senador **Fernando Collor**, Presidente – Senador **Sérgio Souza**, Relator.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO (SF) Nº 1157 DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 22/09/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>fcollor</i>	
RELATOR(A): SENADOR(A) SÉRGIO SOUZA	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Graziotin</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) <i>regals</i>
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i>	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Francisco Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPTINO (DEM) <i>José Agripino</i>	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i>	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Em votação o **Requerimento nº 1.157, de 2011**, do Senador Cícero Lucena.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Concedo a palavra do nobre Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Senador Paim, prezado Senador Cristovam, neste final de sessão, abordo dois temas. O primeiro é o discurso da nossa Presidenta na Organização das Nações Unidas (ONU). Sinceramente, fiz questão de assistir ao discurso em casa, desde o início, desde as preliminares, e confesso que fiquei muito feliz e muito tranquilo com o pronunciamento de Sua Excelência.

A Senhora Dilma diz que não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise, mas é por falta de recursos políticos e de clareza de ideias. Ela disse isso ali, na tribuna da ONU. E disse uma verdade sobre a qual não temos mais dúvida. Quando a gente vê os números da realidade do mundo de hoje, quando a gente vê o que é gasto na construção de armas, quando a gente vê o que o americano gastou nos países da África e da Ásia, quando a gente sente que uma quantidade infinitamente mínima disso seria importante para resolver o problema da fome no mundo, vemos a importância do que diz a Presidenta, vemos o significado do que ela afirmou, com a autoridade que ela tem e, eu diria, com a autoridade que o Brasil tem nessa questão em nível internacional.

Não foi feliz o Presidente Obama no seu pronunciamento logo após. Entendo que S. Ex^a não falou para uma Assembleia da ONU, não falou para o mundo, S. Ex^a falou para o público interno, falou como candidato que se prepara para a reeleição e que precisa do Congresso, onde os republicanos têm maioria e para onde ele terminou de enviar um pacote, diga-se de passagem, com a melhor das intenções. Ele quer que os milionários paguem um pouco mais de impostos para compensar as dificuldades dos mais pobres e tem a coragem de pedir que sejam cortadas verbas que hoje são gastas nas tristes guerras internacionais dos Estados Unidos, principalmente no Iraque e no Afeganistão. Ele está certo no propósito dele, está certo na proposta dele, está certo na luta dele, mas foi infeliz no discurso.

A nossa Presidenta falou em sentido contrário. Está certa a Presidenta Dilma quando fala sobre a valorização da mulher. Não há dúvida alguma de que

estamos vivendo numa época no mundo em que a mulher está ocupando seu espaço. Digo, meu amigo Cristovam, que não é possível que o mundo fique pior do que ficou com a nossa atuação, dos homens. Nem que elas quisessem, elas conseguiriam fazer de forma pior.

Vejo, com respeito, a posição da Primeira-Ministra da Inglaterra. Não tinha simpatia por ela, mas via com respeito a posição da Primeira-Ministra da Inglaterra, a Sr^a Thatcher, que teve peito e firmeza, que lutou e que, de qualquer forma, levantou a Inglaterra.

A Presidenta Dilma foi muito feliz, quando disse que uma mulher como ela, que sofreu tortura na cadeia, sabe o valor da democracia e da liberdade e o valor da liberdade de imprensa. Fiquei emocionado com a singeleza, com a simplicidade com que, *en passant*, ela fez essa citação profunda e de grande conteúdo.

Quando ela fala sobre o número de desempregados – 44 milhões na Europa, 14 milhões nos Estados Unidos, 205 milhões em todo o mundo –, ela mostra que a hora em que estamos vivendo é séria e responsável.

A tese que vem de tempos e pela qual o Lula lutou com grande competência, ela a abordou com tremenda felicidade: o Conselho de Segurança da ONU não tem mais representatividade. É o Conselho dos vitoriosos na guerra que lá se foi há muitos anos, há cinquenta anos! Hoje, não tem significado. Hoje, faltam lá países como o Brasil e como a Índia. É necessária uma reformulação nesse Conselho de Segurança. E lá se vão dezoito anos nesse debate!

A Presidenta tem razão quando diz que as teorias esvaziadas e o mundo velho devem ser reformulados pelas teorias do mundo novo. E diz que se tem de reformular o sistema financeiro, e essa é uma realidade que estamos vendo todo momento e toda hora. Não podem as normas brutais do sistema financeiro ditar a realidade do mundo: antes, o terceiro mundo; depois, o mundo emergente; e, hoje, inclusive, a Europa e os Estados Unidos.

É emocionante quando ela diz que a administração não pode ser apenas de alguns países. E ela diz “alguns países” de forma majestática, porque, na verdade, é o americano e mais pouca coisa, a Europa como um todo. “Ou nos unimos todos ou perderemos todos”, diz a Presidenta.

Eu me emocionei ao ver a Presidenta abordar a questão da Palestina. O Brasil tem sido muito firme nessa questão. E, olha, o Presidente Obama pedir tempo à Palestina e dizer que tem de haver um entendimento entre os dois é uma piada!

Lá, quando Oswaldo Aranha assinou a criação do Estado de Israel, ele assinou a da Palestina. Ele fez a divisão, criando o Estado de Israel e garantindo a Palestina. Depois, na consolidação, criou-se o Estado

de Israel, e até hoje se sofre para definir a Palestina. Vamos ser claros. A Palestina ainda não foi criada por causa de um país: os Estados Unidos. Se dependesse do mundo inteiro, ela já estaria criada. Questões internas americanas, a força dos israelenses na imprensa americana e alguns setores da cultura americana fazem com que o americano esteja nessa luta cruel para impedir que a Palestina tenha um assento nas Nações Unidas.

Será uma pena se isso continuar, e, se continuar, é porque coincidiu a votação com a caminhada do Sr. Obama à Presidência da República na reeleição. Para agradar os americanos e uma cúpula de poder, ele adota essa posição.

Por isso, disse ela: “Eu, que venho de um país onde árabes e judeus se dão muito bem,” – e isso é verdade – “posso dizer e posso afirmar que seria muito importante que isso acontecesse.”

Eu creio, Sr. Presidente, que foi um momento importante: a primeira mulher que falou abrindo a reunião da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Ela nos deixou muito orgulhosos, nos deixou muito eufóricos, e eu felicito a Presidente. Não sei o que vai acontecer na Assembleia, se vai chegar a ir a votação, se vão forçar a Palestina a retirar o seu pedido ou impedir a votação da Assembleia-Geral. Mas seria uma pena se isso acontecesse. Meus cumprimentos à Presidenta.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, V. Ex^a abordou uma parte dele aqui na comissão que V. Ex^a preside com tanta competência e que, justiça seja feita, está dando um simbolismo novo a este Senado, abordando, principalmente segunda-feira, às 8 horas da manhã, os assuntos mais importantes de interesse da sociedade, dos direitos humanos dos trabalhadores, dos oprimidos, dos injustiçados, que, pela primeira vez na história, têm uma chance não apenas de ter uma tribuna ou alguém que fale em nome deles nessa tribuna, mas têm uma chance de se reunir lá na Comissão de Direitos Humanos e eles próprios falarem, debaterem, discutirem, apresentarem a sua fórmula de ver suas ideias e colocar ao vivo, inclusive pela TV Senado, o que pensam muitas minorias das injustiças que sofrem, e muitas majorias, das injustiças que sofrem.

Hoje V. Ex^a criou exatamente o grupo de trabalho que coordenará o esforço que está sendo feito nesta Casa com relação a essa mobilização tão intensa pela ética, pela dignidade e pelo combate à corrupção. Eu acho que esse movimento será muito importante, como, aliás, diga-se de passagem, está sendo muito importante o que a sociedade brasileira vem fazendo.

Ontem, foi no Rio de Janeiro. Milhares de pessoas na Cinelândia, ali no mesmo lugar onde começou

a caminhada das Diretas Já, se reuniram para pedir providências à sociedade para o fim da impunidade e para o apoio à ética e à dignidade na sociedade brasileira. É um grande momento que nós estamos vivendo. Os jovens que, no mundo inteiro, nas redes sociais, pela Internet, estão se mobilizando também estão aqui no nosso País.

Sete de Setembro assistimos, aqui no eixão, talvez um dos espetáculos mais lindos de democracia popular. Nós que, durante a ditadura, vimos aqui desfilar no Sete de Setembro apenas um presidente general de plantão da ditadura, alguns marchando e outros assistindo, aqui nós vimos uma Presidenta torturada no passado, uma democrata eleita pelo povo, dialogando com as Forças Armadas, e as Forças Armadas lhe prestando continência, e, do outro lado, os jovens vestidos de preto caminhando pela ética, pela moral, pela dignidade, pela justiça.

O espetáculo foi o mais tranquilo, o mais sincero, sem um incidente, sem um problema, absolutamente nada. Respeito as Forças Armadas e a Presidenta, o Pavilhão da Pátria e a Caminhada pela Independência. E respeito os jovens que, no mesmo sentido de amar o nosso País e amar a Pátria, defendiam uma bandeira tão importante e tão significativa.

No Rio Grande do Sul, dia 20 de setembro, um dia que consagramos à pátria gaúcha, a coordenação da OAB, as entidades mais representativas também caminharam. No desfile dos gaúchos no dia 20 de setembro, em comemoração à Revolução Farroupilha, também desfilou o piquete dos que defendem a legalidade, a moralidade, a dignidade e a seriedade.

A OAB, entidade que emociona; a ABI, uma entidade histórica; e a CNBB estão à frente de dezenas e dezenas de entidades que estão se unindo e se dando as mãos nessa grande caminhada.

O que a gente quer? A gente quer que isso... Estamos cansados, esgotados, sofrendo de ver diariamente jornal e mais jornal, televisão e mais televisão noticiarem porque roubou, porque matou, porque fez isso, porque fez aquilo, porque fez mais aquilo e não acontece nada. Nós queremos terminar com essa impunidade. Queremos estabelecer um regime de responsabilidade.

E é por isso que os jovens estão caminhando. Estão cobrando de nós. Botaram 500 vassouras, 600 vassouras na praia de Copacabana, e pedi que mandassem a minha para mim, para eu fazer a minha parte. Estavam cobrando do Congresso Nacional o trabalho pela moral, pela ética, pelo fim da impunidade e pelo fim da corrupção.

Creio que esse movimento está em um crescendo. Creio que essas ligações populares por essas redes

sociais, que unem milhares e milhares de pessoas, vai crescer. E creio que, mais cedo do que pensamos, vamos ver esta Praça dos Três Poderes lotada de gente, cobrando de nós, com o dedo na nossa cara, cobrando dos parlamentares, cobrando do Executivo e cobrando do Poder Judiciário, que, a essa altura, é tão responsável como nós, inclusive por atitudes como a última que tomaram. O Tribunal Superior de Justiça mandou encerrar um processo praticamente pronto, sob uma alegação que prefiro não comentar.

Isso vai acontecer. Nós seremos levados num arrastão. E, como aconteceu com o Ficha Limpa, que não era para ser votado, que muitos não queriam votar, mas, com os jovens na rua, cercando o Congresso, nós no Senado votamos por unanimidade, e a Câmara votou por imensa maioria.

Dizem que agora se corre o perigo de a Ficha Limpa cair no Tribunal. Uma coisinha daqui, outra coisinha dali, e ela está sujeita a não ser mais aplicada para a eleição do ano que vem. Eu não acredito. Sinceramente, não acredito. O Judiciário já deu a sua palavra; o Supremo já deu a sua palavra, que é válida, que vale. Não valia para a eleição passada, porque não tinha decorrido um ano de prazo, mas vale para a próxima eleição. Mas, de qualquer maneira, é bom que a guriçada também cobre que a Ficha Limpa valha para a próxima eleição. Que não apareça nenhum subterfúgio seja lá do que no Judiciário e que seja aceito, a fim de impedir que isso aconteça.

Houve determinado parlamentar que disse que estranhava essa nossa caminhada, pois ela estaria lembrando, meu amigo Paim, a UDN de Lacerda, golpista, falando no mar de lama do Palácio do Catete, mas na verdade tentando derrubar o Dr. Getúlio, que levou ao seu suicídio; e depois tentando derrubar o João Goulart, que o levou à deposição.

Sim! Lacerda era um golpista. A caminhada dele, o esquema dele, o grupo dele era golpista. E tentaram golpear de tudo o que era jeito. Tanto que tentaram evitar a posse de Juscelino. Tentaram golpear a posse de Juscelino com os militares, e o Sr. Café Filho tomando uma posição golpista. E, ao contrário do que disse um ilustre parlamentar aqui desta tribuna, ou seja, que o Lott deu um golpe, isso não é verdade. O Lott evitou que um golpe fosse dado, porque o golpe era para evitar que o Juscelino tomasse posse. E o movimento foi para garantir a posse de Juscelino. Ali era a UDN golpista do Lacerda.

Na deposição do Jango, foi a UDN golpista do Lacerda. No suicídio de Getúlio, foi a UDN golpista de Lacerda. Mas um deputado ou senador do PT quer nos comparar com isso?!

Naquela época, estávamos na luta. Nós estávamos do lado dos que apanharam. Estávamos do lado dos que eram torturados. Estávamos do lado dos que caíram com o Dr. Getúlio Vargas. Dos que caíram com o Dr. João Goulart. Ali eles estavam pregando o golpe. O que eles diziam contra o Dr. Getúlio é que ele tinha dado uma verba muito grande para um tal de Samuel Wainer criar um jornal, o *Última Hora*.

Na verdade, o Banco do Brasil concedeu um empréstimo registrado oficial para o Sr. Samuel Wainer lançar um jornal. E a grande imprensa da época, os jornais tradicionais, baronatos, gritaram. Um judeuzinho, de repente, querer ser dono de jornal! Mas não tinha uma vírgula de corrupção quanto à dignidade e a honra do Dr. Getúlio, mesmo com relação ao Dr. João Goulart. A UDN era golpista. Era! O Lacerda era golpista. Era! E aquela campanha era falsa, cretina, imoral e indecente. Agora vem um Deputado ou Senador do PT a esta tribuna fazer essa comparação? Vamos nos respeitar. Vamos nos respeitar.

Em primeiro lugar, faço esta pregação invocando o contexto da sociedade brasileira. O apelo que faço é a todos. Pela atitude excepcional da Presidenta, eu acho que o que temos de fazer aqui é nos unir em termos de terminar com essa corrupção e terminar com essa impunidade, não olhando para trás, mas olhando para frente, não nos preocupando em atingir nem o pessoal da ditadura, nem o pessoal do Fernando Henrique e nem o pessoal do Lula. Olhando para frente, olhando para frente.

Acho até que seria muito positivo se no Congresso Nacional, como estão fazendo a OAB, a CNBB, a ABI os empresários do Rio, os empresários de São Paulo, os empresários de Porto Alegre, os empresários de Brasília, os trabalhadores de todos os setores, nos uníssemos todos, fazendo um grande entendimento. Vamos sentar, vamos debater e vamos discutir. Talvez V. Ex^a e nós possamos fazer isto até na Comissão de Direitos Humanos: convidar a todos para buscarmos o entendimento. De quê? Como podemos terminar com a impunidade? O que tem que mudar? Estou falando para frente. Não estou querendo olhar para ninguém, mas para frente.

Qual é a alteração? O Presidente do Supremo mandou para esta Casa uma proposta. Diz o Presidente do Supremo – modéstia a parte – o que venho dizendo há muito tempo. O que nós dissemos ao votar a Ficha Limpa? Que o problema do Brasil não é que o Brasil é mais corrupto do que a Inglaterra, que a Itália, que a Alemanha, que a França, que a China, que o Japão, que qualquer outra nação. Corrupção existe em todo lugar. É da natureza humana. Evitar, impedir, acabar com a corrupção é coisa quase que impossível.

Mas combater, punir, isso deve ser feito. E a corrupção que tem aqui tem lá. O problema é que lá o cidadão é punido. Eu já disse mil vezes, vou ter que repetir mais mil e repetirei, enquanto tiver força. Lá, o Primeiro-Ministro do Japão, dois, três se mataram de vergonha de ir para a cadeia. Lá, o Presidente da Fiat, a maior empresa da Itália, foi para a cadeia. Lá, o Presidente Nixon renunciou porque ia ser deposto por corrupção.

E no Brasil? No Brasil, um Presidente do Supremo grita e protesta e solta um senhor, banqueiro, porque ele é algemado e é preso. Embora provado. Embora aparecesse na televisão ele e o principal assessor dele botando um milhão para comprar um delegado. O delegado foi preparar o esquema. Foi lá, e ele dava um milhão. E o juiz de São Paulo mandou prender. E o Presidente do Supremo mandou soltar e mandou processar o juiz de São Paulo perante o Conselho Superior da Magistratura. Podemos debater e discutir esta matéria. O que nós queremos é olhar para o futuro.

Ah, que saudade que eu tenho do meu PT até ele chegar no governo. O Lula foi um grande presidente. Fez grandes realizações. Eu não tenho nenhuma dúvida. E, conhecendo o Lula, eu digo mais: o Lula é um homem de bem, é um homem sério, é um homem correto, é um homem honesto. Mas no seu governo ele não teve a firmeza que ele precisava ter nessa questão.

Talvez se diga que não era o momento. Há momento para tudo. Ali não era o momento. Agora é. Ali era o momento dele se firmar, dele ter força, dele ter autoridade, dele ter poder, dele fazer as coisas que ele fez. E ele achou que isso aí era continuar como já era. Afinal, roubar, fazer isso, fazer aquilo, não acontecia nada. No governo dele continuou não acontecendo nada. Só que isso foi crescendo, foi crescendo, foi crescendo, foi crescendo, e superou o Collor, a cassação do Collor. Os atos que determinaram o **impeachment** do Collor você vai ver que eles são muito menores do que muita coisa que está acontecendo aí, porque esses atos foram aumentando. Por isso é que agora nós vivemos um novo momento; por isso é que se forma na sociedade e nesta Casa um movimento de reforçar a posição da Presidente Dilma para ela ser firme, não se dobrar. É difícil, muito difícil.

No Brasil, a chamada capacidade de governar se transformou em algo que é uma troca, dá lá, dá cá. A necessária governabilidade, que é um termo bonito – governabilidade –, o governo precisa ter governabilidade, precisa ter diálogo, precisa ter maioria, precisa conviver com a sociedade. Que coisa mais linda! Mas, no Brasil, virou uma questão de troca-troca. Governabilidade: aplica minhas emendas. Governabilidade: mas eu quero esses cargos. Governabilidade. Mas esse

troca-troca que virou no Brasil não pode continuar, não tem como continuar.

Por isso é que eu digo: vamos olhar para frente, vamos sentar à mesa, pode ser na Comissão de V. Ex^a, e vamos ver como é daqui para diante.

O que quer o Presidente do Supremo? O Presidente do Supremo quer que no Brasil seja que nem no resto do mundo. O cara é processado, vai processar. O juiz vai lá e me condena: “Pedro Simon, está condenado”. Fui condenado. E aí eu recorro, recorro para a junta do Tribunal. Um juiz coletivo me condena. Eu sou condenado pela segunda vez. Eu posso ser condenado pela terceira vez pelo Tribunal, pela quarta vez aqui em Brasília, pela quinta vez, pela sexta vez. Eu posso ser condenado seis vezes. Na Itália, na Alemanha, na França, no Japão, também o cidadão pode ser condenado seis vezes. Qual é a diferença de lá para cá? Lá, é condenado pela segunda vez, vai para a cadeia. Aí tu recorres seis vezes, mas na cadeia. Aqui tu estás solto a vida inteira. Então, não chega nunca a última vez porque, antes da última vez, prescreveu. Acabou e não tem o que fazer. Tem aí governador, gente importante que já foi condenada trezentas vezes, mas nunca em definitivo.

É isso que o Presidente do Supremo quer. Condenado uma vez, condenado a segunda vez, vai para cadeia. E aí vai recorrer. Só que ao invés de acontecer como hoje, em que eu, Pedro Simon, roubo, faço o diabo e pego um advogado, eu não para me absolver, pego para ele não deixar que eu seja julgado. O bom advogado não é o advogado competente que absolve. O cara não quer ser absolvido, ele não quer ser julgado, o problema é empurrar com a barriga. Recorre, recorre, recorre, quando chega lá, na sexta, prescreveu. Esse é o grande advogado. É com isso que o Presidente do Supremo quer acabar. É isso que a sociedade brasileira quer, quando dois milhões de assinaturas mandaram o processo da ficha limpa para cá. Quer acabar? Isso nós precisamos acabar.

Estou falando apenas de uma das questões que está envolvendo a sociedade brasileira. Apenas uma das questões que envolvem a sociedade brasileira.

Eu convoco o PT, peço ao ilustre Senador, não que ele retire a afirmativa que ele fez nesta tribuna, de que, realmente, o movimento udenista e lacerdistas contra o Jango e contra o Getúlio era golpista. Era golpista, mas não nos compare. Este não é!

Eu venho de longe, venho da época em que essas coisas todas me encontraram do outro lado. Gurizinho, eu estava lá, defendendo o Dr. Getúlio na hora do seu suicídio. Jovem parlamentar, eu estava lá, defendendo João Goulart contra a sua deposição. E hoje eu estou

aqui, com as mesmas posições, com o mesmo respeito e com a mesma seriedade.

A minha geração teve uma grande vitória, que foi terminar com essa ditadura tremenda que nós vivemos e ter este País de democracia e de liberdade, onde a nossa Presidenta vai lá na ONU e recebe aplausos do mundo inteiro pela pessoa que ela é, pelo país que ela representa, pelo povo que ela representa, pela sociedade e pela democracia que nós temos.

O Brasil está avançando. O Brasil é hoje uma potência que cresce, ao lado dos Estados Unidos e da China. Fala-se em Índia, fala-se no Brasil, ao lado da Rússia.

O Brasil está numa posição muito importante. É neste momento, é nesta hora, que temos de fazer a nossa parte. Dizem que, do PIB brasileiro, entre corrupção e gasto irresponsável, são 30%. São quase 40 bilhões. Se isso for aplicado de maneira racional, só isso equacionaria o problema da saúde, por exemplo, que são necessários 20 bilhões.

É isso que queremos. Vamos aproveitar uma Presidenta da República que também quer isso. E, ao invés de fazer uma intriga entre ela e o Lula – que nós não queremos –, ao invés de querer botar isso nas costas do Lula, dizendo que ele deixou uma herança – que não é verdade –, ao invés de responder que não é o Lula, mas que o Fernando Henrique também fez – que é uma disputa, que não nos interessa quem fez melhor –, não é por aí. Apenas vamos ficar com o que o momento permite e fazer justiça.

Belíssima carta da Presidenta Dilma nos 80 anos do Presidente Fernando Henrique. Achei até exagerado, mas fiquei até emocionado. É preciso ter grandeza, capacidade, espírito público, para fazer uma carta como a dela. Cá entre nós, belo gesto de Fernando Henrique, dirigindo-se à Bancada do PSDB, dizendo que não era hora de CPI, mas do entendimento.

Se a Presidente está tomando atitude, mostrando que está preocupada em ir nessa orientação, vamos ajudar e nos dar as mãos, mesma posição adotada pela Marina. Candidata com vinte 20 e tantos milhões de votos, vamos dar força para que a Presidenta cumpra o seu caminho e o seu roteiro.

Por isso, Fernando Henrique, com a Marina, com a Presidente Dilma, que reuniram cento e tantos milhões de votos, todo o povo brasileiro, estão pensando igual. Vamos traduzir esse pensamento nesta hora e neste momento em que nós temos esta chance.

Eu disse em aparte a V. Ex^a, agora há pouco, que nós vimos chances passarem, momentos que nós podíamos ter feito isso e não fizemos. Olha que nós conseguimos uma reunião com o Presidente da República, Presidente do Supremo, Presidente do Senado,

Presidente da Câmara, Ministro da Justiça, Presidente do Tribunal de Contas, Procurador-Geral da República. Nós estávamos ali reunidos, durante meses, para discutir a fórmula das leis que precisavam ser feitas para terminar com a impunidade. Não conseguimos. Não conseguimos porque não é fácil a gente ir não tendo algo que nos empurre.

Outro momento épico do mundo inteiro foram os Mãos Limpas na Itália. Vieram para cá, mobilizaram. Este plenário ficou lotado. Percorreram o Brasil, mostraram uma coisa espetacular que eles fizeram na Itália. Aqui não deu em nada. É que, nas duas ocasiões, Sr. Presidente, nós quisemos fazer internamente, fechado – nós. Nós aqui fechados, discutindo entre nós, conversando entre nós. E entre nós não sai nada, de jeito nenhum! Se a sociedade não pressionar, eu falo isso no bom sentido, não ir para rua, não debater, não cobrar, não sai nada.

Por isso, eu cumprimento V. Ex^a pela reunião de hoje. Eu cumprimento a Presidente Dilma pela posição dela. Eu cumprimento o Fernando Henrique e a Marina pela posição que eles tomaram. Que o PSDB entenda o que Fernando Henrique está dizendo.

Há momento para tudo na vida. Ninguém mais comandou, chefiou, liderou CPI do que o Senador Pedro Simon, quando era para funcionar, tem que se pensar. Quando elas vinham, exerciam, funcionavam. Cassava o mandato de mais de 10 parlamentares; cassava o mandato até de Presidente da República. Ultimamente, cá entre nós, elas são de mentirinha.

Então, a hora de criar, pode ser criada. Não tem problema nenhum. Mas não é por aí que nós vamos chegar aonde nós queremos chegar. Nós não queremos criar CPI para desmoralizar nem o Lula, nem o Fernando Henrique, nem a Dilma, nem ninguém. Nós queremos criar um movimento para terminar com a impunidade, olhando para frente. Esta é a hora, este é o momento, esta é a situação. E, para isso...

V. Ex^a tem o aparte, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Pedro Simon, apenas para retomar o início do seu discurso, elogiando a Presidenta. Quero dizer que também fiquei bastante satisfeito de ver a Presidenta do Brasil fazer um discurso daqueles, não apenas pelo fato de ser a primeira mulher a abrir a sessão anual das Nações Unidas, porque sempre é o Brasil. Na verdade, 30 anos atrasados. Se fosse a Argentina que abrisse teria tido uma presidenta há 30 anos., assim como o Chile já teve. O importante é o conteúdo do discurso, Senador Paim. De fato, ela falou grande – como o Brasil já é – para os presidentes do mundo inteiro, dizendo que precisam se colocar de acordo e precisam usar mais imaginação para encontrar uma

saída. O que ela quis dizer é que o problema não está só na taxa de juros ou na taxa de câmbio. Está numa concepção nova de desenvolvimento. O que ela disse de importante – e o Senador Pedro Simon falou – é a dificuldade política. Por quê? Porque o mundo ficou numa crise global, mas nós somos eleitos por nossos países. O próprio Obama já disse uma vez: não existe presidente do mundo. Ele é candidato dos Estados Unidos e nós somos candidatos do Rio Grande do Sul, do Distrito Federal e isso dificulta propostas para o mundo inteiro. Por isso, a gente termina sendo pessimista de que os atuais dirigentes estão apenas comprando tempo, adiando a crise, sem uma visão global, sem uma imaginação nova. A sensação que tive, quando V. Ex^a iniciou o discurso, Senador Simon, da riqueza que a gente tem e vivendo crise é de que estamos vivendo momento de destroços dourados. Depois da Primeira Guerra Mundial, o mundo entrou numa crise terrível, mas tudo destruído; depois da Segunda Guerra tudo destruído. Hoje não está destruído nada, está tudo inteiro, as indústrias, os transportes, tudo está inteiro e a gente está em crise. Como ela disse, não é falta de dinheiro, dinheiro tem. É como usar o dinheiro e para que usar o dinheiro, porque usar o dinheiro para aumentar produção de maneira ilimitada vai destruir o meio ambiente. Gastar mais dinheiro do que o Estado pode, para dar vantagens sociais para gente, vai trazer inflação. A gente está numa situação em que temos que mudar o propósito, o objetivo, o próprio conceito de riqueza. A riqueza igual ao produto material para o consumo não basta para enfrentar a crise. A Presidenta ontem, direta ou indiretamente, levantou esses assuntos. Espero que com sua voz de Presidenta do Brasil sua voz seja ouvida pelo resto do mundo e que possamos de fato construir o futuro com imaginação e saindo da visão tradicional que, em vez de resolver a crise... Pode-se até adiá-la, mas cada vez que ela volta, volta mais grave. Fico feliz por estarmos aqui nos lembrando de um belo discurso de uma representante do Brasil no cenário internacional num momento de crise e propondo algo ousado, que vai além desses pequenos gestos dos que querem continuar com o mesmo, apenas dando a impressão de que as coisas vão bem. Destroços dourados. É onde a gente vive hoje. Tudo de ouro, riqueza, Produto Interno Bruto alto, mas, ao mesmo tempo, há um destroço moral, um destroço de insegurança, um destroço de crise. A saída é esquecer esse ouro que está aí e inventar novas formas de fazer a população viver no bem-estar e na felicidade.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Profundo e correto o pronunciamento de V. Ex^a! Tudo o que nós estamos falando está dentro do contexto de como nós encaramos o Brasil.

Se nós olharmos para a sociedade brasileira, nós vamos verificar que o contexto da sociedade brasileira é de uma sociedade competente, trabalhadora e responsável. Ao contrário do que diz o louco, aquele lá da Europa, que matou uma enormidade de jovens e disse que fez aquilo para o bem da humanidade e que o Brasil era o exemplo número um no mundo, porque, na mistura de etnias, o Brasil estava dando o exemplo para o mundo do que não deveria ser feito. Eu penso, como Darcy Ribeiro, o contrário: o Brasil é exemplo no mundo da integração das etnias.

Ainda hoje você vai aos Estados Unidos, e está lá o bairro só de chineses; está lá o bairro só de japoneses; está lá o bairro só de judeus; está lá o bairro só dos árabes. Nunca se integraram. O Brasil, não. Você vai a São Paulo, e todos os judeus e árabes estão juntos, casando-se, abraçando-se, convivendo juntos. É aquilo que diz Darcy Ribeiro: nós estamos formando a raça brasileira, e essa raça é de bem: íntegra, trabalhadora, responsável. Nós não vemos movimentos dentro do Brasil buscando hegemonia a, b ou c, aqui ou acolá, que não seja a integração no entendimento geral.

Nós avançamos nesse sentido. Quando se diz que 40 milhões que estavam na miséria hoje melhoraram, melhoraram. Estamos caminhando nesse sentido.

Temos que ter o debate, a discussão, e V. Ex^a é herói nesse sentido, em termos da educação, em termos de seriedade, em termos de responsabilidade e de credibilidade. É isso o que temos que fazer.

Não podemos ver televisão. Vê-se o Jornal Nacional, e tudo é nivelado por baixo. Você não pode viver numa sociedade onde coisas belíssimas acontecem e não se toma conhecimento delas; as mais horríveis acontecem, e são essas as que vão para a vitrine.

Eu propus ao Presidente do Senado e ao ilustre Diretor de Comunicação, César Mesquita, uma belíssima pessoa, diga-se de passagem, que a TV Senado repetisse o que passou na TV Globo, naquele programa *Gente que Faz*. Eles vão fazer. Ele já determinou um estudo para isso vai acontecer. E o primeiro exemplo apareceu: um rapazinho que veio do Rio Grande do Norte – 500 quilômetros depois de Natal – para receber a premiação pelo primeiro lugar em redação num concurso daqui do Senado. E, quando veio para receber, foi mostrada a casinha dele, humilde, dois quartos, um banheiro, uma cozinha e uma sala. Na metade da sala ele criou uma biblioteca. Ele e mais de duzentas pessoas, trezentas pessoas por mês vão lá estudar. Um menino, por conta dele, no fim do mundo, tem uma biblioteca! Isso não pode ser apresentado, não tem que ser debatido, não precisa ser demonstrado? Quantos exemplos como esse acontecem no Brasil? Temos que

elevant o moral da nossa gente. Há movimentos bonitos em todos os lugares.

Eu falo agora porque, casualmente, na semana que vem, vamos debater o caso da TV Canção Nova. Pegam essa gurizada e saem por aí, debatendo, discutindo, lotam o Ginásio de Esportes, com 30 mil pessoas, e passam quatro dias de carnaval brincando, descansando, debatendo, discutindo, analisando as coisas que são positivas. E isso existe por tudo que é lugar.

Temos que fazer um movimento nesse sentido. Temos que debater com os professores, porque o problema deles é sério. Eles têm razão, o salário é muito fraco; eles têm que melhorar o salário. Mas também, por outro lado, temos que olhar um pouquinho como era antigamente, como era no nosso tempo o professor. Eu me lembro mais da professora do que da própria mãe. Coisa fantástica aquela professora, ali, dando carinho, dando afeto, abraçando, beijando, cuidando, preocupada com a gente todo o tempo. Mudou. Hoje é diferente, porque, naquela época, ser professora era praticamente uma função altruísta, porque mulher não trabalhava. Só era professora, e o marido que ganhava. Hoje, não. Professor é uma profissão e tem que ganhar mais. Claro que tem que ganhar mais, mas não precisa perder aquele espírito de beleza, da formação, que podem e devem continuar.

Então, são essas coisas que temos que fazer, que temos que discutir, que avançar. Acho que a TV Senado pode entrar nesse sentido. Sofri porque criei uma comissão especial para debater a televisão no Brasil; debatemos longamente e defendemos a tese de uma TV tipo BBC de Londres, uma TV oficial. Eu sonhava com uma TV oficial, uma televisão de primeiro mundo, com cultura, com educação, com saúde, qualquer coisa, que nem a BBC, que, às 4 horas da tarde, transmite a Orquestra Sinfônica de Nova York para o povo.

Aqui, fizeram por medida provisória. Criaram a coitada da televisão por medida provisória. Então, está aí: zero de audiência. Uma bela gente, a diretora é muito competente, muito positiva, mas não deram chance para fazer uma coisa séria. Eu disse: "Vocês estão cometendo um crime, porque é uma ideia da maior importância que estão botando fora. Vocês não tinham o direito de fazer o que estão fazendo." Mas fizeram. Então, está lá uma televisão igual às outras, dez vezes mais fraca. Mas podíamos aproveitar. Temos condição de fazer.

Eu me lembro – lá se vai muito tempo – que o Dr. Ulysses e eu, não sei a pretexto de que, fomos almoçar com o Dr. Roberto Marinho. No meio da conversa, eu disse para ele: "Dr. Roberto, o senhor me desculpe uma coisa". "Pois não, meu filho" – eu era bem jovem até. "Mas esse jornal da noite – acho que era Jornal

da Globo, na época, que se chamava – é uma notícia ruim atrás da outra, atrás da outra, atrás da outra; às vezes desligo porque tenho medo de dormir depois. Pelo menos, bota no final umas notícias positivas, bota uma poesia, alguma coisa que é para a gente ouvir algo positivo". Foi interessante. Ele se virou e disse: "Tome nota". E não sei se vocês notaram, mas, realmente, o jornal da noite termina hoje, há muito tempo, com uma coisa positiva.

Como não dá para fazer isso? A resposta é uma só: é que o povo gosta de coisa ruim. O povo gosta!

Eu sei que eles respondem, estou falando com os jornalistas, e eles dizem: "O povo gosta de coisa ruim, gosta de sangue, gosta de homem corno, gosta de cara que apanha, gosta de ver roubo, gosta de ver a porcaria do lado de lá". De coisa boa, não acham graça, coisa boa não vende. Um jornal que bota coisa boa na capa não vende nada. Botou uma desgraça, vende – dizem eles que é isso. Pode até ser verdade, mas, pelo menos, botem alguma notícia boa. Botem dez ruins, mas botem duas boas, botem duas positivas para melhorar o ânimo de nossa gente e a competência da nossa Casa.

Então, é isso o que eu vejo. Eu sou um admirador de V. Ex^a e sou admirador do Paim. O que o Paim está fazendo na Comissão é emocionante! O que o Paim está fazendo na Comissão de Direitos Humanos... Olha, eu estou aqui há muito mais tempo do que vocês, estou aqui há trinta e tantos anos, e sei que, às 8 horas de segunda-feira, nem faxineira chegou ainda. Mas o Paim está lá, às 8 horas, com a Comissão funcionando, lotada de gente, e a TV transmitindo. É uma oportunidade. É uma coisa que ele fez, um horário que não existia, mas ele criou. É dá maior importância! E como vejo gente importante, gente que vem do Brasil inteiro para ter a chance de falar, de debater, de dizer e de discutir.

E eu tenho aprendido muito com isso. Eu vejo aquele programa e noto que é gente do povo que está ali, que traz aquilo que a gente pensa que é sábio, mas não é sábio: ele traz aquilo que ele vive. Uma coisa é ele viver todo dia e outra coisa é ele ouvir dizer.

V. Ex^a é outro. Seu debate, a que eu assisti hoje... Há uma coluna belíssima sobre V. Ex^a em que se diz que parece até repetitivo, de uma nota só... Mas ele acha que está certo, e eu também acho. V. Ex^a é um exemplo disso. As suas manifestações não são de oposição nem de governo, nem daqui nem dali, mas vão no sentido da construção de uma realidade que é necessária. Quem vê os pronunciamentos de V. Ex^a vê o encaminhamento, sente vontade, porque V. Ex^a fala o que é, o que deve ser, como pode ser naquilo que deve ser. Foi assim até quando V. Ex^a apresentou

um projeto que muitos não entenderam, o direito à felicidade. Mas eu entendi a profundidade do que V. Ex^a queria dizer. É realmente isto, sim: o direito à felicidade que todos nós temos. Mas tem de fazer alguma coisa.

Olha, eu fico pensando comigo mesmo o seguinte. Eu estou aqui, não sei quantos milhões me mandaram para cá, tenho equipe, tenho gente, tenho funcionário, tenho mais não sei o quê, tenho carro. Será que eu estou correspondendo? Será que ficar aqui nesse blablablá, escolher uma lá, defender um aqui e não sei o quê... É por aí ou tem que ter um caminho mais profundo? Ou tenho de ter responsabilidade de ter um caminho mais profundo, de fazer alguma coisa? Isso tem de ser feito!

Quando o manifesto dos mineiros contra a ditadura apareceu, parecia que não iria dar nada, mas deu: terminou. Por isso, eu acho que este momento que nós estamos vivendo... Hoje nós criamos um grupo de trabalho na Comissão de Direitos Humanos para ver essa questão da ética, da moral, da corrupção. E vamos levá-lo adiante conforme nós conversamos. Vamos levar adiante, vamos debater, vamos discutir, vamos trazer gente. Quem sabe não se esta aqui começando um movimento para se fazer alguma coisa em vez de chorar o que nada faz?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Simon, por seu, como sempre, brilhante pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Srs. Senadores Ciro Nogueira, Renan Calheiros, a Sr^a Senadora Angela Portela, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Cyro Miranda e Aloysio Nunes Ferreira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno. S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, acaba de ser aprovado por esta Casa o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 534 também de 2011. O objetivo principal da matéria é inserir o dispositivo “Tablet PC”, fabricado no Brasil, no Programa de inclusão digital.

Na Exposição de Motivos encaminhada ao Palácio do Planalto pelos Ministros Aloísio Mercadante, Guido Mantega, entre outros, informa-se que: “...Os Tablets PC têm sido crescentemente utilizados para fins pessoais, profissionais e educacionais, como importante ferramenta para o aumento da produtividade das empresas, difusão da informação e do conhecimento, todos elementos indispensáveis à inserção do País na

economia global, ao aumento da competitividade e, portanto, ao crescimento sustentável.”.

A inserção dos dispositivos, mais conhecidos pela população como tablets, no Programa de inclusão digital, desde que fabricados no Brasil e com normas impostas pelo Poder Executivo, propiciará significativa redução do preço de venda do aparelho aos consumidores.

A redução de preços, obviamente, permitirá um incremento no número de pessoas físicas e jurídicas que poderão dispor dos tablets. Isso, no nosso entendimento, é um facilitador para a inclusão social e digital.

De fato, Sr. Presidente, tenho acompanhado com muita atenção as discussões e as notícias sobre o tema.

Dia após dia surgem no mercado dezenas ou centenas de aplicativos próprios para utilização nos tablets. Os aplicativos permitem o funcionamento dos dispositivos conforme as necessidades do proprietário. Agendas, comunicação digital, meteorologia, notícias, jogos, mapas e navegadores são alguns exemplos da infinita criatividade dos programadores que produzem ferramentas para facilitar o nosso dia a dia.

Recentemente, Senhoras e Senhores Senadores, o caderno TEC do jornal Folha de São Paulo, trouxe uma matéria muito interessante sobre a utilização dos tablets como instrumento terapêutico.

Resumidamente transcrevo a matéria que informa sobre um garoto de Nova Iorque, que depende de aparelho respiratório e tem dificuldades motoras graves.

Os pais descobriram na tela sensível ao toque de um tablet uma alternativa, surpreendente, à limitação motora do filho. Um vídeo sobre o garoto foi publicado no site do jornal “**The New York Times**” e foi visto por funcionários do Instituto de Oncologia Pediátrica de São Paulo.

O Instituto é mais conhecido como Hospital do GRAACC (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer).

Desde janeiro o hospital utiliza tablets como instrumento terapêutico. Isso mesmo: como instrumento terapêutico!

A terapeuta ocupacional Walkyria Santos, ainda segundo o jornal **Folha de S. Paulo**, afirma que “Uma criança, por exemplo, que teve câncer no cérebro e perdeu parte dos movimentos de um lado do corpo pode ter esse lado estimulado...” por tablets.

O jornal **Folha de S. Paulo** continua, “...Há resultados concretos. O paciente Gustavo Souza, 20 anos, tem forte limitação motora, no lado esquerdo do corpo, especialmente na mão...”, utilizando um jogo instalado em um tablet, o rapaz “... conseguiu um pouco mais de movimento e, conseqüentemente de sensibilidade para essa mão, que antes ficava parada o dia inteiro.

O lado com mais problema foi estimulado por meio da brincadeira.” A afirmativa é da terapeuta ocupacional Walkyria Santos, já citada anteriormente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de citar a reportagem do jornal Folha de São Paulo para refletirmos sobre o alcance que os tablets podem ter.

Imaginem a alegria da família do paciente que citamos ao perceber que seu ente querido está ampliando os movimentos e a sensibilidade das mãos ao manusear um tablet inserido em um processo de terapia ocupacional.

Obviamente existem muitos outros exemplos conhecidos nas áreas de saúde e educação.

Fiz questão, Sr^{as} e Srs. Senadores, de trazer a este plenário, um exemplo de como a tecnologia pode trazer mais qualidade de vida para as pessoas. Iniciativas em que as ferramentas modernas da tecnologia são utilizadas para a melhoria de nossa sociedade devem ter nosso apoio e incentivo.

Lembro, Sr. Presidente, que depende também de nossas atitudes permitir que a população tenha acesso a essas tecnologia com preços mais acessíveis. Imaginem o alcance que esses dispositivos terão na segurança, na saúde, na educação, na formação, na cultura de nossas crianças e de nossos cidadãos.

Casos como esses, Sr. Presidente, é que me deixam entusiasmado com essas novas tecnologia. Por isso, não poderia deixar de registrar que votei pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2011, aprovado ontem por esta Casa, que desonera os Tablets fabricados no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o tema que me traz hoje à tribuna me é muito gratificante, já que pude contribuir para sua construção e ajudei a aprovar um dos maiores programas sociais do planeta: o Bolsa Família. Em Dezembro de 2003 tive a honra de relatar neste plenário o programa Bolsa Família quando ele ainda era visto com alguma reserva por vários setores do Brasil. Hoje ele é um programa respeitado mundialmente e responsável por vários prêmios conferidos ao Brasil por organismos internacionais especializados na redução da pobreza, combate à fome e distribuição de renda.

O governo, através da ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, que participou hoje nesta casa de um debate na CAE, anunciou o aumento do número de beneficiários alcançados pelo programa Bolsa Família.

Nesta nova fase, o governo elevou, de três para cinco, o limite de filhos com até 15 anos que podem receber a bolsa de R\$ 32 mensais.

As projeções indicam que mais de 1 milhão e duzentas mil crianças serão beneficiadas. Isso totaliza 22 milhões e 600 mil crianças atendidas pelo programa.

Outra vantagem é a desburocratização progressiva do programa. As famílias não precisam fazer novas cadastros e quem sacar o dinheiro do Bolsa Família este mês já fará jus ao benefício ampliado para até cinco filhos por família.

O governo decidiu ampliar o programa porque a maior parte da população extremamente pobre, infelizmente, ainda é de crianças.

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 16 milhões e 200 mil pessoas, ou seja 40% das pessoas extremamente pobres – que vivem com menos de R\$ 70 por mês –, são crianças de até 14 anos.

Com a ampliação do programa, o benefício médio do Bolsa Família saltou de R\$ 96 para R\$ 119 reais. O limite de duas bolsas para adolescentes de 16 e 17 anos por família ficou mantido. O benefício continua em R\$ 38 por mês para cada filho.

Outra importante novidade foi anunciada pelo governo no Bolsa Família.

É a criação de um mecanismo que facilita o retorno das famílias que se desligarem do programa voluntariamente por aumento de renda.

Caso esta pessoa tenha problemas financeiros como, por exemplo, o desemprego, ele poderá voltar a integrar o programa automaticamente sem necessidade de um outro cadastro.

Este retorno pode ser feito, a partir de agora, em até 3 anos contados a partir do desligamento voluntário. Para regressar ao programa basta procurar a administração municipal que atualizará os dados do beneficiário para reverter o cancelamento.

Segundo os dados do governo, 5 milhões de famílias deixaram o programa desde sua criação, sendo que 2 milhões delas perderam o benefício por falta de cadastramento ou por receber renda acima do permitido.

Até o final de 2011 este importante programa ainda terá outras novidades como o benefício para gestantes e outro para mulheres que amamentam.

Gostaria, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, de retomar neste pronunciamento a antiga proposta de estender o bolsa família para os moradores de rua. Acho que seria um grande avanço neste programa alcançando outro segmento social que necessita desta iniciativa.

Muito obrigado.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, as profundas mudanças, sociais e econômicas, vividas pelo Brasil nos últimos

anos, especialmente durante o governo Lula, estão visíveis por toda parte, mas é importante quando estudos científicos traduzem estas transformações em números, para nossa melhor compreensão e também para o reconhecimento de importantes iniciativas do governo que alteram rapidamente a sociedade brasileira.

Entre esses estudos, quero destacar mais um importante levantamento conduzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), divulgado na última quinta-feira, que apontou redução da desigualdade na distribuição da renda entre os brasileiros, medida pelo coeficiente de Gini.

Entre 2004 e 2009, portanto durante o Governo Lula, a desigualdade teve redução de 6% e a renda média real subiu 28%. É sempre bom lembrar, senhor presidente, que estamos falando de um acréscimo sobre a renda dos mais pobres, fato praticamente inédito.

Como temos repetido inúmeras vezes nesta tribuna, entre os chamados Brics, grupos de países emergentes, o Brasil é o único que cresce com distribuição de renda, com efetiva redução das desigualdades.

Como faz questão de ressaltar o próprio comunicado do IPEA, a evolução da distribuição da renda foi, em grande parte, motivada pelo crescimento econômico e a geração de empregos. Portanto, é um crescimento da renda com qualidade, com sustentabilidade, baseado nos índices recordes de geração de empregos e de ganhos reais para os salários.

Para reforçar esse entendimento, o comunicado “Mudanças Recentes na Pobreza Brasileira”, divulgado pelo IPEA, explica que também contribuíram para a melhoria da renda as mudanças demográficas e, destaque-se, “o lento aumento da escolaridade da população adulta”.

É, portanto, mais uma constatação estatisticamente balizada sobre o que dizíamos aqui na semana passada, quanto à melhoria da renda das mulheres brasileiras, especialmente da Classe C, cuja maior motivação era justamente a maior escolarização.

Mas a maior contribuição para a redução da pobreza no Brasil, nos últimos anos, todos sabem, senhor presidente, têm sido os programas de transferência de renda do governo federal e a política de reajustes sistemáticos do salário mínimo acima da inflação, política que, aliás, aprovamos neste Senado para que seja aplicada até 2015.

A importância do Programa Bolsa Família e dos reajustes do salário mínimo nos últimos anos é apontada pelo IPEA como a grande novidade no processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil.

Entre 2004 e 2009, a parcela da população brasileira vivendo em famílias com renda mensal igual ou

maior do que um salário mínimo *per capita* subiu de 29% para 42%. Eram 51,3 milhões em 2004 e chegaram a 77,9 milhões os brasileiros vivendo em famílias com renda igual ou superior ao salário mínimo, *per capita* em 2009.

É um ganho considerável, senhor presidente, resultante como dissemos das políticas de assistência social acertadas, dos reajustes do salário mínimo, mas também, e é isso que é importante observar, da maior escolarização, da geração de empregos e do crescimento econômico.

A despeito da crise internacional, o Brasil vive um momento especial e é preciso aproveitar esse momento para avançar nas conquistas já alcançadas até aqui.

Não podemos nos dar por satisfeitos enquanto sabemos que, mesmo com mais oportunidades de trabalho, com crescimento da renda, redução das desigualdades, ainda existem 107 milhões de brasileiros vivendo com menos de um salário mínimo mensal, *per capita*, como aponta o mesmo estudo do IPEA.

Esta preocupação está no centro de todas as ações do Governo Brasileiro, que transformou a erradicação da pobreza extrema em meta a ser alcançada até 2014, concentrando esforços de todos os ministérios e parcerias com estados e municípios.

É com este objetivo que a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, anunciou nesta segunda-feira a ampliação do Programa Bolsa Família.

Pelos novos critérios, o programa Bolsa Família vai atender mais 800 mil famílias até 2013, alcançando 13,1 milhões de famílias em todo o país.

Esta ampliação, senhor presidente, já estava prevista no Plano Brasil Sem Miséria, anunciado em junho pela presidenta Dilma com o objetivo de incorporar aquelas famílias que, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, se encaixavam no perfil do programa mas ainda não recebiam os benefícios.

Destas 800 mil famílias que serão atendidas até 2013, 180 mil terão o dinheiro na conta até o dia 30 de setembro, já incorporando o critério de pagamento de 32 reais por filho até o limite de cinco filhos de até 15 anos, e não mais três filhos, como ocorria. Filhos entre 16 e 17 anos continuam com o benefício, que foi ampliado para 38 reais, podendo alcançar até dois filhos por família.

Com isso, o novo teto do Bolsa Família passa a 306 reais por mês por família. 7.500 famílias, ou 0,06% do total, recebem atualmente este teto. O valor médio do benefício é de 119 reais por família.

Outra novidade, senhor presidente, é o retorno garantido. O governo permitirá que ex-beneficiários que perderam o emprego voltem a receber o Bolsa Família

sem enfrentar fila. Gestantes e mulheres que estejam amamentando também passam a receber bolsa de R\$ 32 mensais, a partir do final deste ano.

São mudanças importantes para ampliar o Bolsa Família, um programa de já demonstrou de forma inequívoca sua capacidade de contribuir para a redução da obreza e das desigualdades sociais, conforme constatado pelo recente estudo do IPEA, que destacamos aqui com muita satisfação, para que fique registrado o sucesso das iniciativas do governo e a contribuição que esta Casa tem dado, aprovando as medidas que são importantes para o país.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Lambança político-industrial”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo** de 17 de setembro de 2011.

O artigo destaca que o governo acaba de promover, sob o disfarce de política industrial, mais uma lambança a favor de grupos selecionados. Com o pretexto de proteger o setor automobilístico e o emprego do trabalhador brasileiro, o executivo federal aumentou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e definiu novas condições para isenção das novas alíquotas. Ao estabelecer uma discriminação baseada em critérios de conteúdo nacional, o governo se expõe a ser contestado na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lambança político-industrial

O governo acaba de promover, sob o disfarce de política industrial, mais uma lambança a favor de grupos selecionados. Com o pretexto de proteger o setor automobilístico e o emprego do trabalhador brasileiro, o Executivo federal aumentou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e definiu condições para isenção das novas alíquotas. As condições beneficiam claramente uma parte das montadoras e criam, indiretamente, barreiras à importação de veículos e de componentes fabricados fora do Mercosul e do México. Ao estabelecer uma discriminação baseada em critério de conteúdo nacional, o governo se expõe a ser contestado na Organização Mundial do Comércio (OMC). O governo, segundo fontes ouvidas pela reportagem

do Estado, admite essa possibilidade, mas decidiu correr o risco.

“O consumo dos brasileiros está sendo apropriado pelas importações”, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo ele, é preocupante ver a indústria acumular estoques e dar férias coletivas aos funcionários. É conversa sem fundamento. O número de veículos nacionais licenciados até agosto foi 2,2% maior que o de um ano antes, segundo a associação das montadoras (Anfavea). A receita de exportações de veículos foi 17,3% superior à de janeiro-agosto de 2010. A das vendas externas de máquinas agrícolas, 52,1%.

O licenciamento de veículos importados aumentou, de fato, e chegou a 22,4% do total de licenciados. Em todo o ano passado a proporção foi de 18,8%. Mas, com produção, venda e exportação em alta, poderia o governo ter apelado para medidas explícitas de proteção? Conseguiria provar um surto de importação gravemente prejudicial para justificar as salvaguardas admitidas pela OMC?

A resposta parece implícita na escolha do protecionismo disfarçado. Uma bem fundada suspeita de dumping poderia ser justificada, igualmente, uma ação defensiva. As autoridades preferiram outro caminho, com o pretexto, também discutível, de incentivar o desenvolvimento tecnológico.

A ação adotada pelo Executivo favorece as indústrias em operação há mais tempo no Brasil e mais integradas na cadeia produtiva nacional. Na melhor hipótese, poderá induzir os demais fabricantes a elevar até 6% o conteúdo nacional de seus produtos. Mas isso não tornará a indústria mais competitiva. O investimento em tecnologia – pelo menos 0,5% da receita bruta, descontados os tributos incidentes sobre a venda – é uma das condições para a empresa se livrar das novas alíquotas. Esse requisito será com certeza cumprido ou contornado com facilidade, graças, especialmente, à notável ineficiência dos fiscalizadores.

Essa condição é obviamente um disfarce concebido para enfeitar uma decisão arbitrária e discriminatória,

destinada basicamente à proteção de certos interesses particulares. A mera proteção, explícita ou disfarçada, nunca bastou e jamais bastará para tornar mais competitiva a produção de autopeças ou de veículos. As principais desvantagens desses e de outros segmentos da indústria são muito bem conhecidas – impostos, custos logísticos, entraves burocráticos, etc. – e não vale a pena repetir a longa lista. Nenhuma dessas desvantagens será sequer atenuada pelas novas medidas oficiais. Se o governo atacasse com seriedade esses problemas, todos os setores e toda a economia seriam beneficiados. Mas favores especiais são a origem da seriedade.

Não por acaso as novas providências foram aplaudidas pela diretoria da Anfavea, dominada pelas montadoras tradicionais, e pelo vice-presidente da Força Sindical. O presidente da Força é vinculado ao PDT, assim como o ministro do Trabalho, engajado na defesa dos novos benefícios antes do anúncio oficial.

Os brasileiros já assistiram a esse tipo de jogo, vantajoso para poucos e custeado por muitos. Como sempre, é muito mais fácil entrar na fila dos pedintes de favores do que pressionar o governo para cortar o excesso de gastos, diminuir impostos e favorecer o investimento necessário à modernização do país. O presidente da associação da indústria elétrica e eletrônica já entrou na fila, depois de elogiar a decisão do governo. Política industrial digna desse nome é outra coisa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro das seguintes matérias: “Gurgel pede prisão de 36 réus do mensalão”, jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 08 de julho, “Procurador-geral livra Gushiken, mas pede condenação de réus do mensalão”, jornal **Estado de S.Paulo** de 8 de julho e “O mensalão”, jornal **Folha de S.Paulo** de 8 de julho do corrente.

As matérias divulgam que um dia após ter sido indicado para o segundo mandato de procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pediu ao Supremo Tribunal Federal que condene 37 dos 38 réus do processo do

mensalão. Para Gurgel, só não existem provas contra o ex-ministro da Comunicação Social Luiz Gushiken, e, portanto ele deve ser absolvido.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de São Paulo 08-07-2011

Gurgel pede prisão de 36 réus do mensalão

Procurador-geral defende condenação de José Dirceu e Delúbio Soares a penas que podem chegar a 111 anos de cadeia

Ministério Público diz a STF estar ‘plenamente convencido’ de que o governo Lula comprou apoio no Congresso

FELIPE SELIGMAN
BRENO COSTA
MATEUS LEITÃO
em Brasília

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pediu ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) a condenação de 36 réus por envolvimento no esquema do mensalão. Somadas, as penas máximas chegariam a 4,7 milhões de prisão.

O parecer de 390 páginas, ao qual a Folha teve acesso, é a última peça a ser enviada por Gurgel antes do julgamento do caso, denunciado em 2006 por seu antecessor, Antônio Fernando Souza.

“O Ministério Público Federal está plenamente convencido de que as provas produzidas no curso da instrução, aliadas aos elementos obtidos no inquérito, comprovaram a existência do esquema de cooptação de apoio político descrito na denúncia”, escreveu Gurgel.

Se o caso for julgado procedente e nenhum dos crimes prescrever, o publicitário Marcos Valério de Souza, acusado de operar o esquema, poderá ser condenado a até 527 anos de prisão.

OS CRIMES IMPUTADOS AOS DENUNCIADOS

Quadrilha Associação de pessoas com fim de cometer crimes Pena: 1 a 3 anos	Indevida em decorrência do cargo público ocupado Pena: 2 a 12 anos	de dinheiro ou bens Pena: 3 a 10 anos
Corrupção ativa Oferecer vantagem indevida a servidores Pena: 2 a 12 anos	Peculato Receber vantagem indevida em função do cargo Pena: 2 a 12 anos	Evasão de divisas Realizar operação não autorizada para promover evasão de divisas de país ou usar nome falso para fazer operação de câmbio Pena: 2 a 6 anos
Corrupção passiva Solicitar ou receber vantagem	Lavagem de dinheiro Tentar ocultar a origem criminoso	

O ex-ministro José Dirceu (Casa Civil), chamado de “chefe da quadrilha”, e o ex-responsável do PT Delúbio Soares pagariam até 111 anos.

Mesmo que o STF opte pelas condenações máximas, a legislação limita o cumprimento de pena a 30 anos, além de estabelecer regras para que os condenados interrompam suas penas.

Os réus sempre negaram a existência do esquema.

Depois de mais de cinco anos de processo, em que foram realizados diversas perícias e tomadas centenas de depoimentos, o procurador-geral concluiu que ficou comprovada a existência do esquema criminoso, revelado pela Folha em 2005.

O STF não estabeleceu

prazo para o julgamento. O processo do mensalão é um dos mais complexos que a Corte já recebeu.

“Foi engendrado um plano criminoso voltado para a compra de votos dentro do Congresso Nacional. Trata-se da mais grave agressão aos valores democráticos que se possa conceber”, escreveu Gurgel sobre a suposta distribuição de dinheiro em troca de apoio político ao governo do ex-presidente Lula.

Segundo o parecer, o grupo “agiu ininterruptamente” entre janeiro de 2003 e junho de 2005 e era dividido em núcleos específicos, cada um colaborando com o todo criminoso em busca de uma forma individualizada de contraprestação.

Marcos Valério é apontado como “líder do núcleo operacional e financeiro” e José Dirceu, como “chefe da quadrilha”, reeditando a expressão usada por Antônio Fernando Souza na denúncia.

“Marcos Valério, na condição de líder do núcleo operacional e financeiro, foi juntamente com José Dirceu, pessoa de fundamental importância para o sucesso do esquema ilícito de desvio de recursos públicos protagonizado pelos denunciados”, afirma o documento.

Segundo Gurgel, o esquema tinha por objetivo, “mais do que uma demanda momentânea (...), fortalecer um projeto de poder do PT de longo prazo”.

Sobre Dirceu, ele escreveu: “Partindo de uma visão pragmática, que sempre marcou a sua biografia, José Dirceu resolveu subverter parlamentares federais, tendo como alvos preferenciais dirigentes partidários de agremiações políticas”.

“A força do réu é tão grande que, mesmo depois de recebida acusação por formação de quadrilha e corrupção ativa pelo plano do STF, delitos graves, ele continua extremamente influente dentro do PT, inclusive ocupando cargos formais de relevo”, concluiu o procurador.

Gurgel pediu a absolvição de dois réus: o ex-ministro Luiz Gushiken e Antônio Lamas (veja texto ao lado).

Denúncia. Roberto Gurgel defende que Supremo condene 37 acusados do maior escândalo na gestão Lula, em 2005, entre eles os petistas José Dirceu, Delúbio Soares, João Paulo Cunha e José Genoíno; ex-ministro da Comunicação Social, porém, é excluído da ação

Procurador-geral livra Gushiken, mas pede condenação de réus do mensalão

Mariângela Gallucci/BRASÍLIA

Um dia após ter sido indicado para um segundo mandato de procurador-geral da República, Roberto Gurgel pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que condene 37 dos réus do processo do mensalão. Para Gurgel, só não existem provas contra o ex-ministro da Comunicação Social Luis Gushiken - e, portanto, ele deve ser absolvido.

O esquema do mensalão foi o principal escândalo do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e envolveu autoridades poderosas da época, como o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investigou a relação do Palácio do Planalto com ministérios com as bandeiras da base aliada e descobriu que o PT coordenava um esquema que usava sobras de doações da campanha de 2004 para fazer repasses sistemáticos aos partidos da base e pagar as dívidas eleitorais. Foram esses repasses que o denunciante do escândalo, o então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), batizou de "mensalão".

Em outro esquema paralelo, o publicitário Marcos Valério mantinha contratos com ministérios e estatais que rendiam propinas para o caixa do PT e dos demais partidos aliados. Um dos contratos mais importantes era com a empresa Visaner, holding de cartões de crédito, onde ele mantinha um acordo especial para desviar dinheiro do cartão do Banco do Brasil-Visa.

■ Mais dois anos
A indicação de Roberto Gurgel para um novo mandato foi publicada ontem pelo *Diário Oficial*. Ele ainda tem de ser aprovado pelo plenário do Senado.

As investigações começaram em 2005. Muitos parlamentares recebiam esse dinheiro das propinas sob condição de votar com o governo no Congresso Nacional. Uma ação foi aberta no STF em 2007 após o recebimento pelo Tribunal da denúncia do então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. A expectativa no STF é de que o julgamento do processo comece no fim deste ano ou no início de 2012.

Prazo final. Gurgel pediu a condenação de 37 réus e a absolvição de Gushiken ao encaminhar ontem suas alegações finais sobre o caso. Com o recebimento desse documento assinado pelo chefe do Ministério Público Federal, deverá ser aberto um prazo para que os advogados dos réus apresentem suas defesas finais. Em seguida, caberá ao relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, elaborar um relatório e o voto dele para pedir a inclusão da ação na pauta de julgamento do plenário do Supremo.

A expectativa em Brasília era de que o procurador apresentasse suas alegações até o fim desta semana. Uma demora maior poderia comprometer o processo, que é um dos mais complexos da história do STF e no qual já há o risco de ocorrer a prescrição do crime de formação de quadrilha. Dos 38 réus, 22 são acusados de ter cometido este tipo de delito.

'Farsa'. O julgamento está cercado de pressões políticas. O primeiro sinal concreto em prol da condenação do processo do mensalão foi dado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao deixar o governo, ele disse que sua principal missão, a partir de janeiro de 2011, seria mostrar que o mensalão "é uma farsa". Em abril, o PT aprovou o retorno do ex-tesoureiro Delúbio Soares aos quadros do partido. Nessa linha, lentamente, réus que aguardam o julgamento recuperam força política e voltam a ocupar posições de destaque.

MENSALÃO DO PT

A primeira denúncia foi em 2005

■ O funcionário dos Correios Maurício Marinho é gravado recebendo R\$ 3 mil de propina. A denúncia leva à instalação de uma CPI dos Correios no Congresso

■ Ao mesmo tempo, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) é denunciado por receber R\$ 400 mil do Instituto de Resseguros e convocado para se explicar à Comissão de Ética da Câmara

■ Jefferson detalha o esquema nos Correios e diz que o governo cumpria com Delúbio Soares, José Genoíno, José Dirceu e Silvio Pereira, um mensalão

■ O esquema pagaria R\$ 30 mil mensais a deputados em troca de apoio ao governo. Ele advertia: "Sal rápido do Zé"

■ O mensalão é operado pelo publicitário

Marcos Valério Fernandes de Souza, diz Jefferson. Os pagamentos são feitos por duas agências dele em Belo Horizonte. DNA e SMPB
■ Sua ex-secretária, Fernanda Karine Sommarigo, conta ter assistido aos contatos de Valério com petistas e visto "moleis cheios de dinheiro"
■ José Dirceu afastou-se da Casa Civil

■ A notícia de que o PT e Valério são íntimos sai como uma bomba no partido e compromete Denoino

■ Silvio Pereira se afasta do secretário-geral do partido Delúbio também deixa o tesoureiro do PT

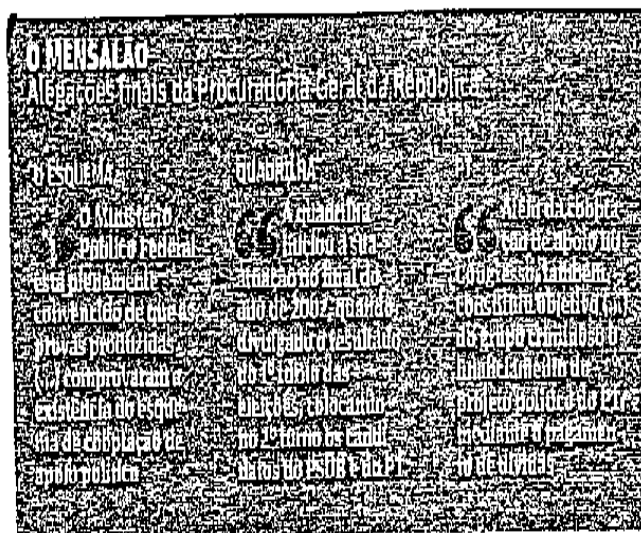
■ Em depoimento à CPI, o publicitário Duda Mendonça diz que o PT pagou parte de seus serviços durante a campanha de Lula à Presidência através de caixa 2 no exterior

■ Em 2006, o então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, apresenta ao STF denúncia contra 40 pessoas que teriam participado do mensalão. O STF aceita a denúncia em 2007

■ No decorrer do processo um dos réus, José Janene (primeiro tesoureiro do PP), morreu e outro, Silvio Pereira, se beneficiou da detenção premiada. Sobraram 38 réus

Os 37 réus

Anderson Adalberto EX-MINISTRO DOS TRANSPORTES	Anita Leopoldina EX-GERENTE DA CENIPA	Antonio Lattes SENADOR DE JACARETÁ	Ayresma Tenório EX-VICEMINISTRO DO SAO PAULO	Elisio Rodrigues EX-DEPUTADO	Ereno Fischberg SÓCIO DA CONSTRUTORA RECON-RECON
Carlos Alberto Quaglia DONO DA EMPRESA NATURAL	Cristiano Paz SÓCIO DA PALMISTO	Delúbio Soares DEPUTADO DO PT	Duda Mendonça EX-MINISTRO	Emerson Eloy Palmieri EX-GERENTE GERAL DO PTB	Envaldo Quadros DONO DA CONSTRUTORA BOM-BAOM
Jacinto Lamas EX-DEPUTADO DO PT	João Cláudio Dantas EX-GERENTE DA LIDERANÇA DO PT	João Magna DEPUTADO FEDERAL DO PT	João Paulo Cunha EX-VICEMINISTRO DA ATUAL PARLAMENTO	José Barba EX-DEPUTADO FEDERAL	José Dirceu EX-MINISTRO DA CASA CIVIL
José Roberto Salgado VICE-MINISTRO DO BANCO BRASILEIRO	Karla Bello PRESIDENTE DO BANCO BRASILEIRO	Marcos Valério de Souza SÓCIO-GERENTE DO MENSALÃO	Paula Rocha DEPUTADA DO PT	Pedro Corrêa EX-DEPUTADO FEDERAL DO PT	Pedro Henry DEPUTADO FEDERAL DO PT
Roberto Jefferson EX-MINISTRO DO PT	Rogério Telles EX-DEPUTADO FEDERAL DO PT	Romney Gurgel EX-DEPUTADO FEDERAL DO PT	Silvina Vasconcelos EX-DEPUTADA DO PT	Valdemar Costa Neto EX-DEPUTADO FEDERAL DO PT	Vinícius Sambrano EX-DEPUTADO FEDERAL DO PT
					Zilmar Fernandes EX-DEPUTADA FEDERAL DO PT



O QUE DIZ ROBERTO GURGEL SOBRE OS RÉUS

MARCOS VALÉRIO

“ Marcos Valério, na condição de líder do núcleo operacional e financeiro, foi com José Dirceu, pessoa de fundamental importância para o sucesso do esquema ilícito

DELÚBIO SOARES

“ Delúbio Soares era a o elo entre o núcleo político, comandado por José Dirceu, e o núcleo operacional, a cargo de Marcos Valério

OS PROVAS

“ As provas (...) comprovaram, sem sombra de dúvida, que José Dirceu agiu sempre no comando (...). Era, enfim, o chefe da quadrilha

ROBERTO JEFFERSON

“ Era o interlocutor político do grupo criminoso. Cabia-lhe formular as propostas de acordos aos líderes dos partidos que compo-
niam a base aliada do governo

Crime e pena total

Quadrilha,
corrupção ativa,
peculato
lavagem de
dinheiro

85 a 527 anos

Quadrilha,
corrupção ativa,
lavagem de
dinheiro

19 a 111 anos

Quadrilha,
corrupção ativa

19 a 111 anos

Quadrilha,
corrupção ativa

17 a 99 anos

ROBERTO GURGEL

“ Concordeu com a oferta, e, ciente da sua origem ilícita, valen-se da estrutura de lavagem de dinheiro disponibilizada pelo Banco Rural para receber o valor

MARCOS VALÉRIO

“ Recebeu a quantia de R\$ 8.885.742,00 para votar a favor de matérias do interesse do Governo Federal. O Parlamentar foi cooptado por José Dirceu

ROBERTO JEFFERSON

“ Duda e Zilmair Fernandes (...) resolveram, em busca de maior segurança na ocultação dos dados da operação, que o restante deveria ser pago em uma conta no exterior

ROBERTO JEFFERSON

“ O acordo fechado à época por Roberto Jefferson com José Dirceu impunha o pagamento do valor de R\$ 20.000.000 para que o PTB aderisse à base

Corrupção
passiva, lavagem
de dinheiro,
peculato

10 a 42 anos

Quadrilha,
corrupção
passiva, lavagem
de dinheiro

9 a 35 anos

Lavagem de
dinheiro, evasão
de divisas

8 a 32 anos

Corrupção
passiva, lavagem
de dinheiro

5 a 22 anos

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquográfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, intitulado “Estamos, sim, atrasados para a Copa”, publicado pelo jornal **O Globo** de 15 de setembro de 2011.

Segundo o autor, o governo diz que está tudo em dia para a Copa, mas não é essa a impressão que se recolhe das conversas com os setores privados diretamente envolvidos. Entre eles há três tipos de preocupação: falta de planos, definições e regulamentações;

atrasos em planejamento e obras e indefinição em relação ao pós-Copa.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Estamos, sim, atrasados para a Copa

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

O governo diz que está tudo em dia para a Copa, mas não é essa a impressão que se recolhe das conversas com os setores privados diretamente envolvidos. Aqui, há três tipos de preocupação: falta de planos, definições e regulamentações; atrasos em planejamento e obras; e indefinição em relação ao pós-Copa.

Foram justamente esses os pontos destacados por diversos representantes do setor de Telecomunicações e Tecnologia da Informação, reunidos em São Paulo no evento Futurecom, nesta semana. Muitos manifestavam surpresa com a promessa da presidente Dilma de que a tecnologia de celulares 4G, de altíssima velocidade, estará funcionando no Brasil nas cidades da Copa.

Acontece que esse sistema (com o nome técnico de LTE) nem está regulamentado. Com sorte e rapidez, se tudo der certo, o pessoal do setor acredita que o leilão para a concessão de faixas 4G só poderá ser realizado a partir de abril de 2012. Além disso, a implantação exige pesados investimentos, em um momento em que as operadoras ainda nem conseguiram recuperar o que aplicaram nas redes 3G, aliás, não totalmente implantadas.

Disse a presidente que a Telebrás, a estatal do setor, já está autorizada a investir R\$ 200 milhões na infraestrutura das cidades da Copa. Mas esse dinheiro não dá nem para o começo.

Ou seja, a presidente prometeu um sistema para o qual o próprio governo

ainda não definiu a regulamentação. Além disso, essas regras dependem de legislação específica, para a qual não há projeto. Obviamente, isso impede qualquer planejamento da parte das (muitas) empresas interessadas no negócio.

Havia dúvidas ali entre especialistas no Futurecom: a presidente Dilma teria se equivocado na sua promessa? Ou teria recebido informações equivocadas? De todo modo, não há como fugir à conclusão de que o governo anda meio perdido no que se refere às telecomunicações para a Copa, que constituem um imenso desafio.

A transmissão dos jogos para TV será por alta definição, em todas as cidades. Milhares de jornalistas, de turistas estrangeiros e brasileiros chegarão aos estádios portando smartphones e câmeras para registrar suas imagens e enviá-las no ato para os amigos. E todos precisarão usar celulares e computadores com banda larga por toda parte, não apenas nos estádios e suas redondezas.

Não precisa ser técnico para imaginar o tamanho do esforço e do investimento. Todo o pessoal do setor diz que dá para fazer, mas que é preciso organizar e definir isso tudo urgentemente.

Todo esse planejamento depende também de se saber como será o pós-Copa. Quer dizer: monta-se uma ampla e avançada estrutura para a Copa; e o que se faz com ela quando o pessoal for embora?

Se não houver demanda doméstica para a utilização desse sistema, é prejuízo na veia. Ora, no momento, não há condições de aparecer essa demanda, porque está tudo muito ca-

em todo o setor, dos investimentos ao consumo. O governo federal anunciou exoneração e redução de carga para certos investimentos, mas não basta porque os impostos são exageradamente elevados. Além disso, o principal imposto é estadual (ICMS) e os governadores não parecem dispostos a abrir mão da receita.

Sem contar que em Brasília só se fala no contrário — em aumentar impostos. E, então, não é um caso de atraso geral?

De novo, o pessoal do setor insiste que não há nada perdido. Dá para correr, mas fica cada vez mais difícil, mais improvisado e, pois, mais caro.

Por trás dessa história, há uma questão essencial de política e economia. Para qualquer lado que se vá, a situação no Brasil, dos equipamentos e aparelhos aos serviços. O sistema val o oferecer a velocidade do 4G, mas os celulares para isso estarão a preços inacessíveis para a classe média, como são caros hoje os aparelhos 3G.

Nesse quadro, as companhias só farão os investimentos se tiverem a garantia de que serão remuneradas pelo governo. É outra coisa que está no ar.

E há precedentes negativos. A operadora dos Jogos Militares, a Tim, antecipou tecnologias, levou rede para locais antes não atendidos e o que aconteceu? Metade dessa infraestrutura está lá, ociosa.

O governo poderia criar demanda doméstica promovendo uma acentuada redução de preços. Como? Reduzindo os pesados impostos que incidem é a mesma: impostos elevados e juros altos bloqueiam investimentos e consumo. O governo confessa isso toda vez que apresenta um plano de estímulo de algum setor: promete isenções de impostos e juros subsidiados.

Só que isso custa dinheiro, o que leva o governo a buscar recursos em outros setores. Termina que todo mundo paga caro para que alguns possam receber benefícios.

Além disso, é crescente a demanda por mais gasto público, a ser pago com mais impostos.

Não fecha. E, pior de tudo, nem temos uma seleção ganhadora.

CARLOS ALBERTO SARDENBERG é jornalista. E-mail: sardenberg@cbrn.com.br; carlos.sardenberg@oglobo.com.br.

Dá para correr,
mas fica
cada vez mais
difícil, mais
improvisado

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do professor Marco Antônio Villa, intitulado: “Dilma e seus governos”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 03 de agosto de 2011.

O artigo destaca que o País está sem rumo, a falta de liderança e de capacidade política da presidente é evidente. Dilma é um caso único na história do Brasil, já iniciou, em apenas sete meses, três vezes o seu governo. Primeiro, veio a crise do caso Palocci e depois a crise do Ministério dos Transportes. A cada fracas-

so de Dilma, mais cresce o clamor da base (e do PT, principalmente) para o retorno de Lula. Difícil acreditar que o criador não imaginasse como seria o governo da sua criatura. Pode ter sido uma jogada de mestre.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dilma e seus governos

69
MARCO ANTÔNIO VILLA

Dilma Rousseff é caso único na História do Brasil. Já iniciou, em apenas sete meses, três vezes o seu governo. Em janeiro assumiu a Presidência. Parecia que a sua gestão iria começar. Ledo engano. Veio a crise em maio – caso Palocci – e ela rearranjou o núcleo duro do poder. Seus entusiastas saudaram a mudança e espalharam os quatro ventos que, naquele momento, iria efetivamente dar início ao seu governo. Mera ilusão. Veio nova crise em junho, esta no Ministério dos Transportes. Seguiram-se demissões de altos funcionários – ontem já chegaram a 27. Em seguida, foi anunciado que agora – agora mesmo – é que iria começar sua Presidência. Será?

No país das Polianas, sempre encontramos justificativas para o injustificável. Os defensores, meio que envergonhados da presidente, argumentam que ela recebeu uma herança maldita. Mas não foi essa “herança” que a elegeu presidente? Não permaneceu cinco anos na Casa Civil participando e organizando essa “herança”? Herança, como é sabido, é algo recebido de outrem. Não é o caso. A então ministra da Casa Civil foi uma participante ativa na organização da base partidária que sustenta o governo no Congresso Nacional. Tinha e tem absoluta ciência do que representava essas alianças para o cenário.

Fingir indignação, falar em limpeza – quando o vocabulário doméstico invade a política, é sinal de pobreza ideológica –, dizer que agora, sempre agora, só vai aceitar indicações que tenham ficha limpa, isso é um engodo. Quer dizer que no momento em que formou o Ministério a ficha limpa era irrelevante? Ficha limpa é para coagir aliados? E que aliados são esses que são constrangidos pelo currículo?

Os sucessivos reinícios de governo são demonstrações de falta de rumo e de liderança. O PAC não é um plano de governo. É uma junção aleatória de obras realizadas principalmente pelo governo e por empresas estatais. É um todo sem unidade alguma. Não há uma concepção de projeto nacional, nada disso. Além da falta de organicidade, os cronogramas de todas as

O País está sem rumo, a falta de liderança e de capacidade política da presidente é evidente

Obras estão atrasadas. O governo não consegue realizar, de forma eficaz, nenhum empreendimento. Quando algo chama a atenção, não é por seu efeito para o desenvolvimento do País. Muito ao contrário. É por gasto excessivo, desvio de recursos, inutilidade da obra ou atraso no prazo de entrega. E, algumas vezes, é uma cruel soma de desastres quatro fatores.

O País está sem rumo. Mantém indicadores razoáveis no campo econômico, contudo muito abaixo das nossas potencialidades. Basta lembrar que neste ano a taxa de crescimento será a mais baixa entre os países da América do Sul (não estamos falando de China, Índia ou Coreia do Sul, mas de Paraguai, Equador e Peru). A economia ainda é movida pelo que foi estruturado durante os primeiros anos do Plano Real e por medidas adotadas em 2009, ante a crise internacional.

A falta de liderança é evidente. Os últimos quatro meses foram de abalos permanentes. E nos primeiros cem dias a presidente teve uma trégua. Foi elogiada até pelo que não fez. Politicamente, o ano começou em abril e, de lá para cá, o governo toda semana foi tendo algum tipo de problema. Ora no relacionamento com a base, ora no cotidiano administrativo. O problema central é que Dilma não se conseguiu firmar como liderança com vida própria. É vista pelos líderes da base como alguém que deve ser suportada até o retorno de Lula. A questão – para eles – é aguentar a destemperança presidencial. Claro que o preço compensa. Porém a rispidez e os gritos da presidente revelam que ela própria sabe que não é levada a sério. Vez por outra, o passado deve rondar os pensamentos da presidente. Ela, em alguns momentos, edge uma obediência ao estilo do velho “centralismo democrático” leninista. Sonha com Trotsky, Bukharine e Kamenev, mas convive com Collor, Sarney e Renan.

Nas crises que enfrentou, não conseguiu encontrar solução razoável. Ao contrário, desarticular a articulação existente e foi incapaz de substituí-la por algo mais eficiente. Deixou rastros de insatisfação e desajustes de vingança. Atrapalhada com o PR e a demora em resolver de vez as denúncias são mais evidências da falta de capacidade política. Criou na Esplanada dos Ministérios a versão petista do “onde está Wally?”. Agora o jogo é adivinhar, entre mais de três dúzias de ministros, quem será o próximo a cair em desgraça. Algo meio stalinista (é o passado novamente?). Com tanto estardalhaço, Dilma nem acabou com a corrupção nem conseguiu fazer a máquina governamental funcionar. E quem perde é o País.

A cada fracasso de Dilma, mais cresce o clamor da base (e do PT, principalmente) para o retorno de Lula. Difícil acreditar que o criador não imaginasse como seria o governo da sua criatura. Pode ter sido uma jogada de mestre. Respeitou a Constituição (não patrocinando o terceiro mandato), impôs uma candidatura-poste, venceu com o seu prestígio a eleição e será chamado cada vez mais para apagar incêndios. Ou seja, a possibilidade de ser passado para trás é nula. Dessa forma, transformou-se no personagem fundamental para manter a estabilidade da aliança do grande capital nacional e estrangeiro, fundos de pensão das estatais, políticos corruptos e oportunistas de toda ordem. É também o único que consegue fazer a articulação com o andar de baixo, dando legitimidade ao projeto antinacional. Sem ele, tudo desmorona.

Dilma vai administrando (e mal) o cotidiano. A fantasia de excelente gestora, envergadura no governo Lula e na campanha presidencial, revelou-se um figurino de péssima qualidade. Como nos velhos sambas, a quarta-feira já chegou. Um pouco cedo, é verdade. O carnaval mal começou. E dos quatro dias de folia, nem acabou o primeiro.

HISTORIADOR, É PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim, nós encerramos a sessão de hoje sob a proteção de Deus. Que Deus ilumine nossos caminhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 19 horas e 48 minutos.)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA 2012
(Projeto de Lei nº 28/2011-CN)

RECIBO DE ENTREGA E EMENDAS
À RECEITA E DE RENÚNCIA DE
RECEITA

Senador ACIR GURGACZ (PDT/RO)
Relator da Receita

Senador VITAL DO RÉGO (PMDB/PB)
Presidente da CMO

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE RECEITA

EMENDA RENÚNCIA DE RECEITA	
NÚMERO EMENDA	VALOR DA RENÚNCIA
1 PL 1711/11 - ISENTA DO IPI VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA UTILIZADOS POR FEIRANTES	97.625.000
2 PL 2614 07 - ISENÇÃO DE IPI PARA AUTOMÓVEIS DE FISCALIS TRIBUTÁRIOS	102.410.000
3 PL 4593/04 - ISENTA DO PIS/PASEP AS ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES	25.500.000
4 PL 634/2007 - DEDUÇÃO IRPF DESPESAS COM SAÚDE	46.200.000

	Quantidade
Emendas Receita	0
Emendas Renúncia de Receita.....	4
Total	4

AUTOR DA EMENDA

9p411 João Bernardo

Autor:

Chave de Segurança: 38620

Credenciado:

Lote:

1937

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****9041 - João Dado****EMENDA****90410001****EMENTA****PL-1711/11 - ISENTA DO IPI VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA UTILIZADOS POR FEIRANTES****MODALIDADE DA EMENDA**

Deputado Federal

RENÚNCIA DE RECEITA DE OUTRAS FONTES**PROPOSIÇÃO CORRELATA**

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: PL NÚMERO: 1711/201

AUTOR: DEP. JOÃO DADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	1130103 IPI-Autômovéis	97.625.000

COMPENSAÇÃO DA DESPESA

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	VALOR
007862	99.999.0999.00F5.0101	Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Fiscal	97.625.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa suprir exigência do art. 114 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige neutralidade fiscal ou compensação tópica, optamos pela primeira alternativa.

O PL nº 1.711/2011 propõe isentar do IPI os veículos nacionais adquiridos por feirantes, que exercem a atividade há mais de cinco anos, como forma de compensar os altos custos de atividade indispensável à população, garantidora de qualidade e de menores custos para a alimentação.

Esta emenda visa tornar neutra a renúncia de receita, que deverá ser considerada já na elaboração da proposta orçamentária para 2012.

A memória de cálculo de seu impacto foi realizada pela COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS E DE PREVISÃO E ANÁLISE DE ARRECADAÇÃO/SREB/MF em NOTA COGET/COEST Nº 019/2011 Brasília, 19 de abril de 2011, que assim se pronunciou:

3. Considerando que não há informações disponíveis sobre o montante da produção nacional a ser adquirido para o transporte e comércio de produtos animais ou vegetais em feiras livres, estima-se, para efeitos do cálculo de renúncia, um percentual situado entre 10% a 50% do total da produção nacional dos veículos, de peso em carga máxima de até cinco (05) toneladas, classificados na posição NCM 87.04 da Tabela do IPI (TIPI). Assim, a renúncia do IPI estaria compreendida entre R\$ 35,5 milhões e R\$ 177,5 milhões. Considerando-se o valor máximo, por conservadorismo e responsabilidade fiscal, e reduzida pelo percentual de 45% correspondente às transferências constitucionais aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o impacto em 2012 alcançará R\$ 97.625.000,00.

A proposição teve a seguinte distribuição: apense-se A (ac) PL nº 4217/2008. Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões - art. 24 II, Regime de tramitação ordinária. As Comissões de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). A proposição encontra-se no presente em apreciação na CFT.

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410002

EMENTA

PL 2614 07 - ISENÇÃO DE IPI PARA AUTOMÓVEIS DE FISCALIS TRIBUTÁRIOS

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

RENÚNCIA DE RECEITA DE OUTRAS FONTES

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: PL NÚMERO: 2614/2007

AUTOR: DEP. JOÃO DADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130104 IPI-Automóveis	102.410.000

COMPENSAÇÃO DA
DESPESA

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO SUBTÍTULO	VALOR
007862	99.999.0999.0015.01.01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Fiscal	102.410.000

JUSTIFICATIVA

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos adquiridos por fiscais de administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais. A proposição conta com estimativa de impacto orçamentário-financeiro da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Coordenação Geral de Estudos, Previsão e Análise, que em sua Nota COGET/COEST nº 044/2009, de 22.07.2009, estimou o impacto em R\$ 186,20 milhões, reduzida pelo percentual de 45%, correspondente às transferências constitucionais aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente a R\$ 102.410.000,00.

A proposição teve sua distribuição para exame de mérito restrita à CPT, onde se encontra para parecer de adequação orçamentário financeiro e mérito. Supridas as exigências do art. 32 da Resolução nº 1/2006-CN, a seguir são apresentados excertos da justificação do projeto. As razões sociais e humanitárias, que originaram a isenção do IPI, hoje em vigor para os veículos utilizados por taxistas e por pessoas portadoras de deficiência, têm suporte no caráter de extrafiscalidade deste imposto. Também neste caso buscamos igual apoio, com vistas a invocar razões de investimento profissional, ao estender a isenção do IPI para os veículos de uso de fiscais, das diversas esferas de governo, no exercício de suas atividades profissionais. Má conservação das vias públicas, insegurança no trânsito, desgastes acelerados dos veículos e remunerações insuficientes são algumas das dificuldades que enfrentam os fiscais na defesa do erário público, do correto cumprimento da legislação trabalhista, das adequadas condições sanitárias da produção agropecuária e, portanto, na defesa de toda a Sociedade. Os sucessivos cortes orçamentários infringidos aos órgãos públicos, nas diversas esferas de atuação, promoveram a perda de veículos de serviço, o que, com exceção dos procedimentos externos de fiscalização, têm levado funcionários a utilizarem seus próprios veículos no exercício de tarefas oficiais. A melhoria das condições de trabalho de tais funcionários trará, com certeza, melhores resultados nas arrecadações dos tributos, refletindo nas receitas orçamentárias federais, estaduais e municipais. Ademais, tal como ocorre com os taxistas, o veículo, nestas circunstâncias, representa instrumento básico de trabalho.

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410003

EMENTA

PL 4593/04 - ISENTA DO PIS/PASEP AS ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

RENUNCIA DE RECEITA DE OUTRAS FONTES

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: PL NÚMERO: 4593/2004

AUTOR: DEP. VICENTINHO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
2 - Orçamento da Seguridade So	98000 - Receita do Tesouro da União	13103/01 - PIS/PASEP	25.500.000

COMPENSAÇÃO DA
DESPESA

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	VALOR
007062	99.999.0999.00P5.0101	Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Fiscal	25.500.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa suprir exigência do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige neutralidade fiscal ou compensação tópica. Optamos pela primeira alternativa.

O PL nº 4.593/2004, do Dep. Vicentinho, institui isenção da Contribuição para o PIS/PASEP para as entidades sindicais de trabalhadores e remite créditos tributários da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

Esta emenda visa tornar neutra a renúncia de receita no tocante exclusivamente quanto à isenção da contribuição para o PIS/PASEP das instituições previstas no PL 4.593/2004, cujos valores deverão ser considerados já proposta orçamentária para 2012.

A memória de cálculo de seu impacto foi realizada pela COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS E DE PREVISÃO E ANÁLISE DE ARRECADAÇÃO/SRPE/MF, atualizando a Nota COGET/COEST nº 035/2010, emitindo a Nota COGET/COEST nº 018/2011 Brasília, 13 de abril de 2011, que assim se pronunciou:

"3. A estimativa da renúncia da contribuição PIS/Pasep sobre folha de salários com a isenção das organizações sindicais dos trabalhadores é de R\$ 23,2 milhões, R\$ 25,5 milhões e 26,1 milhões para os anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

A proposição teve a seguinte distribuição de despacho: As Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II.

O PL 4.593/2004 teve sua aprovação pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) na reunião de 26/08/2009 com o Parecer Vencedor, Dep. Roberto Santiago (PV-SP), pela aprovação desta e das emendas apresentadas na Comissão.

A proposição encontra-se em apreciação no âmbito da CFI para apreciação quanto ao mérito e compatibilidade e adequação orçamentário-financeira.

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410004

EMENTA

PL 634/2007 - DEDUÇÃO IRPF DESPESAS COM SAÚDE

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

RENÚNCIA DE RECEITA DE OUTRAS FONTES

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: PL NÚMERO: 634/2007

AUTOR: DEP. JULIO DELGADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 - Orçamento Fiscal	98000 - Receita do Tesouro da União	11120410 - Pessoa Física	46.200.000

COMPENSAÇÃO DA DESPESA

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	VALOR
007862	99.999.9999.00F5.0101	Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Fiscal	46.200.000

JUSTIFICATIVA

O PL 634/2007, objeto desta emenda de renúncia de receita, nesta data, sob exame de mérito e adequação na CFT, sob nossa relatoria.

A LDO/2012 art. 88 determina que "as proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei, decretos legislativos ou medidas provisórias e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo, respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

Em razão do acolhimento pela Relatoria da Receita da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, da emenda nº 90410004, de nossa autoria, a LOA para 2011 contém, em sua programação, dotação específica destinada à compensação do PL nº 634/07, apensado, na UO 90.000 - Reserva de Contingência, in verbis:

0999.0E72.0090 - Reserva para compensação de projetos de lei sujeitos a deliberação de órgão colegiado permanente do Poder Legislativo, durante o exame de compatibilidade orçamentário-financeira. - Reserva para compensação de projetos de lei de renúncias de receitas (PL 2.472/2003, PL 634/2007 e PL 842/2007, numeração na Câmara dos Deputados).

Nessa dotação, foram consignados R\$ 75.544.957, para compensação das três proposições ali referidas. Desse montante, R\$ 46.200.000 correspondem ao impacto do PL nº 634/2007, em valor equivalente à estimativa de R\$ 84.000.000, conforme a Nota Técnica RFB/Copan nº 307, de 28 de abril de 2009, reduzida pelo percentual de 45%, correspondente às transferências constitucionais aos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Esta emenda permite que o PL nº 634/2007 mantenha sua neutralidade fiscal no exercício de 2012.

A proposição conta com estimativa de impacto orçamentário-financeiro da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise, que em seu MEMO RFB/GAB/Nº 307/2009 de 28.04.2009, estimou o impacto anualizado em R\$ 84 milhões. A proposição teve sua distribuição para exame de mérito restrita à CFT, onde se encontra para parecer de adequação orçamentário-financeiro e mérito.

Supridas as exigências do art. 32 da Resolução nº 1/2006-CN, a seguir são apresentados excertos da justificação do projeto. A proposta que apresentamos

caminha no sentido de amenizar a falta de atuação do Estado, no cumprimento de seu dever Constitucional de fornecer tratamento de saúde de qualidade ao cidadão. Com efeito, o art. 196 da Constituição Federal determina que a saúde é direito de todos, é dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Porém, como podemos facilmente constatar, o serviço público de saúde mostra-se não só incapaz, mas também inadequado para atender toda a demanda da população brasileira. Apesar de o cidadão destinar parcela cada vez maior de seus salários para engordar a receita tributária da União, a verba destinada aos investimentos em saúde é cada vez mais insuficiente. Em razão disso, o trabalhador assalariado é impelido a procurar serviços privados, apelando à contratação de planos de saúde, a fim de garantir o seu bem-estar e de seus familiares. Reconhecendo sua omissão, o Estado permite a dedução desse valor da base de cálculo do imposto de renda pessoa física. De sorte que é ressarcida apenas parte da quantia gasta pelo contribuinte, de acordo com a alíquota efetiva que incidirá sobre seus rendimentos. Ademais, além de não reaver tudo o que gastou consigo e seus dependentes, muitas vezes o contribuinte paga despesas de planos de saúde de pessoas que, embora estejam sob seu auxílio, não lhe dão direito à dedução. Ocorre que devido ao alto índice de desemprego do país, muitas pessoas, mesmo não sendo consideradas dependentes, têm seus planos de saúde pagos por familiares. Porém, não é permitido a estes deduzir essa despesa na declaração do imposto. Assim, o beneficiário deixa de descontar o valor pago na sua declaração, pois, obviamente, não tem renda a declarar, e quem efetivamente pagou é impedido de realizar a dedução. Não consideramos justa essa situação, já que, se fossem seguidas as normas constitucionais, o valor dos tributos pagos pela população deveria proporcionar saúde pública de qualidade a todos. Nossa intenção, portanto, é apenas minorar esse fardo injustamente imposto ao contribuinte, possibilitando-lhe que recupere ao menos parte do montante que gastou em razão de o Estado não cumprir suas obrigações. Dessa forma, tendo em vista a justiça e elevado interesse social da medida, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.



SENADO FEDERAL
Secretaria de Recursos Humanos - SERH -
Gabinete do Diretor

BOLETIM ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DE PESSOAL

Nº: 4810

Sexta-feira, 16 de setembro de 2011

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 14, de 2011

Atualiza o valor do limite financeiro destinado à reforma dos gabinetes e dos apartamentos de propriedade do Senado Federal.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e considerando que a última atualização do limite do valor financeiro destinado à reforma dos gabinetes e dos apartamentos de propriedade do Senado Federal ocorreu em 1º de março de 2003, e que referidos valores devem acompanhar a variação anual dos custos do mercado, **RESOLVE**:

Art. 1º O valor do limite financeiro destinado à reforma dos gabinetes e dos apartamentos do Senado Federal, fixado, pela Decisão da Comissão Diretora de 13 de maio de 2003, em R\$ 60.908,00, será corrigido, anualmente, a cada 1º de março, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2º Só será autorizada uma única reforma por gabinete e por apartamento em cada legislatura, obedecido aquele valor, ressalvadas, a juízo do Primeiro-Secretário, as obras emergenciais.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 15 de setembro de 2011. Senador **José Sarney** - Presidente, Senadora **Marta Suplicy** - Primeira Vice-Presidente, Senador **Cícero Lucena** - Primeiro-Secretário, Senador **João Ribeiro** - Segundo-Secretário, Senador **Ciro Nogueira** - Quarto-Secretário, Senador **João Durval** - Segundo Suplente, Senadora **Vanessa Grazziotin** - Quarta Suplente.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4810 de 16/09/2011



SENADO FEDERAL
Secretaria de Recursos Humanos - SERH
Gabinete do Diretor

BOLETIM ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DE PESSOAL

Nº: 4810

Sexta-feira, 16 de setembro de 2011

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15, de 2011

Determina a elaboração de Plano de Racionalização de Contratos de Prestação de Serviços.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regulamentar, RESOLVE:

Art. 1º A Diretoria-Geral formulará Plano de Racionalização de Contratos de Prestação de Serviços, em até 90 (noventa) dias, que observará as seguintes diretrizes:

I - a adoção gradativa de acordo de nível de serviço nos contratos de prestação de serviço, exceto para os serviços descritos nos itens 1, 2, 5, 7, 9, 10, 13, 15, 17, 20, 21 e 34 do Anexo ao Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2010;

II - a unificação de contratos de mesma natureza, sempre que possível;

III - a definição dos índices de produtividade segundo as peculiaridades do Senado Federal;

IV - a descrição e quantificação dos postos de trabalho e os respectivos salários, admitida a variação de até 30% (trinta por cento) da média do mercado;

V - a formulação de critério de repactuação contratual que mitigue a possibilidade de ajustes, em prejuízo dos interesses do Senado Federal, entre sindicatos representantes das categorias, quando da negociação das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Art. 2º Até que seja aprovado o plano de que trata o artigo 1º, as prorrogações de contratos vigentes e os futuros contratos deverão observar as mesmas condições efetivamente praticadas nos contratos em vigor em 30 de junho de 2011, sem prejuízo da unificação de contratos semelhantes, como forma de racionalização da gestão.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 15 de setembro de 2011. Senador **José Sarney** - Presidente, Senadora **Marta Suplicy** - Primeira Vice-Presidente, Senador **Cícero Lucena** - Primeiro-Secretário, Senador **João Ribeiro** - Segundo-Secretário, Senador **Ciro Nogueira** - Quarto-Secretário, Senador **João Durval** - Segundo Suplente, Senadora **Vanessa Grazziotin** - Quarta Suplente.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4810 de 16/09/2011



SENADO FEDERAL
Secretaria de Recursos Humanos - SERH
Gabinete do Diretor

BOLETIM ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DE PESSOAL

Nº: 4809

Quinta-feira, 15 de setembro de 2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

PRORROGAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 182, de 2011

Concede novo prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código Eleitoral.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições, e em atendimento a solicitação do Presidente da Comissão de Juristas instituída pelo Ato do Presidente nº 192, de 2010, destinada à elaboração de anteprojeto de Código Eleitoral, **RESOLVE**:

Art. 1º Prorrogar até o dia 15 de dezembro de 2011 o prazo previsto no art. 1º do Ato do Presidente nº 192, de 2010, com a alteração promovida pelo Ato do Presidente nº 88, de 2011.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de setembro de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4809 de 15/09/2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

EXONERAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 183, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE** exonerar, na forma do disposto do inciso I do art. 35 da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO ALVARES SIMÕES**, matrícula 181125, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, AP03, da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 14 de setembro de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 178, Seção 2, de 15/09/2011.

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4809 de 15/09/2011



SENADO FEDERAL
Secretaria de Recursos Humanos - SERH
Gabinete do Diretor

BOLETIM ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DE PESSOAL

Nº: 4812

Terça-feira, 20 de setembro de 2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

GRUPO DE TRABALHO

ATO DO PRESIDENTE Nº 185, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e

Considerando a aspiração da sociedade e das Senadoras e Senadores em ampliar a participação dos cidadãos na esfera legislativa, por meio de sugestões, indicações e opiniões a respeito dos diversos temas e projetos em análise pelo Senado Federal e pelo Congresso Nacional;

Considerando o avanço das tecnologias de informação e comunicação ao longo dos últimos anos, em especial o crescente ingresso de cidadãos aos recursos oferecidos pela rede mundial de computadores;

Considerando que o uso de recursos tecnológicos para fomento da democracia e da cidadania tem sido amplamente discutido em meios acadêmicos; **RESOLVE**:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho, sem remuneração aos seus participantes, para elaborar Projeto Técnico para a oferta, pelo Senado Federal, de instrumentos e recursos tecnológicos de interação entre a sociedade e o Senado Federal, baseados no uso da Internet, com vistas a:

I - Fomentar a participação da sociedade nas discussões dos diversos temas legislativos em pauta;

II - Estimular o engajamento dos cidadãos brasileiros no processo democrático; e

III - Ampliar o conhecimento da sociedade sobre o funcionamento do Poder Legislativo, em especial do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Parágrafo único. O Projeto Técnico deverá levar em conta as informações disponíveis e os produtos já desenvolvidos na Casa, os projetos em curso no âmbito do Senado Federal, bem como os recursos tecnológicos disponíveis no mercado.

Art. 2º Designar os servidores Flávio Roberto de Almeida Heringer, matrícula 105032, na qualidade de presidente, Ana Lúcia Coelho Romero Novelli, matrícula 54000, para substituí-lo em seus eventuais impedimentos, João Batista de Holanda Neto, matrícula 32909, Sérgio Geronimo Pereira Bonifácio, matrícula 221330, Mikhail de Oliveira Lopes, matrícula 185120, Francisco José Bittencourt Araújo, matrícula 102470, e Jorge Peil Marques

Vaz, matrícula 229201, como secretário, para comporem o Grupo de Trabalho instituído por este Ato.

Art. 3º Determinar que o Projeto Técnico deverá ser submetido à avaliação da Mesa do Senado Federal no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação deste Ato.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de setembro de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4812 de 20/09/2011

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, II, do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
428-M	João Ribeiro	13	22.09	Atividade Parlamentar
429-M	Alfredo Nascimento	13	22.09	Atividade Parlamentar
430-M	Benedito de Lira	13	22.09	Atividade Parlamentar
431-M	Valdir Raupp	13	22.09	Atividade Parlamentar
432-M	Clésio Andrade	43, II	11 e 13.10	Licença Particular
433-M	Aloysio Nunes Ferreira	13	21 e 22.06	Atividade Parlamentar (aditamento ao RQS nº 244, de 2011-M)
434-M	Sérgio Souza	13	27 e 29.09	Atividade Parlamentar
435-M	Delcídio do Amaral	13	22.09	Atividade Parlamentar
436-M	Renan Calheiros	13	22.09	Atividade Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luíza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁴⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).

3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento ° 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁶⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Lobão Filho (MA)		1.	
João Alberto Souza (MA)		2. Wilson Santiago (PB)	
Renan Calheiros (AL)		3. Valdir Raupp (RO)	
Romero Jucá (RR)		4. Eunício Oliveira (CE)	
PT			
Humberto Costa (PE)		1. Anibal Diniz (AC)	
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)	
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)	
PSDB			
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)	
Cyro Miranda (GO)		2. VAGO (2)	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
DEM			
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)	
PR			
Vicentinho Alves (TO)		1.	
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 222 páginas
(OS:14959/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

